

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Ailon do Vale Simão

Juventude em discurso: histórias de vida de jovens aprisionados,
no município de Cáceres/MT

PORTO ALEGRE

2014

Ailon do Vale Simão

Juventude em discurso: histórias de vida de jovens aprisionados,
no município de Cáceres/MT

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Bueno Fischer

Linha de pesquisa: Ética, Alteridade, Linguagem na Educação.

PORTO ALEGRE

2014

CIP - Catalogação na Publicação

do Vale Simão, Ailon

Juventude em discurso: histórias de vida de jovens
aprimados, no município de Cáceres/MT / Ailon do
Vale Simão. -- 2014.

197 f.

Orientador: Rosa Maria Bueno Fischer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. jovens. 2. drogas ilícitas. 3. violência. 4.
sistema prisional . 5. discurso. I. Maria Bueno
Fischer, Rosa, orient. II. Título.

Ailon do Vale Simão

Juventude em discurso: histórias de vida de jovens aprisionados,
no município de Cáceres/MT

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para
obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em 24 de março de 2014.

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Bueno Fischer – Orientadora

Dr.^a Carmem Maria Craidy – UFRGS

Dr.^a Fabiana de Amorim Marcello – UFRGS

Dr.^a Maritza Maciel Castrilon Maldonado – UNEMAT

CIP - Catalogação na Publicação

do Vale Simão, Ailon

Juventude em discurso: histórias de vida de jovens
aprimados, no município de Cáceres/MT / Ailon do
Vale Simão. -- 2014.
197 f.

Orientador: Rosa Maria Bueno Fischer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. jovens. 2. drogas ilícitas. 3. violência. 4.
sistema prisional . 5. discurso. I. Maria Bueno
Fischer, Rosa, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

- Agradeço a Deus, fonte de amor, de bondade, de misericórdia, de ternura, de solidariedade e de compreensão. Porque Ele tem me animado e fortalecido nos momentos de crise e de desencontro no decorrer da caminhada.
- Agradeço a Adelita Balbinot, esposa e companheira amiga, pelos constantes incentivos e pelas leituras atentas dos meus textos.
- Ao Ailon do Vale Simão Filho e à Pryscylla Pereira Simão (minha princesinha), que me faz acreditar que a vida é bonita e vale a pena ser vivida.
- À Vitória Marina, filha nascida do coração, pela sua refinada inteligência e seus constantes questionamentos.
- Aos profissionais que trabalham no sistema socioeducativo e da cadeia públicas da Comarca de Cáceres que, desenvolvendo suas atividades laborais em espaços marcados por tantas carências, procuram fazê-lo com dignidade e respeito para com aqueles que estão privados de liberdade. A eles minha gratidão e admiração porque, dentro das possibilidades permitidas por lei, sempre atenderam às minhas solicitações, colocando à minha disposição os documentos e as informações necessárias, para que eu pudesse desenvolver a pesquisa empírica.
- Aos educadores que trabalham na *Escola Nova Chance*, meus agradecimentos e minha admiração, pela forma humana e comprometida como trabalham, mostrando aos jovens que é possível reescrever suas trajetórias de vidas de forma diferente, para além da “morte anunciada”.

- Aos profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – que não mediram esforços para me ajudar, no sentido de viabilizar o desenvolvimento da pesquisa empírica.

- Aos juízes, aos promotores de justiça e aos funcionários da Vara da Infância e Juventude e da Curadoria da Infância e Juventude do Ministério Público da Comarca de Cáceres, por abrirem as portas das instituições em que trabalham, de modo que eu pudesse realizar a contento a pesquisa.

- Aos delegados da polícia civil, responsáveis pela Delegacia da Infância e Juventude do município, que não mediram esforços para ajudar-me no desenvolvimento do presente trabalho.

- Aos defensores públicos, que diuturnamente garantem os direitos fundamentais da pessoa humana, particularmente daquela parcela mais fragilizada, de forma especial dos jovens em conflito com a lei.

- Aos funcionários do centro de recuperação *Renascença em Cristo*, pela forma generosa com que sempre atenderem às minhas solicitações. Pessoas dedicadas e que demonstram atenção especial ao ser humano.

- Aos jovens internados no Centro Socioeducativo e na Cadeia Pública da Comarca de Cáceres, os quais, mesmo experimentando espaços marcados pela violência, sonham em ter destino diferente para suas vidas.

- Meus agradecimentos especiais para as pessoas que fazem parte dos núcleos familiares dos jovens, sujeitos da pesquisa, particularmente suas mães, avós e tias, que abriram as portas de suas residências e, acima de tudo, tiveram a coragem de dividir comigo suas ricas e emocionantes histórias de vida.

- À Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, bem como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior – CAPES e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT, por terem viabilizado o Programa do Doutorado Interinstitucional – DINTER.

- Às Professoras Dr.^a Carmem Maria Craidy, Dr.^a Maritza Maciel Castrilon Maldonado, Dr.^a Fabiana de Amorim Marcello, que participaram da Banca de qualificação do projeto de pesquisa, por suas ricas sugestões.

- Meus agradecimentos especiais à Professora Carmem Maria Craidy, por ter colocado à minha disposição uma vasta bibliografia, sobre a temática da juventude.

- À Professora Dr.^a Jane F. Barros, pela correção detalhada e minuciosa da tese, melhorando a clareza e fluidez do texto.

- Aos amigos (as) do grupo de orientação Mariane, Marcelo, Carola, Laura, Celina, Tatielle, Márcio e Sandra, pela parceria.

- Meus agradecimentos, de forma especial, à Dr.^a Rosa Maria Bueno Fischer, minha orientadora. Agradeço à professora pela forma honesta, profissional, objetiva e sincera com que conduziu toda a orientação, no percurso da elaboração deste trabalho. Também pelas sugestões e pela paciência e compreensão que teve comigo diante das minhas incertezas e limitações.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar e descrever histórias de vidas de jovens presos ou internados, por acusação de consumo e tráfico de drogas ilícitas e outros crimes relacionados, moradores da cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso. Foram analisados: os perfis desses jovens; os possíveis fatores que contribuíram para os atos supostamente praticados; a forma como se estruturam os respectivos núcleos familiares; as possíveis relações entre drogas, atos de violência praticados e sofridos por eles; as ações e as políticas públicas, no município de Cáceres, voltadas para atender as necessidades dos meninos, particularmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade; as experiências vivenciadas por eles no processo de aprisionamento; os estigmas da prisão, que passam a ser parte integrante de suas vidas, mesmo após o cumprimento das penas. O *corpus* analítico do trabalho constituiu-se de observações diretas nas instituições onde os jovens estavam presos ou internados; entrevistas e conversas informais com os sujeitos da pesquisa e seus parentes; entrevistas com promotores de justiça, delegados de polícia, juízes de direito, advogados, defensores públicos, agentes policiais e carcerários, psicólogos, educadores, diretores da prisão e do centro sócio-educativo, além de outros profissionais com os quais os referidos jovens tiveram contato. Foram utilizadas também peças de inquéritos policiais e de processos judiciais, nos quais estavam registrados fragmentos de relatos das trajetórias de vida daqueles sujeitos. As inspirações teóricas e metodológicas foram as ferramentas desenvolvidas por Michel Foucault e outros estudiosos do filósofo. Foram entrevistados 25 jovens, acusados de envolvimento com o consumo e o tráfico de drogas e práticas criminais correlatas. Duas dessas histórias de vidas, consideradas mais representativas, foram analisadas e descritas de forma mais aprofundada. Na análise, foram considerados: estrutura e funcionamento dos núcleos familiares; experiências escolares; possíveis causas que contribuíram para o envolvimento com as drogas ilícitas; o cotidiano na prisão. Discutiu-se, também, de que forma o estigma da prisão continua a acompanhá-los, mesmo depois de terem cumprido suas penas. A pesquisa demonstrou que o consumo e o tráfico de drogas têm implicações para os jovens e para as pessoas com as quais eles convivem, especialmente para aquelas que compõem os seus núcleos familiares. Os jovens são aliciados por líderes de "quadrilhas" e acabam se transformando em "operários" do tráfico e "trabalhadores" do crime organizado; a maioria abandona as escolas no início do Ensino Fundamental; muitos são presos e encaminhados para o sistema prisional; outros são mortos na "guerra do tráfico" e até mesmo pelos agentes dos órgãos da segurança pública do Estado. Argumento, ainda, que as subjetividades e as identidades destes jovens são constituídas no interior das redes discursivas das áreas dos saberes jurídicos, pedagógicos, psicológicos, médicos, entre outras áreas do conhecimento.

Palavras-chave: **jovens, juventudes(s), drogas ilícitas, violência, sistema prisional, discurso.**

ABSTRACT

The present work aims to analyze and describe life stories from young people, 15-29 years old, accused of consumption and trafficking of illicit drugs and related crimes, that reside in *Cáceres* town, *Mato Grosso* State, who were jailed or detained for these acts. It was analyzed: their profiles; possible factors that contributed to become involved with illicit drugs and to commit other offenses, how are structured the households, the relationship between the use of illicit drugs and acts of violence committed and suffered by them; actions and public policies developed in the city of *Cáceres*, geared to meet their needs, particularly those who are the most vulnerable; their experiences on the imprisonment process; stigmas that continue making part of their, even after they have left prison. The analytical *corpus* of work was constituted by means of direct observations in institutions where young people were arrested or detained, interviews and informal conversations with the individuals and their relatives. Interviews with prosecutors, police officers, court judges, lawyers, public defenders, police and prison officers, psychologists, teachers, prison and socio-educational centers' directors and other professionals with whom these young people had contact. Parts of police investigations and court proceedings, in which were recorded fragments of life trajectories of these support used in the study were the tools developed by Michel Foucault and the scholars of his thought. In the survey were interviewed 25 young people accused of involvement with the consumption and trafficking of illicit drugs and related criminal activities. Two of these life stories, considered the most representative, were analyzed and described more thoroughly – *Case I* and *Case II*. In the analysis were considered: the structure and functioning of these young household; their school experiences; possible causes that contributed to involvement with illicit drugs, the experiences in prison. It was also analyzed how the stigma of prison continues to follow them after they have completed their sentences. Research has shown that the consumption and trafficking of drugs have implications for young people and for the people with whom they live, especially for those people who make up the core of the family. These young people are lured by the leaders of the gangs and become “workers” of trafficking and “workers” of organized crime, mostly abandoned schools still in the early elementary school, many of them are arrested and sent to the prison system, others are killed in the “drug war” and even by the agents of the State public security institutions. It is also discussed about the subjectivities and identities of these young people which are made up of numerous nicknames like “junkies”, drugged and others derogatory nicknames, that are instituted within the discursive networks in the areas of knowledge like social sciences, legal, educational, psychological and medical, among others areas.

Keywords: Young, Youths, illicit drugs, violence, penitentiary system speech.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

PRIMEIRA PARTE:

os porquês, os objetivos e os modos de pesquisar

CAPÍTULO 1 – Justificativas e motivações.....	21
CAPÍTULO 2 – Demarcando os sujeitos da pesquisa e o <i>corpus</i> de análise	27
CAPÍTULO 3 – Das ferramentas de trabalho: inspirações teóricas- metodológicas	29

SEGUNDA PARTE: Juventudes em discurso

CAPÍTULO 4 – Juventude(s) e seus dilemas: uma população de muitos rostos	34
CAPÍTULO 5 – A constituição de identidades e subjetividades em discursos institucionalizado sobre juventude.....	47
CAPÍTULO 6 – Histórias na vida de “jovens infames” em Cáceres/MT.....	64
CAPÍTULO 7 – Jovens e maquinaria prisional: Cadeia Pública e Centro Socioeducativo.....	77

TERCEIRA PARTE: Marcas de muitas histórias

CAPÍTULO 8 – Construção de biografias: modos de pensar histórias de vida de jovens aprisionados.....	95
--	----

CASO I: João Batista, o jovem amado pela avó.....	95
--	-----------

b) João Batista: “uma vida concebida sem amor e fora do tempo.....	98
--	----

c) João Batista: uma história singular-compartilhada.....	105
d) Experiências de escola: “um tempo para ser esquecido”.....	107
e) João Batista e a drogadição: “caminhos que podem conduzir à prisão e à morte”.....	119
f) Tentativas de reescrever o percurso de uma história de vida	124
g) As recaídas: “meu trabalho é como enxugar barra de gelo”.....	126
h) O jovem João Batista e a experiência na prisão: “toda cadeia fede a sangue e a morte”.....	134

CASO II. Marco Antônio: um jovem que não quer morrer.....140

a) Mais uma vez, o cenário do Centro Socioeducativo.....	140
b) Marco Antônio: “um jovem concebido sem amor nascido fora do tempo”..	142
c) Os primeiros encontros: conquistar confiança e construir aproximações....	143
d) Um jovem nas malhas das redes discursivas.....	148
e) Marco Antônio e o núcleo familiar: sustentar-se esperança.....	156
f) Um jovem e o pai biológico: encontro de sonhos e frustrações.....	162
g) Marco Antônio e a escola: “experiências para serem esquecidas”.....	164
h) Um menino, as drogas e o conhecido "caminho sem volta”.....	167
i) As marcas de uma vida encarcerada.....	174

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....180

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....188

INTRODUÇÃO

A presente tese trata de histórias de vidas de jovens em conflito com a lei, acusados de envolvimento com as drogas ilícitas e práticas infracionais correlatas – especificamente jovens que vivem no município de Cáceres, Estado de Mato Grosso. O tema da juventude e seus dilemas tem chamado a atenção de pesquisadores de várias áreas dos saberes. Diante da situação em que se encontra uma parcela significativa da juventude, os poderes públicos (federal, estaduais e municipais) e a sociedade civil têm se mobilizado, no sentido de elaborar e implementar ações e políticas públicas, voltadas para atender as necessidades desse grupo específico. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que essas ações e políticas públicas ainda não são suficientes para atender, de forma satisfatória, às necessidades de toda a população juvenil que vive em situação de vulnerabilidade.

Ao eleger esse tema de estudo, no tempo presente, lembro que muitas pesquisas acadêmicas têm demonstrado (como, igualmente, a divulgação feita pelos meios de comunicação), nos últimos anos, o aumento do envolvimento da população juvenil brasileira com drogas ilícitas e práticas de atos violentos. Nesses episódios, todos os anos, milhares de jovens aparecem envolvidos como autores ou como vítimas, e na maioria dos casos marcados por mortes violentas, em praticamente todas as cidades brasileiras. Ocorrências muito semelhantes se dão na cidade de Cáceres – local de minha pesquisa.

O tema que me ocupa nesta tese tem me mobilizado intelectual e existencialmente, por longo tempo, de forma mais específica nas últimas duas décadas. Para exemplificar, apresento dois fatos emblemáticos. O primeiro ocorreu ainda na década de 1990. Em uma noite do mês de maio de 1994, eu estava ministrando aula em um dos colégios do município de Cáceres, para uma turma do Ensino Médio, quando a sala foi literalmente “invadida” por uma *gangue* de jovens, armados com barras de ferro, “chuchus”, facas e outras armas letais, e acabaram por assassinar um dos alunos presentes, de apenas 17 anos, que participava da aula.

Foi uma legítima cena de terror: enfurecido, o grupo assassinou cruelmente, com tiros de revólver, o menino adolescente, que pedia desesperadamente por socorro, enquanto era atacado. Em estado de choque, presenciávamos aquela cena, completamente impotentes para livrar aquele jovem da morte. Após o ocorrido, as investigações do inquérito policial

apuraram que a motivação do assassinato estava relacionada à acusação de que a vítima havia “roubado” a namorada de um dos jovens componentes daquela *gangue*.

O segundo fato que mobilizou aconteceu no segundo semestre do ano de 1998. Recordo que eu estava fazendo estágio da disciplina Direito Penal II, no 9º semestre do curso de Ciências Jurídicas. Como estagiário, fui designado para fazer a defesa de um jovem que se encontrava preso na delegacia de furtos e roubos da cidade – naquela época, a comarca de Cáceres ainda não dispunha de um centro socioeducativo para acolher os adolescentes em situação de conflito com a lei. Por uma questão legal, escolho o nome fictício de José para esse jovem. Por suas reiteradas práticas infracionais, José já havia passado várias vezes pelo Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, pela delegacia especializada da infância e da juventude e pela curadoria da infância e da juventude do Ministério Público. Como já tinha se tornado completamente dependente das drogas, sem recursos financeiros para manter o vício, acabou se envolvendo diferentes atos infracionais. Em vista do acentuado estado de adicção em que se encontrava, José tinha rompido completamente os laços com família, a escola, o trabalho e os amigos. Quando o encontrei, suas relações estavam restritas apenas aos usuários de drogas e a alguns donos de “boca de fumo” da cidade. No jargão policial, o jovem já tinha se tornado “uma figurinha carimbada”, e era conhecido de praticamente todos os agentes dos órgãos da segurança pública.

Ao chegar ao prédio da delegacia de polícia, onde José estava recolhido, encontrei-o deitado sobre uma folha de papelão, estendida sobre o piso da cela, coberto com um sujo cobertor. Na cela, estavam outros três adolescentes. José tinha a aparência desfigurada: pálido, magro, sujo, cabelos desalinhados e mal cuidados e os olhos vermelhos. Também apresentava hematomas em várias partes do corpo. O jovem se queixava de sentir muito frio, mesmo com a alta temperatura que fazia no interior da cela (depois os exames médicos apontaram que as causas da febre poderiam estar relacionadas com uma infecção intestinal provocada pela água e a alimentação que ele havia ingerido na prisão, ou ainda pelos ferimentos que tinha no corpo).

Naquela época, José estava com 15 anos e, apesar de ter vivido tão pouco, já havia sido vítima de vários atos de violência, sendo acusado de ser o líder de uma das *gangues* da cidade. Segundo o delegado de polícia, mesmo com a pouca idade, o jovem era usuário de

drogas e acusado de envolvimento com furtos, roubos, tráfico de drogas e outros atos ainda mais graves.

Enquanto conversávamos, José relatou que tinha sido criado apenas pela avó materna, porque sua mãe biológica não teve condições de cuidar dele quando nasceu. Também não teve a oportunidade de conhecer seu pai biológico. Tinha começado a trabalhar ainda criança, ajudando sua avó a cultivar e a vender verduras na feira da cidade. Contou-me, ainda, que havia abandonado a escola na 5ª série do Ensino Fundamental, depois de começar a se envolver com as drogas e a praticar outros atos infracionais.

À medida que eu conversava com ele, o que mais me impressionava era a forma quase natural de falar sobre atos de violência dos quais havia sido vítima. De modo "quase natural", descrevia em detalhes diferentes atos que ele e seus colegas haviam praticado pela cidade, a maioria daqueles de natureza grave (furtos, roubos, com emprego de arma de fogo e uso de violência). Contou-me que já havia sido recolhido, dezenas de vezes, pelos agentes policiais, e em algumas dessas detenções havia sido espancado e torturado. De forma resignada, o jovem praticamente justificou os espancamentos sofridos: “tinha aprontado coisas erradas e mereceu apanhar”.

Mobilizado por esses fatos, comecei a levantar os seguintes questionamentos: Quais seriam os perfis dos jovens em conflito com a lei, na cidade de Cáceres, em consequência do consumo e do tráfico das drogas ilícitas e atos infracionais correlatos? Quais seriam os possíveis fatores que estariam facilitando e, até mesmo, encorajando tais indivíduos a esses tipos de práticas? Como se configuravam as estruturas dos núcleos familiares destes jovens? Até que ponto as drogas ilícitas estavam relacionadas aos atos de violência praticados por eles? Quais as ações e as políticas públicas desenvolvidas para atender, especificamente, as necessidades da população juvenil, particularmente dos que viviam em maior grau de vulnerabilidade? De que forma as passagens desses jovens pelo processo de aprisionamento marcam suas trajetórias de vidas, durante a prisão e mesmo depois de eles terem deixado o encarceramento?

A partir de tais questionamentos, propus-me o objetivo de analisar e descrever as histórias de vidas de alguns desses jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos de idade¹. Jovens que, por ocasião da pesquisa empírica, se encontravam em conflito com a lei, acusados de envolvimento com drogas ilícitas e outras práticas infracionais correlatas e, em consequência disto, estavam internados ou presos, ou ainda, já tinham passado pelo processo de internamento ou de prisão, no município de Cáceres (MT).

Demarco que o material analítico da presente tese foi construído a partir de um conjunto de: anotações oriundas de observações diretas nas instituições prisionais; entrevistas realizadas com os jovens, sujeitos da pesquisa, e respectivos núcleos familiares (avós, mães, irmãos, irmãs, tias); entrevistas com promotores de justiça, delegados de polícia, juízes de direito, advogados, defensores públicos, agentes policiais, psicólogos, assistentes sociais, educadores, diretores da prisão e do centro socioeducativo e outros profissionais que, de alguma forma, tiveram contato com os jovens, sujeitos da pesquisa. Utilizei também peças de inquéritos policiais e dos processos judiciais, nos quais estão registrados fragmentos das trajetórias de vidas dos sujeitos da pesquisa e de relatos dos atos infracionais, dos quais eles estavam sendo acusados.

As ferramentas utilizadas no presente trabalho foram as inspirações teóricas e metodológicas da obra do pensador francês Michel Foucault, além de dados e reflexões originadas de pesquisas desenvolvidas por diferentes estudiosos, de áreas como a educação, a psicologia social e a sociologia.

Mesmo sabendo que as pesquisas de Foucault tenham sido desenvolvidas em tempo e espaço distintos da realidade brasileira contemporânea, pesquisadores brasileiros das mais diferentes áreas dos saberes têm utilizado as ferramentas teóricas e metodológicas foucaultianas, para pensar e problematizar as mais diferentes questões em jogo no âmbito do tema aqui em foco, particularmente no campo da educação. Assim, posso dizer que as

1

Esclareço que não há consenso entre as diferentes áreas de conhecimento e das próprias instituições envolvidas no tema, a respeito de quando começa e quando termina a fase da juventude. Para a Assembleia Geral das Nações Unidas e para o Banco Mundial, uma pessoa é considerada jovem quando está na faixa etária entre os 15 e 24 anos de idade. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente divide a juventude em duas fases distintas: adolescência, que vai dos 12 aos 18 anos de idade, e juventude, após os 18 anos de idade. No entanto, a Lei nº. 12. 852 – do Estatuto da Juventude – aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidenta do Brasil, no dia 05 de agosto de 2013, prevê em seu Artigo 2º, que jovem é a pessoa que se encontra na faixa etária de 15 a 29 anos de idade. Seguindo uma compreensão mais atual sobre as fases da vida, no presente trabalho tomo como jovens os indivíduos que se encontram na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade.

inspirações teóricas e metodológicas na obra de Foucault se mostraram muito apropriadas para analisar e descrever as histórias de vidas dos jovens, sujeitos da presente pesquisa.

Ao comentar sobre as variadas possibilidades e também os desafios e os perigos de se utilizar as ferramentas foucaultianas em nossas pesquisas, Veiga-Neto afirma que:

[...] tudo o que ele (Foucault) tem a nos oferecer são redescritões brilhantes do passado, complementadas por sugestões que auxiliam sobre como evitar cair nas armadilhas das antigas suposições historiográficas. Essas sugestões são uma série de máximas negativas que nem se originam de uma teoria nem se constituem num método (VEIGA-NETO, 1996, p.182).

Não obstante rejeitasse a forma positivista de fazer pesquisa, Foucault mostrou-se não só bastante rigoroso no que diz respeito ao contato com os "dados" minuciosos de um determinado tema (loucura, nascimento da clínica médica, história das prisões etc.), o que nos permite alargar os conceitos de teoria e método. Para ele, o “método é um instrumento ou um conjunto de ferramentas que nos permite orientar nosso conhecimento e nossa investigação passo a passo, na base da reflexão, a qual será necessariamente histórica” (Veiga-Neto, 1996 p. 182). Assim, utilizo, do pensador francês, as ferramentas teóricas e metodológicas apresentadas (não apenas, mas principalmente) em suas obras: *Arqueologia do Saber* (1987); *A Vida dos Homens Infames* (2003); *Os Anormais*(2010); *Vigiar e Punir* (2000); *A Verdade e as Formas Jurídicas*(1997); *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1991); e *História da Sexualidade: a vontade de saber*(2010).

Ao construir a arquitetura da presente tese, minha preocupação foi fazer um movimento no sentido de tratar os tópicos diversos do tema e dos dados, partindo do geral para o particular. A tese trabalho está dividida em três partes e subdivida em oito capítulos.

No primeiro capítulo da Primeira Parte – *Justificativas e motivações* –, descrevo as motivações de ter escolhido esta temática como “objeto” de pesquisa. Como já escrevi anteriormente, o tema está ligado às minhas inquietações existenciais e também às minhas experiências profissionais. Em segundo lugar, trata-se da continuação do trabalho do meu mestrado em educação, desenvolvido neste PPGEDU, e concluído no ano de 2001. A terceira é que esta pesquisa constitui-se como desdobramento e aprofundamento de dois projetos de pesquisa nos quais trabalhei, por quatro anos, ligados à Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – instituição à qual estou vinculado como professor.

A presente tese se justifica, ainda, pelo aumento considerável do envolvimento da população juvenil com as questões das drogas ilícitas e outros atos de violência, nos últimos anos, em nosso País – demonstrado por inúmeras pesquisas acadêmicas e por constantes notícias e denúncias feitas pelos meios de comunicação. Finalmente, o presente trabalho tem sua pertinência e relevância, se considerarmos o espaço geográfico em que os dados empíricos foram colhidos. Isso se deve ao fato de o município de Cáceres estar localizado, geograficamente, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. De acordo com os dados do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC²), a Bolívia é um dos maiores produtores e exportadores de cocaína de todo o mundo. Em vista da posição geográfica do município de Cáceres, adicionado a outros fatores, nos últimos anos, a região tem se tornado um dos principais corredores de entrada da droga boliviana no território brasileiro.

No segundo capítulo da Primeira Parte – *Demarcando os sujeitos da pesquisa e o corpus de análise* – situo os sujeitos da pesquisa: jovens, na faixa etária entre 15 a 29³ anos de idade, moradores do município de Cáceres, em conflito com a lei, acusados de envolvimento com o consumo e o tráfico de drogas ilícitas e atos infracionais correlatos; jovens que, em consequência disso, estão presos ou internados, ou já passaram pelo processo de aprisionamento, seja no centro socioeducativo ou na cadeia pública do município, no curso dos anos de 2011 a 2013.

No terceiro capítulo ainda da Primeira Parte – *Das ferramentas de trabalho: inspirações teórico-metodológicas* – apresento as ferramentas da tese, pautadas nas obras de Michel Foucault e trabalhadas por diferentes estudiosos do seu pensamento. Mesmo sabendo que o filósofo não nos deixou uma teoria e uma metodologia prontas e acabadas, sigo suas “pistas” e suas “inspirações”, por considerá-las úteis e apropriadas para desenvolver a pesquisa empírica e escrever a presente tese.

² UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime* – Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes.

³ Como demonstrarei no curso desta tese, o ordenamento jurídico penal brasileiro trata de forma diferente os adolescentes que cometem atos infracionais, em relação aos indivíduos adultos acusados de cometerem crimes semelhantes. Os adolescentes que estão em conflito com a lei são apenados com as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, e dos Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário. Já os indivíduos acima de 18 anos, acusados de cometerem crimes, são tratados de acordo com o Código Penal e outras leis penais. Portanto, de acordo com os princípios que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente, os adolescentes (de 12 a 18 anos de idade) não cometem exatamente *crimes*, e sim, atos infracionais; da mesma forma, não são presos nas cadeias públicas ou nas penitenciárias, mas internados em centros socioeducativos.

No quarto capítulo, que abre a Segunda Parte da tese – *Juventude(s) e seus dilemas: uma população de muitos rostos e cores* –, faço referência a pesquisas desenvolvidas por diferentes autores, procurando mostrar alguns dos desafios enfrentados pelos jovens no tempo presente, tempo marcado por rápidas e profundas mudanças. Mostro, ainda, que não é possível falar de juventude no singular, e sim de juventude(s), no plural, porque os jovens, na realidade brasileira (como em qualquer outro lugar), constroem suas trajetórias de vida de formas muito distintas, dependendo de características de ordem social, econômica, geográfica, histórica, de gênero, e assim por diante. De igual modo, aponto ainda que a chamada “sociedade adulta” tem mostrado enormes dificuldades de se relacionar com a população juvenil, nas mais diferentes situações. Por fim, aponto alguns “perigos” a que os jovens estariam expostos na sociedade brasileira contemporânea.

No quinto capítulo – *A constituição de identidades e subjetividades em discursos institucionalizados sobre juventude* –, analiso e descrevo de que forma os discursos que circulam nas várias instituições responsáveis pelo acompanhamento dos jovens, sujeitos da pesquisa, os capturam, nomeiam, classificam, vigiam, prendem, acusam, absolvem ou os condenam. Assim, meu objetivo é discutir como as identidades e as subjetividades desses sujeitos juvenis são constituídas no interior das redes discursivas das diferentes áreas de saberes.

No sexto capítulo – *Histórias na vida de “jovens infames” em Cáceres/MT* –, descrevo aspectos gerais dos relatos de vida de 25 jovens, na faixa etária entre 15 e 29 anos, moradores da cidade de Cáceres/MT, e em conflito com a lei. Nesse capítulo procuro mostrar e discutir: a estrutura e o funcionamento dos núcleos familiares a que pertencem esses jovens; suas experiências escolares; os possíveis fatores que os levaram a se envolver com as drogas e outros atos infracionais, além de suas experiências ao passarem por instituições prisionais. Demonstro, ainda, que esses jovens constroem suas histórias de vidas em contextos de acentuada vulnerabilidade familiar, econômica, educacional, afetiva, emocional. A análise do ambiente desfavorável em que nasceram e cresceram pode nos ajudar a entender por que alguns deles acabam se envolvendo com drogas e outras práticas infracionais.

No sétimo capítulo, que encerra a Segunda Parte da tese – *Jovens e maquinaria prisional: prisão e centro socioeducativo* –, faço uma reflexão a respeito da instituição prisional, tendo como mote esta observação feita por Michel Foucault:

Mesmo sabendo de todos os inconvenientes da maquinaria prisional, mesmo conhecendo todos seus perigos e sua inutilidade para combater a criminalidade e proporcionar segurança a sociedade; no entanto, ainda não se encontrou outro “instrumento” para ocupar seu lugar. Assim, “a prisão é a detestável solução, de que não se pode abrir mão” (Foucault, 2000, p.196).

Meu objetivo, nesse sétimo capítulo, é mostrar que o trabalho da instituição prisional não se diferencia substancialmente daquele das outras instituições pensadas pelos teóricos da Idade Moderna (família, escola, fábricas, quartéis etc.), guardadas todas as diferenças de tempo, espaço e realidades específicas. Certamente não se trata da "mesma" realidade. Mas há aspectos de permanência, como se estivéssemos, segundo Foucault, atualizando e revivendo uma certa "memória discursiva", no que se refere aos modos de encarceramento das pessoas "infames", em diferentes períodos históricos. Mostro, ainda, que o sistema prisional brasileiro, incluindo o centro socioeducativo e a cadeia pública de Cáceres, não têm conseguido efetivamente, como desejado, em termos humanos e sociais, reeducar e ressocializar os que passam por esses espaços, como preveem as leis penais do País.

A partir da perspectiva foucaultiana, mostro que devemos perceber a maquinaria prisional não somente como um lugar onde os indivíduos cumprem penas impostas pelo poder judiciário, mas também como um espaço constituidor de identidades e de subjetividades. Porque a instituição prisional ensina aos detentos modos de ser e pensar, ensina modos de ver o mundo e de se relacionar com outras pessoas e consigo mesmos. Por outro lado, a cadeia pública e o centro socioeducativo da comarca de Cáceres, à semelhança de outras prisões do Estado de Mato Grosso e do País, nem sempre conseguem assegurar os direitos fundamentais daqueles que estão sob seus cuidados.

O oitavo capítulo, que abre a Terceira Parte desta tese – *Construção de biografias: modos de tratar histórias de vida de jovens aprisionados* – está subdividido duas seções, que denominei *Caso I* e *Caso II*. No *Caso I*, analiso e descrevo a história de vida de João Batista: *o jovem amado pela avó*. Nessa parte do capítulo VIII, procuro mostrar a estrutura e o funcionamento do núcleo familiar do jovem João Batista, suas experiências nas escolas em que estudou, o envolvimento com o consumo e o tráfico de drogas e as muitas

passagens pelo sistema prisional. Discuto, ainda, a forma como a subjetividade e a identidade desse jovem foram (e continuam) sendo construída no interior das redes discursivas das diferentes áreas dos saberes em jogo na sua vida (jurídicos, pedagógicos, psicológicos, médicos, saberes das ciências sociais).

No *Caso II – Marco Antônio: "um jovem que não quer morrer"* –, mostro que esse jovem se envolveu, ainda criança com o consumo e o tráfico de drogas e outras práticas infracionais; em consequência disso, quando o entrevistei, já tinha passado várias vezes pelas instituições responsáveis pela proteção da juventude. Demonstro que a história de vida desse jovem foi e continua sendo construída em um contexto marcado por vulnerabilidades econômicas, familiares, educacionais, afetivas, entre outras. No entanto, mesmo Marco Antônio tendo sido “sentenciado” a morrer, ele pensa em outras possibilidades de saídas para a sua vida, desde que não seja a morte anunciada. Diante dos diferentes discursos que “profetizam” sua morte como uma sina ou um destino inevitável, o jovem se contrapõe a eles, recusando-se a aceitar e a se submeter, de forma passiva e resignada, às “verdades” que lhe são atribuídas como futuro irremediável. Portanto, *Marco Antônio é um jovem que se recusa a morrer*.

Faço, por fim, minhas últimas considerações, nas provisórias conclusões da tese, que encerram o presente relato de pesquisa, revisando conceitos e levantando novas perguntas, sobre um tema certamente candente, sério, pungente, e que exige ainda mais estudos e, principalmente, providências humanas, sociais, políticas, em direção a uma vida mais digna para esses jovens e todos nós.

PRIMEIRA PARTE

OS PORQUÊS, OS OBJETIVOS E OS MODOS DE PESQUISAR

CAPÍTULO 1

Justificativas e motivações

Quando nos propomos a desenvolver um trabalho acadêmico, seja ele um projeto de pesquisa, uma monografia, uma dissertação ou uma tese, inevitavelmente experimentamos sentimentos contraditórios. Por um lado, não poucas vezes, somos tomados por sensações de insegurança e de perplexidade que, em determinados momentos, quase nos levam ao pânico e até à desistência, diante do desafio proposto. Por outro lado, experimentamos também momentos de prazer e – por que não dizer? – de quase felicidade, porque somos desafiados a colocar nossos pensamentos em movimento, somos forçados a experimentar novas possibilidades de conhecer e de escrever.

Ao nos falar dos desafios da arte de pesquisar e de escrever, Corazza nos traz um depoimento lapidar, quando diz que:

(...) chega um determinado tempo que em temos de escrever e descrever aquilo que nós somos, o que pensamos e fazemos. Esse tempo nem sempre é o tempo marcado pelo relógio ou por uma evolução ou estágio que temos que passar até chegar a um tempo que estamos prontos para escrever. Esse fato acontece justamente na descontinuidade. (...) O momento da escrita é a hora de se estabelecer coordenadas, desenhar curvas de visibilidade e de enunciação; reconhecer suas linhas de sedimentação e também de fraturas; reordenar as luzes em outra direção e conservar alguns focos lá onde já estavam (1996, p.105).

Nessa mesma direção, Marre (1991) pondera que a pesquisa acadêmica pressupõe descontinuidades, dúvidas, dificuldades, rupturas conosco mesmos, com o senso comum, com os conceitos, as epistemologias e as metodologias já naturalizadas e “cristalizadas” para nós. A produção acadêmica acontece diante da perplexidade, do espanto em relação às diferentes formas de perceber as coisas. Perplexidade, por entender que nós não somos absolutos na construção de nossas histórias de vida; pelo contrário, temos consciência de que, à medida que vamos construindo a história, também construímos a nós mesmos, nas relações, nas tramas, nos jogos de poderes e saberes, envolvidos dentro dessas mesmas redes históricas.

Nesse mesmo sentido, Marre entende que a arte da pesquisa é o lugar em que:

[...] o cientista não somente se interroga, mas vive as rupturas tanto epistemológicas quanto conceituais e operacionais, mediante as quais um objeto científico novo se constrói (...) procura-se o abandono das grandes filosofias lineares ou de identificação demasiado passiva do sujeito pesquisador com um objeto que teria em si mesmo significado, independente do trabalho teórico que o ilumina no momento de sua captura (...) qualquer construção da realidade não é nem definitiva nem dogmática, embora possa e deva ser sistemática e rigorosa (1991, p. 2).

A partir das proposições de Corazza e de Marre, entendo que, no momento em que aceitamos o desafio de desenvolver uma pesquisa e temos a pretensão de que ela receba o *status* de produção científica, é imprescindível apontarmos a temática que estamos nos propondo a pesquisar; qual o recorte dessa temática; quais os questionamentos mobilizados diante dela; quais as ferramentas teóricas e metodológicas que pretendemos usar para analisar e descrever os dados; quais os teóricos que estamos convidando para “ancorarem” nosso trabalho; como foi construído o *corpus* analítico da pesquisa. Ainda mais: quais os perigos, do tempo presente, que pretendemos enfrentar em nosso trabalho. Finalmente: de que modo nossa pesquisa contribuirá para alargar as fronteiras da ciência, para fortalecer a instituição em que trabalhamos e quais os benefícios para a sociedade?

Mobilizado por tais questionamentos, aponto que meu objetivo, neste capítulo, é demarcar as razões que me levaram a eleger as trajetórias de vidas de alguns jovens em conflito com a lei, como temática de pesquisa, bem como para escrever a presente tese. Diante da pretensão anunciada, é perfeitamente razoável que os leitores indaguem: quais as razões que mobilizaram o pesquisador a eleger essa temática para investigar e para escrever uma tese, desconsiderando inúmeros outros assuntos instigantes no campo da educação, na sociedade brasileira contemporânea? Nesse sentido, é inevitável observar que as escolhas de uma temática não surgem no vazio, nem ao acaso; pelo contrário, as experiências têm nos mostrado que os objetos, as realidades e os sujeitos que nos olham e nos desafiam em nossos trabalhos de pesquisas geralmente estão (ou deveriam estar) umbilicalmente ligados com as nossas experiências profissionais e existenciais.

Entendo que pesquisar tem uma relação direta com dimensões políticas e éticas. Quanto à dimensão política, nossas pesquisas podem e devem ser instrumentos de denúncia das práticas injustas, presentes em vários espaços e instituições sociais; e, na medida do possível, espera-se que elas contribuam com propostas e ações concretas, de modo que essas práticas possam ser superadas ou amenizadas. Quanto à dimensão ética, parto em suma do pressuposto de que nossas pesquisas devem considerar os princípios da dignidade e da liberdade da pessoa humana.

Com esses esclarecimentos, passo a apresentar as razões que justificaram a pesquisa empírica e a escrita da presente tese. Em primeiro lugar, como já escrito anteriormente, pretendi dar continuidade e aprofundamento às pesquisas desenvolvidas no curso de mestrado, concluído em 2001, cujo resultado encontra-se registrado na dissertação:

Adolescentes na Comarca de Cáceres: discursos e criminalidade. Naquela ocasião, os questionamentos que me mobilizaram foram: quais os possíveis fatores que levam os jovens a matar ou a serem assassinados, no período de 1990 a 2000, no município de Cáceres? Quais e como eram as práticas (discursivas e não discursivas) desenvolvidas nas instituições onde esses jovens estavam presos ou internados?

Esclareço que meu interesse, na presente tese, continua sendo tratar das histórias de vidas de jovens que se encontram em conflito com a lei. No entanto, meu olhar neste momento se volta para os jovens que se encontram em conflito com a lei, especificamente, aqueles envolvidos com as drogas ilícitas e outros atos infracionais correlatos, no município de Cáceres/MT. A segunda razão foi minha experiência junto ao *Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação* – ligado à Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Como membro desse grupo, trabalhei em dois projetos integrados de pesquisa: *Artefatos culturais e sociedade contemporânea: estudos sobre os discursos como territórios de produção de significados e de constituição de subjetividades, 2003/2005*; e *Formação de Professores e estudos do cotidiano: dilemas e desafios contemporâneos, 2006/2008*.

Outro aspecto a considerar, como justificativa, é a necessidade que tenho de participar da ampliação de estudos acadêmicos sobre a situação em que vive uma parcela significativa da juventude brasileira contemporânea, como apontam as pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores; Júlio Jacobo Waiselfisz (2011), Carmem Maria Craidy (2010); Marília Ponte Spósito (2009); Rosa Maria Bueno Fischer (1996, 2008a, 2008b, 2008c); Miriam Abramovay (2006); Helena Wendel Abramo (1997); Mary Garcia Castro (2006); Maria das Graças Rua (2001); Eliane Ribeiro Andrades (2002 e 2007); Peralva (1997); Regina Reis Novais (2007), entre outros.

Os trabalhos desses pesquisadores têm demonstrado que uma parcela significativa dos jovens brasileiros, nos dias atuais, enfrenta situações de extrema vulnerabilidade. Diante dessa realidade, entendo que desenvolver pesquisas acadêmicas sobre tal temática é trabalho urgente e necessário. Levamos em conta que é justamente no segmento juvenil que se encontram os maiores índices de desemprego, envolvimento com as drogas, crimes contra o patrimônio (furtos, roubos, sequestros, latrocínios). No entanto, o aspecto mais preocupante em relação aos jovens é a constatação de que, todos os anos, centenas deles são brutalmente assassinados por ordem dos líderes das quadrilhas de traficantes ou por agentes dos órgãos da segurança pública do Estado. Assim, faz-se

necessário conhecer quem são os jovens que se encontram em conflito com a lei, especificamente, quem são, e modo mais amplo, para além do envolvimento com o crime, essas pessoas tão jovens e tão "desafortunadas", como nos fala Foucault, em seu belo texto *A Vida dos Homens Infames*.

O último ponto que trago, aqui, para justificar a presente tese, diz respeito à posição geográfica que ocupa o município de Cáceres⁴. Em minha compreensão, situar geograficamente o espaço onde a pesquisa empírica foi realizada é imprescindível para um estudo como este, que ora apresento. O município de Cáceres está localizado na região Oeste do Brasil e do Estado de Mato Grosso, especificamente, no pantanal mato-grossense. A cidade de Cáceres foi fundada no final do Século XVIII, no dia 06 de outubro 1778, época em que o Brasil ainda era colônia de Portugal. Por ocasião de sua fundação, recebeu o nome de *Vila Maria do Paraguay*. A fundação da vila tinha como principais objetivos: servir de base para os viajantes que faziam o trajeto da Capital da Província – Vila Bela da Santíssima Trindade – a Cuiabá, onde estavam localizadas as ricas minas de ouro; povoar a região e impedir o avanço da colonização espanhola na região oeste do continente sul-americano (LEITE, 1978, p.30,31).

Até a década de 1980, o município se estendia por uma vasta área – um dos maiores municípios em extensão territorial do Estado. Com a emancipação de vários distritos, hoje é um município médio, para a realidade do Estado de Mato Grosso. De acordo com o censo do IBGE, no ano de 2010, o município tinha uma população de 85.504 habitantes, sendo 43.642 homens e 41.862 mulheres; 66.299 vivendo na cidade e 19.205, morando na zona rural.

Vale ressaltar que o Estado de Mato tem fronteira com a Bolívia numa extensão de 980 km. Destes, 750 km são de fronteira “em terra seca”, sem quaisquer barreiras físicas que impeçam a circulação de pessoas, mercadorias e veículos entre os dois países. A consequência da falta de barreiras físicas é a quase impossibilidade de fiscalização efetiva, por parte dos órgãos de segurança pública do Estado (Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Receitas Federal e Estadual) e outros órgãos de segurança dessa região do País.

⁴ Ao trazer a posição geográfica que ocupa o município de Cáceres, como justificativa para escolha dos dados empíricos, não tenho a pretensão de construir a história dessa centenária cidade. Meu objetivo é apenas situar, geograficamente, o município. Para maiores conhecimentos sobre a história de Mato Grosso, bem como da fundação da cidade de Cáceres, encontrarão um farto material nas pesquisas do professor Natalino Ferreira Mendes, Luiz-Philippe Pereira Leite e na Tese de Doutorado da professora Maritza Maldonado.

A geografia e a falta de fiscalização possibilitam a construção de incontáveis trilhas, caminhos e estradas clandestinas, na mata, conhecidas como “estradas cabriteiras”, o que facilita o transporte de entorpecentes, veículos roubados, mercadorias ilegais, armas e munições contrabandeadas. Um dos delegados responsável pela delegacia da polícia federal de Cáceres explica que os traficantes usam diferentes meios para transportar a droga da Bolívia para o Brasil (veículos, motos, ônibus, caminhões, animais, bicicletas, e até no estômago das pessoas – as chamadas “mulas humanas”).

É de notório conhecimento, conforme divulgado pela imprensa nacional e internacional, que grande parte da economia boliviana se sustenta na produção e exportação de drogas ilícitas como a cocaína, em forma de pasta-base. Segundo relatório de 2010, da UNODC, órgão ligado às Nações Unidas, que trabalha no combate ao consumo e ao tráfico de drogas no mundo, a Bolívia ocupa o terceiro lugar entre os países produtores e exportadores de cocaína, ficando atrás apenas da Colômbia e do Peru.

Considerando tais fatores, essa região, nos últimos anos, tem sido uma das principais rotas de passagem de cocaína para outros Estados e regiões do Brasil e também para outros países. De acordo com dados da delegacia da Polícia Federal, no ano de 2011 foram apreendidos 1.404,55 quilos e, até julho do ano de 2012, 600 quilos de cocaína na cidade de Cáceres e região.

Parte da droga importada do país vizinho é comercializada e consumida na cidade de Cáceres, principalmente pelos jovens, adolescentes e até mesmo por crianças. Para as autoridades policiais, o que é mais preocupante em relação ao tráfico de drogas na cidade e região é que esse crime, geralmente, está associado a outros crimes de natureza ainda mais grave (furtos, roubos, homicídios, sequestros, latrocínios). Diante disto, tem se tornado comum furtos e roubos de veículos (tanto carros de passeio, como caminhões e “carretas”) em Cáceres e região. As quadrilhas de traficantes roubam os veículos no Brasil (às vezes torturam e matam os motoristas), depois enviam os carros para a Bolívia, onde são vendidos ou trocados por pasta-base de cocaína que, por sua vez, é transportada para o Estado de Mato Grosso, outras regiões do País e para diversas partes do mundo.

Faz-se necessário esclarecer que, ao comentar a posição geográfica do Estado de Mato Grosso e de Cáceres, não desejo estabelecer uma relação direta de causa e efeito entre a população do município e região, com o tráfico de drogas ilícitas e outras práticas criminosas. No entanto, não podemos desconsiderar tal fato, uma vez que os órgãos da segurança do

Estado e o ministério público (estadual e federal) têm apontado que grande parte dos crimes cometidos em Cáceres e no Estado de Mato Grosso, de alguma forma, está associada ao tráfico de drogas.

Assim, entendo que estudar o tema a que me proponho na presente tese, pode ser considerado como altamente pertinente e relevante, considerando que esse trabalho, adicionado a outras pesquisas, pode chamar a atenção do poder público e da sociedade civil organizada, no sentido de pensarem, elaborarem e implementarem ações e políticas públicas, voltadas para atender às necessidades da população juvenil, particularmente daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Ao finalizar este capítulo, mais uma vez reafirmo que o desafio a que me propus foi *conhecer, descrever e analisar as histórias de vidas de alguns jovens* que se encontram em conflitos com a lei. Da mesma forma, quis compreender de que forma esses indivíduos chegaram a ser nominados, classificados, vigiados, presos, julgados, absolvidos, condenados, em práticas institucionais cotidianas e nos respectivos e diferentes discursos a que elas, de alguma forma, estão vinculadas. Enfim, perguntei-me (e continuo me perguntando) como essas redes discursivas capturaram aqueles jovens e como passaram por eles, constituindo dispositivos constituidores de suas identidades e subjetividades.

CAPÍTULO 2

Demarcando os sujeitos da pesquisa e o *corpus* de análise

Dando sequência aos argumentos do capítulo anterior, no qual apresentei as motivações, a relevância e a pertinência dessa tese para a educação, a academia e a sociedade em geral, neste capítulo busco demarcar e descrever os sujeitos da pesquisa, bem como foi construído o seu *corpus* de análise.

Os sujeitos pesquisados são jovens, moradores do município de Cáceres, que estão na faixa etária de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade; acusados de envolvimento com drogas ilícitas (usuários, dependentes ou traficantes), bem como acusados de outros atos infracionais e criminais. Na ocasião da pesquisa, esses jovens estavam internados no centro socioeducativo e presos na cadeia pública ou já haviam passado pelo processo de internamento.

Motivado pelas teorizações desenvolvidas por Michel Foucault e os estudiosos do seu pensamento, pretendo me aproximar destes jovens, não para perguntar *o que é* a juventude, o crime, o criminoso, a violência, a criminalidade, as drogas, a prisão, mas, acima de tudo, para compreender como o fenômeno da criminalidade é construído nas interações pessoais e institucionais; relações estas perpassadas por múltiplas relações de poderes e de saberes.

Diante da concepção teórica e metodológica da qual estou me apropriando, as indagações são deslocamentos. Interessa-me compreender de que modo a população juvenil, de forma particular aqueles jovens são descritos, nomeados, classificados, hierarquizados, valorado e interpelados. Assim, as perguntas que me movimentaram são: como são discursados esses jovens? Como os discursos sobre eles são produzidos e passam a circular na sociedade? Como estes discursos circulam nas instituições que trabalham com eles (Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, cadeias públicas, curadoria da infância e juventude do ministério público, Vara da Infância e Juventude)? Como estes discursos se contrapõem entre si ou se aproximam e se distanciam, simultaneamente?

Depois de muitas idas e vindas e vários encontros de trabalho com a orientadora, ficou acordado que a temática de minha pesquisa seriam os sujeitos jovens envolvidos com a questão das drogas, moradores na cidade de Cáceres. Diante desta decisão, levantaram-se vários desafios: onde encontrar os jovens que eu pretendia conhecer e descrever suas histórias de vidas? Como ter acesso a estes indivíduos, considerando que a maioria deles estava

internada no centro socioeducativo ou eram jovens presos na cadeia pública. Ainda mais: sabemos que “os negócios das drogas” são questões sensíveis e oferecem perigos reais para aqueles que procuram compreender e adentrar seus labirintos.

A questão se tornava ainda mais desafiadora porque a proposta era não trabalhar apenas com documentos pré-constituídos (Boletim de Ocorrência dos policiais, denúncia do Ministério Público, relatórios dos delegados de polícia, sentenças dos juízes de direito, relatório das técnicas judiciárias). Sem desconsiderar estes documentos pré-constituídos, minha pretensão primeira era ouvir as vozes dos próprios jovens e também dos profissionais que trabalhavam com eles.

Seguindo as trilhas abertas pelo filósofo Michel Foucault, particularmente em sua instigante obra *As Vidas dos Homens Infames* (1993), meu intento era trabalhar com “pessoas reais”. Queria conhecer e descrever trajetórias de jovens que tinham vidas obscuras e desafortunadas; pessoas cujos atos tinham causado inquietações, comoções, revoltas, sentimentos, debates nos meios de comunicação, entre os técnicos judiciários, os advogados, os agentes policiais, os delegados de polícia, os promotores de justiça, dos juízes de direito, os educadores e a sociedade em geral.

Da mesma forma, queria trabalhar com fatos históricos, que tivessem documentos muito bem datados e localizados, documentos que pudessem ser compulsados, analisados, mensurados e comparados. Fatos que, pela sua crueldade, anomalia, frieza e pelos sofrimentos provocados por seus autores, engendraram discursos e muitos debates de diferentes campos de saberes e de poderes. Queria trabalhar não com literatura ou ficção criminal; mas com “vidas ínfimas, desafortunadas que só irromperam do anonimato por se confrontaram com as relações do poder”. Em outras palavras: jovens de “vida real”, de “de carne e osso”. Que minha pesquisa tivesse a maior relação possível com a realidade concreta vivida por estes indivíduos “considerados infames”.

Dito isto, esclareço que o *corpus* analítico da pesquisa foi construído por um conjunto de anotações, como já informei anteriormente, feitas por meio de cuidadosas observações nas instituições por onde circulam (ou onde são encarcerados) esses meninos; vali-me também de peças de inquéritos policiais e de processos judiciais, onde estão registrados aspectos das trajetórias das vidas dos jovens pesquisados; utilizei relatórios das atividades desenvolvidas pelos conselheiros do conselho tutelar da infância e da adolescência, bem como boletins de

ocorrência; analisei interrogatórios, laudos médicos, diagnósticos de psiquiatras e psicólogos judiciários; li denúncias do Ministério Público, sentenças e decisões dos juízes de direito; fiz entrevistas com os operadores do direito e com os técnicos judiciários. Mas, talvez, possa dizer que o mais significativo, para mim e para esta pesquisa, tenham sido as entrevistas com os jovens e com os membros de seus núcleos familiares, sem falar das entrevistas com educadores e outros profissionais que, de alguma forma, tiveram contatos com os jovens de que trato aqui.

Vale esclarecer que um fato que favoreceu muita a minha aproximação com os jovens, sujeitos da pesquisa, foi o “mutirão judiciário” que aconteceu na de Cáceres, no mês de Março do no de 2012, realizado pela Vara das Execuções. Esta atividade judiciária tinha como objetivo fazer o levantamento da situação prisional da população carcerária, tantos dos presos da cadeia pública, bem como do centro socioeducativo. Para realizar este trabalho, o juiz responsável pela Vara das Execuções convidou os advogados que estivessem dispostos a contribuir naquele trabalho. Como era do interesse de minha pesquisa, prontamente me apresentei para examinar os processos e conversar com a comunidade carcerária. Foram dez dias de intenso e produtivo trabalho, onde eu tive a oportunidade de analisar e de entrevistar mais de cinquenta jovens envolvidos com diferentes atos infrações e criminais, a maioria deles relacionados com drogas ilícitas e crimes contra o patrimônio (roubos, furtos, latrocínios).

Do universo dos jovens entrevistados, selecionei vinte e cinco deles, já que suas trajetórias de vidas estavam próximas dos objetivos propostos em meu projeto de pesquisa. Assim, as histórias de vidas dos outros jovens entrevistados foram deixadas de lado, embora não deixassem de ter relevância, em termos sociais e políticos. Dos vinte e cinco jovens entrevistados, elegi dois, para construir suas biografias de vida; mesmo reconhecendo que a trajetória de vida cada indivíduo é sempre construída de modo muito singular, de alguma forma, as experiências vivenciadas por aqueles dois jovens, pode-se dizer, “representavam” as histórias das vidas de tantos outros da cidade de Cáceres e até de outras cidades do Estado de Mato Grosso, e por tantas cidades deste País.

Para concluir este capítulo, deixo registrado mais um esclarecimento: depois que participei do *Seminário Biopolítica: dialogando com Michel Foucault e Nikolas Rose*, ministrado pelo Professor Luis Henrique S. dos Santos – e à medida que a pesquisa empírica

ia se desenvolvendo, passei a perceber que meu trabalho tinha uma inspiração etnográfica. Digo inspiração etnográfica porque, diante das circunstâncias em que estavam vivendo os sujeitos da pesquisa, não foi possível fazer uma “imersão” em seus universos geográficos e existenciais, como prevê o método etnográfico, em seu sentido mais “clássico”. No entanto, mesmo diante de tais condicionamentos, foi possível escutar as vozes daqueles sujeitos, participar de seus sofrimentos e esperanças, nos muitas situações de convivência com eles, de conversas informais, escutas respeitadas e generosas e de tantos outros momentos significativos. Vale ressaltar ainda que as possibilidades das leituras e interpretações de uma dada realidade são múltiplas. Minhas leituras tiveram um aporte teórico específico, além de nelas estar presente toda uma experiência pessoal como relatado anteriormente. Assim, estou ciente de que certamente outras leituras e outros olhares são possíveis quanto a esta mesma realidade. O importante é a abertura aos vários olhares possíveis, inclusive quando fazemos as nossas escolhas.

CAPÍTULO 3

Das ferramentas de trabalho: inspirações teórico-metodológicas

Ao comentar as diferentes possibilidades de utilizar o pensamento de Foucault como ferramenta de trabalho, Fischer (1994) nos chama a atenção para o fato de o filósofo não nos ter deixado “uma teoria e uma metodologia” prontas e acabadas. Ao contrário, ele foi construindo e refinando suas ferramentas teóricas e metodológicas, à medida que realizava, de forma meticulosa e com muito rigor, suas investigações empíricas. Pretendo seguir caminhando nas sendas abertas por Fischer, particularmente em seu texto *A paixão de trabalhar com Foucault* (1996), no qual escreve que o filósofo, ao realizar suas pesquisas, nunca separava a teoria da prática. Para ele, o método estava inserido na teoria, e a teoria, por sua vez, no método. Essa indissociabilidade entre empiria/teoria/metodologia, aprendida com Foucault, constitui, também, a ferramenta com que fui a campo, e com que empreendi a análise.

Do projeto intelectual de Foucault, vale ressaltar sua característica cambiante. Ele foi um pensador de progressos e de retrocessos, de reiteraões e autocríticas. Interessou-se pelos mais variados assuntos; estava constantemente elaborando diferentes perguntas para distintas questões. Foucault considerava que o papel do intelectual deveria ser o de um questionador permanente do presente, um ser dedicado a abrir-se sempre a questionar a própria forma de pensar e ver o mundo. Aprendemos com ele que o trabalho do intelectual deve ser o de interrogar permanentemente; o de fazer, sem medo, uma crítica e autocrítica contínua de teorias passadas e presentes, particularmente daquilo que usamos muitas vezes como verdade inquestionável para nós, em nossos estudos.

Foucault lamentava o fato de muitas pessoas permanecerem sempre idênticas a si mesmas, sem qualquer modificação em suas trajetórias intelectuais, sem aceitar a ultrapassagem e até a superação dos pontos de vista assumidos anteriormente. Nesse sentido, Fischer comenta o projeto intelectual de Foucault:

(...) em Foucault não se deve tomar nada por fixo ou garantido, seu método nos ensina a considerar as experiências humanas historicamente singulares, referidas ao objeto que investigamos: porque nelas, nos defrontamos não mais com as “coisas em si”, mas com produtos dos discursos, um discurso que se transforma, pois que está vivo em multiplicadas lutas, em inúmeros jogos de poder (Fischer, 1994, p. 53).

Dessa forma, Foucault rompeu com os padrões estabelecidos em sua época, mais especificamente, não se deixou dominar pelo que era hegemônico nos modos de pensar o social e o cultural, bem como o filosófico. Como consequência, é quase impossível colocá-lo em qualquer moldura ou corrente de pensamento fechados. Ele entendia que o trabalho do intelectual consiste em interrogar as evidências e os postulados, questionar as maneiras de pensar, sacudir os hábitos adquiridos, problematizar as instituições e as regras cristalizadas. Ele nos sugere que não devemos buscar a compreensão das várias formas de dominação, o desaparecimento e o surgimento de novas *epistemes* nas grandes narrativas, mas nas práticas específicas, mínimas, como a dos médicos, dos psiquiatras, dos higienistas, nos diferentes espaços institucionais, como os manicômios, hospitais psiquiátricos e prisões, dentre tantas outras instituições sociais.

Em sua despretensão de ser modelo ou fundador de qualquer discursividade, recusou-se a ser chamado de *autor*; desejava que cada um de seus livros fosse apenas mais um objeto ou um evento, “que cada livro desaparecesse, enfim, sem que aquele a quem aconteceu escrevê-lo pudesse, alguma vez, reivindicar o direito de ser senhor, de impor o que queria dizer, ou dizer o que o livro deveria ser” (FOUCAULT, 1992, p. 95).

Veiga-Neto (1996), ao escrever sobre as diferentes possibilidades de utilizarmos a caixa de ferramenta foucaultiana em nossas pesquisas, nos alerta para o fato de que, quando se fala em método(s) em Foucault, é preciso ter o cuidado de não tomar essa expressão no registro corrente, seja na área da filosofia sistemática ou nas amplas áreas do pensamento sociológico, antropológico, histórico e cultural (também educacional, área que particularmente nos interessa).

(...) tudo o que ele (Foucault) tem a nos oferecer são descrições brilhantes do passado, complementadas por sugestões que auxiliam sobre como evitar cair nas armadilhas das antigas suposições historiográficas. Essas sugestões são uma série de máximas negativas que nem se originam de uma teoria nem se constituem num método (VEIGA-NETO, 1996, p. 182).

No entanto, mesmo rejeitando a concepção positivista, Foucault alarga os conceitos de teoria e de método, apontando que “método é um instrumento ou um conjunto de ferramentas que nos permite orientar nosso conhecimento e nossa investigação passo a passo, na base da reflexão, a qual será necessariamente histórica” (VEIGA-NETO, 1996, p. 182).

Outro aspecto a ser destacado é que, no curso de suas pesquisas, Foucault trabalhava com documentos “escritos e reescritos”, de indivíduos desconhecidos, considerados “infames”. Através de minuciosas e sistemáticas pesquisas em documentos e outras fontes, buscava conhecer fragmentos de histórias de homens e mulheres “mínimos”. Vidas condenadas a passar, a permanecer na sombra, no silêncio, como descreveu em *A Vida dos Homens Infames* (Foucault, 2003, p. 204-222).

Em farta e minuciosa pesquisa documental, que compõe sua obra clássica *Vigiar e punir – o nascimento da prisão* (2000), Foucault constrói a história das formas de punir, na sociedade ocidental dos últimos séculos. Nessa obra, aponta que, em cada momento histórico, a sociedade cria seus crimes, produz seus criminosos, promulga suas leis e constrói determinadas instituições para punir os que transgridem a ordem, os criminosos. Em sua pesquisa genealógica sobre o sistema prisional, Foucault demonstrou a ruptura na arte de punir, mostrando o que aconteceu entre época clássica e idade moderna. A forma de aplicar a pena, que inicialmente se fazia pública, se dava pela prática do suplício, passou a ganhar novos contornos, no caso, a ser aplicada com base no encarceramento dos corpos dos condenados. Hoje ainda somos herdeiros de numerosos elementos desse momento histórico, dessa prática, desses discursos, embora tão distantes no tempo e nos espaços, considerando o que Foucault descreveu em sua obra.

Na segunda metade do século XVIII e início do XIX, tem início uma nova forma de punir os crimes. Nessa nova *episteme*, a pena deve ser aplicada de acordo com a personalidade e com o tipo de crime praticado pelo agente criminoso. A aplicação da pena não tem mais como objetivo principal provocar sofrimentos físicos ao criminoso, expondo-o ao olhar público; quer-se (pelo menos nos propósitos afirmados dessas instituições) educá-lo para que não volte a incidir em novas práticas criminosas. O corpo do condenado passa a ser apenas o instrumento da aplicação da pena (embora o sofrimento físico e outras formas até de tortura permaneçam, como sabemos). A punição deixa de ser vista como um espetáculo público e a pena passa a ser aplicada reservadamente.

Nesse novo momento do direito criminal, a figura assustadora do carrasco, paulatinamente, vai sendo substituída por um corpo de técnicos, composto de médicos, psicólogos, enfermeiros, psiquiatras, pedagogos, religiosos e outros profissionais que acompanham os condenados no cumprimento de suas penas. A pena continua sendo aplicada

ao corpo do infrator; no entanto, o objetivo principal é efetivamente alcançar a *alma* do criminoso. A partir desse momento, a justiça penal começa a fazer uma cisão, cada vez mais precisa, entre os juízes que julgam e condenam, e as instituições e os profissionais que executam a aplicação das penas (FOUCAULT, 2000, p.11-13). Com o novo direito penal, surgem áreas de saberes – criminologia, psiquiatria criminal, sociologia criminal, psicologia – voltadas para a compreensão das motivações dos atos criminosos e outras áreas da ciência que passaram a auxiliar a justiça penal.

A partir do pensamento de Nietzsche, Foucault desenvolve o “método genealógico”, com o qual analisou e descreveu a história das diferentes instituições – de controle e de disciplinamento – e os modos como o indivíduo foi se constituindo sujeito, na sociedade ocidental. As pesquisas mostraram de que forma as relações de poder são exercidas e como os teóricos da idade moderna compreendiam os efeitos das relações no interior das instituições sociais (sistema prisional, religião, quartel, fábrica, família etc.). Assim, o “método genealógico” utilizado por Foucault consiste, sinteticamente falando, em analisar uma questão do passado, partindo de uma questão do presente.

Esse trabalho genealógico começou, conforme Esther Diaz (1993), com o texto *A Ordem do Discurso* – aula inaugural proferida no Colégio de France, em 1970. Nesse texto, o filósofo procura escavar, nas fontes longínquas da história, as condições que possibilitaram o surgimento das verdades, ou melhor, de determinados regimes de verdades. Sua preocupação central é demonstrar como acontecem as relações de poder no interior das instituições sociais, e como aí se constroem, se controlam e se modificam os discursos.

O poder não era objeto principal nas pesquisas de Foucault; no entanto, suas contribuições possibilitam o entendimento dos modos de produção, circulação dos efeitos do poder – que é compreendido como uma ação que se exerce sobre as ações de outras pessoas. Assim, o poder não emana apenas de um centro; da mesma forma, a ação do poder não é apenas negativa, é também produtiva – sua ação produz instituições, subjetividades, identidades, formas de ser e estar em uma determinada cultura e sociedade.

SEGUNDA PARTE

JUVENTUDES EM DISCURSO

CAPÍTULO 4

Juventude(s) e seus dilemas: uma população de muitos rostos

A partir das últimas décadas do século passado, os jovens brasileiros e seus dilemas têm chamado a atenção dos poderes públicos (federal, estaduais e municipais) e da sociedade civil de um modo geral. Os meios de comunicação, as universidades, os centros de pesquisas, as igrejas, os clubes de serviços e outras organizações sociais têm buscado compreender o universo da juventude e seus dilemas, dados os problemas identificados – sejam deles relativos a questões de vida educacional, amorosa, política, econômica, cultural.

Na esteira dessas preocupações, o poder público tem desenvolvido ações e políticas públicas que atendam às necessidades da população juvenil mais vulnerável; no entanto, tais ações e políticas ainda são tímidas, pontuais e fragmentadas. A título de exemplo, podemos apontar o *Programa Universidade para Todos* – PROUNI, criado no ano 2000, pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC). Sua finalidade é conceder bolsas de estudos integrais e parciais (50%), em instituições privadas de ensino superior, a estudantes carentes. A criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, no ano de 2005, pelo Governo Federal – ligados diretamente ao Gabinete da Presidência da República – tem o objetivo de propor, coordenar, acompanhar e avaliar as ações e as políticas públicas voltadas à população juvenil, em todo o território nacional. Outro marco importante dessas ações foi a Lei 12.852/08 – *Estatuto da Juventude*. O referido Estatuto apresenta um rol de direitos aos jovens e impõe, ao poder público e à sociedade civil, obrigação de desenvolver uma série de ações para que sejam atendidas numerosas e diferentes demandas desses indivíduos.

Acontecimentos de repercussão mais acentuada no universo da juventude do País, mais recentemente, foram as passeatas e manifestações relacionadas com a efetivação dos direitos constitucionais, durante os meses de junho e julho de 2013. Nessas manifestações, os jovens ocuparam as ruas e as praças das principais cidades do País. Alguns desses protestos foram reprimidos de forma violenta pelo aparato policial do Estado. Dentre os motivos das reivindicações, destacam-se os altos preços e a baixa qualidade dos serviços oferecidos pelo poder público (saúde, educação, segurança, moradia, transportes, entre outros); a ética e a

transparência na gestão dos recursos públicos administrados pelos gestores do Estado; os direitos e o respeito às diferenças (gêneros, étnicas, religiosas, sexuais etc.); e a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Outro acontecimento que mobilizou parte significativa da juventude brasileira foi a *13ª Jornada Mundial da Juventude*, realizado pela Igreja Católica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em julho de 2013, da qual participaram mais de três milhões de jovens, de 150 países. Nas homilias proferidas pelo Papa Francisco, voltadas especialmente para a juventude, o Pontífice convoca os jovens do mundo inteiro a serem protagonistas de suas próprias histórias e construtores de uma nova sociedade, que tenha como princípios: a paz, o diálogo, a tolerância, o acolhimento e o encontro com o outro –, especialmente considerando os que vivem nas periferias geográficas e existenciais dos diferentes pontos do mundo.

Outros fatos nos fazem perceber que não apenas o poder público e as entidades sociais estão interessados em conhecer o comportamento dos jovens brasileiros, mas também os empresários e os industriais têm incentivado pesquisas para conhecer quais são as preferências de consumo dos jovens. Um dos motivos que tem levado o setor empresarial a se interessar pelos jovens é seu potencial de consumo. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geográfico e Estatístico (IBGE), referentes aos anos de 2008 a 2010, a população de jovens (que estão na faixa etária entre 15 a 29 anos) conta com 50,5 milhões de brasileiros, mais de um quarto da população do País. Isso significa que tais indivíduos são consumidores em potencial, dos mais variados tipos de produtos e serviços disponíveis no mercado brasileiro.

Pesquisadores/as das mais diferentes áreas dos saberes, como já citamos na abertura desta tese têm desenvolvido pesquisas no sentido de analisar, compreender e descrever os jovens brasileiros; os produtos e os serviços que consomem; os perigos a que estão expostos; as principais causas de suas mortes; seus principais medos e os desafios; sua percepção de mundo; seus projetos e expectativas em relação ao futuro.

Spósito, na pesquisa sobre *O estado da arte sobre juventude brasileira na pós-graduação* (2009), ao fazer o inventário das pesquisas desenvolvidas sobre essa temática nos programas de pós-graduação, aponta que os aspectos mais pesquisados foram: juventude e o processo de escolarização; juventude e o processo de exclusão social; juventude e as vivências

universitárias; juventude e as questões da sexualidade; juventude e as questões de gêneros; juventude e o mundo do trabalho; juventude e os meios de comunicação; juventude e as questões raciais; juventude e as políticas afirmativas; juventude e a participação cultural e política; juventude rural; juventude portadora de necessidades especiais; juventude e as questões da violência e da criminalidade; juventude, lazer, consumo e sociabilidade; juventude e as questões das drogas (tanto lícitas, como ilícitas); juventude e o meio ambiente; juventude e a religião e a família; juventude e os esportes; juventude indígena; juventude e a relação com o corpo.

Os trabalhos desses pesquisadores têm mostrado que, nos últimos anos, uma parte significativa da população brasileira conseguiu sair do estado de miséria ou pobreza. No entanto, esse fato não aconteceu com os jovens, pois uma parcela significativa deles continua a viver em meio a situações precárias e de grande vulnerabilidade. As mesmas pesquisas têm apontado que, nos dias atuais, os maiores desafios enfrentados pelos jovens são: dificuldades de acesso e permanência no sistema escolar; baixa escolaridade e formação profissional; desemprego ou subemprego; altos índices de mortalidade, por causas externas ou violentas (homicídios, trânsito); envolvimento com as drogas; desânimo diante da vida presente e falta de perspectivas em relação ao futuro.

Apenas para ilustrar essa situação de vulnerabilidade, cito dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/2010: 59% de todas as pessoas que estão cumprindo penas no sistema carcerário brasileiro estão na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade, mais da metade das quais envolvidas com drogas ilícitas. Enfim, tudo indica que *a população carcerária do País tem um rosto jovem*.

A partir da situação posta, passo para o meu objetivo mais específico, qual seja, o de tentar compreender o universo dos jovens que vivem no município de Cáceres, envolvidos em conflito com a lei. As perguntas que me mobilizam, inicialmente (embora sejam bem amplas e eu não chegue a buscar respostas especificamente para elas), são:

◇ De que modo se constrói hoje um conjunto de sentidos sobre *ser jovem* na realidade brasileira?

◇ Como os jovens brasileiros estão construindo suas trajetórias de vidas?

◇ Quais os principais perigos a que estão expostos ao construir suas trajetórias de vidas?

◇ Quais medos e incertezas experimentam em suas trajetórias de vidas?

◇ Que representações a “sociedade adulta” têm desses jovens, particularmente daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade?

Ao me aproximar do universo juvenil, eu pretendia escutar suas vozes e, assim, tentar romper com algumas concepções que a população adulta tem construído sobre a juvenil. Meu desafio foi além de apenas ouvir suas vozes: consistiu (e consiste) em escutar da forma mais aberta possível o que eles têm para contar sobre suas experiências de vida.

Dayrell (2007), ao analisar e descrever as trajetórias de vidas de jovens envolvidos com os estilos musicais *rap* e *funk*, na cidade de Belo Horizonte/MG, assinala que devemos ver e ouvir os jovens para além do momento em que estão vivendo; para além dos atos infracionais de que estão sendo acusados. Caminhando nas sendas abertas por Dayrell, meu desafio foi, justamente, superar a concepção reducionista, que faz relações diretas e quase mecânicas, entre juventude, drogas e atos infracionais. A minha vigilância epistemológica foi a de não reduzir ou limitar as histórias das vidas dos jovens pesquisados apenas às circunstâncias em que viviam: dos bairros ou das vilas onde moravam; da cor de sua pele; dos amigos com as quais convivem; das roupas, dos cortes dos cabelos, da linguagem peculiar; dos produtos culturais que consomem (músicas, filmes, danças, literatura) ou pelos quais não se interessam. Assim, eu intentava perceber esses sujeitos mais amplamente do que os rótulos que carregavam (drogados, perigosos, irrecuperáveis, criminosos, “figurinhas carimbadas”, presidiários, reeducandos) por quase todos os espaços em que transitavam.

Os estudiosos, das diferentes áreas, têm demonstrado que os jovens têm construído suas histórias de vida em circunstâncias completamente diferentes umas das outras. As trajetórias de vidas estão diretamente ligadas ao núcleo e ao contexto familiar em que nasceram: sua situação econômica; o meio social em que transitam; a confissão religiosa que professam; o sistema educacional a que têm acesso, entre outras variáveis. Assim, os jovens que têm a oportunidade de usufruir dos bens indispensáveis ao desenvolvimento

humano digno estão mais propensos a construir suas trajetórias de vida completamente diferente daqueles que são privados desses mesmos bens.

Os jovens que estão vivenciando situações de vulnerabilidade, na maioria das vezes, começam a trabalhar muito cedo, alguns ainda na fase da infância. Assim, em virtude da baixa escolaridade e da falta de experiência profissional, muitos deles acabam sendo excluídos do mercado de trabalho formal. Diante disto, são subempregados ou trabalham informalmente, percebendo baixa remuneração e sem qualquer tipo de garantia trabalhista ou proteção social.

Semelhante a milhares de jovens que vivem em outras cidades do País, uma parcela significativa dos jovens que vivem na cidade de Cáceres/MT também constroem suas histórias de vida com carências e dificuldades, muitos deles em conflito com a lei, em consequência do envolvimento com as drogas ilícitas e outros atos infracionais. Os jovens que se encontram nessas circunstâncias têm perfis bem demarcados: geralmente fazem parte de núcleos familiares que sofrem de carências materiais, emocionais, educacionais; moram nos bairros ou favelas afastadas do centro da cidade, comunidades quase desprovidas dos serviços básicos que deveriam ser oferecidos pelos órgãos do poder público. Ainda mais: em sua maioria, são indivíduos de cor não branca (negros ou pardos); possuem baixo nível de escolaridade e lhes faltam experiências profissionais. Alguns deles já foram vítimas de violência ou passaram pelas experiências do abandono, ou até de ambos.

Os dados da pesquisa empírica demonstraram, ainda, que a maioria desses jovens, em consequência do envolvimento com as drogas ilícitas e outras as práticas infracionais, são detidos ou presos e encaminhados para a cadeia pública ou para o centro socioeducativo. Como o sistema prisional não dispõe dos recursos humanos e materiais necessários para acolher e acompanhá-los, no sentido de ressocializá-los e reintegrá-los à sociedade, eles acabam reincidindo em novos crimes e são recolhidos e enviados novamente para a prisão, em um verdadeiro círculo vicioso.

Esses jovens, expostos aos mais diversos tipos de perigo, quando não são presos, acabam sendo assassinados por ordem dos líderes das quadrilhas, pelas milícias particulares ou mesmo pelos próprios agentes da segurança pública do Estado. A situação de insegurança

em que vivem pode ser exemplificada pelo depoimento de um dos detentos, que se encontra cumprindo pena na cadeia pública do município:

[...] por causa da forma desumana e degradante que os presos são tratados, aqui na prisão, perdi qualquer motivação diante da vida, não tenho projetos ou qualquer expectativa em relação ao futuro, porque eu sei que o meu destino já está traçado: apodrecer na cadeia ou ser morto pelas quadrilhas dos traficantes ou pelos próprios agentes policiais. [...] eu sei que o fim de todo bandido é a cadeia ou o caixão e, depois de morto, sofrer no purgatório ou no inferno.⁵

Neste trabalho, não é minha intenção fazer ligações fechadas e diretas de causa-efeito entre a população juvenil em situação de vulnerabilidade e as questões das drogas e da violência, realidades tão presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Isso porque tanto as pesquisas acadêmicas como os dados do sistema prisional apontam que apenas uma pequena parte desses jovens, em estado de vulnerabilidade, se envolve com as drogas e outras práticas infracionais.

O fato é que a chamada “sociedade adulta” tem construído representações sobre os jovens e seus comportamentos. Essas representações, de alguma forma, interferem na maneira de compreender os dilemas vividos pela população juvenil (seus medos e inseguranças, desânimos, apatia e falta de perspectivas e projetos para o futuro). De acordo com os autores mencionados, as principais representações que a “sociedade adulta” construiu e continua construindo é que os jovens são *sujeitos em processo de transição*. Nessa visão, *os jovens são pessoas que ainda não são, mas que poderão vir a ser, quando se tornarem adultos*. Desse modo, todo investimento direcionado a eles tem com objetivo prepará-los para as funções que desenvolverão quando se tornarem adultos.

Outra forma de conceber os jovens é como pessoas que *ainda não alcançaram a capacidade plena*. São exemplos os comentários: os jovens ainda não dispõem de maturidade psicológica e emocional; os jovens ainda não alcançaram a maioridade penal e civil; os jovens ainda não têm formação e experiência profissional adequada para ingressar no mercado de

⁵ Reconhecemos que alguns pesquisadores optam em conservar os relatos e os depoimentos de seus informantes na forma como estas falas foram pronunciadas pelos seus autores. Mesmo reconhecendo que esta é uma forma válida. No entanto, no presente trabalho, optei por transcrever e registrar as falas e os depoimentos dos sujeitos da pesquisa, (os jovens e as pessoas de seus núcleos familiares, os operadores do direito, os técnicos judiciários, os educadores e outras pessoas que, de alguma forma, tiveram conviveram os jovens); de acordo com os cânones da língua portuguesa considerada padrão. O objetivo desta opção foi no sentido de dar clareza, leveza e fluidez ao texto.

trabalho; os jovens ainda não alcançaram a independência financeira; os jovens ainda não alcançaram a idade para serem eleitores.

Outros exemplos são explicitados pelos estudos citados, como estes a seguir: ser jovem é estar atravessando uma determinada idade cronológica ou biológica; a juventude é o tempo que o indivíduo tem para se preparar para a vida adulta; a juventude é uma fase de muitos riscos, é nessa idade que os indivíduos podem se envolver com atos de violência, drogas, criminalidade, acidentes de trânsito; a juventude é o momento em que os indivíduos enfrentam as crises existenciais, o que os leva a questionarem os valores das instituições sociais.

O que podemos perceber é que a “a sociedade chamada adulta” encontra inúmeras dificuldades de se relacionar com os jovens e seus questionamentos. Essas dificuldades se evidenciam na visão negativa e, até certo ponto, discriminatória, que uma parcela significativa da sociedade tem em relação aos jovens, particularmente para com aqueles em conflito com a lei. Essa visão negativa pode ser exemplificada pelas constantes notícias sensacionalistas veiculadas, quase diariamente, pelos meios de comunicação. Alguns programas, de cunho sensacionalista, atribuem aos jovens os principais problemas enfrentados pela sociedade contemporânea: as drogas, furtos, roubos, assaltos, homicídios, latrocínios.

Os modos de relacionamento entre a “sociedade adulta” e o segmento juvenil têm se mostrado contraditórios. Se, por um lado, os jovens são acusados de faltantes, irresponsáveis, desajustados, dispersivos, desobedientes, desatentos, improdutivos, figuras com “problemas sociais” etc., por outro, essa mesma sociedade tem depositado nos jovens a expectativa de um futuro melhor e as esperanças de renovações e de mudanças nas estruturas sociais. Assim, tanto a juventude é celebrada, cantada, admirada, cultuada, como é acusada de incontáveis problemas.

Pesquisadores contemporâneos têm empreendido esforços no sentido de desconstruir e contrapor os discursos que concebem e nomeiam os jovens como sujeitos faltantes, pessoas plenas de “problemas”, verdadeiros “perigos sociais”. Segundo os estudiosos, os jovens devem ser vistos e tratados, acima de tudo, como sujeitos de direitos e de deveres. Como sujeitos de direitos, precisam ser ouvidos, acolhidos, protegidos, respeitados, bem como desafiados e encorajados a se tornarem agentes transformadores das

realidades em que estão inseridos. Vale registrar que essa concepção sobre os jovens foi enfatizada, por várias vezes, nas homilias do Papa Francisco na sua visita ao Brasil, por ocasião da *Jornada da Juventude/2013*.

Ao perceber os jovens como sujeitos de direitos, novos desafios se apresentam a todos aqueles que se propõem a trabalhar com eles, seja como educadores, pesquisadores, orientadores ou conselheiros. Diante dessa nova concepção, aqueles que aceitarem o instigante desafio de caminhar com a população juvenil, necessariamente precisam passar por um processo de aprendizagem: na arte de formular novas perguntas, de escutar e de olhar para o jovem. Faz-se necessária a sensibilidade para ouvir as vozes desses indivíduos. Não sendo assim, corre-se o risco de perder a possibilidade de estabelecer diálogos significativos com eles.

Pesquisadores como Abramovay (2009), entre outros, observam a necessidade de superarmos a forma de ver e tratar os jovens, como se estivéssemos diante de uma realidade homogênea. Precisamos perceber a população juvenil como inserida nos diferentes espaços e tempos em que transitam. Pesquisas acadêmicas mostram que esses indivíduos constroem suas trajetórias de vidas de acordo com distintas condições econômicas, sociais, religiosas, familiares, educacionais, por eles vividas. Assim, já não é possível pensar a juventude de modo singular.

A realidade social demonstra que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. [...] Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo *juventudes*, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria (ABRAMOVAY, 2007, p. 25).

Nessa direção, observa-se que os segmentos juvenis mais vulneráveis têm preocupado os órgãos do poder público e de instituições da sociedade civil organizada. Uma das questões mais relevantes é o envolvimento com o consumo e o tráfico de drogas ilícitas. Nesse contexto, os próprios jovens são as principais vítimas: todos os anos, milhares deles são assinados pelos líderes do tráfico, por grupos de extermínios ou por agentes dos órgãos da segurança pública do Estado. Diante da complexidade do problema das drogas ilícitas, são apresentados diferentes caminhos enfrentar a questão. A primeira solução apontada segue a

visão criminalizadora. Para os defensores dessa concepção, os traficantes, os usuários e, até mesmo, os dependentes devem ser tratados como criminosos e desagregadores da estrutura social. Essa forma de compreender a questão, ainda que por vias oblíquas, é herdeira da corrente que ficou conhecida como liberalismo jurídico. Para aqueles que acolhem a concepção liberal, em suas diferentes vertentes, os indivíduos, ao nascer, são livres e responsáveis por seus atos, incluindo as condutas criminais. Assim, a conclusão lógica dessa concepção jurídico-filosófica é que os sujeitos, ao se envolverem com o consumo e o tráfico de drogas e outros atos infracionais, devem ser responsabilizados de acordo com as penas previstas no ordenamento jurídico penal.

Para ilustrar essa concepção jurídico-filosófica, vejamos o caso de um jovem que, há pouco tempo, matou uma dentista, na cidade de São Bernardo do Campo, SP. Não desconsiderando a gravidade do ato praticado pelo jovem, destaco, nesse episódio, as formas, sensacionalista e alarmista, com que o fato foi abordado por alguns programas de televisão. O ato infracional, agravado pela intensidade da violência, serviu de justificativa para que o governador daquele Estado apresentasse ao Congresso Nacional um Projeto de Emenda a Constituição Federal com o objetivo modificar o Artigo 228 da Constituição Federal, que reduziria a idade dos 18 para 16 anos da imputabilidade penal. A emenda previa, ainda, a modificação de artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar de três para sete anos a duração do tempo da medida de internamento para os adolescentes que cometessem atos infracionais de natureza grave.

Contrapondo a concepção da criminalização das drogas para os usuários e os dependentes, insurgem-se aqueles que advogam que o enfrentamento da violência e da criminalidade vai além do aumento do efetivo policial, da promulgação de leis criminais mais severas e da construção de novas prisões e penitenciárias. A segurança pública não é apenas uma questão de polícia. Os fatores que podem facilitar e até encorajar os indivíduos a seguirem o caminho da marginalidade são múltiplos e complexos; conseqüentemente, devem ser vistos e analisados para além da política de encarceramento.

Nesse mesmo sentido, pesquisadores da temática asseveram que os fatores que podem levar os jovens a se envolverem com as drogas são múltiplos: a constituição da personalidade do indivíduo; a estrutura e o funcionamento do núcleo familiar; as dificuldades do acesso à educação e a saúde de qualidade; as dificuldades de se encontrar atividade laboral

digna; as deficiências ou mesmo ausência de políticas públicas, voltadas especificamente para atenderem as necessidades da população juvenil, a necessidade de pertencer a um grupo onde eles se sintam acolhidos e protegidos entre outros.

Diante da complexidade e dos múltiplos fatores que podem facilitar e encorajar os jovens a trilharem o caminho da criminalidade, incluindo o consumo, a dependência e o traficante das drogas ilícitas, é imprescindível colocar a questão em um contexto mais ampla. Essa forma de abordagem enfrenta acirradas críticas por parte daqueles que defendem a criminalização das drogas. Eles entendem que, à medida que a responsabilidade individual se desloca para as causas sociais, os jovens deixariam de ser responsabilizados por suas condutas criminais; e, conseqüentemente, os órgãos de repreensão do Estado não teriam instrumentos para aplicar as devidas sanções penais.

Entendo que o enfretamento e a superação do problema aqui mencionado só alcançarão resultados satisfatórios quando se implementarem políticas públicas voltadas especificamente para atender às necessidades dos jovens, particularmente daquela parcela que se encontra em estado de maior vulnerabilidade. Nessa rede de atendimento, necessariamente, deve-se incluir educação e saúde de qualidade, emprego, moradia, mobilidade, lazer, democratização dos espaços públicos, assistência e acompanhamento das famílias em estado de carências. Essa concepção postula que os jovens em estado de drogadição, particularmente os usuários, devem ser tratados como pessoas vitimadas de uma estrutura social injusta; de um Estado omissivo, no sentido de atender as necessidades básicas de sua população.

Se, por um lado, os jovens têm praticado atos de violência, de diferentes naturezas, por outro, constituem-se como as maiores vítimas. Todas as formas de violência são graves, no entanto, a violência se torna ainda mais preocupante quando se atenta contra a integridade física e psicológica das pessoas – com espancamentos, lesões corporais, homicídios simples e qualificados, torturas físicas e psicológicas, por exemplo.

Nesse sentido, ao arrazoar sobre a cultura da violência e da banalização da morte que perpassa a sociedade contemporânea, o sociólogo francês Bernardo Charlot (1994) pondera que a violência é um fenômeno muito difícil de ser definido, analisado e quantificado; porém, é uma realidade bem fácil de ser sentida e percebida pelos cidadãos de todas as idades e de todas as classes sociais. Ainda segundo o sociólogo, a violência, em suas

diferentes formas, tem se tornado uma das marcas da sociedade moderna. Isto significa que todas as pessoas, algumas mais outras menos, estão expostas e podem ser vítimas desses atos. Assim, o fenômeno da violência tem se transformado em uma ameaça constante para as vidas e o patrimônio das pessoas, tanto nos grandes centros urbanos como nas pequenas cidades e até nas zonas rurais. A sociedade contemporânea, incluindo a sociedade brasileira, vê-se perpassada pela cultura da violência e da morte, que se manifesta através de atos “aparentemente inocentes” ou em suas formas mais graves – homicídio, latrocínio, espancamento, estupro –, bem como em atos de violência morais, psicológicos, simbólicos, entre outros.

Ainda pensando sobre a questão da violência presente na sociedade brasileira contemporânea, trago, aqui, alguns dados do *Mapa da Violência: os jovens do Brasil*, em sua versão de 2011 (Wiselfiz, 2011). Esses dados mostram que as ações e as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, em âmbito federal, estaduais e municipais, em parceria com a sociedade civil, conseguiram desacelerar, ainda que de forma tímida e pontual, o crescimento dos atos de violência – principalmente os homicídios dolosos, sequestros e latrocínios – nos últimos anos no País. Para os pesquisadores, as ações que mais contribuíram para estabilizar, e até fazer declinar os atos de violência, foram: a campanha pelo desarmamento/2004; a criação do Plano Nacional de Segurança Pública; a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública; as ocupações, a partir do ano 2011, de morros e favelas de algumas cidades, que se encontravam sob o domínio de facções criminosas – como foi o caso emblemático da ocupação da *Favela do Alemão*, no Rio de Janeiro/RJ.

Houve recuo nos números de atos de violência – com destaque para a Região Sudeste, particularmente nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. No entanto, os índices de criminalidade no Brasil continuam sendo alguns dos mais altos do mundo. O que mais preocupa é que as políticas de segurança pública apresentam deficiências e fragilidades, de várias naturezas: alto índice de ações violentas e desvios de condutas de uma parte considerável dos agentes da segurança pública, em praticamente todos os Estados da Federação.

A título ilustrativo, vale registrar os dados da Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul, que mostram um forte crescimento dos homicídios dolosos contra a vida, no ano de 2012, em Porto Alegre e nas principais cidades do Estado. Da mesma forma, o aumento dos mesmos crimes no Estado de São Paulo, no primeiro semestre do ano de 2013, principalmente

envolvendo grupos de extermínios e agentes dos órgãos da segurança pública (polícias civil e militar, bombeiros, delgados da polícia civil, diretor de prisões e carcereiros). Uma parte considerável desses crimes foi praticada por agentes policiais, e a maioria das vítimas eram jovens entre 15 e 30 anos, de cor não branca (negro e pardos), pobres, moradores das periferias das cidades do Estado de São Paulo e, de alguma forma, envolvidas com drogas ilícitas.

Ainda de acordo com os dados do *Mapa da Violência, jovens do Brasil/2011*, considerando-se os cem países mais violentos do mundo, o Brasil ocupa, atualmente, a sexta posição. A situação é ainda mais preocupante em relação aos atos de violência graves, como os homicídios dolosos, em suas formas simples e qualificadas, lesões corporais, torturas, espancamentos, maus tratos etc. A verdade é que, enquanto o número de crimes dolosos contra a vida se mantém estável ou tem recuado entre a população adulta, o número dos homicídios entre a população juvenil aumentou significativamente, nos últimos anos. Diante desse cenário adverso, a faixa etária que está mais exposta a ser vítima de morte violenta são aqueles que se encontram entre os 15 a 24 anos, e o ponto máximo de perigo ocorre aos 20 anos de idade.

O índice de óbitos envolvendo a população juvenil chega a 39,7% das mortes no País. Essa situação se agrava em alguns Estados como Alagoas, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Distrito Federal. Nesses Estados, os homicídios já são responsáveis por mais de 50% das mortes entre a população juvenil. A situação se torna ainda mais preocupante quando se trata de jovens de cor não branca (negros e pardos). Em algumas Unidades da Federação, a possibilidade de um jovem de cor negra ou parda morrer de forma violenta (assassinado) é 103% maior do que de um jovem não negro.

Da análise dessa realidade, é possível inferir que as maiores vítimas de morte e de atos de violência, em nosso País, têm perfis definidos: são jovens do sexo masculino; de cor não branca (negro ou pardo); vivem em situação de vulnerabilidade; são analfabetos ou semialfabetizados; desempregados ou subempregados, moradores das periferias; e, de alguma forma, estão envolvidos com drogas ilícitas.

Caminhando para a conclusão desse capítulo, trago, mais uma vez, as contribuições da pesquisadora Marília Sposito (2009), quando ela aponta que nos últimos anos a temática juventude tem despertado o interesse de pesquisadores de diferentes áreas dos

saberes, especialmente em programas de mestrado e doutorado, especificamente para aquela parcela que vive em situação de maior vulnerabilidade. Contudo, mesmo diante do crescimento das pesquisas abordando a temática, há muito a ser estudado e investigado sobre as vidas e os desafios enfrentados pela população juvenil. Assim, entendo que é urgente e necessário continuarmos refletindo e pesquisando sobre essa temática, como instrumento para desfazer mitos, superar estigmas e questionar preconceitos que têm marcado as vidas de milhões de jovens em todas as cidades do País – e em lugares específicos, como o que aqui nos interessa, que é o daqueles jovens que vivem no município de Cáceres.

CAPÍTULO 5

A constituição de identidades e subjetividades em discursos institucionalizados sobre juventude

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (Foucault, 1987. p. 31)

Meu objetivo neste capítulo é analisar e descrever alguns aspectos dos discursos dos operadores do direito e dos técnicos judiciais que trabalham com os jovens em circunstâncias de drogadição e, em consequência, privados de sua liberdade. Para analisar esses discursos, me aproprio das ferramentas desenvolvidas por Michel Foucault e de pesquisadores que têm trabalhado com suas inspirações teóricas e metodológicas.

Assim, mobilizarei, principalmente, fundamentos das obras *A Arqueologia do Saber* (1987), *A Ordem do Discurso* (1999), *Vigiar e Punir* (2000), *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1991), *História da sexualidade I: a vontade de saber* (2010). Instigado por essas pesquisas, minha pretensão aqui, é discutir alguns conceitos da teoria da análise do discurso, especialmente aqueles relacionados com a constituição do sujeito, no interior das diferentes redes discursivas.

Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (1987, p. 23-24), adverte que o analista do discurso, antes de se aventurar em seu trabalho, deve realizar uma cuidadosa limpeza do terreno onde pretende desenvolver sua pesquisa; fazer um esforço no sentido de se distanciar de tudo aquilo que lhe fora ensinado como verdade quase inquestionável; questionar tudo aquilo que sempre lhe pareceu tão consensual e familiar e deixar que o objeto de sua pesquisa mergulhe em "fatos da vida", para que, assim, o pensamento possa entrar efetivamente em movimento.

Para o filósofo, o discurso pode ser entendido “como um conjunto de enunciados que se firma na mesma formação discursiva, considerando que o discurso não se apoia na mesma unidade formal ou retórica” (FOUCAULT, 1987, p. 135). A partir desse postulado, Fischer (2012) reúne algumas formulações da Foucault sobre o discurso, que pode ser

entendido como “um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência [...] domínio geral de todos os enunciados [...] prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados” (FISCHER, 2012, p. 76).

O que depreendemos desse ponto de partida é que o conceito de discurso não tem apenas um sentido e também não se encerra em uma verdade imutável. Com esse entendimento, podemos dizer que o discurso é um campo aberto, híbrido, áspero, escorregadio; “um bem limitado, desejável, útil”. O discurso carrega muitas histórias e está, necessariamente, imbricado em relações de saberes e de poderes. O discurso é um campo de luta permanente, é por meio dele que travamos nossas batalhas para alcançarmos os objetivos que perseguimos. Diante dos perigos apresentados pelo discurso, a sociedade ocidental desenvolveu uma preocupação constante, no sentido de controlar os aparecimentos, as circulações e os efeitos dos discursos.

Assim, para Foucault, o discurso é:

[...] um bem – finito, limitado, desejável, útil –que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desse sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’) a questão do poder; um bem que é, por natureza, objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 1987, p. 139).

A partir do entendimento de Fischer (2001), é ponderável compreender que o discurso pode ser tomado como um conjunto de enunciados de um determinado campo de saber, tais como a pedagogia, o direito, a religião, a medicina, a mídia, entre tantos outros. Cada discurso existe como prática, e é o conjunto de práticas que nos constitui e nos subjetiva – sempre levando em conta que as práticas discursivas são sempre e necessariamente históricas.

Assim, na análise de Fischer,

[...] O Discurso é ele mesmo uma prática: o discurso constitui nossas práticas e é constituído no interior dessas mesmas práticas. Afirmamos que discursos são práticas justamente por isso: porque os discursos não só nos constituem, nos subjetivam, nos dizem “o que dizer”, como são alterados, em função de práticas sociais muito concretas. Tudo isso envolve, primordialmente, relações de poder (FISCHER, 2001, p. 84-85).

Para a pesquisadora, alguns equívocos são recorrentes nos trabalhos daqueles que se aventuram a trabalhar com a análise do discurso, tendo como horizonte a perspectiva foucaultiana. O primeiro equívoco é confundir depoimentos e falas com discursos. Nesse

sentido, os depoimentos e as falas devem ser analisados apenas como enunciados e não propriamente como discursos. O segundo equívoco é identificar a análise do discurso com interpretação de textos – seja um texto escrito, uma imagem ou o depoimento de uma entrevista. O terceiro equívoco é a tentativa de encontrar “uma verdade verdadeira” ou ter a pretensão de fazer emergir uma verdade que estaria “por trás” dos textos que estamos analisando. Outro equívoco é confundir discurso com representação, considerando-se que o discurso é mais abrangente do que a representação. Assim, “o discurso diz respeito ao conjunto de enunciados de um determinado campo do saber. Isto implica que se trata de um campo de saberes articulados entre si, constituídos historicamente e em meio a disputas de poder” (Cf. Fischer, texto inédito, p. 4, 2012).

Ainda de acordo com autora, o discurso é uma realidade viva e, conseqüentemente, está sempre cambiando em sua forma e significado. Diante disto, as práticas discursivas – analisadas por meio do acesso a escritas, falas, imagens, sons, pinturas, esculturas ou outros formatos –, nunca são tranquilas, são sempre marcadas por asperezas, estridências, tensões, resistências, lutas, batalhas. Assim,

[...] a formação discursiva faz-se de asperezas e estridências, mais do que de harmonia e superfícies lisas. Inteiramente vivo, o campo enunciativo acolhe novidades e imitações, blocos homogêneos de enunciados bem como conjuntos díspares, mudanças e continuidades. Tudo nele se cruzam, esabelece relações, promove interdependências. O que é dissonante também é produtivo, o que semeia dúvida também é positividade crítica. (FISCHER, 2012, p.112).

Assim, podemos compreender que os discursos não têm um momento inaugural, um tempo em que podemos precisar sua origem. Porque todos os nossos discursos, de alguma forma, são tributários de outros discursos que vieram antes deles ou com eles convivem, num tempo simultâneo. Isto significa que, ao dizermos algo, nunca falamos sozinhos, somos sempre devedores daqueles que falaram antes de nós. Conforme nos ensina Fischer, por meio dos nossos discursos inúmeros discursos, acabam discursando, em uma verdadeira polifonia discursiva.

Ao trabalharmos na perspectiva foucaultiana, é necessário considerarmos os sujeitos do discurso, porque, quando as enunciações são proferidas

[...] não estamos diante da manifestação de apenas um sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si mesmo, idealizado, essencial, origem

inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem. [...]. Basicamente, uma teoria da polifonia, do diálogo, na qual está compreendido que há inúmeras vozes falando num mesmo discurso, seja porque o destinatário está ali também presente, seja porque aquele discurso está referindo a muitos outros (FISCHER, 2012, p. 109).

Foucault em sua aula magna, intitulada *A Ordem do Discurso* (1999), ministrada no ano de 1970, no *Collège de France*, escreveu que a sociedade ocidental, desde sempre, se preocupou em controlar os discursos. Por esse motivo, os discursos são constantemente vigiados, regrados e controlados, em suas emergências, circulações e efeitos. Essa vigilância define o “direito de propriedade e monopólio” sobre determinados discursos. Com esse “direito de propriedade”, fica disciplinado quem tem legitimidade para enunciar, quando e onde discursar.

Diante do cerceamento dos discursos em relação à emergência, à circulação e aos efeitos que produzem, Foucault pergunta: “*Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?*” (FOUCAULT, 1999, p. 8). Segundo o autor, o medo e a vigilância da sociedade, em relação ao aparecimento e à proliferação dos discursos, possivelmente, estejam relacionados ao poder do discurso. O poder do discurso colocaria em questionamento as relações sociais vigentes. Para evitar esses questionamentos, a sociedade cria regras para disciplinar a emergência e a proliferação dos discursos.

Nesse sentido, Foucault supõe que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrearem-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade. [...] Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, enfim, não se pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

Segundo o autor, os principais mecanismos criados pela sociedade para controlar a emergência e a proliferação dos discursos são a exclusão, a interdição e a rejeição, os comentários, as interpretações e a rarefação. Pois o discurso “não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo ou aquilo que traduz as lutas, os sistemas de dominação, o discurso é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (ibidem, p. 9).

Diante do exposto, podemos depreender que, em alguns espaços e campos discursivos, nem todas as pessoas estão autorizadas ou “competentes” para “dizerem algo”. Cada área de saber, representada por suas instituições, delimita as pessoas legitimadas para enunciar, dentro daquele campo e área específicos. Como exemplo, observa-se que, nas áreas das ciências jurídicas, médicas, psiquiátricas, pedagógicas ou religiosas, certos discursos são quase “monopólio” de certos profissionais ou especialistas. Isto significa que os discursos que têm o *status* de verdade e de validade e produzem efeitos são aqueles proferidos por pessoas devidamente legitimadas por rituais e regras previamente estabelecidas.

Como profissional da área do direito, percebo que os discursos na seara das ciências jurídicas, particularmente no direito criminal, são rigidamente controlados, através de dispositivos legais. Regulam-se os órgãos que têm competência para produzir as leis penais; as instâncias e as pessoas que podem aplicar essas leis; em quais circunstâncias essas leis devem ser aplicadas; quais os efeitos que essas leis devem produzir e assim por diante.

Nesse mesmo sentido, o controle dos discursos jurídicos é uma das principais atividades dos operadores do direito – juízes, advogados, promotores de justiça, delegados de polícia, desembargadores, entre outros. Através de diversos dispositivos, o ordenamento jurídico controla, de forma rígida e minuciosa, os sujeitos autorizados a falar, onde e quando falar e os efeitos que esses discursos devem produzir quando são pronunciados.

A título ilustrativo, podemos citar os procedimentos que as autoridades são obrigadas a observar, diante da ocorrência de um determinado crime: na fase do inquérito policial, o delegado de polícia é a autoridade competente para presidir os atos do inquérito, construir o *corpus de delictis*, ouvindo o acusado, as possíveis vítimas, as testemunhas e encaminhar as peças do inquérito policial autoridade judiciária. Da mesma forma, o promotor de justiça é o titular da ação penal, somente ele tem autoridade e competência jurídica para pronunciar o discurso da representação e da acusação contra aqueles que cometeram determinados atos infracionais ou criminais. Já na fase da defesa, o advogado é o profissional habilitado e autorizado a pronunciar o discurso de defesa dos denunciados e acusados. Da mesma forma, na fase do julgamento, apenas o juiz de direito está legitimado e tem competência jurídica para presidir o processo, ouvir as partes e condenar ou absolver daqueles que foram acusados da prática criminosa.

Na área da saúde, as funções e “as competências” são previamente estabelecidas por leis ou outros procedimentos. Assim, apenas os profissionais da saúde – médicos, psicólogos, psiquiatras, legistas – têm competência profissional e jurídica para produzir os discursos sobre o estado de saúde e as condições de sanidade e de periculosidade dos indivíduos, supostamente criminosos. Isso demonstra como os discursos são rigorosamente controlados.

Ao teorizar sobre a análise do discurso, a partir dos achados disponibilizados por Foucault, Fischer propõe que nos afastemos da concepção que vê os discursos como carregando um sentido oculto ou distorcido. Para a autora, nosso desafio é trabalhar com o discurso em sua materialidade, complexidade, com as belezas e asperezas que lhes são peculiares. Aconselha o pesquisador a não empreender buscas por “verdades verdadeiras” escondidas em algum "lugar interior" ou mesmo anteriores às formações discursivas.

A autora escreve que devemos trabalhar

[...] arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar [...] desprender-se de um longo caminho de aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre ocultos, dissimulados, distorcidos ou intencionalmente deturpados. [...] porque não há nada por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos, há apenas discursos e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento (FISCHER, 1996, p. 102).

Nesse mesmo sentido, Veiga-Neto (2004, p. 117) alerta que, ao trabalharmos com a análise do discurso, na perspectiva foucaultiana, devemos partir do pressuposto de que tudo está em aberto e não há nada oculto ou a esclarecer; considerando que aquilo que está "oculto" não teria qualquer interesse para o analista do discurso. Segundo o autor, devemos nos ater ao próprio discurso e não buscarmos sentido em lugar ou instância anterior ao momento que ele foi dito, porque o discurso deve ser lido em sua positividade plena.

Ao analisar e descrever os discursos dos jovens em conflito com a lei e seus familiares, dos operadores do direito e dos técnicos judiciais, entre outros, meu objetivo não foi desvendar significados ocultos ou buscar as instâncias que se colocam anteriores ou acima desses discursos; pelo contrário, meu propósito foi trabalhar como os próprios discursos em suas materialidades, positivities e eventuais complexidades, entendendo que se trata de redes discursivas diversas, perpassados por relação de poderes e saberes.

Dessa forma, na perspectiva desta tese, compreendo que os discursos são práticas constitutivas de instituições e de sujeitos. Essas práticas discursivas são capazes de constituírem os sujeitos dos discursos, os objetos sobre os quais se fala e enuncia, e as próprias instituições em que os sujeitos estão inseridos.

A concepção de discurso enquanto prática concreta foi trabalhada e demonstrada, de forma criativa e instigante, por Foucault, particularmente em suas obras: *A Arqueologia do Saber*; *A Ordem do Discurso*; *A História das Vidas dos Homens Infames*; *História da Loucura*, *História da Sexualidade*, entre outras. A tomar como pressuposto que os discursos são práticas que constituem os objetos, as instituições e também os próprios sujeitos dos discursos, eu me aventuro a fazer os seguintes questionamentos:

◇ De que modo, as redes discursivas e não discursivas dos agentes policiais, dos delegados de polícia, dos promotores de justiça, dos advogados, dos juízes de direito, das psicólogas, dos psiquiatras, das assistentes sociais, dos educadores e de tantos outros profissionais – são dispositivos constitutivos das subjetividades e das identidades desses jovens que se encontram em conflito com a lei, envolvidos com as drogas ilícitas e outras práticas criminais?

◇ Como esses jovens se reconhecem e se tornam sujeitos desses discursos de “verdades” nos diferentes espaços institucionais?

Parto do pressuposto de que os discursos proferidos por esses tantos profissionais estão impregnados de signos, palavras e frases, cada um com força e *status* de verdade específicos, uma vez que se trata de pessoas legitimadas pelo poder do Estado e também pelas ciências jurídicas, médicas, psiquiátrica, psicológica, pedagógica e outras áreas dos saberes. Assim, em meio às práticas discursivas e não discursivas desses campos de saber, mudam-se trajetórias de vidas, ditando-se quem eles são (vítimas, criminosos, culpados, perigosos, inocentes) e, conseqüentemente, colocando-os concretamente na prisão, ou então liberando suas algemas. Assim, trata-se de práticas que acabam por marcar as trajetórias de vida de indivíduos juvenis, por meio dos atos de prisões, dos inquéritos policiais, dos interrogatórios, dos relatórios e dos laudos, das denúncias, das sentenças judiciais e de tantos outros procedimentos.

Tenho, ainda, que sinalizar que os discursos dos profissionais com quem entrei em contato, na pesquisa, não se apresentam jamais harmônicos, homogêneos, coesos; ao contrário, não poucas vezes, eles entram em conflito, se opõem e se modificam, quanto à forma de atuar e em seus efeitos sobre os jovens. Nesse movimento constante, estamos diante de verdadeiras redes, armadilhas até, que capturam as vidas dos indivíduos. No interior e na vida dessas práticas discursivas, vão-se esculpindo as identidades e as subjetividades de jovens, nominando-os, por exemplo, como viciados, desocupados, perigosos, inocentes, culpados, vítimas, “bandidos”.

Analisar e descrever como são construídas essas redes discursivas, as formas como capturam os jovens em conflito com a lei, e os efeitos que produzem nas vidas desses indivíduos, essa é uma tarefa urgente e produtiva. Assim é que analisei e pretendi descrever, da forma mais objetiva, como os discursos dos profissionais das diferentes áreas dos saberes nomeiam, classificam e hierarquizam, enfim, como constituem as subjetividades e as identidades dos jovens que se encontram em envolvidos com o tráfico de drogas e outros atos criminais, sujeitos dessa pesquisa. O material empírico para realizar esse trabalho são fragmentos de entrevistas realizadas com os jovens e membros dos seus núcleos familiares, e também com um conjunto de especialistas, conforme já mencionado.

Ao ser entrevistado sobre os possíveis fatores que poderiam levar os jovens a se envolverem com as drogas ilícitas, sejam como usuários, dependentes ou mesmo traficantes, um delegado responsável pela delegacia da infância e juventude, do município de Cáceres, ponderou que, mesmo não sendo especialista no assunto, ousaria dizer que as principais causas que poderiam favorecer e encorajar alguns jovens a se desviarem dos “bons caminhos” e entrarem no universo das drogas, entre outras possibilidades, seriam:

◇ A desagregação do núcleo familiar; a necessidade que os jovens têm de pertencer a um grupo de amizade e de proteção; o desejo e a necessidade que eles têm de ter acesso aos bens de consumo – particularmente àqueles que apresentam determinados valores sociais, como, por exemplo, motos, carros, joias, roupas de grife, perfumes, bebidas e outros bens e serviços que conferem *status* social;

◇ O desejo que os jovens têm de conquistar o poder e de terem visibilidade social, de conquistar o respeito e a admiração perante o grupo do qual fazem parte, principalmente em relação ao sexo oposto;

◇ A influência do meio em que os jovens vivem: amigos e pessoas do próprio núcleo familiar que, de alguma forma, estão envolvidos com as drogas e outras práticas criminosas.

O delegado relata, ainda, que a situação se torna mais preocupante, considerando que a oferta de drogas é abundante e o preço é baixo no município e na região de Cáceres. Diante dessa realidade, as “bocas de fumo” estão presentes em praticamente todos os bairros da cidade. A droga, especialmente a cocaína, em sua forma de pasta base, e o *crack*, têm transformado alguns jovens em verdadeiros “zumbis do tráfico”, em “monstros e feras humanas”. Muitos desses jovens são aliciados pelos traficantes adultos e envolvem-se com *gangues* e quadrilhas com o objetivo de roubar, assaltar, extorquir e matar. Em razão do envolvimento com as drogas e outros crimes, esses sujeitos travam lutas constantes, verdadeiras guerras, para defender as “bocas de fumo” e os domínios dos territórios do tráfico.

De acordo com o delegado, os jovens em estado de drogadição perambulam dia e noite pelas ruas e praças da cidade, espalhando o medo, a sujeira, a insegurança e a morte. Devido aos atos infracionais que praticam e do modo de vida que levam, acabam se tornando os “clientes preferenciais” dos órgãos de proteção e repressão do Estado. Assim, eles acabam por ser “coletados”, e “depositados” no centro socioeducativo e na cadeia pública do município, espaços que têm a função de guardar aqueles que são considerados “a sobra humana”, “o lixo da sociedade” – conforme expressões usadas pelo especialista.

Um dos agentes carcerários entrevistados, ao comentar as dificuldades enfrentadas pelos presos, assegura que um dos problemas mais graves, no momento, é a superlotação. A falta de espaço físico, para abrigar todos os presos, obriga-os a permanecerem amontoados nas celas, como se fossem “bichos em jaulas”, em situação desumana e degradante; em determinados momentos, os detentos são tratados “pior do que animais irracionais”. Segundo o agente, pela falta de espaço físico e de profissionais habilitados, os detentos, ao chegarem ao sistema prisional, não são classificados conforme dispõe a LEP – Lei de Execução Penal. A disposição dessa Lei é que o detento, ao chegar à prisão, deve ser classificado de acordo

com a idade, a periculosidade, o tipo de crime que praticou e a pena que cumprirá. No entanto, as carências materiais e humanas enfrentadas pelo sistema prisional não possibilitam o tratamento individualizado aos detentos. Por isso, é comum encontrar jovens que cometeram pequenos delitos e, embora primários, sejam recolhidos juntos de prisioneiros de alta periculosidade (acusados de crimes de natureza grave como estupros, assaltos à mão armada, latrocínio, tráfico de drogas, entre outros).

Conforme o depoimento de outro agente carcerário entrevistado, a maioria dos presos da cadeia pública são jovens. Grande parte deles se enquadra na categoria dos chamados “caxangueiros⁶”. O agente afirma que os perfis envolvem algumas características específicas: acentuada vulnerabilidade (econômica, familiar, social, educacional, afetiva); várias passagens pelos órgãos de proteção e repressão do Estado; rompimento com os vínculos familiares e educacionais (no caso, com a escola). São pessoas que não desenvolvem quaisquer atividades laborais consideradas “honestas”; muitos deles vivem perambulando pelas ruas da cidade ou vão morar em prédios abandonados; em alguns casos, são “acolhidos e adotados” por traficantes de drogas – que passam a explorá-los com o envolvimento em outros crimes (roubos, assaltos, homicídios, latrocínios).

Uma das promotoras de justiça, que na época respondia pela tutoria da adolescência e juventude do ministério público da Comarca, ao ser entrevistada, pondera que fatores que levam os jovens a se envolverem nos problemas aqui apontados são amplos e difíceis de serem detectados. No entanto, mesmo reconhecendo não ser especialista no assunto, ela diz que as possíveis causas são as influências dos amigos e das pessoas das próprias famílias, já envolvidas com atos infracionais; também ganham destaque as ações dos traficantes aliciadores dos mais jovens, para colocá-los na condição não só de consumidores de drogas, mas de mão-de-obra para a prática de crimes diversos.

A extrema vulnerabilidade em que se encontram esses jovens, dos quais nos falou a promotora, torna-se visível no fato de que a maioria deles não conta com a presença e a assistência dos pais ou de outra pessoa responsável, que poderiam acompanhá-los, como

⁶ “Caxangueiro” é um termo pejorativo, usado pelos agentes da segurança pública, para designar aqueles jovens que já se tornaram completamente dependência das drogas. Como não têm como sustentar o vício, eles acabam praticando todo tipo de atos ilícitos para comprar a droga que necessitam. A maioria dos jovens que se encontram nessa situação já romperam completamente os vínculos com suas famílias, e também deixaram de estudar e trabalhar.

"protetores" e responsáveis. Em geral, diante da ausência da figura paterna, esses jovens acabam sendo criados apenas pelas mães, avós, tias ou por outra figura feminina – o que, em si, não é um problema; mas o fato é que há uma "ausência-presente": a ausência do pai, justamente para um menino, um adolescente ou jovem do sexo masculino. Além disso, há que se considerar que, diante da situação de pobreza, na maioria dessas famílias as mães e as avós são obrigadas a sair de casa para trabalhar, deixando as crianças sozinhas ou sob a responsabilidade de pessoas sem as condições mínimas de acompanhá-las satisfatoriamente. Assim, conclui a promotora de justiça, “elas não recebem a proteção e os cuidados essenciais para se desenvolverem”. Vale dizer que essas hipóteses são observadas igualmente por vários entrevistados, particularmente alguns membros das famílias que tinham filhos, netos e outras pessoas dos seus núcleos familiares também envolvidos com as drogas e as práticas de outros atos ilícitos.

Em relação à estrutura e ao funcionamento dos núcleos familiares dos jovens em foco neste estudo, os dados da pesquisa demonstraram que: dos 25 jovens entrevistados, doze não viviam com seus pais e suas mães biológicas; cinco deles não tiveram a oportunidade de conhecer seus pais biológicos; três deles só conseguiram ter suas filiações paternas reconhecidas após recorrerem à justiça; dois só vieram a conhecer seus pais biológicos na adolescência.

Como já assinalado, as causas que levaram os pais biológicos desses jovens a abandonarem seus núcleos familiares são variadas: brigas e desentendimento entre os membros das famílias; envolvimento com o tráfico das drogas – que resultaram em prisão ou morte. Alguns dos pais abandonaram os filhos e as esposas para estabelecer novos relacionamentos. Dois desses jovens tiveram seus pais assassinados por grupos rivais do tráfico. Dois outros jovens tinham perdido seus pais, mortos pelos agentes dos órgãos de segurança pública do Estado.

Os relatos registrados nas peças dos inquéritos policiais e nos processos judiciais e nas entrevistas realizadas com os "experts" no tema demonstraram que esses jovens não existem discursivamente como jovens ou adolescentes – como é comum, em se tratando de uma população pertencente às camadas médias e altas. As denominações e os juízos de valor sobre eles têm uma forte carga de desprezo, violência simbólica e abandono social, além de

uma avaliação em que aparece, claramente, a ausência de qualquer futuro um pouco mais digno para eles. Tal realidade pode ser exemplificada no caso do jovem Vinícius de Moraes⁷, sobre o qual um dos agentes carcerários relata que:

[...] esse jovem é um caso perdido, somente a morte pode tirá-lo da situação em que ele se encontrar [...] ele se enquadra perfeitamente no rótulo dos “caxangueiros”, porque ele se encontra completamente dependente das drogas, já rompeu os laços com sua família, não estuda, não desenvolve qualquer atividade lícita e vive perambulando pelas ruas da cidade. [...] esse jovem é uma pessoa *marcada para morrer*. (Grifo nosso)

Um dos delegados de polícia, responsável pelos casos de infância e juventude da Comarca, ao enviar as peças do inquérito policial ao juiz de direito, da vara da infância e juventude, ao relatar a trajetória de vida e os atos infracionais praticados pelo menino, registra que:

[...] o jovem Vinícius de Moraes já se tornou uma “figurinha carimbada” no meio policial; já passou várias vezes pelos sistemas de proteção e repressão dos órgãos do Estado; por causa de seus constantes atos infracionais, se tornou um indivíduo de alta periculosidade e uma ameaça real para a sociedade. [...] considerando, ainda, que ele pode atentar contra o patrimônio e a integridade física das pessoas, é absolutamente necessário que ele permaneça internado pelo maior prazo de tempo determinado pela lei.

Na mesma direção, um dos promotores de justiça, em sua representação contra Vinícius de Moraes, praticamente repete o discurso do delegado de polícia, acrescentando que o jovem precisa permanecer internado, para que efetivamente possa vir a entender e internalizar as regras do convívio social. Ele deixa registrado o seguinte:

[...] o jovem Vinícius de Moraes é uma pessoa que apresenta alto grau de periculosidade; é integrante de uma das mais violentas e perigosas *gangues* da cidade; assim, ele representa perigo real para a sociedade; tendo em vista que ele vive furtando, roubando e assaltando, consumido e traficando drogas. Diante da conduta do jovem é imperioso que ele permaneça internado, para que possa ser julgado e condenado por todas as ações infracionais que já praticou, e, ainda, para manter a dignidade da justiça; a segurança e a paz social e para servir de exemplo para que outros jovens não venham enveredar pelo caminho do crime.

Contra as acusações apresentadas pelo delegado de polícia e pelo promotor de justiça, o advogado de Vinícius, em sua peça de defesa, argumenta que:

[...] as acusações feitas contra o jovem são completamente infundadas e improcedentes, considerando que os atos infracionais atribuídos a ele não foram devidamente comprovados. [...] e, se, porventura, o jovem cometeu algum ato infracional foi porque a sociedade lhe fechou todas as portas, considerando que o

⁷ Como já explicado em outros momentos, por uma questão legal, o nome desse jovem é fictício.

jovem não teve oportunidade de conhecer seu pai biológico; frequentou a escola por pouco tempo e não conseguiu encontrar atividade laboral digna. Por ser de cor negra e pobre, ele sempre foi marginalizado e discriminado pela sociedade. Diante das condições apresentadas, Vinícius de Moraes não pode ser visto e julgado como um criminoso, porque, antes de tudo, ele é uma vítima de uma sociedade desumana e discriminadora e de um Estado omissivo. Diante dos argumentos apresentados, com fundamento nos princípios dos direitos fundamentais da pessoa humana, o jovem deve ser absolvido e colocado imediatamente em liberdade.

A juíza de direito, que na época respondia pela vara da infância e da juventude da Comarca, ao julgar o processo de Vinícius de Moraes, justifica a necessidade de manter o jovem internado. Alega que ficou mais do que comprovado que o jovem havia praticado várias ações infracionais, que ele fazia parte de um dos *bandos criminosos mais perigosos e violentos da cidade e passou a viver em companhia de pessoas perigosas* (grifo da magistrada), inclusive morando na casa de um suposto traficante de drogas. Confirma que o jovem já era reincidente em vários atos infracionais e já havia passado várias vezes pelos órgãos de proteção e segurança do Estado. Afirma que ainda pesava sobre o jovem o fato de ele ser uma pessoa desinteressada em relação aos estudos, ao trabalho e ao cuidado com o próprio corpo. Diante disto, segundo a magistrada, se Vinícius continuasse solto, poderia colocar em perigo a integridade física e o patrimônio das pessoas, tendo em vista que os atos praticados por ele e seu “bando” vinham causando grande insegurança e temor na cidade.

A magistrada assegura, ainda, que a situação do jovem é muito preocupante, porque outros membros da família também são dependentes de drogas e estão envolvidos com outros atos criminosos (seu pai biológico tinha sido assassinado por membros de quadrilhas, e um irmão estava preso acusado de envolvimento com drogas). Argumenta, na sentença, que o jovem sempre causou problemas nas escolas onde estudou; não tinha respeito pelos professores e outras autoridades escolares; antes de ser internado, o jovem não desenvolvia qualquer atividade laboral digna para prover seu sustento. E, o que considera mais preocupante: o jovem não tem conseguindo controlar a adicção. Diante de todas as circunstâncias apresentadas nas peças processuais, a magistrada julga imperioso condenar o jovem à medida de internamento, por um período mínimo de seis meses.

O que podemos depreender desses dados é, em primeiro lugar, a diversidade de pontos de vista, considerando-se os discursos em jogo nas peças processuais e nas análises feitas pelos especialistas. Alguns discursos nomeiam e classificam esses jovens como pessoas criminosas, perigosas, como desocupadas, desobedientes às ordens sociais, e como autores de

atos que causam medo e insegurança. Já para outros operadores do direito, os jovens em questão não devem ser vistos, tratados e julgados como criminosos, mas como pessoas doentes e vítimas de uma sociedade preconceituosa e desumana. Na compreensão desses profissionais, as causas basicamente estão na situação de vulnerabilidade em que eles vivem. Assim, a negação do acesso à escola, ao lazer, à saúde, à moradia digna, à alimentação adequada, à oportunidade de desenvolver trabalho honesto e a outros bens e serviços indispensáveis à existência humana – tudo isso pode contribuir, e, em alguns casos, até encorajar esses jovens a aceitarem, por exemplo, propostas dos traficantes de drogas.

Caminhando já para a conclusão deste capítulo sobre os discursos que se cruzam na constituição de identidades e das subjetividades de jovens “infames”, apresento a história de vida de mais um jovem, que chamarei de Pedro Paulo. A trajetória de vida desse jovem tem pontos em comum e também diferenças em relação à do jovem Vinícius de Moraes.

Pedro Paulo, como Vinicius, já passou várias vezes pelos órgãos de proteção e repressão do Estado. Em um dos inquéritos policiais, está registrado que foi detido cometendo um ato infracional equivalente ao crime tipificado no Artigo 157, do Código Penal Brasileiro: roubo, com grave ameaça à pessoa, mediante o emprego de arma de fogo. No relatório da autoridade policial, enviado ao juiz responsável pela vara da infância, está registrado que:

[...] no dia tal, na hora tal, o jovem Pedro Paulo, juntamente com mais duas pessoas maiores de idade, subtraíram para si, *usando de grave ameaça com arma de fogo* (grifo do delegado de polícia), uma motocicleta de um casal que se encontrava em uma das praças da cidade.

O inquérito policial descreve Pedro Paulo como um jovem reincidente nas práticas de atos infracionais. Afirma, ainda, que o jovem é o líder de uma das *gangues* mais violentas da cidade, fatos de conhecimento dos agentes dos órgãos de segurança pública do Estado. Segundo a autoridade policial, os atos praticados pelo “bando” liderado pelo jovem têm provocado medo e insegurança para a população da cidade. Conclui que, diante disto, ele se tornou uma pessoa perigosa para o convívio social, razão pela qual deve ser internamento, *pelo maior período de tempo possível, para sua própria segurança e também para os demais cidadãos.*

Nessa mesma direção, o promotor de justiça responsável pela curadoria da infância e da juventude, ao oferecer a representação contra Pedro Paulo, acatou todos os argumentos do delegado de polícia, acrescentando que:

O jovem tem índole voltada para a prática da violência e do crime; há muito tempo ele deixou de estudar, inclusive sendo expulso de duas escolas da cidade, por mau comportamento; não desenvolve qualquer atividade laboral lícita; começou a se envolver com o uso e o tráfico de drogas ilícitas ainda criança. Diante da trajetória de vida do jovem e pelos constantes atos infracionais que vem praticando na cidade, a medida disciplinar de internamento se faz necessária, para o bem do próprio jovem e a segurança e a paz da cidade.

Uma assistente social e uma psicóloga que acompanhavam a trajetória de vida de Pedro Paulo, ao visitarem sua família, produzem um longo e minucioso relatório, esclarecendo que a família, composta por cinco pessoas, vive em situação de extrema pobreza. A família mora no pequeno barraco de uma das favelas mais afastada do centro; sustenta-se, basicamente, com a aposentadoria – de um salário mínimo por mês – da avó. Ainda mais: os dados da polícia civil informam que a localidade onde a família mora apresenta um dos mais altos índices de violência e de criminalidade da cidade.

O relatório da psicóloga e da assistente social registra que a trajetória de vida do jovem Pedro Paulo foi conturbada, desde o nascimento. O menino foi criado pela avó materna e pelas tias, porque tinha sido “abandonado” pela mãe biológica, ainda na maternidade. Sempre enfrentou muitas dificuldades no período em que frequentou a escola. Diante das dificuldades no processo ensino-aprendizagem, adicionado a outras limitações, ele só estudou até a quinta série do Ensino Fundamental. O pai biológico foi assassinado pelos agentes de segurança pública quando o filho tinha apenas um ano de idade; por isso, não teve oportunidade de conhecê-lo.

No momento do relato, o jovem já tinha sido internado por duas vezes, em centros de tratamentos para pessoas com dependência de substância química. Nas duas ocasiões, tinha se evadido da clínica logo nas primeiras semanas de tratamento. Já tinha passado, por três vezes, pelo processo de internamento no centro socioeducativo do município. O documento registra, ainda, que a última vez que Pedro Paulo foi apreendido pelos policiais militares, encontrava-se completamente drogado, desorientado, sujo, desnutrido e com marcas de espancamento por todo o corpo.

Os defensores públicos que acompanharam os procedimentos judiciais de Pedro Paulo ponderam que a situação do jovem é preocupante; afirmam que, diante da situação de perigo, a medida mais adequada é mantê-lo internado, tendo em vista que:

[...] de acordo com depoimento de sua avó, o jovem corre sérios riscos de ser morto pelos traficantes ou mesmo pelos agentes da segurança pública. [...] considerando que ele não estuda, não trabalha, não fica em casa e passa até semanas perambulando pelas ruas da cidade, correndo sérios riscos de ser abusado, molestado ou sofrer outro tipo de violência física e moral. Assim, visando assegurar a inviolabilidade física e moral do jovem, preservando-o de possíveis violências mais graves, [o defensor requer] a manutenção do jovem internado.

A sentença que determinou a última medida socioeducativa de Pedro Paulo apresenta uma longa justificativa, para a necessidade de se manter o jovem internado. Segundo o magistrado, Pedro Paulo já havia praticado reiterados atos infracionais na cidade, a maioria dos quais de natureza grave (efetuados com uso de arma de fogo e ameaça às vidas das vítimas). A sentença traz como fundamento que os atos infracionais praticados pelo jovem têm causado prejuízos às pessoas e intranquilidade na cidade. Um dos fatores mais preocupantes é que ele há muito tempo deixou de estudar; vive perambulando pelas ruas da cidade; nem desenvolve qualquer atividade laboral proba. Diante de todas essas circunstâncias, o magistrado conclui pela presunção de que o jovem tenha *uma índole voltada para as práticas de atos criminosos* (grifo nosso). É o que está registrado em um dos fragmentos da sentença:

[...] as ações do jovem mostram especial audácia e temeridade, possivelmente ele tenha algum problema mental ou desequilíbrio psicológico que precisa ser tratado por profissionais especializados. [...] só assim, ele pode aprender as normas mínimas de comportamento e convivência social, para que ele possa ser integrado à família e à sociedade.

Após seis meses de internação, sobre o menino os educadores do centro socioeducativo relatam ao juiz da infância e juventude que:

[...] o aluno Pedro Paulo está em processo de construção do conhecimento na primeira e na segunda série do ensino fundamental. Ele tem conseguindo apresentar um bom desenvolvimento no processo ensino/aprendizagem. O aluno é participativo e tem mostrado interessado em desenvolver as atividades propostas em sala de aula. No entanto, em alguns momentos, ele demonstra comportamento agitado, atrapalhando seu rendimento escolar, porém se acalma quando lhe é solicitado mais atenção.

Ao concluir este capítulo, percebemos que as diferentes redes discursivas e não discursivas nas quais se inscrevem as trajetórias das vidas desses jovens operam enfaticamente em classificá-los e nomeá-los, das mais diferentes formas, e quase sempre com

um teor negativo, depreciativo, ou então vitimizador, o que certamente passa a ser parte da constituição daquelas identidades e subjetividades. Como já escrevemos anteriormente, os dados mostram o quanto os discursos em jogo não se separam de estratégias de poder e de saber, considerando os complexos campos e instituições aí implicados. Não há uma unanimidade nem uma mesma forma de construir esses meninos: ora o discurso da psicóloga se alia ao do jurista, ora dele se afasta completamente, como vimos.

Como essas redes discursivas têm a força do Estado e são legitimadas pelas diferentes áreas dos saberes, têm a capacidade de hierarquizar, classificar, nominar, acusar, julgar, condenar, absolver – como nos ensina Foucault. Essas redes discursivas detêm o poder de nomear e julgar os jovens; neles parece estar um grande perigo para a sociedade (embora todos pareçam concordar que a situação de pobreza e de estrutura familiar seja a justificativa mais evidente para os problemas por eles vividos). Diante disso, são esses poderes que chegam, inevitavelmente, ao ato de prescrever as medidas socioeducativas mais apropriadas às quais eles deverão ser submetidos; são esses especialistas os responsáveis por ditar como os jovens devem agir e informar-lhes o que se espera deles, esses "infames".

CAPÍTULO 6

Histórias na vida de “jovens infames” em Cáceres/MT

Quando me propus a analisar e descrever as trajetórias de vidas de alguns jovens envolvidos com a questão das drogas ilícitas, no município de Cáceres, nomeando-os *como infames*, como já disse anteriormente, aproprio-me de Foucault, em seu texto *A Vidas dos Homens Infames* (2003), em que temos acesso a uma análise feita justamente a partir de histórias de vida de sujeitos "à margem", por isso, *infames*, nos idos dos séculos XVII e XVIII, na França. Ao escrever sobre o trabalho de Michel Foucault, Fischer (2012) pondera que, mesmo levando-se em consideração que a pesquisa desenvolvida pelo filósofo ter sido realizada em tempo e lugar tão distantes da nossa realidade, não podemos desconsiderar que ela pode dialogar com narrativas de vidas de “infames” da sociedade contemporânea brasileira.

Zygmunt Bauman, nas obras *O Mal-Estar da Modernidade*, (1998); *Modernidade e Ambivalência* (1999) e *Vidas Desperdiçadas* (2005), chama a atenção para o fato de que os princípios norteadores da chamada modernidade foram a ordem, a pureza e a segurança. No entendimento do pensador polonês, as atrocidades praticadas por regimes políticos totalitários, como, por exemplo, o regime nazista alemão, foi apenas a radicalização da busca pela limpeza, o ideal de impor a ordem e atingir a segurança idealizada pelos teóricos da chamada sociedade moderna. Para reforçar seus argumentos, Bauman recorre à discussão da antropóloga americana Cynthia Ozick, que afirma: “A solução final Alemã (o holocausto) foi um solução estética, foi a preparação de um texto; foi o dedo do artista eliminando uma mancha; o objetivo era simplesmente eliminar aquilo que não era harmonioso” (BAUMAN, 1998, p. 6). Na concepção do sociólogo, a nação alemã, ao radicalizar os ideais da modernidade, voltou sua atenção para a limpeza e a pureza da raça, tendo como pressuposto a eliminação dos considerados diferentes (judeus, ciganos, homossexuais, dentre outros), para a manutenção de uma nação ariana pura. De acordo com Bauman, enquanto os idealizadores do nazismo voltaram suas atenções para a pureza da raça, os teóricos do comunismo privilegiaram a questão da classe social, especificamente o proletariado. Já na sociedade de consumo contemporânea, tudo indica que quem *precisa* ser protegido são os consumidores, aqueles que têm condições de frequentar “os templos do consumo”, de usufruir dos bens e dos serviços colocados à disposição dos que podem pagar.

É, justamente, no contexto da sociedade contemporânea de consumo, que Bauman situa a figura dos indivíduos considerados “estranhos”, “impuros”, “sobrantes”, “lixos humanos”. Vale ressaltar que, historicamente, as sociedades sempre produziram seus “impuros”, “estranhos” e “sobrantes”, mesmo que, em cada época, as sociedades produzam esses indivíduos de forma muito particular. Bauman nos explicita que essas pessoas, por algum motivo, não conseguem se enquadrar em determinados códigos previamente estabelecidos, em um determinado tempo e espaço. Assim, os indivíduos podem ser considerados “sujos” e “impuros” ou vistos como “fora da ordem”, por incapacidade cognitiva, moral, religiosa, estética, econômica, intelectual, entre outras. Tudo indica que a ordem dominante enxerga nessas pessoas que deixam turvo aquilo que deveria ser transparente; são elas que trazem confusões e embaralhamento a realidades supostamente lógicas e previsíveis; inspiram tristeza, mal-estar e incômodo às consciências daqueles que pretendem desfrutar só alegria e felicidade plenas. Enfim, os estranhos trazem incertezas, ao invés da almejada segurança – desejo explícito em nossos meios urbanos, por parte não só das autoridades, mas de toda a sociedade “de bem”, das camadas médias e altas da população (mas não só delas, como se fosse um sonho, um direito de todos, e que vemos escorrer de nossas mãos).

As pesquisas desenvolvidas por Bauman foram feitas em épocas e contextos distintos da realidade brasileira; no entanto, os sujeitos infames, sujos, sobrantes, tão bem analisados e descritos pelo pensador, de alguma forma, reverberam nas trajetórias das vidas de muitos jovens considerados infames, no tempo presente, como os sujeitos de minha pesquisa. À semelhança de Bauman, entretanto em outro contexto histórico e geográfico, Foucault realizou pesquisas sobre histórias de vidas de pessoas que podem ser colocadas na categoria daqueles considerados sobrantes. Foucault, no texto com que inicio este capítulo, analisou e descreveu trajetórias que considerou como vidas-poemas, vidas-relâmpagos; pessoas que estavam destinadas a viver no anonimato, despercebidas. No entanto, tais existências, ao se confrontarem com o poder, passaram a ter visibilidade, saíram da sombra, do anonimato, deixaram rastros. Em outras palavras: essas vidas só ganharam destaque porque se confrontaram com o poder. Desse modo, legaram, aos estudiosos futuros, fragmentos de suas histórias. Filiados à concepção foucaultiana de poder – que não é jamais apenas negativo ou impeditivo, mas sim ostensivo, algo que faz falar, que cria visibilidades –, entendemos que é

nas redes de poder (e de saber, certamente) que nos produzimos como sujeitos, que se constituem as instituições e a realidade sobre as quais nossos dizeres discursam.

Nas pesquisas de Fischer (2012), aprendemos que, ao aceitarmos o desafio de trabalhar com as histórias de vidas de pessoas tomadas como infames, nosso objetivo é compreender e descrever a história do presente no qual estamos vivendo. Assim, ao analisar as trajetórias das vidas de meninos envolvidos com as questões das drogas, no município de Cáceres, estou empreendendo esforços com esse objetivo – o de encontrar novas inteligibilidades a respeito das vidas desses jovens. Não descarto, tampouco, o objetivo de colocar em questionamento preconceitos que foram engendrados e passaram a circular sobre histórias de vida como essas.

Baseado nesses ensinamentos, passo a analisar o material empírico coletado em diferentes fontes, como já apresentamos anteriormente. Ao entrevistar os sujeitos da pesquisa, chamou-me a atenção a desenvolvura com que alguns deles relataram aspectos de suas vidas, relacionados com os atos infracionais de que estavam sendo acusados. Alguns deles começavam a relatar suas experiências de vida, mesmo antes de serem formuladas quaisquer perguntas. Nesses relatos, descreviam, com riquezas de detalhes, como são constituídos seus núcleos familiares; como viveram suas infâncias; quando e como começaram a se envolver com drogas ilícitas e outros atos infracionais; as passagens pelos os órgãos de proteção e repressão do Estado; os processos de internamento e de prisão; as formas de violência sofridas, entre outros.

Diante da manifestação de uma urgência e uma necessidade de esses jovens contarem suas vidas, comecei a me perguntar: afinal de contas, quais as motivos que os levam a se sentirem quase obrigados a narrar-se, especialmente quanto a aspectos relacionados com as práticas infracionais e criminais? Mesmo não sendo o escopo dessa tese analisar esse tópico, de forma mais demorada, ousou levantar as seguintes hipóteses: seria o caso de esses indivíduos já terem narrado, tantas e tantas vezes, os atos infracionais dos quais estavam sendo acusados, que eles passaram a representar esses atos como uma peça da dramaturgia da miséria humana, à semelhança dos “homens infames” retratados por Foucault? Que semelhanças haveria aí entre esses personagens de tempos tão distintos? Esses jovens, aos serem incitados a se narrarem, teriam como pressuposto que os entrevistadores se interessavam apenas pelos aspectos negativos, dos atos dos quais eles estavam sendo

acusados? Ou esses indivíduos, por já terem sido nomeados e classificados tão repetidamente – como “perigosos”, “bagunceiros”, “desajustados”, “fracos da cabeça”, “drogados”, “maconheiros”, “sujos” e “imundos” “problema social” –, chegaram a esquecer, de fato, quem eram, apagaram outros tantos momentos e outras tantas vivências, passando a reproduzir aquilo que os discursos dizem deles? Mesmo reconhecendo a pertinência desses questionamentos, não é meu objetivo confirmar ou desconstituir essas hipóteses, neste momento. Entendo que esse tópico poderá produzir, talvez, um trabalho a ser desenvolvido em pesquisas futuras.

De qualquer forma, os jovens entrevistados ficavam um tanto surpresos, e até impressionados, quando eu começava a conversar com eles sobre outros aspectos de suas vidas que iam além dos atos infracionais. Alguns mostravam-se tão focados em suas experiências infracionais que, quando eu começava a conversar com eles sobre futebol, pescarias no Rio Paraguai, namoradas, sexualidade, trabalho, gostos musicais e alimentares e outros assuntos, aparentemente triviais da vida, eles ficavam muito surpresos. Nesses momentos, notava-se que eles começavam a perceber (ou a relembrar algo esquecido) o quanto suas trajetórias de vida iam além das circunstâncias presentes. Isso pode ser exemplificado por uma conversa, de quase duas horas, com um dos meus entrevistados. Ao final do encontro, ele exclamou:

[...] puxa, professor, como é bom conversar com o senhor, porque até esqueço que estou preso, acusado de ser “bandido”, eu até volto a ser gente. [...] aqui dentro da prisão somos tratados de acordo com o crime que praticamos, é um alívio saber que eu ainda tenho dignidade, porque as pessoas que conversam com a gente só querem saber das coisas erradas que praticamos, vivem nos dando “esporro” e nos “esculachando”, dificilmente alguém nos traz uma palavra de esperança e de alívio para nossa consciência.

Se, por um lado, há jovens que têm facilidade e até necessidade de relatar suas trajetórias de vida, por outro, alguns apresentavam dificuldades, reservas e cautelas, no momento de expor suas experiências. Geralmente, os jovens mais receosos de se expor são aqueles que já passaram várias vezes pelos órgãos de proteção e repressão do Estado e pelo processo do internamento e da prisão. Tornaram-se “desconfiados”, cautelosos com as palavras. Isto mostra que já compreenderam como funcionam as regras e os códigos do universo criminal e do sistema prisional. Consequentemente, eles temem que suas declarações possam prejudicá-los e comprometer companheiros presos, ou mesmo os que estão em liberdade. As entrevistas apontaram, ainda, que os jovens com esse comportamento

comumente têm perfis e comportamentos bem definidos: cautela na expressão de seus sentimentos; repetição dos mesmos discursos; caminham de cabeça baixa, mãos cruzadas – como se estivessem algemados – e ombros curvados. O olhar para baixo dá a impressão de estarem evitando olhar nos olhos das pessoas, mesmo quando estão em uma conversa. De tal atitude podemos inferir que já foram disciplinados e marcados, já se tornaram sujeitos ou foram assujeitados, com as “verdades” das diferentes redes discursivas das instituições por onde passaram.

Na elaboração do projeto de pesquisa e apresentação perante a banca qualificadora, manifestei meu desejo de pesquisar as histórias de vidas de 25 jovens envolvidos com drogas ilícitas. No entanto, à medida que eu ia desenvolvendo a pesquisa empírica, comecei a perceber que meu intento inicial era praticamente impossível de ser executado, considerando o fato que quase todos os jovens entrevistados eram acusados de outras práticas infracionais e criminais – além daquelas específicas, envolvendo drogas. Dos 25 jovens entrevistados, 23 estavam envolvidos com drogas e outras práticas infracionais e criminais (furtos, roubos, assaltos, lesões corporais, porte ilegal de armas, descumprimento de medidas judiciais, desacatos às autoridades etc.). Apenas dois dos jovens entrevistados não estavam envolvidos com as questões das drogas – um era acusado de homicídio e outro de latrocínio.

Outro ponto relevante nessas entrevistas foi o fato de que todos os entrevistados eram reincidentes (alguns já haviam passado até 42 vezes) pelas instituições de proteção e repressão do Estado. As entrevistas revelaram, ainda, que nos locais onde esses jovens moram os serviços que deveriam ser prestados pelo poder público (Estado e município) são quase inexistentes ou são oferecidos de formas extremamente precárias. Nos bairros e favelas onde esses jovens moram praticamente não existe saneamento básico (na maioria das residências, o esgoto corre a céu aberto); a iluminação pública é deficiente, não existem creches nem postos de saúde. Essas localidades não contam com áreas de lazer voltadas para atender as necessidades dos adolescentes e dos jovens. As escolas, quando existem, funcionam de forma deficiente, e a segurança pública é praticamente inexistente. Os moradores reclamam que os agentes da segurança pública só aparecem quando são solicitados; assim mesmo, apenas quando acontecem atos infracionais de natureza grave.

Os dados da empírica demonstraram que a população dos bairros onde os jovens pesquisados moram têm uma visão extremamente negativa dos agentes da segurança pública do Estado. Em sua visão, alguns agentes policiais (civis e militares) são sempre corruptos e usam procedimentos violentos ao abordarem as pessoas, principalmente os jovens e de cor não branca (negros e pardos). Assim, o relacionamento dos moradores com os agentes da segurança pública é baseado no medo, na desconfiança e na insegurança. Isto fica evidenciado pelo depoimento de uma das senhoras que entrevistei, quando ela reclama que as ações dos policiais são violentas, desrespeitosas, além de alguns agentes serem muito corruptos, chegando ao ponto de exigirem dinheiro das pessoas para não prendê-las.

Em tom de revolta, essa senhora relata que os cidadãos estão

[...] completamente desamparados aqui na vila, somente Deus pode nos ajudar, [...] porque a polícia (civil e militar) só aparece aqui para aprontar com os moradores. [...] outro dia mesmo, os policiais chegaram aqui em casa, sem mandado judicial e sem qualquer prova, invadiram minha casa e pegaram meu filho caçula, menor de idade, levaram para o matagal e bateram tanto nele que ele ficou cuspindo sangue durante uma semana. [...] aqui no bairro, os moradores têm mais medo da polícia do que dos bandidos [...] só Deus pode nos livrar desses bandidos de farda.

Outro aspecto que vale ressaltar em relação às trajetórias de vidas dos jovens entrevistados são as condições de suas moradias. De modo geral, as famílias moram de forma muito precária, a maioria delas habita pequenas casas ou barracos. Alguns são construídos com sobras de materiais que eles recolheram nas ruas e até nos depósitos de lixo da cidade. Diante da falta de espaço, é comum encontrarmos dois, três e até quatro barracos construídos no mesmo terreno. Encontrei, ainda, famílias morando em casas emprestadas por amigos ou parentes, e outras morando em imóveis ocupados de forma irregular. Outro detalhe: as casas dessas famílias tem poucos móveis e utensílios, a maioria doados ou mesmo recolhidos no lixo da cidade.

Outro ponto relevante, em relação à constituição e ao funcionamento dos núcleos familiares, é o número elevado de pessoas (avós, mães, filhos, netos, sobrinhos, primos, tios). A título ilustrativo, indico, aqui, que dos 14 núcleos familiares que visitei, em três deles os pais tinham quatro filhos; seis com cinco filhos; quatro com sete filhos; em um dos casos, a família era composta de dez filhos. Diante da precariedade das moradias, além de outras carências materiais, na maioria dos casos, várias pessoas são obrigadas a dormir no mesmo

quarto e na mesma cama. Nos casos de maior carência, algumas pessoas são obrigadas a se acomodarem no chão, não contando com o mínimo de conforto e de proteção.

O caso mais grave era o de uma família constituída pela mãe, a avó, dez filhos e três netos. Por ocasião da pesquisa, graças ao trabalho das assistentes sociais da prefeitura, a família tinha sido transferida para uma pequena casa, em um conjunto habitacional, construída por um dos programas do Governo Federal. No entanto, antes de essas pessoas serem transferidas para a nova moradia, moravam em um barraco de apenas dois cômodos, construído com sobras de materiais recolhidos nas ruas e no depósito de lixo da cidade.

Outro ponto relevante é o fato de a maioria dos núcleos familiares serem dirigidos por figuras femininas (mães, avós ou tias), como já referi anteriormente. Encontrei famílias em que os pais abandonaram suas famílias por causa do álcool; inclusive alguns passaram a ser moradores de rua. Cinco desses pais estavam presos, cumprindo pena na cadeia pública de Cáceres ou na penitenciária central de Cuiabá. Dois deles tinham sido mortos por traficantes e outros dois, por agentes da segurança pública. Por fim, há aqueles que abandonam suas companheiras e filhos para constituírem novos núcleos familiares.

A vulnerabilidade dos núcleos familiares ainda pode ser constatada considerando-se as ocupações laborais: como a maioria delas possui baixo grau de escolaridade e pouca experiência profissional, quase sempre são obrigadas a desenvolver atividades laborais com baixa remuneração salarial e de pouca representação social. Outras são obrigadas a trabalhar na informalidade, nos chamados “bicos”, não podendo contar, assim, com qualquer garantia previdenciária ou trabalhista. As principais atividades laborais desenvolvidas por essas pessoas são as de diaristas, empregadas domésticas, eletricitas, servente pedreiro, carpinteiro, guardas noturnos, vendedores ambulantes, feirantes, serviços gerais. Nas situações-limite, encontramos os desempregados ou aqueles que vivem com os benefícios do Estado (bolsa-família, auxílio-doença ou por acidente de trabalho).

Outro ponto a sublinhar na estrutura e funcionamento dos núcleos familiares é a presença de outras pessoas (pais, mães, madrastas e padrastos, tios, primos) envolvidas com alcoolismo, drogas e outras práticas criminais (roubos, assaltos, homicídios, estupros, latrocínio). Diante disto, é comum encontrar parentes presos ou respondendo processos por envolvimento com práticas criminais. Como ilustração, destaco que, dos 25 jovens

pesquisados, oito deles relatam o fato de haver familiares envolvidos com cocaína; sete estavam envolvidas com furtos, roubos e outros crimes; cinco registraram pessoas envolvidas com alcoolismo, e dois falaram de parentes que se tornaram moradores das ruas.

Outro ponto que a pesquisa empírica demonstrou foram as brigas e os constantes atos de violência no interior das famílias. Diante desse ambiente de beligerância, os jovens aprenderam, desde muito cedo, que a única forma de resolver conflitos interpessoais seria a violência. Tal realidade pode ser demonstrada, por exemplo, no depoimento de uma das mães:

[...] reconheço que é muito difícil cuidar das crianças sem a presença do pai delas, porque eu tenho de deixá-las sozinhas enquanto vou trabalhar. Mas agora está melhor do que quando ele estava em casa, porque quando estava em nossa companhia não ajudava em nada, passava o dia inteiro bêbedo e espancava as crianças e, ainda vivia me ameaçando de me matar com faca e com pedaço de pau. [...] agora nós não temos a presença dele, mas pelo menos temos sossego e paz em casa.

A educadora e a assistente social entrevistadas, por acompanharem os jovens de nosso estudo, classificam aquelas famílias como "disfuncionais". A técnica judiciária explica que família disfuncional é aquela em que, por algum motivo, os adultos não conseguem suprir as necessidades básicas dos que estão sob sua responsabilidade (no que se refere a proteção, moradia, alimentação, educação etc.). Nesse mesmo sentido, uma das psicólogas explica que, praticamente, todos os jovens que se envolvem com as drogas e outros atos ilícitos, em algum grau, sofrem da chamada *síndrome da ferida do abandono*. Essa técnica judiciária esclarece que as consequências mais frequentes dessa *síndrome* são as agressividades, as dificuldades de concentração, a auto-estima baixa, a solidão, a depressão, a desconfiança exagerada, dificuldade em estabelecer relações de confiança e duradouras, sensação de ansiedade constante, entre outras manifestações psíquicas. Se essa *síndrome* não for tratada adequadamente, os sintomas podem acompanhar o indivíduo por toda a vida, com consequências graves.

Outra psicóloga entrevistada entende que uma das causas que pode contribuir para levar os jovens a se envolverem com as drogas seria a ausência das figuras paternas ou de outras pessoas que pudessem desempenhar essas funções (a função de parentalidade como sabemos, não precisa, necessariamente, ser exercida pelo pai biológico – como nos ensina a psicanálise). Segundo a técnica, a presença da figura do pai é fundamental para a constituição

da personalidade da criança; para ela, o genitor seria a pessoa responsável pelo sustento material e de segurança. Seria, também, quem colocaria limite nas condutas dos infantes, particularmente aquelas práticas consideradas contrárias ao convívio social. Como a maioria dos jovens em foco cresceu sem a imposição de limites em suas condutas, apresentam muitas dificuldades para administrar as frustrações e privações impostas pelas atuais condições de vida. Da mesma forma, eles têm muita dificuldade de se submeter às regras impostas pela sociedade.

As entrevistas mostraram também que algumas pessoas que fazem parte dos núcleos familiares dos jovens pesquisados veem como algo quase natural e, em alguns casos, até mesmo esperado, o envolvimento de seus parentes (filhos, irmãos, netos) com as drogas e outras práticas infracionais. A título de ilustração, trago, aqui, um fragmento do depoimento de uma mãe, feito em tom de resignação e tristeza (lembro que nessa família convivem mãe, avó, uma tia, dez filhos e três netos; e, dos dez filhos, cinco estão envolvidos com as drogas e outros atos infracionais):

[...] não era isto que eu queria para meus filhos, no entanto, eu já esperava que um dia isto fosse acontecer com eles, porque um dos tios deles foi morto pelos agentes policiais e o outro está preso na penitenciária de Cuiabá, por tráfico de drogas e outras coisas erradas. Os meus irmãos “desencaminharam” meus filhos mais velhos e agora, os irmãos mais velhos estão levando os irmãos mais novos para o mesmo caminho. [...] não tem nada que eu possa fazer, eles nasceram no meio das drogas e do crime, vão continuar assim, somente Deus pode salvar meus filhos desse destino.

Percebi que as famílias entrevistadas reagem de forma diferente ao perceberem que um parente está envolvido com atos infracionais. Algumas dessas pessoas declaram que foi muito dolorosa a descoberta. Outras procuram negar ou mesmo esconder a realidade, geralmente buscando explicações e justificativas para as condutas dos parentes, como se a causa estivesse apenas e exclusivamente fora do núcleo familiar. Em outros casos, as pessoas acabam resignando-se e aceitando a situação. Encontrei, ainda, casos em que os membros das famílias não só aceitavam, mas eram, ainda, coniventes com o envolvimento dos filhos com as drogas e outras práticas infracionais.

Oito das mães e quatro das avós entrevistadas relataram que seus filhos e seus netos começaram a usar drogas em vista das “más influências”, dos amigos e dos vizinhos, e também pela falta de oportunidade de trabalho na cidade de Cáceres; três mães e duas avós atribuíram à posição geográfica da cidade de Cáceres a entrada dos filhos e dos netos no

mundo das drogas. Nas explicações dessas senhoras, como o município de Cáceres faz divisa com a Bolívia, a entrada da cocaína e de outras drogas na cidade e região acaba sendo facilitada. Duas mães atribuem o envolvimento dos filhos com as drogas às forças espirituais do mal, “coisa do capeta”. Essas duas senhoras, que participam de igrejas evangélicas pentecostais, declaram que “estão orando e jejuando para que seus filhos sejam libertos das drogas e das forças do mal”.

Uma delas relata que:

[...] meu filho era um menino bom, educado, estudioso e obediente, entretanto, depois que começou a se envolver com as “más companhias” ele mudou a cabeça e o “capeta entrou em sua vida”. Agora ele só quer saber de roubar e usar drogas, somente com muito jejum e oração, meu filho pode ser liberto do laço do diabo.

Das senhoras entrevistadas, três mães e uma avó relataram que ao descobrir que os filhos e o neto estavam envolvidos com as drogas, usaram de violência e os expulsaram de casa. Essa postura, na maioria das vezes, acaba contribuindo para aumentar ainda mais a situação de abandono e vulnerabilidade desses jovens. A situação pode ser constatada pelo fragmento do depoimento – carregado de mágoa e ressentimento – de um dos jovens entrevistados:

[...] a minha mãe começou a desconfiar que eu estava envolvido com as drogas porque eu abandonei a escola, comecei a emagrecer, dormir o dia inteiro e só saía de casa durante a noite. [...] quando ela descobriu que eu estava afundado na “marvada”, ela me deu uma “surra” com ripas da cerca do quintal que fiquei escarrando sangue por dois dias e ainda me expulsou de casa. Como eu não tinha onde morar, me abriguei na casa de um senhor traficante de drogas da cidade. [...] gosto de morar na casa dele, porque ele me trata como se eu fosse seu próprio filho.

Ao explicar as dificuldades que as famílias encontram em lidar com seus entes em estado de drogadição, uma das técnicas judiciárias que trabalha no sistema socioeducativo, pondera que tais dificuldades estão ligadas ao fato de que os dependentes químicos são pessoas doentes, e essa patologia, em diferentes graus, acaba atingindo também a estrutura e o funcionamento do núcleo familiar. Outra dificuldade apontada pela psicóloga é a falta de informação sobre o assunto, por parte dos familiares dos jovens. A essas dificuldades são adicionados, ainda, o preconceito, a vergonha, a culpa, as frustrações, a revolta e a impotência em ver os filhos e os netos dominados pela substância química. Isto tudo, na maioria dos casos, deixa os familiares completamente impotentes para ajudar os jovens a saírem da situação em que se encontram.

Outro aspecto que as entrevistas com os jovens demonstrou foi que esses indivíduos são levados a desempenharem várias funções no complexo e lucrativo comércio do tráfico das drogas, tornando-se, por exemplo, vigias das “bocas de fumo”, “olheiros”, empacotadores da droga, encarregados pelas entregas, guarda-costas dos traficantes, apontadores, contadores, “aliciadores de novos consumidores”. Tais funções não são fixas, considerando que, na maioria dos casos, o mesmo jovem é compelido a desempenhar várias atividades na organização criminosa. No entanto, na organização do tráfico, as figuras mais respeitadas e temidas são as pessoas que dispõem de capital financeiro para comprar a droga. Como reiteradamente têm demonstrado as investigações da polícia federal e do ministério público, os “capitalistas do tráfico”, geralmente, são pessoas “invisíveis” e difíceis de serem identificadas, porque são bem posicionadas na sociedade, contam com boas relações políticas no município, no Estado de Mato Grosso, em outras regiões do País e, até mesmo, no exterior. Esses “capitalistas” não “sujam as mãos” com os negócios do tráfico, eles contratam “executivos” para gerenciarem suas lucrativas atividades.

Ligados aos “capitalistas” ou financiadores das drogas, estão aqueles que fazem a distribuição da “mercadoria” – os traficantes. Esses “empresários”, ou “comerciantes”, dependendo da quantidade e também da qualidade da “mercadoria” que conseguem colocar no “mercado”, são classificados como grandes, médios ou pequenos traficantes. Os pequenos traficantes recebem a alcunha pejorativa de “mulas humanas”, porque são recrutados (a maioria adolescentes e jovens) para transportarem determinadas quantidades de drogas (principalmente a cocaína, em sua forma de pasta base) da Bolívia para algumas cidades no Estado de Mato Grosso ou mesmo para outras regiões do País.

Os jovens “recrutados” para fazer o “trabalho de mulas humanas” geralmente têm perfis bem específicos: boa aparência física, de preferência de cor branca, mediana escolaridade formal e com facilidade de comunicação. Um dos delegados da polícia federal entrevistado esclarece que a preocupação dos traficantes em “contratar” jovens com esses perfis é não chamar a atenção dos agentes dos órgãos de segurança pública do Estado.

Na ponta visível dessa complexa “rede comercial”, encontramos outro grupo de jovens, com perfis completamente diferentes. Os jovens desse segundo grupo são denominados de “caxangueiros” – expressão que explicamos em nota, anteriormente. Um desses “caxangueiros” relatou em entrevista que, nos poucos momentos que ele tinha de

lucidez, experimentava uma profunda sensação de vazio e de abandono diante da vida. Ele tinha muito medo, principalmente dos agentes dos órgãos da segurança pública, considerando que esses agentes tinham-no prendido, por várias vezes, inclusive fazendo uso de violência. Para sair da situação de abandono e de medo, o jovem acabava praticando outros atos infracionais, para sustentar o vício.

É relevante citar o fato de que a maioria desses jovens começou a se envolver com o uso das drogas (principalmente a cocaína) ainda muito cedo, alguns quando ainda eram crianças. Apenas a título ilustrativo, apresento alguns dados levantados por ocasião das entrevistas: cinco desses jovens começaram a usar cocaína entre os onze e doze anos de idade – dez deles, começaram a usar cocaína aos trezes anos ; cinco deles, começaram a usar aos quatorze anos; dois deles, aos quinze anos, e os outros não se lembram a idade em que se iniciaram naquele tipo de vida. De qualquer forma, pelas reiteradas vezes em que já passaram pelos órgãos da segurança pública do Estado, pelo comportamento que têm, acabaram sendo rotulados e “carimbados” de “caxangueiros”, “porcos” “cachorros sarnentos”, “cachorros doidos” “andarilhos”, “turistas”, “macucos”, “sujeiras” “noiados” “irmãozinhos”, “urubus”, “suja rua”, “sebentos”, “cata lixo”, além de muitas outras pechas que eles são obrigados a carregar e a exibir por onde transitam – como já comentamos anteriormente.

Caminhando para a conclusão deste capítulo, mesmo correndo o risco de simplificar uma questão tão ampla e complexa como a que foi aqui tratada, arrisco uma síntese: a situação de carência financeira, familiar, afetiva, educacional, adicionada às questões de ordens pessoais, a que é submetida uma parcela significada da população juvenil que mora em Cáceres, podem nos ajudar a compreender por que alguns deles acabam se envolvendo com o consumo e o tráfico das drogas ilícitas e outras práticas infracionais. Vejamos a fala de um dos delegados responsáveis pela delegacia da infância e da juventude do município:

[...] esses indivíduos já nasceram condenados pela pobreza e ao se envolverem com as drogas e outras práticas infracionais são condenados novamente pela sociedade e pelo poder do Estado. [...] esses jovens são encaminhados para nossas prisões, locais imundos, infectos, indignos de acolher os animais irracionais. [...] a verdade é que esses espaços que chamamos de prisões e penitenciárias são verdadeiros “lixões”, piores do que os aterros sanitários da cidade, no entanto, têm a função de recolher, depositar e “reeducar essas sobras humanas”.

Pelos relatos dos diferentes profissionais entrevistados, depreendemos que aqueles sujeitos fazem parte de um jogo perverso, porque, se por um lado eles são excluídos dos recursos e das condições necessárias para se construir uma vida humana digna, por outro, são incluídos em redes discursivas que têm o poder de determinar quem eles são e quais os perigos representam para a sociedade. Não é difícil constatar que esses jovens nasceram e cresceram em ambientes marcados pela pobreza, pelo abandono e outras formas de violência. Mesmo tendo o cuidado de não fazer generalizações, sou levado a considerar que, possivelmente, os ambientes adversos em que esses indivíduos estão inseridos, agravados por inúmeras outras variáveis, são fatores que contribuíram para que eles construíssem suas histórias de vidas dessa forma e não de outra.

CAPÍTULO 7

Jovens e maquinaria prisional: cadeia pública e centro socioeducativo

Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão (FOUCAULT, 2000, p.196).

Como já demarcamos em outra passagem desta tese, as razões para os considerados “estranhos”, “anormais”, “impuros” não se enquadrarem na sociedade moderna é o fato de que eles deixam turvo aquilo que deveria ser transparente; confuso, aquilo que deveria estar dentro da certeza. Em uma palavra: eles desorganizam aquilo que deveria estar dentro da ordem e da normalidade. Assim, para controlar esses indivíduos “desviantes” ou “anormais”, em cada tempo, a sociedade os define e nomeia, definindo as ações consideradas criminosas e criando leis e instituições para educar, disciplinar e segregar aqueles que são considerados “perigosos” ao convívio social. Ao percebermos como isso acontece, reconhecemos que o projeto dos teóricos da modernidade não foi superado, ao contrário, compreendemos que, na sociedade contemporânea, esse projeto se amplia, tomando novas configurações.

Durante longo tempo, sabe-se (pela via de Foucault, dentre outros historiadores) que a vigilância em relação à "anormalidade" era exercida apenas sobre algumas classes de pessoas, tais como: os pestilentos, os vagabundos, as prostitutas, os leprosos, os masturbadores, os loucos, os detentos, os alunos, os soldados, os doentes, os operários. Na sociedade contemporânea, os mecanismos de controle e normalização tomam novas configurações, estendendo-se sobre a forma de viver de todos os cidadãos. Com o avanço da ciência e, principalmente das novas tecnologias, ousamos afirmar que, na história da civilização ocidental, nunca, como em nossos tempos, foram mobilizados tantos mecanismos de vigilância e dispositivos de controle sobre as pessoas e a sociedade.

Entendo que é justamente nesse contexto de vigilância, controle e disciplinamento que as leis penais e as diferentes instituições de sequestro devem ser vistas e analisadas. Vale ressaltar que os dispositivos de controle continuam presentes e muito atuantes na sociedade contemporânea, inclusive na realidade brasileira. Com esse entendimento, podemos dizer que a maquinaria prisional foi e continua sendo a instituição criada para vigiar, segregar do convívio social e privar de liberdade as pessoas consideradas “impuras”, “anormais”,

“perigosas” para a sociedade. São, assim também, “perigosos” e “anormais” os jovens em conflito com as leis, por se encontrarem em estado de drogadição, e cujas vidas motivaram este estudo.

Nesse sentido, durante a realização das entrevistas, das transcrições do material recolhido e das análises do *corpus*, as principais perguntas que me mobilizaram foram estas:

◇ Como as trajetórias de vidas desses jovens considerados “infames” foram e continuam sendo construídas?

◇ De quais atos infracionais e criminais esses jovens estão sendo acusados de praticarem?

◇ Como esses jovens se relacionam dentro desses espaços prisionais?

◇ Quais os códigos (escritos e não escritos) que regem suas vidas no interior dos espaços prisionais?

◇ Como eles percebem as práticas (discursivas e não discursivas) desenvolvidas dentro desses espaços prisionais?

◇ Quais os efeitos das práticas prisionais sobre suas vidas?

◇ De que forma o processo de aprisionamento continua a acompanhar esses jovens, mesmo depois de terem “cumprido” as penas e conquistado a liberdade?

Ressalto que não tive a intenção de analisar a história do sistema prisional ou fazer o levantamento da situação atual do sistema carcerário brasileiro. Meu objetivo é mais específico: analisei aqui as experiências vividas por alguns jovens que já passaram por encarceramento ou que se encontram privados de liberdade, no centro socioeducativo e na prisão pública do município de Cáceres.

Na obra *Vigiar e Punir* (2000), Foucault descreve as rupturas que aconteceram, nos últimos três séculos, na sociedade ocidental, em relação ao tratamento dado aos criminosos e à aplicação das penas. Para o pensador, em cada momento histórico, a sociedade cria suas leis para definir os atos considerados criminosos e cria, também, as instituições para vigiar e punir aqueles que são julgados e condenados por violarem o sistema penal vigente.

Caminhando, ainda, nas trilhas abertas por Foucault, ficamos informados de que, no curso da Idade Média, as pessoas que se envolviam com os crimes considerados graves

sofriam a pena de morte; alguns deles eram submetidos ao ritual do suplício, o qual não tinha como objetivo socializar ou transformar a conduta do infrator, mas, acima de tudo, provocar dores e sofrimentos ao condenado (além de servir como exemplo aos outros). Nessa modalidade de pena, o importante era demonstrar para aquele que tinha praticado o ato criminoso, e também para a sociedade, o brilho e a força do poder punitivo vigente. Assim, o ato da aplicação da pena significava o confronto do poder real com aquele que estava sendo apenado. Nessa demonstração de força, o que importava era o acusado receber, em seu corpo, uma pena maior do que o crime que ele havia praticado.

Podemos ilustrar, num exemplo da história de nosso País, o que foi e qual era o propósito da aplicação da pena de suplício, lembrando o julgamento e a morte do brasileiro Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes. No século XVIII, o Rei de Portugal acusou Tiradentes de praticar o crime de subversão contra o regime monárquico. Após um longo processo inquisitorial, Tiradentes foi condenado à pena de morte por enforcamento. Para mostrar o brilho e a força do poder monárquico, o condenado foi enforcado; depois de morto, seu corpo foi esquartejado e os membros foram enviados para várias vilas das províncias da Capitania das Minas Gerais. A casa de Tiradentes foi destruída e salgada, e os membros de sua família foram declarados “malditos” ou inimigos da coroa portuguesa até a terceira geração.

O estudo da situação prisional na América Latina, incluindo o Brasil, realizado por Hugo Rangel (2013), constata pequenos avanços e boa vontade, por parte de alguns setores da sociedade, para melhorar o sistema carcerário no País. Contudo, tal intenção encontra muita resistência por parte daqueles que defendem a ideologia do castigo e da vingança, em relação àqueles que estão presos. Os cidadãos que partilham da ideologia do castigo ou da vingança, entendem que os presos devem ser enviados à prisão não apenas para cumprirem suas penas, mas para sofrer e “purgarem” pelo mal que fizeram às vítimas e à sociedade. Nessa concepção, as prisões, antes de tudo, devem ou deveriam ser espaços de sofrimento.

Pelas pesquisas desenvolvidas por Rangel (2013), bem como das entrevistas que realizei com alguns operadores do direito e dos agentes da segurança pública, constatei que a concepção de ver a pena como fonte de sofrimento e de castigo está fortemente enraizada não apenas no senso comum, mas também no imaginário dos agentes da segurança pública, e até

mesmo daqueles que estão cumprindo penas no sistema prisional. Nas entrevistas com os jovens, sujeitos desta pesquisa, a maioria deles verbaliza, claramente, que estão presos “para pagar a dívida que têm para com a justiça e para com a sociedade”. Nessa visão, o objetivo da aplicação da pena não é a recuperação ou a modificação do comportamento daqueles que se encontram privados de liberdade, mas satisfazer uma ideologia de desforra e de punição em relação àqueles que lesionaram um bem jurídico protegido pelo sistema penal.

Como apontado anteriormente, ao construir a arqueologia do sistema penal, na sociedade ocidental, Foucault (2000) sinaliza que nos séculos XVIII e XIX aconteceu uma verdadeira ruptura na arte de punir. Essas mudanças aconteceram devido a uma série de acontecimentos históricos e à relevância de trabalhos de juristas e filósofos, como Beccaria, Servan, Dupaty, Lacretelle, Duport, Pastoret, Bergasse, Bentham e Brisiet, entre outros. Esses pensadores começaram a questionar a forma desumana e cruel com que as penas eram aplicadas sobre os corpos dos criminosos, nas praças públicas, através dos suplícios. Teve início a defesa da tese de que a aplicação das penas deveria ser um instrumento de transformações das condutas dos criminosos e também um meio “dissuasório para eventuais futuros delinquentes”. (Cf. FOUCAULT, 2000, p. 163).

Em síntese, poderíamos dizer que aqueles que advogam a aplicação das penas como mecanismos de vingança, de sofrimento e de expiação estão olhando para os atos criminosos que já foram cometidos. Por outro lado, aqueles que defendem a aplicação das penas como instrumento pedagógico estão olhando para o futuro. Para esses, as penas têm ou deveriam ter um caráter inibitório, ou seja, a função de levar os criminosos a não se envolverem em novos atos infracionais, e também dissuadir e desencorajar os potenciais transgressores a não seguirem as práticas criminosas.

De qualquer forma, a maquinaria prisional, desde o seu surgimento até os dias presentes, tem se transformado em uma instituição extremamente complexa em suas práticas e em seu funcionamento. Assim, aqueles que aceitam o instigante trabalho de compreender sua lógica e o seu funcionamento precisam passar por um processo de aprendizagem, para entender os diferentes códigos, as muitas linguagens usadas no interior dessa instituição. A verdade é que o espaço prisional nos “fala” por meio de suas muitas linguagens: o modo como as pessoas andam, como nos olham e nos dirigem a palavra. A prisão ainda nos “fala” por meio da sua arquitetura; das suas muralhas; pelo ritual de abrir e fechar as celas; de como

os agentes exibem os cadeados e os molhos de chaves; pela vigilância contínua; pelos regulamentos e os códigos (escritos e não escritos) usados no interior desses espaços. Diante de tudo isto, é necessário um olhar e uma escuta sensível, para compreender a lógica e as muitas linguagens que circulam no espaço prisional.

Pautado por esses ensinamentos, entendo que a instituição prisional, através de suas diversas práticas (discursivas e não discursivas), desenvolve um verdadeiro jogo em relação àqueles que lhe são confiados. Por um lado, ela procura esconder as práticas desenvolvidas em seu interior e também procura ocultar aos olhos da sociedade a situação dos prisioneiros que lhe são confinados. Por outro lado, a maquinaria prisional desenvolve uma vigilância constante sobre todas as áreas das vidas dos prisioneiros sob sua responsabilidade.

Segundo Foucault (2000), o sistema prisional foi constituído para desempenhar três funções principais. A primeira delas seria a de suprimir a liberdade dos indivíduos condenados pelo poder judiciário, tendo em vista que privação da liberdade teria o mesmo preço para todos os indivíduos. Assim, a prisão seria o castigo igualitário e a privação da liberdade a pena a ser aplicada pelas nações consideradas civilizadas. A segunda função seria levar o condenado a “pagar” ou “expiar” o dano que seu ato causou, não apenas à vítima, mas à sociedade como um todo. A terceira seria transformar e corrigir aquele que cometeu o ato criminoso. A pena seria um dispositivo de dissuasão para que aquele que cometeu um ato delituoso, transformando-o, assim, em cidadão ajustado aos valores da sociedade.

Para cumprir as funções educativa e transformadora, a prisão tem a prerrogativa de se apropriar de todos os aspectos da vida dos prisioneiros. Ela controla a liberdade, o tempo, o sono, o repouso, o número e a duração das refeições, o trabalho, o tempo das celebrações religiosas, o uso da palavra; enfim, a maquinaria prisional controla cada gesto daqueles que lhe são confiados. Em outras palavras, a instituição prisional é “um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas nada de qualitativamente diferente” (FOUCAULT, 2000, p.196).

Dentro dessa perspectiva, observo que a realidade do sistema prisional do País, incluindo a cadeia pública da comarca de Cáceres, é significativamente diferente dos sistemas prisionais descritos por Foucault, em suas pesquisas, especialmente as relatadas em *Vigiar e Punir*. Os meios de comunicação e as pesquisas acadêmicas, reiteradamente, têm mostrado e denunciado que as cadeias e as penitenciárias do País não passam de “depósitos” para onde

são enviados os homens e as mulheres considerados e tratados como “dejetos e sobra humana”. O que encontramos na cadeia pública de Cáceres, à semelhança de outras cadeias do sistema prisional brasileiro, são celas superlotadas; deficiências e quase ausência de recursos humanos e materiais para atender as necessidades básicas dos presos. O que é mais preocupante: o sistema prisional não respeita os direitos básicos dos detentos. O que podemos observar é que, diante da situação em que se encontra a cadeia pública do município de Cáceres, os funcionários que trabalham naquele espaço têm pouco controle sobre o que acontece dentro das celas. Por isso, a prisão acaba sendo “administrada” pelos líderes da população carcerária, que acabam impondo suas regras e seus códigos.

Outro aspecto apontado por Foucault (2000) sobre a maquinaria prisional é o fato de que, nesse espaço, os indivíduos não apenas cumprem as penas impostas pelo Poder Judiciário. Isso porque o sistema prisional se transformou em uma espécie de laboratório, onde cada detento deve ser observado, vigiado, classificado, biografado de forma contínua e minuciosa. Todo esse investimento tem como objetivo conhecer a vida pregressa do detento, seu comportamento, suas disposições e seu progresso durante o período de aprisionamento. Nesse sentido, a prisão é um espaço onde se exercem relações de poderes e saberes, não apenas do Poder Jurídico, mas também dos saberes e dos poderes da medicina, da psiquiatria, da psicologia, da pedagogia, da sociologia, da religião, da assistência social, entre outras. Em linhas gerais, as funções que a prisão desempenha são similares às funções da escola, da fábrica, do hospital, do quartel, da família, das religiões e outras instituições sociais, porém com formas de controle mais rígidas.

Para ilustrar o controle que o sistema prisional tem ou deveria ter sobre as vidas daqueles que lhes são confiados, é interessante mostrar algumas disposições legais que estão previstas na Lei de Execução Penal Brasileira – LEP. Essa lei determina que o primeiro procedimento a ser realizado quando o detento chega ao sistema prisional seria a sua classificação. Nessa classificação, a Comissão Técnica deve procurar as causas e as circunstâncias que levaram o indivíduo a se envolver em atos criminosos, examinando possíveis inclinações perigosas, predisposições para a prática de novos crimes, bem como antecedentes criminais do detento.

Na literalidade da lei:

Artigo 5º. Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidades, para orientar a individualização da execução da pena.

Artigo 6º. A classificação será feita por Comissão Técnica Classificatória que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório.

Ao analisar os dispositivos legais penais (Código Penal; Código Processo Penal; Lei de Execução Penal LEP, e outras), percebemos que as biografias daqueles que são enviados ao sistema prisional começam a ser construídas em seu primeiro contato com a prisão. Através das práticas das observações, das divisões, das classificações e dos levantamentos dos antecedentes, os detentos vão sendo marcados, nominados, classificados, hierarquizados. Através desses atos, esses indivíduos são definidos e “rotulados”, como: detentos, prisioneiros, reeducandos, perigosos, baderneiros, “noiados”, maconheiros, “caxanguerios”, desocupados, sujeitos – como já mencionamos anteriormente.

De qualquer forma, o sistema prisional ensina esses sujeitos a andar de cabeça baixa – olhando sempre para o chão –, a manter os braços cruzados nas costas como se eles estivessem algemados, a só falarem em tom de voz baixa, a caminhar sempre em filas indianas, a usar modos considerados educados – dizer “senhor”, “por favor”, “com licença” ao se dirigirem às pessoas, principalmente aos agentes prisionais. Isso demonstra que os jovens, ao passarem pela maquinaria prisional, mais do que cumprirem as penas impostas pelo Poder Judiciário, aprendem a se amoldar a um sistema. Em uma palavra: são “educados”.

Essa constatação nos mostra que, não obstante a prisão ter sido concebida como uma “escola”, para ensinar aos detentos modos de ser, de conhecer, de pensar e visões de mundo, temos que reconhecer que, devido às condições materiais e humanas em que se encontram, incluindo as prisões de Cáceres, na maioria das vezes, essas funções são completamente desconsideradas. Diante do que preveem as legislações e os regulamentos internos, a maquinaria prisional deveria ser um espaço controlado e permanentemente vigiado. No entanto, os meios de comunicação têm demonstrado e denunciado (fato que os agentes prisionais também relataram) que, praticamente, todas as vezes em que são realizadas as revistas no interior da prisão, são encontrados objetos proibidos de entrarem nas celas: armas de fogo, facas, “xuchos” (artefatos cortantes e perfurantes feitos de pedaços de ferro), drogas, telefones celulares e carregadores.

Vale registrar que a preocupação com a questão da segurança do espaço prisional aumenta nos dias em que os presos recebem alimentos, vestuário, material de limpeza e outros

produtos, enviados por parentes. Geralmente, esses materiais são enviados pelas esposas, mães, namoradas, tias e, em pouquíssimos casos, pelos pais. Os pacotes e as caixas de materiais são denominados de “jumbos”. A entrega dos “jumbos” passa por uma “inspeção rigorosa”. Tudo é contado e conferido, na presença de pelo menos dois agentes carcerários; só após essa minuciosa vistoria os produtos são encaminhados para as respectivas celas.

Tanto os agentes carcerários como os presos entrevistados relataram que a entrega dos “jumbos” é uma das fontes constantes de tensões e de reclamações no espaço prisional. Os presos reclamaram que os “jumbos” que lhes são enviados, quase sempre, são violados, estragados, desviados e até mesmo subtraídos. Se, por um lado, no dia da entrega dos “jumbos”, a vigilância é reforçada por parte dos agentes carcerários e dos policiais militares, por outro é um dia de muita expectativa e alegria por parte dos detentos.

Outro momento de tensão no espaço prisional são os dias em que os presos recebem as visitas de suas esposas, companheiras/os, namorados/as, para a chamada “visitas íntimas”. Na cadeia pública, essas visitas são realizadas às quintas-feiras. Já no centro socioeducativo, mesmo estando previsto em lei, os jovens ainda não têm esse direito garantido. Para realizar as chamadas “visitas íntimas”, há necessidade de cadastramento prévio, ocasião em que os visitantes recebem um cartão com as devidas identificações. Essas visitas são feitas com cuidados especiais, considerando que os presos devotam um respeito “quase sagrado” para com as figuras femininas: esposas, companheiras, namoradas. A falta de respeito e desconsideração para com a visita é uma das faltas mais graves no universo prisional. Dependendo da natureza da desconsideração, é aplicada uma sanção ao infrator, podendo chegar até a “pena de morte”.

Na cadeia pública e também no centro socioeducativo, aos domingos e nos feriados, os presos e os internos recebem as chamadas visitas sociais, quando eles recebem as mães, filhos, avós, tias, amigos (e pouquíssimos pais). Com exceção dos advogados, dos promotores de justiça e dos juízes de direito, todas as pessoas que visitam as cadeias são obrigadas a passarem pelo ritual da revista, um dos atos mais constrangedores e humilhantes para os visitantes dos espaços prisionais. Para evitar a humilhação e o constrangimento no processo das revistas, muitos detentos chegam a recusar visitas, principalmente das mães e das avós. Essa situação pode ser confirmada pelo depoimento de um dos jovens, que diz, em tom de muita revolta e com os olhos cheios de lágrimas:

[...] eu proibi minha mãe de vir me visitar. Se ela chegar aqui, eu não vou recebê-la, porque fui eu que fiz as coisas erradas, quem é bandido sou eu e não minha mãe. Minha mãe é uma pessoa honesta, trabalhadora, já está velha, doente e não merece passar pela vergonha da bigorna da revista. [...] saber que as mães, as avós, as esposas, as irmãs são revistadas de forma abusiva na prisão é a maior humilhação que o ser humano pode sofrer, é melhor morrer do que ver as pessoas que a gente ama serem humilhadas pelos guardas que realizam as revistas.

No contexto cacerense, o que os dados da pesquisa empírica mostraram foi que os perfis dos detentos da prisão da comarca são similares aos dos detentos das prisões de todo o País. No entanto, há peculiaridades, como, por exemplo, a elevada porcentagem de jovens presos acusados de envolvimento com o consumo e o tráfico de drogas ilícitas e outros crimes correlatos. Segundo os diretores da prisão e do centro socioeducativo, confirmado pelos dados levantados junto aos arquivos dessas instituições, a maioria absoluta da população presa ou internada no município de Cáceres é de jovens, na faixa etária entre 15 a 30 anos – com todas as características já apontadas anteriormente.

Outro ponto a abordar nas experiências dos jovens privados de liberdade (seja cumprindo penas, bem como daqueles internados no centro socioeducativo), diz respeito à violação dos seus direitos fundamentais – direitos assegurados na Constituição Federal Brasileira de 1988, na Lei de Execução Penal, no Código Processo Penal, *Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos no Brasil* e também nos tratados internacionais em que o Brasil é signatário. No entanto, a pesquisa empírica demonstrou que, nem sempre, esses direitos são assegurados em relação à população carcerária, particularmente em relação ao segmento juvenil. Nas entrevistas que tive com os jovens, eles denunciaram e reclamaram que os atos de violência (agressões físicas, psicológicas, moral e até sexual) eram vistas com naturalidade e, até certo ponto, aceitas, esperadas e até incentivadas no interior dos espaços prisionais. Essas práticas de violência eram efetuadas pelos agentes da polícia civil e militar, pelos agentes carcerários e pelos próprios detentos.

O Artigo 5^a da Constituição Federal Brasileira determina que os presos – condenados ou provisórios – não poderão ser submetidos à tortura, quer seja física ou psicológica, ou serem tratados de forma desumana e degradante. Todos devem cumprir suas penas em estabelecimentos de acordo com a natureza dos delitos praticados, da idade e do sexo, sendo expressamente proibidas as práticas cruéis que venham colocar em riscos a

integridade física, psicológica e moral dos detentos. Ainda mais: o Estado tem a obrigação de indenizar o condenado pelos erros cometidos por seus agentes e quando os indivíduos ficarem privados de liberdade, além do tempo previsto em lei ou fixado na sentença da autoridade competente. Nenhum cidadão poderá ser mantido na prisão quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança. É dever e responsabilidade do Estado de oferecer assistência jurídica integral e gratuita quando acusado não dispuser de recursos financeiros para contratar os serviços de um advogado particular (Cf. Artigo 5^a, CF.).

Da mesma forma, os direitos fundamentais dos presos também estão assegurando na Lei de Execução Penal. Esse dispositivo legal determina que todos os detentos que forem encaminhados ao sistema prisional, necessariamente, devem ser classificados de acordo com os delitos praticados; a idade; os antecedentes criminais e suas personalidades. Esse trabalho de classificação deverá ser feito por uma comissão de profissionais especializados e tem como objetivo a individualização da aplicação das penas (Cf. 5^a a 8^a da LEP). Ainda mais: os detentos no curso do cumprimento das penas têm direito de receberem do Estado alimentação adequada; vestuário digno; instalações higiênicas; atendimento médico; odontológico e farmacêutico; assistência educacional e profissionalizante, biblioteca provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos; assistência religiosa e local adequado para as celebrações. Quando os detentos estiverem próximos de sair da prisão, eles têm o direito de receber orientação e apoio para voltarem à vida em liberdade e, se necessário, receberem alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de até quatro meses.

Em consonância com a Constituição Federal Brasileira, a Lei de Execução Penal e os Tratados de Proteção às Pessoas Presas das Nações Unidas – dos quais o Brasil é signatário – O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) editou as *Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil*. Essas Regras foram publicadas no Diário Oficial da União, em 02.12.1994. De acordo com essas *Regras Mínimas*, o Estado Brasileiro tem a responsabilidade de assegurar a integridade física, moral e psicológica, bem como a dignidade de todas as pessoas que se encontram privadas de liberdade nos sistemas prisionais do País. Essas *Regras Mínimas* asseguram que as autoridades competentes, ao encaminharem o condenado à prisão, devem levar em consideração as suas condições pessoais, tais como: sexo, idade, situação judicial e legal, quantidade de pena que terá de cumprir, regime da execução da pena, entre outros direitos fundamentais da pessoa humana. Ainda de acordo com

essas *Regras Mínimas*, as pessoas que se encontram privadas de liberdade deverão ser alojadas de forma individual e, quando forem colocadas em dormitórios coletivos, devem passar por uma classificação cuidadosa, sempre levando-se em consideração as características e as necessidades pessoais de cada detento. Ainda asseguram que os presos têm direito a receberem alimentação de acordo com suas necessidades e água potável. E a alimentação deve ser preparada de acordo com as normas de higiene e de dieta, controlada por nutricionista, com valor alimentar suficiente para manutenção da saúde dos presos.

No entanto, quando cotejamos os direitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro e a realidade dos detentos das prisões do País, incluindo a realidade prisional da comarca de Cáceres, percebemos que existem contradições inaceitáveis. Assim, o que se constata é que a cadeia pública e o centro socioeducativo da comarca de Cáceres, similar a outras realidades do País, são espaços violadores dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Veja-se este depoimento de um jovem entrevistado, que na época cumpria de internamento, no centro socioeducativo:

[...] todas as vezes que os orientadores chamam a tropa de choque da polícia militar, eles não veem aqui para brincar ou com a intenção de nos ajudar. Os policiais já chegam aqui descendo o “cacete sem dó” em todo mundo, eles não querem nem saber quem está envolvido em coisas erradas. [...] na prisão as pessoas apanham por atacado. Eu mesmo que procuro não me envolver em coisas erradas, tenho marcas de espancamento da polícia em minhas costelas e em minhas costas. Um colega meu, que tentou socorrer outro adolescente que estava sendo espancado, injustamente, teve os dedos da mão direita quebrados pelas pauladas que ele levou da polícia. [...] aqui a gente apanha sempre: apanha dos policiais, dos agentes carcerários, dos próprios presos, de todo mundo.

A partir do pensamento de Foucault (2000, p.196), constato que a política de encarceramento desenvolvida pelo Brasil, nos últimos anos, torna o sistema custoso financeiramente; não reeduca nem ressocializa os condenados que passam por ele; não respeita os direitos fundamentais da pessoa humana; desumaniza os detentos e os profissionais e, acima de tudo, é quase impossível de ser administrado. Os atos de violência, as torturas, os subornos e outros desvios de condutas são práticas corriqueiras nos espaços prisionais. Ainda mais: o sistema prisional atual não tem contribuído para diminuir a criminalidade e a sensação de insegurança por parte da população. Da mesma forma, não inibe nem impede que os criminosos, particularmente os de alta periculosidade, continuem a

comandar o narcotráfico de dentro das próprias prisões, como tem sido fartamente mostrado e denunciado pela imprensa e pelas investigações da polícia federal os pelos os órgãos dos ministérios públicos, tanto estaduais, bem como federal. Essa realidade pode ser constatada, ainda, pelos dados do Departamento Penitência Nacional – DEPEN/2010-2011 – que mostram que 70% das pessoas cumprindo penas em nossas cadeias e penitenciárias são reincidentes. O que é mais preocupante é justamente o fato de ser entre a população juvenil que se encontra a taxa de reincidência mais acentuada.

O sistema prisional, incluindo a cadeia pública e o centro socioeducativo de Cáceres, são espaços quase desconhecidos da sociedade local e nacional. As práticas desenvolvidas atrás de seus muros só chegam ao conhecimento público através da imprensa, conseqüentemente, de forma filtrada, fragmentada, e, na maioria das vezes, de maneira sensacionalista e alarmista. Diante disto, a sociedade conhece pouco as carências e as dificuldades vivenciadas pelos detentos e pelos profissionais que trabalham no interior dos espaços prisionais. A verdade é que a prisão, desde o seu nascimento, foi uma instituição pensada para segregar e isolar as pessoas indesejadas, mantendo-as longe do olhar da sociedade.

Como já comentado nesta tese, a cadeia pública da comarca de Cáceres foi projetada para receber até 150 detentos, no entanto, nos momentos mais críticos chega acolher até 450 detentos. Da mesma forma, o centro socioeducativo projetado para receber até 20 internos; em vista da grande demanda, acaba acolhendo adolescentes acima de sua capacidade. Diante da superlotação e da falta de recursos humanos e materiais, os problemas vêm se acumulando por anos seguidos. Dessa situação, depreendemos que o sistema prisional é um sistema inviável, não apenas no município de Cáceres, mas em praticamente todas as cidades e regiões do País.

Em virtude da superlotação, falta de manutenção e constantes rebeliões, quase todas as alas da cadeia estão danificadas: as paredes estão mofadas e com infiltrações em quase todas as paredes; as redes elétrica e hidráulica funcionam de forma precária. Para contornar a precariedade da infraestrutura, as chamadas “gambiarras” estão espalhadas por todas as celas. Como a rede de esgoto não funciona de modo satisfatório, e o presídio nem sempre dispõe de água suficiente para suprir as necessidades básicas dos detentos,

constantemente eles são obrigados a conviver com a sujeira e com os odores desagradáveis, decorrentes da falta de higiene. O odor desagradável acaba impregnando o ar, as paredes, os móveis, as roupas e até as próprias pessoas.

Fragmentos de depoimentos de dois jovens entrevistados corroboram essa impressão que as pessoas têm em relação à prisão:

[...] uma das características básica da prisão é seu mau cheiro. Tudo aqui fede: as paredes, o ar, as mesas, as cadeiras, o chão, o cimento, as grades de ferro, a comida, até as pessoas que trabalham aqui estão impregnadas com um odor desagradável. Nós, os presos, também somos pessoas fedidas. Nós somos maus cheirosos para a sociedade e para nós mesmos. Tenho nojo de tudo que está relacionado com a prisão e, muitas vezes, tenho nojo até de mim mesmo. [...] Professor, a cadeia é um lugar mal-cheiroso. A cadeia fede sangue, fede “bosta”, fede “urina” fede esgoto, fede solidão, fede sofrimento, fede saudade e, acima de tudo, fede morte. O fedor da cadeia penetra em nossos corpos, em nossos ossos, em nossas mentes, como uma tatuagem marca a nossa pele; o mau cheiro é como uma nódoa, como uma maldição e não tem água, sabão ou detergente que tire esse mau cheiro [...] eu tenho medo que esse mau odor me acompanhe o resto de minha vida, mesmo depois que eu sair daqui.

Todos os jovens entrevistados reclamaram também das condições insalubres das celas, especialmente em relação às mudanças de temperatura. Como o prédio é construído apenas de cimento e ferro, o interior das celas passa por variações de temperatura frequentes. Isto significa que nos dias do verão (a maior parte do ano) o calor é quase insuportável; já nos dias do inverno, os detentos sofrem muito com o frio. Como a maioria deles não tem condições financeiras para comprar ventiladores e agasalhos adequados, acabam ficando expostos às mudanças da temperatura; diante disto, muitos acabam contraindo enfermidades como: resfriados, doenças infecto-contagiosas, infecções, gripes, diarreia, bronquite, tuberculose, entre muitas outras enfermidades.

Como o sistema prisional não dispõe de uma equipe técnica completa de saúde (psicólogos, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas), segundo depoimento de um dos diretores entrevistados, as constantes enfermidades entre os presos é um dos problemas mais graves da cadeia pública. Outro problema apontado é a falta de profissionais habilitados para realizarem a triagem dos detentos, quando eles chegam à prisão. Assim, os detentos são colocados nas celas sem qualquer critério. É comum encontrar jovens que acabaram de completar a maioridade penal e que cometeram pequenos delitos, principalmente crimes contra o patrimônio (furtos e roubos), em celas superlotadas, junto de criminosos de alta

periculosidade. Diante dessa realidade, muitos jovens, ao chegarem ao sistema prisional são “adotados” pelos criminosos “mais experientes”, que os encaminham para a aprendizagem de novos crimes e indicam-nos às facções e às organizações criminosas. O diretor conclui suas observações, dizendo que a falta de recursos materiais e humanos para dar assistência aos detentos não justifica, mas pode explicar a conhecida frase: *A prisão é a escola ou a universidade do crime.*

Como já argumentei anteriormente, mesmo não sendo o objetivo desta tese analisar as condições do sistema prisional de Cáceres, não posso me abster de registrar e demonstrar que, à semelhança de outras prisões, existem contradições inaceitáveis entre os direitos fundamentais previstos na legislação brasileira e a realidade vivida pelos jovens de Cáceres. Constatei que os direitos fundamentais dos jovens, principalmente daqueles que estão presos na cadeia pública, são violados não apenas em relação às condições desumanas e degradantes em que eles vivem. Os direitos desses indivíduos também não são assegurados quanto à dimensão processual. Ao analisar os processos, constatei que alguns deles já tinham o direito de progressão do cumprimento da pena; no entanto, continuavam presos. Isto significa que eles estavam presos além do tempo previsto em lei. Uma das causas de violação dos direitos fundamentais é que a maioria deles não tem recursos financeiros para contratar os serviços de um advogado particular, para acompanhar seus processos. Por isto, são acompanhados por advogados da defensoria pública do Estado. Como esses profissionais são poucos para atender o elevado número de processos, não há como acompanhar e atender, efetivamente, as demandas desses jovens privados de liberdade. Como consequência, esses cidadãos acabam ficando na prisão por mais tempo do que o previsto em lei.

Outro ponto em que os direitos fundamentais dos presos não são assegurados está relacionado com a quantidade e, principalmente, a qualidade da alimentação servida na prisão. Quanto a esse aspecto, todos os jovens entrevistados fizeram suas reclamações. A alimentação fornecida na cadeia pública nem sempre é suficiente para alimentar a todos os detentos, e a qualidade está muito aquém do desejado; em muitos casos, quando a alimentação chega à prisão, já está estragada ou é temperada com quantidade de sal acima do recomendado. Além disso, mesmo sabendo-se que a água é uma das condições indispensáveis para a preservação da vida, a quantidade e a qualidade da água fornecida na cadeia pública e no centro socioeducativo nem sempre são apropriadas e suficientes para suprir as necessidades básicas

da população carcerária. Por questões técnicas e procedimentos burocráticos, constantemente o fornecimento de água potável é interrompido no sistema prisional. Uma das técnicas judiciária entrevistada, que trabalha na área da saúde do sistema prisional, em tom de quase revolta, relatou que as principais causas das doenças, particularmente aquelas patologias infecciosas, estão relacionadas diretamente com a qualidade da água que os detentos são obrigados a consumir.

Além das violações dos direitos fundamentais descritas, outro aspecto que me impressionou enquanto desenvolvia a pesquisa, é a cultura da violência que permeia, praticamente, todas as ações e as atividades desenvolvidas no interior do espaço prisional. Através das observações diretas e também das entrevistas, pude compreender os modos como os atos de violência são naturalizados, e, em alguns casos, até incentivados e esperados por parte daqueles que trabalham no interior da instituição. Na concepção de alguns agentes carcerários, os indivíduos encaminhados para prisão estão ali para sofrer, “purgar” as coisas erradas que fizeram. Assim, precisam passar pelo sofrimento e por todas as formas de humilhação possíveis. Para esses agentes, sua função é “transformar o espaço prisional em um verdadeiro inferno, para que os criminosos possam pagar todas as maldades que fizeram às vítimas e à sociedade”, como relatou um dos agentes prisionais entrevistado. Em vista da ideologia da vingança e do castigo, as práticas e os atos de violência no espaço prisional são institucionalizados, naturalizados, aceitos e, até certo ponto, estimulados, esperados e admirados. Veja-se este depoimento de uma das técnicas judiciárias entrevistada:

[...] um número considerável de profissionais que trabalham no sistema prisional estão afastados por questão de saúde, alguns com sinais de estresse e outros com depressão profunda. Uma das causas do elevado número de pessoas doentes está diretamente ligada ao ambiente de violência que elas são submetidas. [...] a linguagem corrente da prisão é a da violência, as relações são pautadas pela violência. Essa situação leva as pessoas a um processo de desumanização e de adoecimento. [...] o que eu posso lhe dizer é que, todos nós, do juiz da execução penal, ao mais modesto funcionário do sistema prisional estamos doentes, doentes da mente, doentes do corpo.

Todos os jovens entrevistados reclamaram que já tinham sido vítimas de atos de violência no tempo em que estavam presos. Da mesma forma, alguns agentes policiais e prisionais falam abertamente sobre as práticas de violência que acontecem no sistema prisional. Um dos agentes entrevistados relatou “que a prisão não pode ser transformada em hotel de cinco estrelas para bandido. Bandido tem mais é que sofrer, estamos aqui para transformar as vidas desses ladrões em inferno, na prisão as coisas só funcionam na base da

porrada e da pancada”. Entretanto, outros agentes, quando são indagados sobre os atos de violência praticados no interior da prisão, desconversavam ou me pediam para desligar o gravador, porque tinham medo que suas declarações pudessem lhes trazer complicações perante os superiores. Os jovens entrevistados declaram que os atos de violência mais comuns, praticados contra os detentos, são espancamentos, torturas físicas e psicológicas, afogamentos, queimaduras com cigarros, xingamentos, isolamento em celas sem banheiro (solitária), privação de alimentação e de água, privação de fazer as necessidades fisiológicas, apelidos pejorativos, choques elétricos, gás de pimenta, ameaças de morte, privação de banho de sol e de receber visitas etc.

Ao concluir este capítulo, retomo o pensamento de Foucault sobre o fracasso da prisão, já no seu registro de nascimento. Percebemos que a política de encarceramento adotada pelo governo brasileiro, nos últimos anos, não tem alcançado os objetivos propostos por seus idealizadores. Assim, o encarceramento da população juvenil tem se mostrado estratégia inadequada para enfrentar a questão das drogas e outros atos infracionais. Diz-se que a atual política do encarceramento é um projeto de alto custo; inviável financeiramente; sabe-se que é desumano e desumanizador; não contribui para a superação do estado da drogadição; não oferece segurança ou paz social. O dado que demonstra com mais clareza a ineficiência desse projeto é que 70% dos jovens que passam pelo sistema prisional praticam novos atos infracionais e, por conseguinte, acabam retornando ao sistema. Dessa forma, o sistema prisional acaba produzindo a sua própria clientela.

Concluo esse capítulo com as palavras de uma das promotoras de justiça, responsável pela curadoria da infância e juventude da comarca de Cáceres:

A sensação que eu tenho é que estou enxugando gelo, é como se eu estivesse enxugando o chão com a torneira aberta. [...] Os jovens em estado de drogadição são considerados como o “lixo”, por um segmento considerável da sociedade. [...] como “lixo”, eles são enviados e recolhidos em nossas prisões [...] as nossas prisões podem ser comparadas com os “aterros sanitários”, para onde esses indivíduos são enviados, porque eles são vistos e tratados como “sobra”, como “refugo”, “anormais”, “perigosos”.

No entendimento da representante do ministério público do Estado, a política do encarceramento não tem contribuído no sentido de auxiliar os jovens a superarem o estado de drogadição; porque esses indivíduos, antes de tudo, precisam ser assistidos por políticas públicas voltadas especificamente para atender as suas necessidades, amenizando a situação

de vulnerabilidade em que vivem. Há urgência de tratamento, de cuidado, e não de encarceramento.

TERCEIRA PARTE

MARCAS DE MUITAS HISTÓRIAS

Capítulo 8

Construção de biografias: modos de pensar histórias de vida de jovens aprisionados

Caso I: João Batista, o jovem amado pela avó

a) Um espaço de esperança: Centro de Recuperação “Renascer em Cristo”

Dez de agosto de 2010, quinta-feira, dezesseis horas e trinta minutos. Faz muito calor, o ar está seco, a fumaça e a poeira cobrem tudo à minha volta. A sensação é de que a secura do clima atinge os corpos e até o pensamento das pessoas. Com esse cenário de quase deserto, estou retornando de uma visita ao centro de recuperação “Renascer em Cristo”. É uma experiência singular perceber como homens, muitos deles ainda tão jovens, que tiveram suas existências praticamente destruídas pelas drogas, reconstroem suas trajetórias de vida.

O centro “Renascer em Cristo” foi criado recentemente, por uma igreja de confissão evangélica, e funciona em uma pequena chácara, localizada a 20 quilômetros do centro da cidade. Tem como objetivo ajudar as pessoas a superarem a experiência da drogadição. Nesse ambiente, encontram-se dependentes de drogas lícitas (álcool) e ilícitas (cocaína, crack). O espaço tem capacidade para acolher até vinte internos; no entanto, em vista da grande demanda, funciona, frequentemente, acima de sua capacidade. As pessoas que se encontram internadas, em sua maioria, são jovens, entre quinze a trinta anos, e têm como propósito a superação do estado de drogadição e outros vícios.

A partir dessas considerações iniciais, deixo claro que meu objetivo neste capítulo é analisar e descrever a história de vida de um dos jovens que, no primeiro semestre de 2010, se encontrava internado para superar o estado de drogadição e os efeitos de ter praticado outros atos infracionais. Por uma questão legal, vou designá-lo pelo nome fictício de João Batista.

Na época em que encontrei João Batista, pela primeira vez, ele estava com 16 anos e seis meses de idade. Esse jovem, de estatura física mediana, cor da pele morena escura, cabelos encaracolados, olhos escuros e que já perdeu a maioria dos dentes superiores, quando conversa, às vezes, mostra um sorriso de criança e um olhar distante; raramente olha nos olhos dos seus interlocutores, anda de cabeça baixa e ombros caídos. João Batista tem duas paixões na vida: o *Esporte Clube Corinthians Paulista* e o gosto pela culinária,

principalmente pela comida típica (moqueca de peixe, carne com arroz e farofa de banana), dessa região do Estado de Mato Grosso.

Meu jovem entrevistado começou a estudar com a de idade de sete anos; no entanto, sempre encontrou muitas dificuldades na escola: foi reprovado na 1ª, na 3ª e na 5ª séries. Pelo envolvimento com as drogas e outros atos infracionais, acabou se evadindo da escola quando ainda cursava a 6ª série do Ensino Fundamental. Apesar de ter frequentado a escola por nove anos, é praticamente analfabeto – tem muitas dificuldades para ler e inclusive para assinar o próprio nome.

Segundo seu depoimento, começou a envolver-se com as drogas quando tinha 12 anos, por influência de amigos e, principalmente, do tio, que na época era dependente de cocaína. Em virtude das constantes práticas infracionais, João Batista já tinha passado, várias vezes, pelos órgãos de proteção e repressão do Estado – Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, delegacia da adolescência e juventude, curadoria da adolescência e juventude do ministério público, vara especializada da adolescência e juventude. Esteve também internado, por três vezes, em clínicas especializadas para pessoas dependentes de drogas. Da mesma forma, passou em três ocasiões pelo processo de internamento no centro socioeducativo. Esse é o aspecto marcante da trajetória de vida de João Batista, uma história de vida marcada por muitos sofrimentos, tanto para ele como para sua família. Aspecto distinto é que, mesmo diante de tantas vulnerabilidades na caminhada desse jovem, a construção de sua biografia foi assinalada pelo amor e a esperança que a avó materna, Dona Maria José⁸, mantinha em sua recuperação.

A trajetória de vida de João Batista é construída em um período de tempo determinado e em uma localidade geográfica específica. Todavia, ao analisar e descrever a história de vida desse jovem, é possível encontrar ecos das histórias de vidas de dezenas de outros jovens moradores do município de Cáceres e de centenas de outros jovens no Estado de Mato Grosso e até de milhares espalhados pelo País, que vivem em situações semelhantes à dele.

Nesse sentido, Fischer (2012), no ensaio intitulado *Quando os meninos da cidade de Deus nos olham*, analisa a impossibilidade de se fazer transposições diretas das

⁸ O nome atribuído à dona Maria José, a avó de João Batista, é fictício. A atribuição de nomes as pessoas é uma das possibilidades de tornar o texto mais claro e fluido.

experiências vividas por jovens das favelas da cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1970, com *A Vida dos Homens Infames* descritas por Foucault, na sociedade francesa, ainda nos séculos XVII e XVIII. Segundo a pesquisadora, essa transposição é impossível, porque se trata de formações sociais e de ordens discursivas diferentes. Contudo, tanto os “infames” analisados pelo filósofo francês, quanto os meninos da cidade de Deus, de alguma forma, reverberam nas histórias de vida dos jovens – que se encontram em estado de drogadição – que vivem no município de Cáceres.

O material de análise é constituído pelos textos resultantes das observações, das entrevistas com o jovem João Batista e alguns membros de seu núcleo familiar, também com operadores do direito, técnicos judiciários⁹, educadores e outros profissionais (que tiveram contatos com nosso jovem). Algumas peças dos inquéritos policiais e dos procedimentos judiciários onde estão registrados fragmentos da trajetória de vida de João Batista e dos atos infracionais, dos quais ele estava sendo acusado de praticar, também fazem parte do material de análise.

A seguir, passo a demonstrar algumas das razões que me levaram a escolher a história de vida de João Batista, em detrimento de tantas outras com as quais tive contato no curso da pesquisa empírica. A primeira razão foi o elevado número de vezes que ele já tinha passado pelos órgãos e as instituições de proteção e repressão do Estado e do município. Ao pesquisar os arquivos desses órgãos e instituições, encontrei registrado que João Batista já havia passado 14 vezes pelo conselho tutelar; 16 vezes pela curadoria do ministério público; 22 vezes pela delegacia da juventude; 08 vezes pela vara da adolescência e juventude; ainda tinha sido internado por 03 vezes no centro socioeducativo; tinha sido encaminhado, por 03 vezes, a clínicas especializadas em tratamentos de pessoas dependentes de drogas; depois de ter alcançado a maioridade penal (18 anos), já tinha sido preso por 02 vezes, na cadeia pública.

A segunda motivação foi a quantidade e a qualidade das informações que consegui levantar junto aos membros de sua família, bem como junto aos educadores que tiveram contato com ele nos estabelecimentos em que estudou e com os operadores do direito

⁹ Estou denominando nesta tese como “operadores do direito” aqueles profissionais que militam na área das chamadas ciências jurídicas (advogados, delegados de polícia, defensores públicos, juízes de direito, promotores de justiça). Já “os técnicos judiciários ou judiciais” são os profissionais que trabalham nas mais diferentes áreas das ciências (educadores, assistentes sociais, psicólogos, médicos, psiquiatras, neurologistas, peritos, agentes prisionais e carcerários, entre outros). Esses profissionais são considerados assistentes da justiça e trabalham no sistema de assistência as crianças, aos adolescentes e aos jovens que se encontram em situações de vulnerabilidades ou em conflito com a lei.

e os técnicos judiciários. A terceira razão dessa escolha foi a constatação das consequências devastadoras que as drogas provocaram em sua vida e na vida de sua família, particularmente na de sua avó. Outra razão, de semelhante importância, foi a demonstração de esperança e de dedicação por parte de sua avó, Dona Maria José, em ver seu neto recuperado e livre das drogas. Essa esperança é verbalizada com estas emocionantes palavras:

[...] pela recuperação do meu neto, se necessário for, subirei ao céu e falarei com o próprio Deus; sofrerei no purgatório o tempo necessário para purificar todos os meus pecados ou descerei às profundezas ao inferno e lutarei com todos os demônios para conseguir a recuperação de meu neto. [...] mesmo que todos lhe virem às costas, eu jamais o deixarei, porque afinal de contas, ele é meu sangue. [...] mesmo diante de todas as dificuldades provocadas pela “maldita da cocaína” nunca desistirei de lutar pela recuperação de meu neto.

Nesse trabalho de análise e descrição da história de vida João Batista, as perguntas que estou me propondo a responder são as seguintes: de que forma esse jovem tem construído sua trajetória de vida até o momento; com está estruturado e, de que forma, acontecem as relações interpessoais no interior do seu núcleo familiar; quais foram as experiências que ele viveu nas escolas onde estudou; quais os possíveis fatores que podem ter contribuído e até encorajado a sua entrada nas drogas e a praticar outros atos infracionais; quais foram as experiências que ele viveu ao passar pelo processo de internamento e prisão; como esse jovem é visto, nominado e classificado pelos operadores do direito, pelos técnicos judiciários, pelos educadores e outros profissionais que se relacionam com ele e quais os efeitos desses discursos, na constituição de sua subjetividade e identidade?

b) João Batista: “uma vida concebida sem amor e fora do tempo”

Como apontei anteriormente, na primeira vez em que encontrei João Batista, ele estava internado no centro de recuperação “Renascença em Cristo”, com o objetivo de superar a dependência química e outras práticas infracionais. Em nossa entrevista inicial, percebi que João Batista é um jovem afável, educado e muito gentil; porém, conversava com certa timidez, quase sempre andava de cabeça baixa, ombros caídos e os braços cruzados, como se estivesse algemado. Às vezes seu olhar se perde no vazio, outras vezes esboça um sorriso inocente de criança desamparada, que suplica por proteção. Por outro lado, quando se sente seguro, transforma-se em outra pessoa: fala com desenvoltura, conta histórias e piadas engraçadas, principalmente de pescador e caçador, atividades que, segundo ele, aprendeu com seu avô materno, quando ainda era criança.

Apesar do pouco tempo em que ele se encontrava naquele espaço, pareceu-me que estava feliz e convivia bem com os outros internos e com a direção da instituição. Em nossas primeiras conversas, ele sempre fazia questão de dizer que já estava “limpo das drogas”¹⁰. No entanto, reclamava que, mesmo já tendo superado a fase mais crítica da dependência, em determinados momentos, ainda sentia muita vontade de voltar a usar a “marvada”¹¹.

Em entrevista com o diretor do centro, ele me explicou que a fase mais difícil para as pessoas superarem o estado de drogadição são os dois primeiros meses, considerando que esse é o tempo necessário para o organismo se desintoxicar das substâncias químicas. O diretor explica, ainda, que, mesmo o dependente tendo superado o processo de desintoxicação, precisa estar consciente de que a vigilância é para a vida inteira. Do contrário, pode reincidir e, nos casos de reincidências, o tratamento se torna mais difícil, a auto-estima do usuário fica baixa, quase sempre ele é tomado pelo sentimento de fracasso. Também se sente envergonhado e frustrado, por ter decepcionado as expectativas das pessoas, principalmente de seus familiares.

Na avaliação do diretor, João Batista já tinha superado a fase mais grave da dependência. Estava dormindo mais tranquilo, sem sofrer com os pesadelos e os tremores provocados pela abstinência. Da mesma forma, estava se alimentando regularmente, desenvolvia as atividades que lhe eram atribuídas e se relacionava, sem maiores dificuldades, com os outros internos. Como João Batista tinha habilidades na arte da culinária e facilidade no ofício de cozinhar, logo que chegou ao centro foi designado para trabalhar na cozinha. Além desse trabalho, também era responsável pela manutenção da aparelhagem do som da capela, onde os cultos religiosos eram celebrados três vezes ao dia.

Na medida em que as desconfianças por parte de João Batista foram sendo superadas e eu me sentia mais confiante na arte de entrevistar, minhas conversas com ele fluíam de forma produtiva e prazerosa. Percebíamos que as entrevistas eram uma oportunidade para ele recontar e reconstruir sua história de vida, lembrando, assim, de

¹⁰ “Estar limpo” é uma expressão usada entre os dependentes de substâncias psicotrópicas para dizer que os indivíduos já passaram da fase aguda da dependência. Na compreensão das ciências médica e psicológica, “estar limpo” seria o estágio em que os indivíduos já superaram a fase de desintoxicação de uma determinada substância psicotrópica.

¹¹ “Marvada” e “porcaria” são expressões recorrentes entre os policiais para se referirem à cocaína, drogas ilícitas (lícitas e ilícitas) e também produtos de furtos e roubos.

distintos aspectos do seu passado – que ora eram engraçados e prazerosos, ora de dor e sofrimento.

Nossas entrevistas não tinham uma pauta previamente definida; conversávamos, sobre tudo, mas, principalmente, sobre os aspectos relacionados com sua trajetória de vida. Assim, dialogávamos sobre as músicas que ele gostava de ouvir; suas pescarias no Rio Paraguaio; o time de futebol para o qual torcia; os programas de televisão e os filmes a que ele gostava de assistir; as moças que ele já havia namorado; as escolas por onde ele tinha passado; as violências de que ele tinha sido vítima; o envolvimento com as drogas; as passagens pelas instituições de proteção e repressão; os projetos e planos para o futuro. No entanto, como suas duas principais “paixões” eram o *Sport Clube Corinthians Paulista* e a arte culinária, geralmente nossas conversas começavam e terminavam com esses dois assuntos. Quando se tratava de futebol, ele citava, com desenvoltura, o nome de todos os jogadores do seu “time do coração”. Da mesma forma, tinha muito prazer em ensinar os ingredientes e a forma de preparar uma “moqueca de pintado” e “uma farofa de banana” (pratos bem típicos do pantanal mato-grossense). Após quatro ou cinco meses de convivência, eu já tinha ouvido dezenas de vezes as mesmas histórias do *Sport Clube Corinthians Paulista* e copiado, reiteradas vezes, as receitas e o modo de preparar uma moqueca de peixe, uma farofa de banana e outros pratos que ele “tinha aprendido com a avó, que era cozinheira famosa na cidade”. Assim, depois daquele tempo de convivência, tínhamos nos tornados “quase amigos” e também eu já tinha seu consentimento e confiança para gravar nossas entrevistas. Mediante sua autorização e a do diretor do centro, gravei nove entrevistas – de aproximadamente uma hora e meia cada – durante o tempo em que ele estava internado.

Mesmo reconhecendo a riqueza das entrevistas que fiz com João Batista, avalio que “os materiais” mais ricos e significativos, tanto em sua abrangência como em sua profundidade, foram as experiências vividas em nossa convivência, nos momentos das celebrações religiosas, as atividades na cozinha e nas atividades de cultivar a terra e semear as sementes, bem como em outras situações que realizamos juntos. Destaco aqui nossas idas ao centro de saúde da cidade, para marcar as consultas médicas, de modo que ele pudesse se submeter a uma cirurgia para corrigir problemas no aparelho digestivo, lesionado em consequência de tiros (efetuados por agentes da segurança pública); as idas ao ministério

público, às delegacias de polícia e ao fórum da Comarca, com o objetivo de resolver dificuldades que ele estava enfrentando junto a esses órgãos.

Muitos dos assuntos sobre os quais conversamos e várias das experiências que vivi na companhia de João Batista, acredito que o tempo apagou ou foram levadas pelo vento e se perderam para sempre. Um mero trabalho de pesquisa, parece-me, não consegue abarcar profundamente os sentimentos, as emoções, as trocas mais sensíveis – ainda mais considerando o tipo de relação experienciada e as duas pessoas envolvidas. No entanto, breves fragmentos ficaram registrados em minhas anotações. Felizmente, as experiências mais importantes e significativas, tanto para mim como para ele, penso que conseguimos guardá-las. Tais experiências passaram por mim, me desestabilizaram, colocaram meu pensamento em movimento e me fizeram pensar diferente; ficarão, portanto, registradas em minha memória por toda a vida.

Em uma das entrevistas que realizei com Dona Maria José, ela relatou que, quando a mãe de João Batista ficou grávida, a menina tinha apenas dezesseis anos de idade. Nessa época, estava trabalhando como doméstica e estudava na 5ª série do Ensino Fundamental, no período noturno. A gravidez inesperada trouxe muitas dificuldades, tanto para a filha, como para toda a família. Por causa da gravidez, ela teve que interromper os estudos e parar de trabalhar. E também quase foi expulsa de casa pelo pai, que tinha uma postura muito “conservadora sobre as questões morais” – explica Dona Maria José, com sentimento de pesar.

A gravidez tinha acontecido de forma não planejada, por isso a mãe de João Batista passou a rejeitar a criança desde que tomou conhecimento de que estava grávida; procurou abortar o filho de todas as formas possíveis (ingeriu medicamentos abortivos, chás caseiros, empregou métodos mecânicos e até visitou “terreiro de macumba”). Em consequência das tentativas abortivas, a jovem teve complicações graves de saúde (foi cometida de infecção generalizada, tendo que ficar internada por vários dias). Dona Maria José, emocionada, conclui que “A minha filha e meu neto só sobreviveram por milagre de Deus”.

Ao falar sobre o nascimento de João Batista, Dona Maria José esclarece que, quando o neto nasceu, a família estava passando por um momento muito difícil: o marido era alcoólatra e logo veio a falecer, em consequência da dependência. Com a morte do marido, a

ela (a avó de João Batista) ficou sozinha para cuidar da filha, do neto e de mais três filhos, eram menores de idade. Como precisava sair de casa para trabalhar e sustentar a família, muitas vezes acontecia de as crianças menores ficarem sob os cuidados dos irmãos mais velhos ou até mesmo sozinhas. Emocionada e com os olhos cheios de lágrimas, a senhora diz que se sente culpada pela forma com que os filhos foram criados. Em sua opinião, provavelmente, seu filho mais novo e o neto João Batista se envolverem com as drogas e outros atos infracionais porque não receberam o acompanhamento e o devido cuidado quando eram crianças.

No entanto, contraditoriamente, em outra entrevista, Dona Maria José pondera que o filho caçula se envolveu com as drogas e outros atos infracionais porque

[...] ele herdou o sangue ruim do pai, porque desde pequeno ele sempre foi uma criança complicada: estava sempre brigando com os irmãos mais velhos; teve muitas dificuldades na escola, constantemente estava se envolvendo em brigas, inclusive foi expulso duas vezes da escola; deixou a escola ainda na 5ª série e, desde então, não voltou mais a estudar. [...] o filho nunca se preocupou em encontrar trabalho honesto e quando tinha apenas doze anos de idade começou a se envolver com as drogas e outros atos infracionais.

À semelhança de Dona Maria José, pessoas de outras famílias entrevistadas também se sentiam culpadas ao verem seus entes em estado de drogadição e envolvidos com práticas criminosas. Em alguns casos, a sensação de culpa chega à situação extrema; como, por exemplo, a experiência de uma mãe que, ao ver a filha envolvida com as drogas, roubando, furtando, inclusive se prostituindo, para conseguir dinheiro para manter o vício, em uma atitude de extremo desespero e sem saber como ajudar a filha a sair da situação em que se encontrava, atentou contra a própria vida, ingerindo veneno “usado para matar ratos”.

Em relação à Dona Emanuela¹², mãe de João Batista, vale esclarecer que a primeira vez em que visitei sua casa, ela me recebeu desconfiada e se mostrava resistente em estabelecer qualquer diálogo comigo. Depois de algum tempo, explicou-me que, no início, estava desconfiada que eu fosse algum investigador da polícia civil ou alguém ligado aos órgãos da secretaria da segurança pública do Estado. Segundo ela, “já estava cansada de conversar com os agentes dos órgãos da segurança pública do Estado, sem qualquer resultado no sentido de resolver a situação do seu filho”.

¹² O nome atribuído à mãe biológica de João também é fictício. Como já destaquei, optei por atribuir-lhes nomes, mesmo que fictícios, com o objetivo de dar mais clareza e fluência ao texto.

Diante da inicial resistência e da desconfiança de dona Emanuela em conversar comigo, foi de grande valia voltar às reflexões apresentadas por ocasião do seminário ministrado pela Professora Maria Stephanou¹³, sobre *a arte de trabalhar com entrevistados*. Em suas aulas, Stephanou comentou que a paciência, a persistência e o respeito para com a pessoa do entrevistado são posturas fundamentais para aqueles que se propõem a desenvolver pesquisas com inspirações etnográficas, usando entrevistas como instrumento de construção dos dados empíricos da pesquisa.

Com esse embasamento, percebi que, à medida que eu ia explicando à Dona Emanuela quem eu era e quais eram os meus objetivos de pesquisa, ela, de boa vontade, se dispôs a colaborar comigo. Depois que as desconfianças e as resistências iniciais foram vencidas, as entrevistas fluíram de forma amigável. Ela teve a oportunidade de esclarecer aspectos relevantes sobre a trajetória de vida de João Batista. Várias vezes, chegou a me telefonar para esclarecer aspectos que tinha esquecido de mencionar ou novos fatos que gostaria de acrescentar às nossas entrevistas.

Seguindo as trilhas apontadas por Stephanou, bem como as de Ecléa Bosi (2001), aprendi, nas entrevistas realizadas com a mãe de João Batistas, que é imprescindível, ao nos aproximarmos dos informantes, termos uma postura de amizade, respeito e acolhimento, para ouvirmos aquilo que eles têm a nos revelar. Conforme os ensinamentos de Bosi (ibidem), não devemos nos aproximar dos entrevistados apenas para construir relações de simpatia espontânea, interesseiras, como o objetivo de “colher as informações” que desejamos. Considerando que nossas pesquisas, com inspirações metodológicas etnográficas, são compromissos que firmamos com nossos informantes, as relações devem ser construídas em outros níveis, lastreadas e guiadas por sincera confiança que vai se desenvolvendo e amadurecendo, à medida que o trabalho avança. De acordo com Bosi, nossa atividade de pesquisa é uma atividade realizada “ombro a ombro” entre nós e os nossos informantes, pois

[...] somos ao mesmo tempo sujeitos e objetos; sujeitos enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvimos, registramos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças (BOSI, 2001, p. 38).

Dona Emanuela relatou que sua família tinha passado por muitas dificuldades quando eles eram crianças. Entre tais dificuldades houve muitos problemas financeiros; seu

¹³ Esse seminário foi ministrado pelas Professoras Maria Stephanou e Dagmar Mayer, no primeiro semestre do ano de 2010, aos alunos de doutorado do convênio UNEMAT/ UFRGS, na Universidade Estadual de Mato Grosso, na cidade de Sinop/MT.

pai era alcoólatra e usuário de drogas; quando não tinha dinheiro para comprar a droga de que necessitava, acabava praticando atos criminosos. Em virtude da dependência dos vícios, o pai esteve algumas vezes preso e era muito violento para com a esposa e os filhos. Diante da violência do pai, por várias vezes, a família foi obrigada a se refugiar em casas de vizinhos e de parentes. Em consequência do alcoolismo e das drogas, o pai veio a falecer precocemente, deixando os filhos ainda pequenos aos cuidados apenas da mãe.

Os relatos das experiências da família de João Batista e de outras entrevistadas corroboram o entendimento da Professora Carmem Maria Craidy¹⁴, segundo o qual apenas o fator pobreza não consegue explicar o envolvimento dos jovens com as drogas e outras práticas delituosas. Isso porque apenas uma pequena parcela da juventude pobre e que vive em situação de vulnerabilidade se envolve com a criminalidade. No entanto, não podemos desconsiderar que os jovens que vivem em ambientes degradados, em estado de quase absoluta miserabilidade, sem acesso à escola, ao trabalho digno, e que vivem em comunidades dominadas pelos traficantes de drogas, vítimas de atos de violência, podem ser estimulados e, até mesmo, encorajados a entrarem para o tráfico de drogas e outras práticas ilícitas.

Mas voltemos à história familiar de João Batista. Em uma das entrevistas realizadas com Dona Emanuela, quando solicitei que ela relatasse como foi a infância do filho, depois de certo tempo em silêncio, com voz quase inaudível, ela disse que, mesmo não tendo acompanhado a infância do filho, tinha conhecimento de que ele “foi uma criança difícil”, porque sua mãe vivia reclamando de seu mau comportamento. Quando pergunto à Dona Emanuela quais seriam os possíveis fatores que tinham contribuído para levar seu filho a construir uma trajetória de vida daquela forma, depois de ficar certo tempo olhando para o chão, ela diz que se sente culpada por ter abandonado o filho, logo após o seu nascimento, e que “a possível causa de meu filho ter se envolvido com as drogas foi o fato de ele ter sido criado sem a presença do pai biológico, para lhe ensinar o que era certo e o que era errado”.

No entanto, no entendimento da mãe, a principal causa do envolvimento de seu filho com as drogas e outras práticas infracionais é a "herança genética", entendida por ela desta forma:

¹⁴ Essas reflexões foram feitas pela Professora Carmem Maria Craidy, em um de seus seminários ministrados no primeiro semestre de 2012, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS.

[...] ele herdou o sangue ruim do pai, considerando que ele desde pequeno teve certa inclinação e prazer em fazer as coisas erradas. [...] quando ainda era criança, a avó contava que ele gostava de espancar e fazer maldade com os gatos e os cachorros, da mesma forma, tinha prazer em quebrar as louças da casa e destruir as mudas das flores e das árvores frutíferas que avó plantava no jardim.

c) João Batista: uma história singular-compartilhada

Carlo Ginzburg (2007), em sua instigante pesquisa intitulada *O Queijo e os Vermes* (na qual descreve a trajetória de vida de um camponês chamado Menocchio, que viveu no norte da Itália, mais precisamente na região de Veneza, no século XVI), nos chama a atenção para um ponto interessante. Segundo esse autor, ao construir a biografia de um indivíduo, mesmo que seja a vida de uma pessoa simples, podemos conhecer muito do momento histórico em que ela viveu. O autor aponta que alguns estudos biográficos

[...] nos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo – pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico, como a nobreza austríaca ou o baixo clero inglês do século XVI (GINZBURG, 2006, p. 20).

Na história de vida de Menocchio, Ginzburg descreve que ele viveu logo após o movimento que ficou conhecido por reforma protestante, desencadeada pelo monge agostiniano Martin Lutero e a invenção da imprensa, desenvolvida por Gutenberg. Por causa das suas muitas leituras e, principalmente pelo modo como fez essas leituras, Menocchio acabou contrariando as ideias e as doutrinas da Igreja Católica Apostólica Romana daquela época. Em consequência disto, o moleiro foi acusado, julgado e condenado pelo “tribunal da Santa Inquisição” à pena de morte, por um pecado de heresia¹⁵, pelos “piedosos inquisidores”, que tinham como missão zelar pela pureza das doutrinas católicas da época.

Esse autor, entre outros, alerta-me para o cuidado de não transformar a trajetória de vida do jovem João Batista *em um caso típico* ou em um *representante* dos jovens em estado de drogadição do município de Cáceres ou de outra realidade brasileira, já que sua história de vida foi construída de forma singular, considerando que suas experiências de vida estão circunscritas em um determinado tempo e espaço específicos. Mesmo com as cautelas que o caso requer, parto do pressuposto de que, através da trajetória de vida de João Batista,

¹⁵ É considerada “heresia” uma determinada concepção, doutrina ou filosofia que vai de encontro às doutrinas já devidamente sedimentadas e tomadas como “verdade”, por uma comunidade, em um determinado tempo e espaço.

podemos compreender a história de vida de dezenas de outros jovens que estão vivendo em circunstâncias semelhantes no município de Cáceres e em outras cidades do Estado de Mato Grosso e do País. Assim, entendo que o presente trabalho, adensado com outras pesquisas sobre a temática, pode contribuir para a compreensão do envolvimento dos jovens com as drogas ilícitas e chamar a atenção do poder público, no sentido de elaborar ações e políticas para atender às necessidades desses indivíduos.

Mobilizando pelas pesquisas desenvolvidas por Juarez Dayrell e de outros pesquisadores da temática juventude, ao me aproximar dos sujeitos da presente pesquisa, procurei desenvolver uma vigilância constante, de modo a não reduzi-los apenas aos atos infracionais dos quais estavam sendo acusados e das circunstâncias que eles estavam vivendo. Essa vigilância foi um norte que me conduziu tanto nas conversas informais, entrevistas, nas observações diretas realizadas nas instituições pesquisadas, nas leituras das peças dos inquéritos policiais e dos processos judiciais, quanto, especialmente, na análise do material empírico.

Nesse mesmo sentido, Fischer¹⁶ nos chamou a atenção para o fato de que, quando nos confrontamos com os sujeitos/objetos de nossas pesquisas, seja um filme, uma peça publicitária, um quadro de arte ou qualquer outro objeto que nós nos propomos a analisar e descrever – no caso desta pesquisa, os jovens envolvidos com as questões das drogas ilícitas – é imprescindível aguçarmos nossa sensibilidade para vermos e escutarmos aquilo que esses sujeitos, cenas ou situações têm a nos dizer. Assim, entendo que precisamos estar abertos e disponíveis para vermos e ouvirmos o inusitado, o que ainda não foi dito. Com as lições aprendidas de Foucault, Fischer continua pontuando que os desafios daqueles que se propõem a se aventurarem na construção de trabalhos significativos e com algum frescor de originalidade, precisam fugir dos velhos caminhos já pontilhados, que muitas vezes levam a resultados pouco significativos e ricos.

Entendo que um dos principais desafios do pesquisador é justamente desaprender e se distanciar das verdades que lhes foram ensinadas com tanta certeza e estar aberto e perceptivo para captar todas as riquezas e complexidades dos sujeitos/objetos que estamos nos

¹⁶ Essas orientações teóricas e metodológicas “na arte de fazer pesquisa” foram desenvolvidas em uma das aulas ministradas pela Professora Rosa Maria Bueno Fischer, no Programa de Pós-Graduação em Educação/UFGRS, no primeiro semestre do ano de 2012.

propondo a analisar e a descrever. É necessário, então, construirmos novos caminhos e novas ferramentas; fazemos novas perguntas e inventamos novos mapas; para que, talvez, depois desse investimento, quem sabe, tenhamos a capacidade de comunicar algo novo e original em nossos estudos.

d) Experiências de escola: “um tempo para ser esquecido”

Como já mencionado, João Batista começou a estudar aos sete anos de idade, em uma escola municipal localizada próxima ao bairro onde morava. No tempo em que estudou, passou por quatro escolas da cidade, sendo reprovado na 3^a, 4^a e na 5^a séries, pelas dificuldades em acompanhar o processo ensino/aprendizagem. Evadiu-se definitivamente da escola quando cursava a 6^a série do Ensino Fundamental. A partir dos vários depoimentos de João Batista, ficou claro que o tempo que ele passou na escola e os conteúdos que lhe foram ensinados não se mostraram significativos para sua vida. Isso fica evidenciado no fato de ter frequentado a escola até a 6^a série e ser "classificado como analfabeto"; isto é, ele praticamente não compreende os rudimentos da escrita e da leitura, não consegue interpretar o que lê e apenas com muita dificuldade compreende as operações elementares da matemática.

Em uma das entrevistas, João Batista esclareceu que foi forçado a começar a trabalhar aos onze anos de idade. Sua primeira atividade laboral foi como faxineiro em uma serralheria da cidade. Segundo seu relato, nessa época, a saúde do avô materno ficou muito debilitada, pelo alcoolismo e o uso das drogas; como o avô parou de contribuir com o sustento da família, o menino foi obrigado a começar a trabalhar para ajudar nas despesas da casa. Com sua entrada precoce no trabalho, transferiu os estudos para o período noturno. E foi, justamente, no primeiro ano em que passou a estudar à noite, que começou a se envolver com as drogas e outros atos infracionais. Iniciou-se pelo álcool, passando pela maconha, chegando à cocaína.

Quando solicitei que relatasse as experiências vivenciadas na escola, após um silêncio prolongado e com voz quase inaudível, ele narra que “foi um tempo perdido, gostaria muito de esquecer essa fase em minha vida, porque ela me traz muitas lembranças de tristezas e humilhações”. Ao justificar as dificuldades que enfrentou ao passar pelas escolas onde estudou, o jovem relata que

[...] era um bom aluno, esforçava-me para fazer as coisas certas, respeitar os professores e não brigar com os colegas, no entanto, muita gente na escola queria fazer minha “caveira”, sendo que essas pessoas sempre estavam fazendo armação para me prejudicar. [...] muitas vezes discuti com as professoras ou me envolvi com “encrencas” com “os guris noiados”¹⁷ para defender a minha vida e as vidas dos meus amigos que corriam perigo de serem “espancados” ou até mesmo mortos pelos “maconhados” dos outros bairros.

Ele explica que em algumas escolas da cidade, muitos adolescentes e jovens não vão à escola com o objetivo de estudar e aprender, esses “alunos” frequentam a escola e seus arredores com a finalidade de vender drogas e outras “muambas” furtadas e roubadas. Em sua visão, para esses falsos estudantes, os pátios das escolas e seus arredores têm se transformado em “verdadeiras feiras livres, espaços onde as droga e as ‘mercadorias’ roubadas e furtadas (celulares, bolsas, carteiras, aparelhos eletrônicos, relógios, tênis) e outros ‘bagulhos de interesse da gurizada’ são comercializados livremente”.

Ao falar das constantes brigas que acontecem nos pátios das escolas e seus arredores, João Batista esclarece que isso ocorre pelo fato de que, na mesma escola, estudam alunos de bairros diferentes da cidade e, como em cada bairro tem sua turma e seus grupos – e muitos desses, são grupos rivais –, eles acabam “acertando as contas” ali mesmo. João Batista conta, a respeito:

[...] como eu era o líder do grupo do bairro onde eu morava, os professores e direção das escolas sempre encontravam uma desculpa ou justificativa para me expulsar. [...] o que mais me revoltava no tempo que passei na escola é me lembrar de que eu levava as “brincas” dos outros alunos sem ter culpa. Sempre que acontecia algo de errado na escola e em seus arredores, as pessoas logo diziam que eu era o responsável. [...] como todos diziam que eu era o terror do bairro e também da escola, acabei me revoltando e comecei a fazer todo tipo de coisas erradas.

Através dos vários relatos de João Batista, ousou levantar as seguintes hipóteses-perguntas sobre as dificuldades que ele enfrentou no processo de aprendizagem e os possíveis fatores que o levaram a desistir de estudar, bem como sua resistência para voltar à escola. Primeira hipótese: as dificuldades de João Batista em assimilar os conteúdos ministrados na escola estariam relacionadas à visão negativa que ele construiu em relação ao ambiente escolar? Segunda hipótese: as humilhações e os atos de violência sofridos por esse jovem seriam os fatores que o levaram a se evadir da escola? Terceira hipótese: a resistência e o

¹⁷ “Noiado” é um termo pejorativo, usado principalmente no universo policial, para designar aquelas pessoas que já se encontram totalmente dependentes das drogas. Os “noiados” geralmente são os jovens que já romperam os laços com as famílias, a escola, o trabalho e vivem perambulando pelas ruas da cidade, cometendo atos infracionais, para conseguir dinheiro para manter seus vícios.

desânimo de voltar a estudar estariam ligados às lembranças dolorosas que ele trazia de suas passagens pelas escolas? Quarta hipótese: até que ponto as experiências negativas vividas por esse jovem na escola podem ter contribuído para levá-lo ao caminho das drogas e da criminalidade? Provar ou não essas hipóteses está além dos objetivos da presente tese; no entanto, são questionamentos potentes para futuras pesquisas, porque relacionados com a construção da história de vida de João Batista e de outros jovens que vivem em situações semelhantes à dele.

Analisando os depoimentos de João Batista, podemos depreender nuances significativas na constituição daquela trajetória de vida. Como já apontado, grande parte de sua revolta se deve ao fato de ele “ter levado as ‘brincas’ dos outros alunos sem ter culpa”. Em sua visão, a comunidade escolar tinha sido injusta para com ele. Diante disso, ele passou a desacreditar de valores como solidariedade, justiça e respeito, princípios ensinados pelos educadores. Para ele, a justiça que funciona no Brasil, inclusive nos espaços escolares, é “a justiça do mais forte” e aquela “feita pelo trabuco¹⁸” e pelo “derramamento de sangue”. O que se pode constatar, então, é que no contexto em que esse jovem estava inserido, as formas mais adequadas para se revolverem os conflitos baseiam-se no uso da violência. Em determinado momento, ele verbaliza que, “como todos diziam que eu era o terror do bairro e da escola, acabei me revoltando de vez e comecei a praticar todos os tipos de coisas erradas que eles diziam que eu fazia”.

Nesse sentido, convém citar “o poder constituidor dos discursos”, descrito por Minayo, ao prefaciá-lo livro *Traçando caminhos em uma sociedade violenta* (1999), da professora Simone Gonçalves de Assis, que traz um fragmento do relato do jovem Jean Genet. Mesmo reconhecendo que o jovem Genet construiu sua história de vida em contexto histórico diferente do de João Batista, e sabendo que não é aconselhável fazer transposições diretas de contextos tão diferentes, o fato é que encontramos ecos, reverberações da vida do jovem Jean Genet nas experiências de vividas pelo jovem João Batista. Minayo escreve que

[...] o nascimento daquele jovem foi uma recusa, não pertencia a seus pais adotivos, porque o Estado podia reclamá-lo quando quisesse; viveu a rejeição da comunidade; experimentou a serialização e a despersonalização do reformatório. Assim, concluiu bem cedo que sua subjetividade fora definida fora dele. Em lugar de ser um indivíduo total, complexo, capaz de tantas ações, gestos e emoções, foi objetivado

¹⁸ “Trabuco” é uma expressão usada para designar armas de fogo, principalmente aquelas feitas de forma manual, rústica; também outros artefatos usados para defesa e ataque, em algumas regiões do Brasil.

como ladrão, um mostro para os outros, configurando seu destino numa espécie de fatalidade: “*decidi ser o que o crime fez de mim*” (grifos do autor).

O jovem Jean Genet diz que decidiu ser o que o crime fez dele. Em discurso semelhante, João Batista afirma que, como todos diziam que ele era o “terror” do bairro e também da escola, acabou se revoltando e fazendo todo tipo de coisas "erradas". Guardadas a distância geográfica e o lapso temporal que separa esses dois jovens, verifica-se que ambos acabaram por aceitar “as verdades” ditas sobre eles. Assim, os dois indivíduos acabaram sendo subjetivados pelos discursos engendrados num dado tempo e lugar, discursos que, de alguma forma se enredam em suas trajetórias de vida.

A partir desses relatos, somos levados a considerar que João Batista não teve a oportunidade de construir algo mais positivo e rico em sua vida, ainda tão curta. Pelo contrário, desde muito cedo ele, foi sendo subjetivado (e nomeado) como “ladrão”, “desocupado”, “perigoso”, “líder de bando e de gangues”, “vagabundo”, “marginal”, “fracassado”, “sem futuro”, “cliente preferencial do sistema penal”, “filho sem pai” e outros “crachás”, os quais ele foi obrigado a carregar como se fossem correntes, nódoas, maldições, grilhões.

Nessa perspectiva, a partir das pistas apontadas por Ecléa Bosi, Bergson, Halbwachs, Barlett, Stern, Stephanou¹⁹ ao falar sobre as nossas memórias e nossas lembranças, pondera que estas são sempre fragmentadas e podem ser comparadas a pistas, pegadas, veredas, que nos apontam em direção aos atos e às experiências que vivenciamos em um tempo passado. De acordo com a pesquisadora gaúcha, nossas memórias e lembranças são construídas num processo de esquecimentos, de apagamentos, de silenciamentos e também de seleção daqueles fatos e experiências que nos foram significativos. Assim, determinados fatos são colocados no esquecimento, ou porque não os gravamos como significativos ou porque nos são dolorosos de lembrar.

De acordo com Stephanou, o trabalho realizado por nossa memória não é apenas recordar os fatos que aconteceram no passado, mas trata-se também de uma atividade de

¹⁹ Aqui, estou me apropriando das concepções de história e memória, trabalhadas pelas Professoras Maria Stephanou e Dagmar Meyer, no seminário: *metodologias para analisar a história da educação e seus desafios no tempo presente*. Esse seminário foi ministrado na Universidade do Estado de Mato Grosso, na Cidade de Sinop, no primeiro semestre de 2010.

construção contínua, a partir das vivências do tempo presente. Quando nós narramos histórias de nossas vidas, o passado é recontado a partir do presente. Conseqüentemente, as lembranças e os esquecimentos estão relacionados com as condições de possibilidade para lembrar e também para esquecer fatos vivenciados.

No caso de João Batista, certos fatos ele consegue relembrar, alguns até com espírito de grandeza. Contudo, aqueles que lhe trazem sofrimentos, dores, humilhações, o jovem prefere não contar, escolhendo, assim, deixá-los no esquecimento. Ao confrontar as narrativas feitas por ele com os depoimentos de outras pessoas que, de alguma forma, conviveram com ele (a mãe, a avó, psicólogos, delegados de polícias, promotores de justiça, assistentes sociais, educadores etc.), percebi que havia muitas contradições, lacunas, silenciamentos, esquecimentos, entre o que o jovem relatava e o que as outras fontes consultadas revelavam.

Nesse sentido, é elucidativa a pesquisa desenvolvida por Ecléa Bosi, intitulada *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (2001), onde ela analisa e descreve as lembranças e as memórias de algumas pessoas consideradas velhas, na cidade de São Paulo. Para a pesquisadora, o trabalho da memória não se limita apenas a narrar o passado, como se fosse um arquivo onde os acontecimentos estivessem guardados de forma intocável. Ao narrar nosso passado, a memória faz um rico e criativo trabalho de recriação e reescrita, acrescentando, omitindo e fazendo as devidas correções naqueles aspectos confusos. No ato de narrar o nosso passado, a memória procura significar, explicar e justificar porque realizamos algo de determinada forma e não de outras.

À semelhança das pessoas entrevistadas por Bosi, ao analisar os relatos de João Batista, observei que este não se limitava a repetir os fatos e os acontecimentos que tinha vivenciado no passado, de forma mecânica e linear, mas procurava selecionar e justificar o porquê de ter praticado tais atos. Assim, ao ouvir a história de vida deste jovem, minha preocupação não era questionar se suas narrativas eram “verdadeiras” ou “falsas”, considerando que, de certa forma, todas as nossas narrativas são contadas de uma determinada posição, têm sempre uma marca de ficcionalidade. Ao comentar sobre os relatos considerados fatos históricos, Bosi nos chama a atenção que mesmo os livros que nos contam as histórias, consideradas oficiais e fidedignas, registram esses fatos e acontecimentos a partir do ponto de

visto de seus autores e, portanto, estão sujeitos a falhas, a omissões, extrapolações e incorreções. Essas histórias, com o decurso do tempo são corrigidas, omitidas, acrescentadas ou mesmo negadas por outros historiadores (Cf. BOSI, 2001, p. 37).

Ao ouvir os relatos da trajetória de vida de João Batista e dos outros jovens, minha pretensão era “dar vozes àqueles sujeitos”, não exatamente como uma concessão minha, mas como uma forma de adentrar aos múltiplos aspectos de uma vida, como qualquer outra, complexa e rica; mais do que isso, desejei criar ali um espaço de interlocução e de troca (apesar de meu objetivo acadêmico). Assim, eu estava consciente de que nas narrativas e declarações daqueles sujeitos poderiam ocorrer lacunas, muitas lacunas. Estava consciente de que as circunstâncias e as condições que esses indivíduos estavam vivendo, de alguma forma, estariam presentes em suas narrativas. Vale esclarecer que, nos momentos em que conversei com esses jovens, alguns estavam presos, outros estavam sendo ameaçados de morte por *gangues* rivais ou por integrantes dos próprios grupos a que pertenciam, e outros traziam em seus corpos as marcas de espancamentos e maus-tratos, praticados pelos os agentes dos órgãos da segurança pública do Estado. Outros, por sua vez, se mostravam inseguros e desconfiados, porque tinham receio de que seus depoimentos pudessem prejudicá-los perante os órgãos de repressão do Estado. Alguns, “considerados de alta periculosidade”, só foram autorizados a conversar comigo algemados e sob a vigilância dos agentes da segurança pública. Finalmente, **entrevistei** também aqueles que, mesmo sem carregarem as “algemas físicas”, ao narrarem suas histórias de vida, continuavam algemados emocional e psicologicamente.

Voltando a analisar as experiências vivenciadas na escola por João Batista, ele esclarece que, quando começou a estudar, tinha muitas expectativas em relação ao que ali viveria, porque as pessoas diziam que estudar era importante e que a escola era um lugar mágico, onde as professoras contavam histórias de reis e rainhas, de fadas e de seres encantados, e que ele poderia brincar e fazer amizade com outras crianças, e que inclusive receberia merenda sem ter que pagar. Ele conta ainda que, quando começou a estudar, sua avó comprou roupas novas, mochila, lápis de cor e cadernos. Com certa emoção, ele relembra que no primeiro dia de aula sentiu muito medo e até chorou, porque imaginava que seu avô não fosse buscá-lo na saída da escola.

Aos poucos, os relatos vão sendo feitos com certa decepção, pois ele conta que, logo no primeiro ano de escola, começou a perceber que estudar não era nada daquilo que as pessoas disseram para ele. O ambiente escolar era um lugar “chato”, porque tinha regras e horários para tudo. Tinha horário para chegar e sair, para ir ao banheiro, para estudar isto e aquilo. Como tinha dificuldades para obedecer às regras impostas pelas professoras, quase todos os dias ficava de castigo na sala de aula, sem poder brincar e até sem poder participar da merenda oferecida aos alunos. Ouçamos o jovem:

Eu aproveitei poucas coisas boas do tempo que passei na escola, na realidade foi um tempo praticamente perdido, porque a escola não me trouxe qualquer benefício para a vida. [...] as boas recordações que eu guardo da escola foram os jogos e as brincadeiras com os colegas e da merenda que a escola oferecia aos alunos. [...] lembro também que na 5ª série, comecei a namorar uma das meninas mais bonitas da sala, acho que até hoje sou apaixonado por ela.

Quando insisti que continuasse contando as lembranças desagradáveis vivenciadas nas escolas por onde passou, após um momento de silêncio e com a voz embargada, ele diz que “são lembranças que eu gostaria muito de esquecer para sempre, por causa das humilhações e dos sofrimentos que eu passei no tempo em que estudei”. Com certa mágoa, ele diz que até hoje não conseguiu perdoar algumas professoras e diretoras, principalmente aquelas que lhe prejudicaram, em alguns casos até lhe expulsando das escolas, após fazê-lo passar por humilhação perante os colegas e sua avó. Ele relembra, com sentimento de revolta, que, várias vezes, chorou na escola e teve muita vontade de “matar” as professoras e as diretoras, por causa das “brincas” e das humilhações que elas lhe fizeram passar. Com lágrimas nos olhos, ele relata que

[...] muitas vezes fiquei de castigo sozinho na sala de aula, sem poder sair para brincar na hora do recreio e sem poder participar da merenda oferecida aos alunos. [...] levei muitos “esculachos” das professoras e pela direção da escola de “graça”. [...] minha avó foi chamada, várias vezes às escolas onde eu estudei e fui encaminhado para conversar com os conselheiros do conselho tutelar da criança e do adolescente e com a promotora de justiça, como se eu fosse um criminoso; enquanto os outros alunos que “aprontavam as bagunças ficavam numa boa”, diante disto, eu fui me revoltando cada vez mais com a escola.

Voltando à pesquisa desenvolvida por Bosi (2001), referente às recordações e às memórias – pistas, pegadas, fragmentos, pedaços das nossas vidas –, compreendemos estas são partes constitutivas de nossas histórias de vida. Segundo a autora, quando acessamos esses fragmentos do passado, eles podem nos trazer lembranças agradáveis e momentos de muita felicidade. Por outro lado, podem também ser fontes desencadeadoras de vergonha,

fracasso, ódio, amargura, vinganças, arrependimento, tristeza ou sofrimento. Para a pesquisadora paulista, nossas lembranças e memórias são sensíveis e delicadas, um tesouro precioso que precisa ser abordado com muito tato e delicadeza. Metaforicamente, nosso passado pode ser comparado a um novelo de lã que, quando devidamente acessado, vai se desenrolando, revelando coisas do passado, das quais, muitas vezes, nem nós mesmos tínhamos consciência.

A análise das entrevistas realizadas com João Batista e com os outros jovens mostrou que esses sujeitos só se dispunham a falar de suas experiências quando se sentiam seguros, confiantes e também acolhidos. Isto significa que o pesquisador precisa ter uma escuta sensível e generosa, proporcionando um ambiente acolhedor, de confiança, de respeito e de amizade para com os sujeitos de sua pesquisa. Com esses cuidados, é possível deixarmos de ouvir apenas as vozes dos nossos entrevistados e passar a escutar por inteiro aquilo que eles têm a nos contar.

Objetivando conhecer um pouco melhor a trajetória de vida de João em suas experiências escolares, entrevistei uma das professoras que teve contato com ele em uma das escolas. Na época em que João Batista esteve matriculado, a educadora entrevistada desempenhava a função de coordenadora pedagógica. A educadora disse que se lembrava, perfeitamente, de João Batista, considerando que “geralmente os alunos são lembrados pelos professores em duas situações: quando eles se destacam pela excelência ou quando causam problemas na rotina das atividades escolares”. De acordo com a professora entrevistada, na época em que o jovem esteve matriculado na escola ele tinha muitos desvios de comportamentos e também causou muitas preocupações aos professores e à direção da escola, pois o jovem era:

[...] muito agitado, não realizava as atividades escolares solicitadas pelos professores; tinha muitas dificuldades de se concentrar nas aulas, não conseguia ficar dentro da sala de aula; estava constantemente se envolvendo com brigas, também não tinha cuidado com material escolar e com a higiene do próprio corpo. [...] possivelmente, João Batista teria alguma patologia psicológica que necessitasse de atendimento especializado. No entanto, como a escola não dispunha desses profissionais e a família não possuíam condições financeiras para pagar o tratamento, não se podia fazer muita coisa para ajudá-lo. [...] no período em que ele esteve matriculado na escola, praticamente não assistia mais às aulas, porque já estava completamente dependente das drogas e envolvido com o tráfico e ainda fazia parte de uma das “*gangues* pesadas” da cidade.

Ainda de acordo com a mesma entrevistada, a direção da escola chegou a conversar algumas vezes com a avó sobre a situação em que o neto se encontrava. Da mesma forma, a escola encaminhou-o por duas vezes para conversar com os conselheiros do conselho tutelar e a promotora de justiça, responsável pela curadoria do ministério público. Entretanto, mesmo diante de todo o trabalho feito pelos profissionais da escola, eles não conseguiram os resultados desejados, porque o jovem já se encontrava completamente dependente das drogas.

A educadora explica, ainda, que nos últimos anos, tem aumentado, de forma preocupante, o número de adolescentes e jovens envolvidos com as drogas ilícitas nas escolas, como usuários ou até mesmo como traficantes. Ela afirma que a entrada das drogas nas escolas é, provavelmente, um dos maiores desafios para os profissionais da educação, considerando que a maioria dos professores não sabe como lidar com os alunos que estão em estado de drogadição. Segundo ela, os professores se sentem receosos em abordar a questão e têm medo de sofrerem represálias por parte dos alunos e, principalmente, pelos traficantes. Diante dessa insegurança, “imperava a lei do silêncio, assim, ninguém vê, ninguém ouve, ninguém sabe e nem fala abertamente sobre o uso e o tráfico das drogas nos espaços escolares”.

Outra professora, responsável pela direção da escola em que João Batista cursou a 5ª série, relatou que a passagem do jovem pela escola foi marcada por muitas dificuldades, tanto para ele como para a comunidade escolar. Segundo a educadora, nessa época, o jovem já estava completamente dependente da cocaína e também envolvido com o tráfico de drogas e outros atos ilícitos. Alguns professores tentaram ajudá-lo, dentro do que era possível fazer, mas como a escola não dispõe de profissionais habilitados, as tentativas não deram resultado, pois ela já tinha tomando conhecimento de que o jovem já havia passado várias vezes pelo centro socioeducativo. Diante da conduta do aluno, a equipe pedagógica concluiu que seria melhor desligá-lo da escola, uma vez que:

[...] a presença dele no espaço escolar era motivo de constante preocupação, porque a escola poderia ser “invadida”, a qualquer momento, por *gangues* rivais com o objetivo de “acertos de contas” e outras ações piores, como espancamentos e mesmo assassinatos – como já tinha acontecido em outra escola da cidade.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a trajetória de vida de João Batista, entrevistei também uma das promotoras de justiça, responsável pela curadoria da adolescência e juventude do ministério público da comarca. A referida promotora explicou

que a trajetória de vida do jovem João Batista não se diferencia muito do perfil da maioria dos adolescentes e dos jovens que são atendidos pela promotoria da comarca. A mesma promotora de justiça reafirma que, geralmente, esses jovens estudam no período noturno, nas escolas da periferia da cidade. Como a maioria das escolas não dispõe das condições mínimas para atender as necessidades educacionais desses alunos que estão passando por situação de vulnerabilidade, eles acabam se evadindo da escola. As consequências mais visíveis dessa situação é número elevado de jovens que se encontram fora do sistema educacional no município. A promotora de justiça conclui sua entrevista dizendo que, durante os onze anos em que responde pela curadoria da adolescência e juventude do ministério público da Comarca, tem percebido que os educadores, apesar de bem intencionados, não se encontram preparados para trabalhar com os alunos envolvidos com drogas, quer seja como usuários ou como traficantes. A promotora observa que os professores, em sua maioria, estão desmotivados pela baixa remuneração que recebem e pela falta de condições físicas e de segurança nas escolas do município. Assim, os professores têm se tornado reféns “daqueles falsos alunos” que usam as escolas e suas adjacências para “comercializar” as drogas e outros produtos furtados e roubados da comunidade. Diante dessa realidade, com certo tom de pessimismo e resignação, a representante do ministério público conclui que “esses jovens acabam se tornando os candidatos que ocuparão as vagas das nossas desumanas cadeias e penitenciárias do Estado, que são verdadeiros depósitos de seres humanos”.

Em busca de mais pistas sobre a trajetória de vida de João Batista, entrevistei também um dos defensores público do Estado, que trabalha na comarca, acompanhando os procedimentos dos adolescentes que se encontram em conflito com a lei. Em seu relato, o defensor público diz que a história de vida de João Batista é praticamente a repetição das experiências de dezenas de outros jovens que vivem na comarca de Cáceres. Ele tem observado que quando esses jovens se envolvem com as drogas, principalmente em seu estágio mais avançado, acabam rompendo os laços com os amigos, com a escola e, nos casos mais graves, com o próprio núcleo familiar.

Ao descrever a trajetória de vida de João Batista, o defensor público relata que, antes de ele se envolver com as drogas, ele trabalhava e mantinha vínculo com a escola. No entanto, à medida que foi se envolvendo e se tornou completamente dependente da substância química, ele rompeu com todos os laços protetivos e entrou "de vez" para a prática do tráfico

e outras a práticas infracionais. A partir desse momento, o jovem passou a usar a escola apenas “como ponto de vendas de drogas e outras ‘mercadorias’ que ele e seus comparsas roubavam e furtavam na comunidade”. Na concepção do defensor público, o fato de esses jovens serem alunos, regularmente matriculados em uma determinada escola, nem sempre significa que eles estão estudando. Muitos desses jovens fazem questão de continuar matriculados e, até frequentando a escola, pois o verdadeiro objetivo é terem “um álibi, conseguindo, assim, uma diminuição da pena quando são presos”.

Na visão desse advogado público, o desafio vai muito além de registrar os nomes desses jovens nos livros de matrículas e colocá-los dentro dos muros da escola ou mesmo dentro das salas de aula. Para ele, o maior desafio é a capacitação dos educadores, dos agentes de saúde, de segurança pública e de outros profissionais que trabalham com eles. São profissionais que precisam de novas habilidades para trabalhar com os jovens, foco desta pesquisa. O defensor pondera que a sociedade, incluindo os profissionais da educação e da segurança pública, têm um enorme desafio a ser enfrentado, pois

[...] uma parte significativa dos agentes da segurança pública, ainda não assimilaram o espírito e a filosofia do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; os educadores se encontram desmotivados, despreparados e sem os meios necessários para trabalharem com esses alunos. [...] o que é mais preocupante: em algumas escolas, a comunidade escolar tem se tornado “refém” dos traficantes que ditam suas leis, tanto dentro dos muros das escolas, como em seus arredores. Diante desse cenário, os adolescentes e os jovens vão continuar praticando atos infracionais, alguns de natureza grave, como estupros, homicídios e latrocínios, enquanto outros são assassinados pelos traficantes e, até mesmo, pelos agentes da segurança pública.

Uma das psicólogas, que trabalha no acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto, explica que os jovens em estado de drogadição encontram muita dificuldade para voltarem a frequentar a educação formal. Essas dificuldades se relacionam a vários fatores. O primeiro deles é que nem sempre as escolas estão dispostas a recebê-los como alunos, pelo estigma que carregam ao saírem do sistema prisional. O segundo é que, mesmo estando previsto no ordenamento jurídico do País que a educação é um direito de todos, as escolas, quando tomam conhecimento de que os jovens têm algum envolvimento com drogas, acabam criando restrições para recebê-los como alunos. Em alguns casos, as assistentes sociais precisam recorrer ao ministério público e ao poder judiciário para que as matrículas desses indivíduos sejam efetuadas. Na visão da psicóloga, outro desafio que os jovens enfrentam para continuar estudando é a falta de capacitação dos profissionais da

educação para trabalhar com esse tipo de alunos. Diante de um cenário adverso como esse, mesmo quando os jovens frequentam regularmente a escola, acabam assimilando muito pouco do conteúdo trabalhado pelos professores. Por isso, e o que o que é mais grave, a maioria deles abandona a escola.

Esses modos de compreender a questão, compartilhados pelos operadores do direito e os técnicos judiciários, foram corroboradas na pesquisa empírica que realizei junto às famílias dos jovens. Muitas dessas famílias reclamaram que nem sempre encontram vagas para matricular seus filhos em escolas nos bairros onde moram ou em suas proximidades. Devido a essa deficiência, muitos são obrigados a se deslocar para estudar em bairros distantes, ficando, assim, expostos às brigas e a outros perigos da cidade.

Na visão de uma das psicólogas que trabalha no sistema socioeducativo, a trajetória da vida escolar de João Batista não foge à regra das dezenas de outros jovens que estão ou já passaram pelo sistema de proteção e repressão dos órgãos do Estado. Na avaliação da profissional, como os jovens estão experimentando mudanças físicas, psicológicas e emocionais em suas constituições existenciais, são, facilmente, capturados “pelas suaves músicas dos bens e serviços oferecidos pela sociedade de consumo e como eles nem sempre têm os recursos necessários para ter acesso a esses bens, acabam sendo seduzido pelas promessas dos traficantes de ter dinheiro fácil e abundante”.

O que podemos depreender dos relatos das educadoras, da promotora de justiça, das técnicas judiciárias e dos próprios jovens, sujeitos da pesquisa, é que há um descompasso entre a lógica que rege as atividades escolares e a lógica que rege os projetos e os anseios da população juvenil. Enquanto a escola trabalha com regras, valores, princípios, horários, currículos, hierarquias, e na medida em que as atividades desenvolvidas pela escola são pensadas para dar resultados em longo prazo, por outro lado, a lógica que rege as vidas dos jovens é a do momento, do agora, da rapidez e da velocidade. Diante desse descompasso entre essas duas lógicas, agravado pela falta de recursos humanos e materiais, “os produtos e serviços” oferecidos pela escola deixam de ser interessantes e atrativos para a população juvenil. Uma das consequências é que alguns deles acabam sendo capturados pelos discursos dos traficantes que lhes oferecem dinheiro rápido e abundante, tanto para sustentarem seus vícios, como para terem acesso aos bens e aos serviços oferecidos pelo mercado de consumo.

Ao visitar as escolas onde esses jovens estudam, é fácil perceber que a maioria delas está degradada em suas estrutura físicas (tantos as escolas municipais, como as estaduais). As salas de aulas não dispõem de instrumentos adequados para que os professores possam desenvolver suas atividades de forma satisfatória e produtiva. A iluminação nas salas de aulas, nos pátios e também no entorno dessas escolas é deficiente, e a presença da segurança pública é praticamente inexistente. Esse cenário desfavorável contribui para que uma parcela significativa dos jovens abandonem a escola, da mesma forma, são condições favoráveis e, até encorajadoras para outros seguirem o caminho do tráfico e de outros atos infracionais (furtos, roubos, homicídios, latrocínios).

e) João Batista e a drogadição: "caminhos que podem conduzir à prisão e à morte"

Com a tenra idade de doze anos, o jovem João Batista teve suas primeiras experiências com as drogas. Começou pelo álcool, depois evoluiu para a maconha e a cocaína, numa época em que estava trabalhando em uma oficina de motocicleta. Do dinheiro que recebia como pagamento pelo trabalho, entregava uma parte para a avó, para ajudar nas despesas da casa, e outra parte comprava produtos para suprir suas necessidades pessoais; com o restante adquiria um pouco de maconha para fumar com os amigos.

Ele explica que

[...] a maconha não é tão devastadora como a cocaína. O uso da maconha é como o uso do cigarro, se a pessoa tiver autocontrole consegue levar uma vida normal: trabalhar, estudar, conviver com os amigos e com a família, sem maiores dificuldades. [...] com a cocaína é diferente, porque quando a pessoa está “tomada pela marvada²⁰” se torna completamente dependente “do pó branco” ela é capaz de furtar, roubar e até matar o próprio pai e a mãe para ter acesso à “porcaria” [...] depois que me tornei dependente da cocaína, a minha vida e da minha família se transformaram em um verdadeiro inferno.

Na concepção de João Batista, a maioria dos jovens começa no caminho das drogas por influência dos amigos ou de parentes que já estão envolvidos com “a coisa”²¹. No seu caso, as primeiras experiências aconteceram a partir da convivência com amigos e, principalmente de seu tio, que fazia parte de uma quadrilha de traficantes de drogas antes de

²⁰ “Termo marvada” é recorrente para designar todos dos tipos de drogas, tanto as lícitas como as ilícitas. Nesse trecho do depoimento, ele está se referindo à cocaína, a droga mais consumida no município e região. Já o termo “pó branco” é uma outra forma de designar a cocaína.

²¹ O termo “a coisa” é um eufemismo para designar as drogas, principalmente a maconha e a cocaína.

ser morto pelos agentes da segurança pública. Alguns jovens, adolescentes e ainda crianças, entram “nesse caminho” principalmente para serem aceitos “na roda dos amigos”; para não se sentirem diferentes, excluídos; e também “para demonstrarem que já são homens e, assim, serem respeitados diante dos companheiros”.

O relato de João Batista, nesse ponto, nos remete à análise de Fischer (2012) sobre o filme *Cidade de Deus*, na qual ela analisa o fato de um dos personagens do filme ser literalmente “acusado” de ser criança. Diante dessa “acusação”, o personagem reage, dizendo que já fumou, cheirou, bebeu, roubou e até matou, e que por esses motivos não pode mais ser considerado criança; é, portanto “sujeito homem”.

Nas palavras da pesquisadora:

O personagem batizado de Filé com Fritas [...] numa das cenas em que é criticado por ser criança – mais do que isto, literalmente ele é “acusado” de ainda não ser “gente grande” – do “alto” de seus 10 anos de idade, de menino que presenciou um sem-número de assassinatos, cenas de violência, nos olha de baixo para cima, sério, dirigindo-se a Zé Pequeno e reivindicando participação no grupo de líder. E diz: “Meu irmão, eu fumo, eu cheiro, já roubei, já matei...Não sou criança não. Sou sujeito homem (FISCHER, 2012, p. 155).

Na compreensão de João Batista, ele entende que muitos jovens e adolescentes e até crianças entram na vida de criminalidade para se autoafirmarem como pessoa, para mostrarem

[...] valentia e impor respeito, demonstrarem força e coragem para se tornarem líderes dos grupos dos quais fazem parte [...] essas pessoas são do mal, “têm o bicho ruim no lombo”, parece que o “capeta” já tomou conta das vidas deles. [...] essas pessoas têm futuro na carreira, elas serão os bandidos da “pesada”; quando crescerem, serão os donos das “bocas de fumo”, isto é, se eles não forem presos, mortos pelos traficantes ou pelos agentes da segurança pública, como frequentemente acontece.

Além dessa motivação, ainda segundo João Batista, outros jovens seguem o caminho do tráfico e do crime por falta de oportunidade de trabalho digno. Esses indivíduos são iludidos pelas promessas dos traficantes; estes lhes dizem que, ao entrarem para o universo das drogas e do crime, vão ganhar dinheiro rápido e abundante. No entanto, “os jovens acabam se tornando escravos dos traficantes e operários do crime organizado, quando não são presos ou mortos pelos traficantes e até pelos policiais, como é comum acontecer.”

Outros ainda entram para o tráfico porque não têm apoio da família, porque

[...] muitas vezes os jovens não têm vocação para a “malandragem” e para fazer coisas erradas. [...] mas como não têm apoio em casa e para não ficar de “fora da roda dos amigos” ou para não serem rotuladas de “careta”, “bundão” “mocinha”, “donzela” “maricota” “delicadeza” “certinha” “santinha” e outros apelidos pejorativos e humilhantes; com medo de ser “excluído da turma”, acaba cedendo e, quando menos espera, está praticando todo tipo de coisas erradas [...], aí já é tarde, não adianta mais chorar o leite derramado.

Diferentemente da versão contada por João Batista, sua avó, Dona Maria José, tem outra explicação para a entrada do neto e do filho caçula para as drogas. Segundo ela, o neto e seu filho mais novo começaram “nesse caminho” por influência de um casal de vizinhos, que morava próximo de sua casa, e que eram donos de uma “boca de fumo”. Dona Maria José explica que, como ela precisava sair de casa para trabalhar, as crianças ficavam sozinhas o dia todo. Aproveitando-se de sua ausência, os vizinhos se aproximavam e, com o passar do tempo, os dois adolescentes “foram adotados” pelos vizinhos para fazer o trabalho de “aviãozinho”²², ou seja, para entregar a droga que vendida em outros bairros da cidade.

Dona Maria José relata, ainda, que só percebeu que o filho caçula e o neto estavam envolvidos com o uso das drogas e outros atos infracionais, quando começaram a emagrecer e mudar o comportamento e os hábitos. Nessa época, apareciam em casa com objetos de valores elevados (roupas de grife, tênis de marca, relógios, aparelhagem de som, motocicletas) e outros objetos e bens que ela sabia não lhes serem acessíveis, consideradas as condições financeiras normais de seu cotidiano. Envolvidos com drogas, eles passaram a ter maiores dificuldades na escola, inclusive passando a rejeitar os estudos. Outra atitude preocupante foi que passaram a dormir o dia inteiro; durante a noite, perambulavam pelas ruas da cidade, só voltando para casa ao amanhecer.

Com o semblante carregado de tristeza, Dona Maria José comenta que é muito religiosa e seguidora de vários guias espirituais e que, por meio dos santos que venera, ela sempre teve o pressentimento de que um dia seu filho caçula e o neto acabariam se envolvendo “com essas porcarias”.

[...] eu tinha receio que isto pudesse acontecer com eles, isto por causa “da herança e do sangue ruim” que eles receberam dos seus pais biológicos, porque os pais deles eram envolvidos com coisas erradas, os quais vieram a falecer em consequência do álcool e das drogas.

²² O termo “aviãozinho” é usado para designar as crianças, adolescentes e jovens que são usados no comércio do tráfico para entregar pequenas quantidades de drogas, geralmente chamadas de “mercadoria, cabecinhas ou papelotes”.

Ela relata que, quando descobriu,

[...] foi como se a terra abrisse debaixo de meus pés e o mundo acabasse para mim.
[...] depois que meu filho e meu neto começaram a se envolver com as drogas, a minha vida e da minha família se transformaram em um verdadeiro inferno.

Dona Maria José continuou relatando que, na época em que o neto estava completamente dominado pela cocaína e sem dinheiro para manter o vício, passou a furtar as coisas da própria casa para trocar por drogas. Ela não podia deixá-lo sozinho em casa, porque furtava tudo o que encontrava pela frente. Com lágrimas nos olhos e com voz embargada, ela diz que:

[...] muitas vezes ele furtava as coisas da própria casa: pacotes de arroz, feijão, açúcar, farinha, litros de óleo; ventiladores, ferro de passar roupas, bicicleta, roupas que estava no guarda-roupa e até aquelas que estavam estendidas no varal, panelas, pratos, talheres, botijão de gás, perfumes, relógios de parede, enfim, tudo que encontrava em casa ele furtava e trocava por “cabecinhas de cocaína”. Nos momentos das crises mais agudas, várias vezes, eu fui ameaçada de morte por ele, para lhe dar dinheiro para comprar drogas.

[...] nos momentos das piores crises, os membros da família e os vizinhos tiveram de amarrá-lo com corrente e cadeado como um “bicho” em um quarto que fica no fundo do quintal da casa, para que ele não saísse atrás das drogas e fosse morto pelos traficantes, por causa de dívidas que ele tinha contraído na compra das drogas. Outras vezes, eles tiveram que sedá-lo com medicamentos soníferos para que a família pudesse ter um pouco de sossego.

Dona Maria José internou o jovem por três vezes em centros de recuperação para pessoas dependentes de substâncias químicas. Nas três vezes em que esteve recluso, conseguiu se evadir ainda no início do tratamento, para a frustração de toda a família.

O contexto da vida de João Batista e de sua família nos remete aos estudos de Assis (1999). Em seu livro *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta*, a autora relata o resultado da pesquisa realizada com jovens em conflito com a lei, nos Estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Nesse trabalho, a pesquisadora e sua equipe se propunham a responder aos seguintes questionamentos: por que alguns jovens se deixam seduzir pelo convite das drogas, enquanto outros (seus irmãos e primos), vivendo em situações semelhantes de vulnerabilidade, conseguem ser resilientes²³? Quais os possíveis fatores que poderiam levar os jovens a entrar para o consumo e o tráfico das drogas e outros atos infracionais? Quais as possíveis ações para proteger os jovens do consumo e do tráfico das drogas? Por fim, quando

²³Resiliência é um conceito da física e da mecânica e passou a ser empregado nas ciências sociais e nas ciências da saúde, principalmente pela psicologia, para descrever a capacidade de alguns indivíduos de lidarem com problemas estressantes, sem se deixarem desestruturar.

os jovens se encontram no estado de drogadição, quais seriam as ações mais eficazes para tirá-los desse estado?

A pesquisadora pondera que os trabalhos desenvolvidos sobre a temática juventude e as drogas ilícitas têm apontado que a estrutura e o funcionamento dos núcleos familiares podem ser fatores protetivos; no entanto, em outros casos, também podem ser fatores de indução e encorajamento para a entrada da população juvenil no consumo e no tráfico de drogas e outras práticas infracionais.

O papel da família como fator de proteção ou de indução de comportamentos violentos e criminosos tem sido estudado, principalmente tendo como foco o tipo de relações no interior desses núcleos familiares. Isto é, os estudos têm procurado compreender como acontece o funcionamento e os papéis desempenhados pelos membros da família (os pais, as mães, os filhos e outros parentes). No entanto, a autora pondera que não podemos nos esquecer de que, nas últimas décadas, o formato da família tradicional tem passado por profundas e contínuas reconfigurações. Ou seja, não se pode atribuir tudo às relações familiares, se nós ativermos a concepções tradicionais e já cristalizadas do que seja efetivamente uma "família".

De qualquer forma, as pesquisas têm demonstrado que, nos núcleos familiares em que a responsabilidade pelo sustento dos filhos fica apenas sob os cuidados da figura feminina (mães, avós, irmãs, tias etc.), a situação de exclusão e vulnerabilidade, particularmente em relação às crianças, tende a se acentuar - não, obviamente, por se tratar de mulheres no comando, mas pelo fato de elas, na maioria dos casos, ficarem sobrecarregadas: além dos cuidados domésticos e da educação dos filhos, são obrigadas a buscarem o sustento das famílias. Nesse caso, os filhos acabam ficando sob os cuidados dos irmãos mais velhos, parentes, vizinhos ou mesmos sozinhos, sem os cuidados necessários à formação de sujeitos ainda em formação.

Nesse mesmo sentido, Feijó & Assis (2004), ao analisarem os possíveis fatores que podem proteger os jovens do envolvimento com as drogas e outras práticas infracionais, apontam que, nas famílias onde há várias pessoas que podem desempenhar as funções de proteção e de manutenção das necessidades dos mais jovens, a probabilidade de essas crianças sofrerem maus-tratos e outros perigos é menor. Isto acontece porque o cuidado para com os

infantes pode ser dividido entre as várias pessoas do núcleo familiar, não ficando, assim, toda a responsabilidade apenas sobre a figura feminina.

f) Tentativas de reescrever o percurso de uma história de vida

João Batista afirma que, quando deixou o centro de Recuperação *Renascença em Cristo* estava, firmemente, decidido a voltar a estudar, procurar um emprego honesto, tentar se aproximar de sua mãe biológica, “resolver as coisas” que ainda estavam pendentes com a justiça; queria também continuar frequentando a igreja. Enfim, ele estava decidido “a colocar em prática todos os ensinamentos que havia aprendido no tempo em que passou internado”. Seu propósito era reconstruir sua história de vida, de forma diferente da que tinha feito até aquele momento. Ele tinha consciência de que até então “só tinha causado problemas e dificuldades”, tanto para ele próprio como para a família, principalmente para sua avó, que sempre esteve pronta para lhe estender a mão; ele faz questão de afirmar que sua avó era “a pessoa mais importante em sua vida”.

Quando deixou o centro de internamento, foi trabalhar na chácara de um senhor da igreja que frequentava. Trabalhou por dois meses; no entanto, se desentendeu com o patrão, porque este não lhe pagou pelo trabalho realizado. Diante disso, ficou novamente desempregado e com muitas dificuldades para encontrar trabalho. Assim, resolveu mudar para Cuiabá, porque o tio tinha prometido ajudá-lo a encontrar emprego na capital. Quando chegou à casa do tio, para sua surpresa, descobriu que o primo também estava envolvido com drogas. Depois de poucos meses morando na capital do Estado, ele e o primo foram presos. Como não tinha recursos financeiros para pagar os honorários de advogado, permaneceu internado no complexo socioeducativo da capital, por quatro meses. Após esse período, foi transferido para Cáceres, para cumprir medida socioeducativa de privação de liberdade assistida²⁴.

Ao chegar a Cáceres, na condição de apenado, João Batista declara que continuava decidido a mudar de vida. Persistiu em frequentar a igreja, praticamente todos os dias da semana; deixou de sair e andar na companhia “dos caras do bairro X, porque essas

²⁴ A medida socioeducativa de liberdade assistida é uma das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A liberdade do adolescente é restringida e ele passa a ser acompanhado por uma equipe de profissionais. O adolescente é obrigado a cumprir determinadas condições imposta pelo juiz, tais como: voltar a estudar, comparecer às sessões com a psicóloga judiciária, não frequentar determinados lugares, voltar para casa a partir de determinada hora e outras restrições que o juiz achar oportunas. No entanto, por falta de recursos humanos, na maioria dessas medidas os adolescentes não são acompanhados de modo efetivo. Provavelmente está nessa falha uma das causas do alto índice de reincidência por parte dos adolescentes.

peessoas só pensavam em praticar o mal, porque eles eram da turma da porcaria”²⁵. Enfim, ele estava determinado a mudar de vida e ser motivo de orgulho da família, principalmente de sua avó, considerando que ela sempre acreditou em sua recuperação.

Em uma das entrevistas, perguntei a João Batista quais teriam sido os fatores que contribuíram para voltar a se envolver com o tráfico de drogas e outros atos infracionais. De cabeça baixa, vagorosamente, ele responde que:

[...] parece que foi uma coisa do “diabo, um feitiço ou uma força do mal”, porque mesmo diante de toda a ajuda que recebi das pessoas, principalmente da parte de minha avó. [...] parece que, em minha vida, sempre está se cumprindo uma das profecias que circula na prisão: “se o reeducando não resistir às tentações dos maus caminhos e das más companhias, semelhante aos porcos, ele acaba voltando para a lama do chiqueiro de onde saiu”.

Na visão de João Batista, os jovens que passam pelo sistema prisional e não retornam “para a lama do chiqueiro, a prisão”, são verdadeiros heróis. Em todos os lugares por onde transitava, a “sombra e o estigma da prisão” o perseguiram. Ele esclarece que, quando saiu da prisão, tentou fazer amizade com os jovens “considerados sangue bom”; no entanto, eles tinham medo de serem confundidos com traficantes ou bandidos. Assim, “mesmo após pagarem a dívida perante a justiça e a sociedade, as pessoas que passam pelo sistema prisional estão condenadas a carregarem o estigma de ser ex-prisioneiro; eu sei que a sombra do meu passado me persegue por todos os lugares que eu transitar”.

Segundo ele, ao voltar de Cuiabá, procurou emprego nos postos de gasolina, no comércio, nas oficinas de carro e de computadores; entretanto, tendo em vista o baixo grau de escolaridade, a falta de experiência profissional, agravado por uma história de vida “marcada”, todas as portas estavam fechadas para ele. Sem trabalho, sem dinheiro, sem amigos, ele diz que resistiu até onde conseguiu.

Na visão de João Batista, o trabalho é importante na vida do indivíduo, porque através dele a pessoa consegue ter liberdade financeira e sustentar a família. No entanto, mesmo reconhecendo a importância do trabalho honesto, ele diz que tomou a decisão de não trabalhar mais em serviço pesado e que lhe trazia poucos resultados:

[...] não pretendo trabalhar mais em atividades pesadas, porque todos os trabalhos que realizei até hoje foram difíceis e sempre ganhei muito pouco pelos serviços

²⁵ “Turma da porcaria”, em sua visão, era formada pelos adolescentes e jovens que faziam parte “da turma da pesada”, que estavam envolvidos com o uso, tráfico de drogas e as práticas de outros atos infracionais.

realizados. [...] não pretendo trabalhar mais em serviços pesados como limpar lotes, construção civil e outros trabalhos que precisa derramar suor [...] mas como não consegui estudar, não tenho experiência profissional e meu passado não me ajuda, confesso que estou perdido na vida, se não for por um milagre de Deus, acho que meu destino é continuar no caminho do crime até ser morto pelos traficantes ou pelos policiais.

g) As recaídas: “meu trabalho é como enxugar barra de gelo...”

[...] às vezes fico um pouco desanimada, porque a sensação que tenho é que meu trabalho é como enxugar barra de gelo ou secar o chão com a torneira aberta.

Começo esse tópico com um fragmento da fala da promotora de justiça responsável pela curadoria da criança e da juventude da comarca. A promotora reclamou da falta de apoio para desenvolver um trabalho mais efetivo com os jovens que se encontravam em conflito com a lei, por parte do poder público, particularmente da prefeitura municipal. Segundo a representante do ministério público, diante da falta de políticas públicas, voltadas para atender às necessidades específicas dos jovens em estado de drogadição, às vezes a sensação que ela tinha era que “estava enxugando barra de gelo ou secando o chão com a torneira aberta”. Na compreensão da promotora, todo investimento feito com o objetivo de ajudar os jovens a superar a vida com as drogas nem sempre alcançava os resultados esperados.

No primeiro semestre, de 2011, antes de viajar para Porto Alegre, no período de meus estudos de doutorado, tive a oportunidade de conversar com João Batista, por várias vezes, no Centro *Renascença em Cristo*. Ele estava cheio de projetos para quando terminasse o tratamento: voltar a estudar, prestar o serviço militar, ser pastor evangélico, estudar direito. Enfim, estava cheio de expectativa em relação ao futuro.

Ao voltar de Porto Alegre, no final do segundo semestre de 2011, retomei o trabalho da pesquisa empírica. Com esse objetivo, voltei a visitar novamente o Centro de Recuperação, para continuar fazendo as entrevistas que havia começado no semestre anterior. No entanto, o diretor do centro me informou que João Batista, mais uma vez, havia abandonado o tratamento, como já tinha acontecido outras vezes. Segundo o diretor, nos últimos meses, o jovem tinha cometido várias faltas graves. Diante das informações apresentadas pelo diretor, fiquei um tanto desanimado em continuar a pesquisa sobre a história de vida de João Batista, principalmente porque não sabia onde encontrá-lo. O diretor

relutava em me fornecer o endereço de sua residência, argumentado que tal informação era vedada pelas regras do Centro. Após certa insistência, o diretor me informou o endereço da casa da avó do jovem e, contando com colaboração de outras pessoas, consegui encontrar a referida residência.

Dona Maria José mora em uma pequena chácara, em um bairro afastado do centro da cidade. A casa é simples, construída de madeira, porém, muito acolhedora, cercada de muitas plantas frutíferas e uma enorme mangueira que sombreia toda a frente da residência. Segundo depoimento dela, “a chácara é uma herança de família, que está em processo de inventário, enquanto a partilha não acontece, os herdeiros concordaram que eles continuassem morando no imóvel”. Quando cheguei à residência de Dona Maria José, ela me recebeu com desconfiança, porque supunha que eu fosse alguém do conselho tutelar, da polícia civil ou militar, do ministério público ou da vara da infância e da juventude ou mesmo alguém ligado a algum grupo do tráfico de drogas, que estava ali para cobrar alguma dívida do neto. No entanto, depois de ter me apresentado e esclarecido qual era o propósito de minha visita, ela me convidou para nos assentarmos à sombra da mangueira, que naquela tarde protegia toda a frente da casa. Nessa entrevista, conversamos sobre vários assuntos, mais especificamente sobre as plantas frutíferas, que ela cultivava no quintal, com muita dedicação e bom gosto. Como naquele dia ela não dispunha de tempo para conversar comigo, de forma mais demorada, ela se dispôs a me receber novamente na semana seguinte, para conversarmos mais especificamente sobre a trajetória de vida de seu neto, João Batista.

Assim, dias depois, conforme o combinado, Dona Maria José me recebeu em sua casa, de forma atenciosa e acolhedora. No curso de nossa conversa, percebi que aquela senhora estava angustiada e com muita necessidade de conversar sobre as dificuldades que estava enfrentando naquele momento. Diante da necessidade que ela estava vivendo, nossa conversa se transformou em quase uma sessão de terapia para ela -- e de muito aproveitamento para o objetivo da minha pesquisa. Ao final de nossa conversa, um tanto emocionada ela me agradeceu, dizendo que se sentia mais aliviada em dividir a sua história de vida comigo. Meio sem jeito, ela diz que tinha me revelado aspectos de sua vida pessoal muito íntima, os quais ainda não tinha jamais contado a ninguém, particularmente aspectos relacionados com sua vivência conjugal, a criação dos filhos, as dificuldades enfrentadas com o neto.

Nessa longa entrevista, Dona Maria José me contou-me sobre as dificuldades enfrentadas por ocasião em que sua filha ficou grávida de João Batista; das tentativas que a filha fez para abortar o filho; as complicações dessas tentativas abortivas para a saúde da filha e também para a própria criança; como foi o parto; as enfermidades a que o neto foi acometido quando criança, entre outros aspectos.

Os momentos que mais emocionam Dona Maria José, chegando mesmo a levá-la às lágrimas, são os relatos das constantes recaídas do neto. Segundo ela, o jovem estava muito bem no centro de recuperação “Renascer em Cristo”. Já tinha ganhado peso, equilibrado a saúde, estava “limpo da marvada”,²⁶ estava trabalhando e frequentando regularmente as celebrações religiosas. Ainda mais: ele era respeitado pela direção do espaço e gostava do convívio com os outros internos. Diante de tudo isto, ela estava esperançosa. No entanto, mais uma vez, ele se evadiu do tratamento. Com ar de tristeza, Dona Maria José relata que os últimos atos infracionais praticados pelo neto foram roubos de motocicletas na cidade. Em consequência desses roubos, foi perseguido pelos agentes policiais, inclusive sendo vítima de vários tiros de arma de fogo. Ela comenta que um desses disparos tinha perfurado o intestino e a bexiga do neto. João Batista “ficou vinte e cinco dias hospitalizado, entre a vida e a morte, só escapou por milagre de Deus”.

Analisando as entrevistas realizadas com aquela senhora, e mais uma vez recorrendo aos ensinamentos de Bosi (2001, P. 38), compreendo que todo esse trabalho é compartilhado com os sujeitos de nossas pesquisas, porque sempre

[...] somos ao mesmo tempo sujeitos e objetos; sujeitos enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvimos, registramos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se vale para transmitir suas lembranças (BOSI, 2001, p.38).

Ao término de uma das entrevistas com Dona Maria José, seu neto chegou à casa, na companhia de dois amigos. Com voz quase inaudível, ela balbucia que eram “pessoas envolvidas com o tráfico, pessoas perigosas e más influências para o neto”. O jovem, ao perceber minha presença, ficou um tanto constrangido, mas logo se recompôs e conversamos rapidamente sobre alguns assuntos gerais, combinando de nos encontrarmos na semana seguinte, para continuarmos nossas entrevistas. Entretanto, na data acertada, ao chegar a sua

²⁶ Estar “limpo da marvada” é um termo recorrente entre os dependentes de drogas e seus familiares, para dizer que eles já estão desintoxicados, porque deixaram de usar a substância por certo tempo.

casa, encontrei a residência fechada. Voltei outras vezes ao local e percebi que o jovem e sua avó evitavam conversar comigo. Nos dias seguintes, telefonei várias vezes para ambos; no entanto, eles não atendiam e nem retornavam minhas ligações.

Depois de muita insistência, consegui encontrar Dona Maria José, e ela explicou que haviam sido ameaçados pelos traficantes para não “abrir o bico”. Além disto, João Batista estava envergonhado por ter voltado ao crime. Após ter transcorrido quase um mês de silêncio por parte do jovem, ele me telefonou, dizendo que precisava falar comigo com urgência, pois necessitava da minha ajuda. Combinamos de nos encontrar em sua casa, no período em que sua avó estava trabalhando, porque, assim, poderíamos conversar de maneira mais tranquila e reservada. Ao chegar, percebi que ele estava um tanto agitado e ansioso.

As razões de sua ansiedade se deviam ao fato de que ele estava precisando de um advogado para acompanhá-lo em uma audiência naquele dia. Ao informá-lo de que eu iria ajudá-lo, ele ficou mais calmo e, assim, foi possível conversar sobre os fatos acontecidos nos últimos meses. Nessa entrevista, ele admitiu estar envergonhado e também preocupado, já que a “profecia” de um agente policial que o havia detido, por várias vezes, estava se cumprindo em sua vida. O policial lhe dissera:

[...] eu não acredito em sua recuperação, não tenho qualquer ilusão que um dia você vai mudar de vida, quando você completar a maioridade penal, você vai “aprontar” e eu vou lhe prender e lhe encaminhar para a cadeia pública, porque você é sangue ruim e nasceu para ser bandido e bandido não se recupera: “uma vez bandido, sempre bandido²⁷”.

João Batista relata que estava decepcionado e preocupado porque mais uma vez, tinha voltado a “cair na lama e no chiqueiro”; faltavam poucos meses para ele completar 18 anos de idade e, assim, a qualquer momento, ele poderia ser preso e encaminhado para a cadeia pública da cidade. Pergunto-lhe quais teriam sido as razões que o levaram a abandonar o tratamento antes do prazo previsto e quais tinham sido suas experiências, nos últimos meses. Depois de um silêncio prolongado, ele diz que, como já havia relatado em outras ocasiões, quando chegou ao centro “*Renascer em Cristo*”, estava completamente dominado pelas drogas e com o corpo todo machucado pelos espancamentos na mão dos traficantes, em virtude das dívidas que não tinha conseguido saldar e outras questões mais. Também estava

²⁷ Mesmo tomando todas as cautelas necessárias para não fazer generalizações apressadas, não posso deixar de registrar que o texto desse agente da polícia militar, de certa forma, é parte daquilo que se enuncia, por parte de uma parcela considerável dos agentes da segurança pública, do Estado de Mato Grosso.

ameaçado de morte e poderia ser internado a qualquer hora, pois tinha dois mandados de prisões contra ele, expedidos pelo juiz.

João Batista declara que a razão principal que o levou a deixar o Centro foi que ele e mais dois internos, responsáveis pelo almoxarifado, começaram a desviar produtos, a fim de com isso adquirir objetos pessoais. Quando a direção descobriu os furtos, eles passaram a ser vigiados constantemente. João Batista ficou envergonhado por ter traído a confiança das pessoas e preferiu "ir embora". No entanto, conta que não havia "nada do que reclamar" do tempo que passou internado: foi, segundo ele, um dos períodos "mais felizes" em sua vida. Quando lhe perguntei por que desviara aqueles produtos, mesmo sabendo que se tratava de bens usados para suprir as necessidades de todos os internos, percebi um esboço de sorriso, um aparente orgulho, por ter transgredido as regras do Centro. Ele esclareceu que "praticavam aqueles furtos mais pelo prazer de fazer coisas erradas e desafiar a direção do Centro, do que pelos benefícios da posse das mercadorias".

Diante do relato de João Batista e de tantos outros jovens entrevistados, sou levado a levantar a hipótese de que esses jovens que não são dependentes apenas dos efeitos alucinógenos das drogas, mas também dos prazeres proporcionados pela aventura de praticarem atos ilícitos. Essa hipótese tem relevância, na medida da reiterada alusão a essa sensação prazerosa de transgredir: muitos dizem que "sentiam muita adrenalina correr em suas veias e sentimento de prazeres indescritíveis". Essa realidade pode ser exemplificado pelo relato de um dos jovens entrevistado, com 32 passagens registradas nos órgãos de proteção e repressão da segurança pública do Estado:

[...] é muito "doido" quando você coloca o "berro"²⁸ na cabeça do "cara" e ele começa a chorar como uma criança, pedir pelo amor de Deus que não faça nada com ele, porque ele é pai de família, tem filhos e esposa para cuidar, é trabalhador e outras choradeiras. [...] nesse momento, eu me sinto a pessoa mais poderosa do mundo, uma máquina de matar, um super-homem... é muito gostoso, é como se tivesse injetando "adrenalina em minhas veias" [...] muitas vezes eu nem levo as coisas da vítima, faço isto apenas para sentir o prazer de ver as pessoas completamente dominadas em minhas mãos, só para humilhar as pessoas, principalmente, se for homem. Depois gosto de contar isto para "a minha turma" e dar muitas gargalhadas. [...] nessa hora, a vítima não pode reagir, porque ela corre o risco de ser morta por causa de um pequeno vacilo, dela ou do bandido.

²⁸ "Berro" é um termo genérico usado, principalmente no universo da marginalidade para designar as armas de fogo.

Podemos depreender que alguns desses indivíduos, além de serem dependentes da cocaína e de outras drogas, são também portadores de outras patologias. Nesse sentido, as práticas criminais não são apenas uma forma de satisfazer necessidades materiais, mas também um momento de aventura e uma fonte de prazer, um momento em que eles testam os próprios limites: tanto de vida como de morte. Não é meu objetivo, nesta tese, verificar se essa hipótese é procedente ou não, entretanto, trata-se de uma questão potente a ser trabalhada em futuras pesquisas, nas áreas da filosofia, do direito criminal, da psiquiatria, da neurologia, da psicologia, da psicologia educacional, da psicanálise e de outras áreas afins.

Voltemos à história de vida de João Batista. Enquanto conversávamos, ele diz que estava consciente de que o envolvimento com o tráfico pode ser "um caminho sem volta". Admite, ainda, que estava com medo de suceder com ele o mesmo que já havia acontecido com alguns colegas seus, mortos pelos traficantes e pelos agentes da segurança pública, ou aprisionados em Cáceres ou em Cuiabá. Mesmo tendo consciência dos perigos que corre, o jovem explica que “é muito humilhante e sofrido viver uma vida de pobreza, quando o indivíduo já experimentou as coisas boas que o dinheiro pode comprar”.

Ele explica ainda que, ao sair do centro de recuperação, até tentou encontrar atividade laboral digna; no entanto:

[...] dependendo totalmente de minha avó, eu me sentia muito humilhado. [...] nesse momento de fraqueza, o demônio aparece, como ele fez com Jesus Cristo quando estava como fome no deserto. [...] em um dia que eu estava sozinho em casa pensando sobre a vida, o que eu iria fazer, me sentindo muito mal com aquela situação, apareceram dois amigos, convidando-me para participar com eles de algumas corridas²⁹. [...] segundo eles, o trabalho era “moleza”, uma verdadeira “baba”³⁰ e nós iríamos “fofar”³¹ com muito dinheiro.

Os dois amigos informaram a João Batista que “tinha chegando uma 'empresa' nova na cidade e estava recrutando 'operários' (adolescentes e jovens) para 'arrochar' motocicletas e carros, principalmente caminhonetes, para serem enviados para a Bolívia e ser trocados por cocaína naquele País”. Diante da proposta dos amigos, João Batista diz que

²⁹ “Fazer uma corrida” é um termo recorrente entre aqueles que praticam atos infracionais, principalmente entre os jovens, significa o ato de conseguir bens de forma desonesta: furtando, assaltando, trapaceando, arrombando estabelecimentos comerciais e residência e outras foram de práticas criminosas.

³⁰ Roubar “na moleza” ou “na baba” é quando o assaltante consegue subtrair o objeto da vítima sem que essa ofereça reação ou tenha qualquer incidente mais grave com os policiais. Significa também um trabalho feito sem maiores esforços, sem necessidade de usar de violência para com a vítima ou de trocar tiros com os policiais.

³¹ “Fofar” é uma gíria usada pelos adolescentes e jovens, principalmente entre os que estão envolvidos com atos ilícitos, para dizer que alguém está com muito dinheiro.

resistiu o quanto pôde. No entanto, acabou aceitando a proposta, porque os amigos lhe convenceram que o negócio era interessante:

[...] os amigos me encorajaram dizendo que muitos jovens estavam se dando bem com as “corridas”, enquanto eu permanecia na maior pindaíba³². Diante da situação que eu me encontrava e de todas as vantagens apresentadas, eu acabei cedendo à tentação e entrando no “negócio”.

O jovem conta que “no primeiro dia de trabalho eles foram felizes, conseguiram duas motocicletas na 'moleza', foi uma 'baba' ". De forma tranquila e com riqueza de detalhes, ele relata como aconteceram “as corridas”:

No dia combinado, as onze horas da noite, eu e dois amigos saímos para “o trabalho” e logo encontramos dois casais de namorados que estavam sentados em um das praças da cidade. [...] chegamos de forma rápida e de surpresa, “enquadrámos os rapazes, colocando o ‘berro’ nas cabeças deles” e em seguida demos a ordem de comando: “perdeu... perdeu ³³... seus otários”, passem as chaves das motos, os “caras” começaram a tremer e simplesmente colocaram as mãos para cima e entregaram as chaves das motocicletas [...] o segredo para se fazer “um bom trabalho” é pegar os “caras” desprevenidos, no susto.

João Batista continua relatando que, depois de terem subtraído as motocicletas, dirigiram-se para um bairro afastado do centro da cidade e as entregaram para outras pessoas, que faziam “parte da rede e tinham a responsabilidade de cuidar do restante do trabalho”. Em sua visão, “a empresa era bem organizada, cada equipe era responsável por uma parte do serviço, ele só não sabia quem eram “os cabeças” da "organização”. O que ele sabia, através de outras pessoas, era que as motocicletas novas seriam enviadas para a Bolívia e trocadas por cocaína; já as motos mais velhas eram desmontadas, e as peças seriam comercializadas na cidade de Cáceres e região.

Quando lhe pergunto o que sentiu quando abordou os casais para roubar as motocicletas, seus olhos brilharam e, com um sorriso nos lábios, respondeu que, quando começou a realizar as primeiras “corridas”, sentiu-se muito mal no momento da abordagem: tremia muito, depois perdia o sono durante a noite e tinha pesadelos horríveis, com imagens de troca de tiros com os policiais, e até com o vislumbre da própria morte. Contudo, finalizava dizendo que “hoje já tenho experiência no serviço”. Nota-se uma complexidade de sentimentos, de medo e de um certo orgulho. João Batista ressalta por exemplo que, mesmo já

³² “Viver na pindaíba” é um termo usado, principalmente entre os jovens para dizer que estão vivendo na pobreza, na humilhação, com muitas dificuldades e sem dinheiro para pagar as dívidas contraídas.

³³ “Perdeu... perdeu” são palavras de ordem usadas pelos assaltantes na hora em que eles abordam as vítimas. O objetivo dessas palavras é desestabilizar emocionalmente as vítimas e, assim, elas fiquem sem ação e lhes entregarem os objetos pretendidos.

tendo experiência, ainda sente muita adrenalina correndo, no momento de realizar o “serviço”:

[...] Eu acho muito divertido ver as pessoas chorarem e pedirem pelo amor de Deus para não matá-las ou levar seus pertences. [...] um dia nossa turma “enquadrou” uma senhora, ela ficou com tanto medo que até “urinou nas calças” [...] mas nesse caso, ficamos com pena dela e não fizemos nada e também não levamos os seus pertences [...] pedimos até desculpas a ela. [...] acho que ela era evangélica, porque no momento em que se despediu de nós, ela levantou as duas mãos para o céu e orou pedindo que Jesus Cristo mudasse as nossas vidas. [...] foi uma cena emocionante que me tocou muito e tenho muito orgulho de não ter praticado violência contra aquela senhora. [...] penso que se tivéssemos feito mal a ela, poderíamos até ser castigados por Deus.

Analisando os depoimentos de João Batista e dos outros jovens, observa-se que eles têm uma concepção bem particular do significado de trabalho. Embora tenham consciência de que seus atos são contra a lei, nem sempre fazem diferença entre trabalho honesto e os crimes que praticam. Eles têm uma concepção peculiar de justiça, solidariedade, amor ao próximo, honestidade e respeito à propriedade alheia. Na medida em que eu ia conversando e convivendo com alguns desses jovens, comecei a compreender que as trajetórias de vidas deles são regidas por outra lógica. Isto é, para a maioria deles, as práticas criminosas (o furto, o roubo, o estelionato, o latrocínio etc.) *são vistas como qualquer outro trabalho, apenas uma atividade mais lucrativa e um pouco mais arriscada.*

João Batista continua relatando suas atividades criminosas, dizendo que, na semana seguinte, enquanto ele e dois amigos transitavam pelas ruas de um dos bairros da cidade, ao cruzar com uma viatura da polícia militar, os policiais deram sinal para que eles estacionassem as motos; como eles não obedeceram, foram perseguidos e alvejados com vários disparos de tiros. João Batista conta que um dos projéteis atingiu sua perna esquerda; outro acertou sua nádega e um terceiro atingiu suas costas, perfurando-lhe o intestino e a bexiga. Ao cair da moto, teve a clavícula fraturada. Um dos seus “companheiros de trabalho” foi dominado e preso, e o outro foi morto, com vários tiros. Mesmo ferido, em estado grave, continuava lúcido e ouvindo a discussão dos agentes policiais, sobre o que iriam fazer com ele e o companheiro. Ele relata que:

[...] alguns agentes policiais queriam terminar “o serviço”, outros ponderavam que era melhor deixar-me vivo para apresentar à imprensa, dando, assim, uma resposta para a sociedade que os policiais estavam trabalhando. [...] eu não sei se foi por causa dos ferimentos ou pelo medo de morrer, depois da discussão dos policiais eu perdi a consciência e não vi mais nada, quando acordei estava no centro de tratamento intensivo - CTI do hospital, acorrentado na cama. [...] depois a

enfermeira me explicou que eu tinha passado por uma cirurgia, para tirar um projétil que estava alojado em meu intestino.

Pergunto o que ele tinha sentido quando foi preso e seu “destino” sendo decidido pelos agentes policiais. Após um silêncio reflexivo, ele diz que

[...] naquele momento eu senti muito medo de morrer, apenas pedi perdão a Deus pelos pecados e entreguei a minha alma a Ele, porque sabia que meu fim tinha chegado. [...] mesmo sabendo que não podia fazer nada, senti muito medo de morrer, certamente a minha morte seria motivo de alegria para muita gente, mas causaria muitas tristezas para minha avó.

Quando perguntei qual foi a reação de sua família ao tomar conhecimento de que ele estava no hospital, ele responde que foi um susto e uma decepção muito grande para a sua avó; ela estava esperançosa de que o internamento no centro de recuperação evangélico iria mudar o curso de sua vida. Por outro lado, a mãe biológica apenas lamentou o fato de ele não ter morrido dessa vez, porque assim "a família teria alívio".

h) João Batista e a experiência na prisão: “toda cadeia fede a sangue e a morte...”

[...] toda cadeia fede a sangue e a morte e o final da vida de todo bandido é o sofrimento, a cadeia e o cemitério e, depois de morto, o inferno.³⁴

Para concluir as narrativas da trajetória de vida de João Batista, analiso mais algumas informações sobre as suas passagens pelo Centro Socioeducativo e pela prisão – já que, por ocasião das últimas entrevistas, ele tinha completado a maioria penal (18 anos) e se encontrava preso na cadeia pública. Em busca de mais informações das passagens do jovem pelo processo de internamento e de prisão, pesquisei peças dos inquéritos policiais e dos processos judiciais, onde constavam fragmentos de sua história de vida e dos atos infracionais dos quais ele estava sendo acusado. Da mesma forma, entrevistei também os agentes prisionais, bem como operadores do direito, técnicos judiciários e outras pessoas que, de alguma forma, tiveram contato com o jovem no tempo em que ele esteve internado e preso.

Quando solicitei a João Batista que me relatasse as experiências e as aprendizagens nas instituições prisionais (Centro Socioeducativo e a prisão), depois de um silêncio prolongado, ele começou a chorar copiosamente. Percebi, então, que as memórias do processo de encarceramento lhe traziam recordações ruins, de dores, humilhações e sofrimentos. Após se recompor das lágrimas, ele comenta que:

³⁴ Fragmento de um dos depoimentos de João Batista no tempo em que ele se encontrava internado no Centro Evangélico.

[...] poderia dizer muitas coisas sobre as experiências da prisão, entre elas uma coisa posso afirmar: toda cadeia fede a sangue e a morte e eu sei que o final da vida de todo bandido é sofrimento, cadeia e cemitério e, depois de morto, o inferno. [...] as experiências que vivi e na prisão gostaria muito de esquecer para sempre.

As copiosas lágrimas e as declarações tão duras e sofridas daquele jovem me desestabilizaram, "tiraram-me o chão". Fiquei sem saber o que falar diante daquele jovem tão fragilizado. Aquele acontecimento imprevisto nos levou a vivermos uma experiência singular e muito humana. Experiência no sentido apresentado pela professora Fischer³⁵, a partir dos pensamentos de Merleau-Ponty, Marilena Chauí, Walter Benjamim, Agamben, Montaigne, Marin Jay, Dewey e outros. Após aquele momento de tão peculiar experiência entre entrevistador e entrevistado, parece-me que as resistências que João Batista ainda tinha em me contar determinados aspectos de sua vida foram superadas. Depois de ter verbalizado dores e humilhações, vivenciadas durante o processo de aprisionamento, ele passou a me confidenciar aspectos de sua trajetória de vida, aspectos tão singulares, cuja íntegra e detalhamento não posso relatar, por óbvios motivos éticos.

João Batista comenta que as maiores dificuldades consistem na forma desumana e desrespeitosa com que os detentos são tratados na prisão, além da sensação de solidão e desamparo que os acompanhavam permanentemente. O jovem relata, ainda: depois que o indivíduo "cai na gaiola", na maioria das vezes, ele é completamente esquecido e abandonado por todos. "É como se ele tivesse contraído uma doença contagiosa, ninguém mais quer saber dele, até aqueles que se diziam seus amigos desaparecem; muitos presos são abandonos pelos próprios parentes". Ele relata, emocionado, que a única pessoa que ia visitá-lo no tempo em que estava preso era a sua avó.

[...] quando o sujeito cai "na gaiola ou na ratoeira, ele é tratado como um bicho irracional qualquer". [...] aqueles que se diziam seus amigos desaparecem; somente a família se lembra dele, assim mesmo, na maioria dos casos, apenas as mães e avós vêm visitá-los. [...] por isto, eu amo a minha avó, porque ela nunca se esqueceu de mim e não me abandonou no tempo que eu estava preso.

Ainda falando sobre a sensação de medo e de insegurança, o jovem relata que na prisão as pessoas passam a ter medo e desconfiança de tudo e de todos (dos outros detentos, dos educadores, dos agentes penitenciários, dos policiais civis e militares, do diretor da prisão). Enfim, em virtude da sensação de constante insegurança vivenciada pelos

³⁵As diferentes acepções do conceito de experiência foram trabalhados no seminário ministrado pela Professora Rosa Maria Bueno Fischer, no segundo semestre, do ano de 2011, no Programa de Pós-Graduação, da Faculdade de Educação da UFRGS.

prisioneiros, “eles passam a desconfiar e a ter medo das próprias sombras”. João Batista diz que aprendeu, desde suas primeiras passagens pela prisão, que nunca se deve confiar em ninguém. No espaço prisional “as pessoas são obrigadas a dormir com os olhos abertos, porque quando menos se espera, “o malandro” pode morrer espetado por um chucho³⁶, enforcado com um fio de corda ou ser espancado até ‘sair carregado na carriola’³⁷ .

Segundo o jovem, na prisão,

[...] a primeira coisa que o “neguinho” aprende é ser liso, esperto, ficar atento, porque os perigos vêm das pessoas e de onde menos espera. [...] o indivíduo tem que ficar atento em tudo que acontece à sua volta, porque, constantemente, os seus “amigos” estão armando “ratoeiras” e armadilhas para lhe pegar.

João Batista explica, ainda, que o sistema prisional é regido por muitas regras e códigos, a maioria impostos pelo poder judiciário e pelos agentes prisionais, mas vividas e assumidas pelos próprios detentos. Já as regras e os códigos do poder judiciário e do sistema prisional, na maioria dos casos, não são observados e respeitados. Ao contrário, os códigos impostos pela comunidade carcerária têm efetividade imediata e podem trazer consequências graves para aqueles que ousam desobedecer. As “faltas” mais graves previstas nos códigos impostos pela comunidade carcerária são: desrespeitar as visitas dos outros presos; soltar “pum” e andar sem camisa ou descalço na hora das refeições; furtar os objetos dos outros internos; deixar de prestar assistência, quando possível, aos mais velhos e aos doentes, e ficar “guerando” (desejando) os objetos e a comida dos outros detentos. No entanto, o “crime” considerado mais grave pela comunidade carcerária é o de traição, isto é, quando um preso delata ou, como dizem no jargão presidiário, quando alguém “cagoeta” o companheiro. Nos casos considerados mais graves, o traidor é morto e a sua língua cortada, de preferência antes de ele morrer, para servir de intimidação para futuros “cagoeteiros”. A verdade é que a comunidade carcerária não tolera o “crime” de traição.

Sobre os códigos e as regras impostas pela comunidade carcerária, é oportuno citar um fragmento da obra do médico Dráuzio Varella, que descreve a realidade vivida pelos presos, no antigo sistema prisional do *Carandiru*, no Estado de São Paulo:

³⁶ “Chucho” é um artefato construído de barra de ferro, muito presente nas prisões e também muito temido. É uma “arma” usada pelos presos, tanto para se defender, como para atacar os desafetos.

³⁷ “Sair carregado na corriola” é uma expressão corrente no sistema prisional, principalmente nas prisões para os adultos. Como o sistema nem sempre tem macas para transportar aqueles que são feridos ou mortos no interior das celas, é comum eles serem transportados em carriolas usadas na construção civil.

[...] quando os indivíduos perdem a liberdade, à semelhança dos grandes primatas (orangotangos, gorilas, chimpanzés, bonobos) eles criam novas regras de comportamento, com o objetivo de preservar a segurança e a integridade do grupo. Esse processo adaptativo é regido por código penal não escrito [...], porém muito rígido, que exige, por exemplo, pagar as dívidas assumidas; nunca delatar um companheiro de prisão; respeitar a mulher, a mãe e a filha do próximo; praticar a solidariedade para com os mais fracos e doentes. (VARELA, 2000, p. 10).

De acordo com esclarecimentos de João Batista, quando um detento comete uma determinada falta na prisão, é julgado por um tribunal constituído pelos líderes e pelos detentos que têm mais tempo de prisão. Tal julgamento obedece ao seguinte procedimento: em um primeiro momento, é feito um resumo da trajetória de vida do “acusado” e apresentado o ato infracional que ele praticou. Em seguida, são apresentadas as causas agravantes e atenuantes do ato infracional. Depois, passa-se às fases da acusação e da defesa; a acusação é feita pela vítima; já a defesa geralmente é feita por um amigo do acusado, que pede a absolvição ou a atenuação da pena a ser aplicada. Em seguida, são feitas as considerações finais. Finalmente, o tribunal decide se o acusado é culpado ou inocente; se for declarado culpado, decide também qual é a “pena” que deve ser aplicada.

As principais penas previstas nos códigos da prisão são: o desprezo do condenado por toda a comunidade carcerária, por um determinado período de tempo -- nesse caso, “o condenado se torna um morto vivo, isto é, ninguém pode conversar ou ter qualquer contato com ele”. Nos casos de infrações de natureza mais leve, o infrator é obrigado a lavar as roupas dos companheiros e os banheiros das celas, por um período de tempo -- geralmente, de duas a três semanas. Já nas infrações consideradas mais graves, como, por exemplo, desrespeitar as visitas dos outros presos e a “cagoetagem”, as penas previstas são os espancamentos; dependendo da gravidade do ato, a pena de morte é aplicada de maneira sumária.

As “penas” aplicadas nos casos considerados de natureza grave, quase sempre, são aplicadas com requintes de crueldade, como por exemplo: os que olharam ou desrespeitaram a esposa ou a namorada dos outros presos são condenados à morte e têm os olhos furados; os “cagoeteiros” ou traidores também sofrem a pena de morte e têm a língua cortada; para os que praticam crimes contra a liberdade sexual (estupro, atentado violento ao pudor ou atos libidinosos) são mortos e têm os órgãos genitais decepados.

Um aspecto que me chamou a atenção nas entrevistas com os jovens é o fato de que a maioria deles apoia a aplicação dessas “penas” cruéis. Na visão dos detentos, há nelas

um “caráter pedagógico”, para que outros presos não venham a cometer os mesmos “crimes”. O que podemos depreender da realidade vivida no interior da prisão é que os valores e os princípios que regem as relações da comunidade carcerária são fundamentados em uma “cultura machista”. Essa “cultura machista” pode ser exemplificada pela postura de parte dos detentos, que ainda advoga que, “quando a honra de um homem é maculada, essa honra deve ser lavada com o sangue do transgressor”³⁸. De qualquer forma, tal “cultura machista” ainda é muito forte entre a comunidade carcerária, regendo grande parte das relações interpessoais. Outro exemplo é o fato de que uma das infrações mais grave pela comunidade carcerária consiste em conversar e, em determinados casos, até mesmo olhar para esposa ou a namorada de outro prisioneiro; “infração” essa que pode ser punida com a morte sumária do transgressor.

A título de ilustração, cito o caso de um jovem, condenado a uma pena de 28 anos, pelo crime de homicídio. Antes de ser preso pela primeira vez, esse jovem convivia em regime de união estável com uma jovem, de apenas 17 anos. Nos dois anos em que ficou preso, acusado de tráfico de drogas, contaram-lhe que sua companheira estava se relacionando com outro rapaz. Aquele jovem subjetivado e instigado pela “cultura machista prisional”, apenas dois dias depois de ter deixado a prisão, perseguiu e assassinou, com seis facadas, sua antiga companheira, pela suposta traição.

A cultura “machista” que permeia o sistema carcerário apresenta vários aspectos contraditórios. Se, por um lado, os detentos têm quase uma “veneração” para com a figura feminina, a ponto de muitos deles trazerem tatuados em seus corpos as figuras e os nomes das mulheres importantes em suas vidas (mães, esposas, namoradas, filhas), por outro lado, eles se julgam quase “proprietários” dessas mesmas pessoas, o que os faz acreditar que é perfeitamente justificável praticar de todo tipo de violência com elas, quando se sentem traídos.

Ao concluir este capítulo sobre a história de vida do jovem João Batista, deixo a reflexão de que, provavelmente, um dos maiores desafios para aqueles que se aventuram a analisar e a descrever tais relatos, seja o desafio de criar uma metodologia de trabalho e de

³⁸ “Lavar a honra com sangue” era uma expressão recorrente no direito penal, usada principalmente pelos advogados de defesa, quando patrocinavam a defesa de um marido que estava sendo acusado de matar a esposa por causa de traição. Nos dias atuais, essa tese está completamente superada no ordenamento jurídico criminal brasileiro.

relação com essas pessoas, no interior de toda uma cultura do medo, da desconfiança e do silêncio -- a que são submetidos constantemente. Fica uma indagação: há possibilidade real de estabelecer com essas pessoas uma relação tal que eles, assim, venham a se sentir seguros e confiantes para se falarem de si mesmos, de sua experiência passada, presente e até futura?

Caso II. Marco Antônio: “um jovem que não quer morrer...”

a) Mais uma vez, o cenário do Centro Socioeducativo

O Centro Socioeducativo é, teoricamente, uma instituição criada para oferecer proteção, educação e disciplina aos jovens adolescentes em conflito com a lei. No Estado de Mato Grosso, essa instituição está vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Na Comarca de Cáceres, o Centro Socioeducativo é coordenado por um diretor e está sob a jurisdição do Poder Judiciário, através da Vara de Infância e Juventude e da Curadoria da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado. Assim, a função do Centro Socioeducativo é acolher adolescentes (entre 12 a 18 anos de idade), em conflito com a lei, acusados de terem cometido atos infracionais considerados de natureza graves; bem como aqueles que, de forma reiterada e sem justificativas, deixam de cumprir as medidas educativas impostas pelo juiz de direito (prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida etc.).

O Centro Socioeducativo funciona em um prédio onde antes abrigava a delegacia da polícia civil. O prédio passou por reformas e foi cercado com altos muros e cercas de arame farpado. No entanto, segundo o diretor, mesmo com as reformas, o espaço ainda é precário, para atender as necessidades dos internos. As estruturas físicas estão bastante comprometidas pelo tempo: há rachaduras e infiltrações nas paredes, a rede elétrica e a parte hidráulica funcionam em más condições. Pelo seu tamanho, o Centro não dispõe de espaço suficiente para todas as atividades que deveriam ser desenvolvidas com os jovens internos.

De acordo com o diretor, o Centro foi criado para acolher até vinte internos; no entanto, em virtude da grande demanda do município e das cidades vizinhas, o espaço sempre funciona com superlotação, recebendo até do dobro de sua capacidade, em determinados períodos. O corpo de profissionais da instituição é composto pelo diretor, os técnicos administrativos, os agentes de segurança, os educadores, uma psicóloga, uma assistente social e uma técnica de enfermagem -- perfazendo um total de 42 pessoas.

No interior dessa instituição funcionam duas salas de aulas do Ensino Fundamental, como extensão de uma escola municipal. As aulas são ministradas de forma multisseriada. Por ocasião das entrevistas, apenas dois internos já tinham concluído a 8ª série

(9º ano). A alimentação é oferecida por uma empresa terceirizada, que serve quatro refeições diárias aos internos. Quase todos os adolescentes entrevistados reclamaram da quantidade e, principalmente, da qualidade das refeições. Todas as atividades do Centro são controladas de forma rigorosa. No horário das 18h ocorre o ritual da “tranca”. Esse é o momento em que os jovens são recolhidos e trancados em seus apartamentos (um eufemismo para designar as celas), onde passam a noite. O momento é tenso e problemático para os funcionários. O barulho das grades e dos cadeados é intensificado pelos gritos estridentes dos internos. Constitui-se como um ritual deprimente e assustador para aqueles que não estão familiarizados com a rotina no presídio. Segundo os técnicos judiciários, alguns jovens se revoltam e se recusam a entrar nas celas, lugar indesejado, chamado pejorativamente por eles de buracos, barracos, “inferninhos”... Diante da resistência de alguns, às vezes é necessário usar de ameaças e até de força física para recolher aqueles que resistem.

Nessa perspectiva, é relevante notar que o artigo 112 do ECA prevê a aplicação das medidas mais adequadas ao caso concreto, entre elas, a medida de internamento, ao verificar que o adolescente cometeu um ato infracional. Contudo, essa medida está sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e ao respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Situação peculiar se apresenta quando os internos cometem atos de indisciplina dentro do Centro. Nessa condição, eles são submetidos a várias formas de punições: privação do banho de sol, proibição de conversar com os outros internos e de praticarem atividades esportivas ou de lazer, suspensão do direito de receber visitas, entre outras formas disciplinares. Se alguém praticar infrações de natureza grave, é colocado em celas separadas, permanecendo isolado dos outros internos.

Uma das maiores dificuldades apontadas pelos jovens entrevistados é a quantidade e principalmente a qualidade da água servida. Segundo eles é comum faltar água para tomar banho, fazer a limpeza das celas e, em determinados dias, até beber. Por esse motivo, entre outros, as aulas e as visitas são constantemente suspensas. Nos dias em que falta água para fazer a limpeza das celas, o mau cheiro exala por todo o ambiente. Diante disso, é comum acontecerem atos de desobediência, greves, motins, rebeliões e violências dos internos. Esses atos constituem-se como formas de resistência e reivindicações. A maioria

delas é reprimida com violência pelos agentes da segurança, e, em casos extremos, pela tropa de choque da polícia militar.

Considerando esses incidentes, faz-se imperioso o esclarecimento de que as medidas de internamento aplicadas aos jovens adolescentes têm natureza e finalidade diferentes das penas cominadas aos criminosos adultos. Os princípios inscritos no ECA dispõem que os atos praticados por adolescentes (de 12 a 18 anos idade), não são descritos e apenados como crimes: são denominados de atos infracionais; conseqüentemente, as medidas aplicadas são de internamento e não de prisão. Assim, a medida de internamento terá duração máxima de três anos, após esse período, obrigatoriamente, o interno será colocado em liberdade. Analisando os princípios que regem o Estatuto, verifica-se que os objetivos da medida de internamento deveriam ser mais pedagógicos do que punitivos. Isto é, o internamento deveria levar o interno a compreender e internalizar os valores que regem a vida em sociedade. Todavia, afetados por uma cultura da violência que perpassa os espaços prisionais, agravado pelas limitações humanas e materiais, nem sempre esses objetivos são alcançados. As práticas desenvolvidas nas delegacias de polícia e na cadeia pública, muitas vezes, são internalizadas e reproduzidas no espaço destinado a acolher os adolescentes. Não se cumpre, portanto, a almejada medida socioeducativa.

O depoimento de uma das técnicas judiciárias, na época da pesquisa em exercício no sistema Socioeducativo, corrobora essa percepção:

[...] na verdade, a filosofia, as práticas e os procedimentos desumanos e degradantes que são praticados no sistema prisional destinado a acolher os criminosos adultos, acabam chegando até o sistema socioeducativo. [...] as causas dessa “contaminação”, sem desconsiderar outros fatores, podem estar ligadas ao fato de que os funcionários dos escalões superiores do sistema socioeducativo são oriundos do sistema prisional. Assim, ainda é comum encontrarmos pessoas que ocupam postos de decisões que defendem ações e procedimentos contrários àqueles que são previstos no Estatuto e nos tratados internacionais sobre a infância, dos quais o Brasil é signatário. [...] inclusive, é comum encontrarmos pessoas advogando a tese da redução da maioridade penal.

b) Marco Antônio: “um jovem concebido sem amor, nascido fora do tempo...”

Início a análise e descrição da história de vida de um dos jovens que se encontrava internado, pela terceira vez, acusado de envolvimento com as drogas e outros atos infracionais

de natureza grave. Considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente -- ECA -- veda a divulgação de quaisquer elementos que possam colocar as crianças e os adolescentes em situação vexatória ou de constrangimento, mencionarei esse jovem pelo nome fictício de Marco Antônio. Para a construção de sua biografia, aproprio-me das inspirações teóricas e metodológicas desenvolvidas por Michel Foucault e levadas a frente por outros estudiosos de seu pensamento.

Não pretendo separar em momentos estanques as formulações de Foucault e a descrição do material empírico; como já mencionei anteriormente, entendo que é imprescindível estabelecer um diálogo sincronizado entre a empiria, a metodologia e a teoria, como nos desafia Fischer:

[...] não se trata de partir de uma grande teoria e aplicá-la à prática, como se essa não passasse de uma consequência daquela; tampouco se trata de usar uma prática como *inspiradora* (grifo da autora) de uma determinada teoria, como lugar de nascimento de um futuro construto teórico, “nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro” (FISCHER, 1996, p. 42).

Como esses esclarecimentos, passo a descrever quem é Marco Antônio; como aconteceram as primeiras entrevistas que tive com ele; a estrutura e o funcionamento de seu núcleo familiar; suas experiências na escola; seu envolvimento com as drogas; suas passagens pelo processo de aprisionamento -- entre outros aspectos da construção de sua trajetória de vida.

c) Os primeiros encontros: conquistar confiança e construir aproximações

Na primeira vez em que entrevistei Marco Antônio, ele estava internado no Centro Socioeducativo, já pela terceira vez, acusado de praticar atos infracionais (furtos, roubos à mão armada, porte ilegal de arma, consumo e tráfico de drogas ilícitas, descumprimento de medidas impostas pelo juiz, desacato à autoridade). Ele estava então com dezesseis anos e dois meses de idade. Entrevistei-o por sete vezes, e cinco dessas entrevistas foram gravadas – com duração média de duas horas cada uma –, sempre com sua autorização e também a do juiz de direito, responsável pela vara da infância e juventude da comarca.

Marco Antônio é um jovem simpático, afável e respeitoso para com as pessoas, principalmente as mais velhas, como ele mesmo faz questão de esclarecer:

[...] as pessoas mais idosas merecem todo respeito e consideração, porque elas já viveram mais do que a gente e tem mais experiência de vida. Esse ensinamento eu aprendi com minha avó, que é uma pessoa muito sabia e educada. [...] eu entendo que a verdadeira educação vem do berço.

O jovem tem corpo atlético, cor da pele morena clara, cabelos crespos, olhos grandes e expressivos, um sorriso aberto e acolhedor. Ele esclarece que “sua família, por parte da mãe, é uma mistura de índios bugres da região de Cáceres e da Bolívia e dos negros, descendentes dos escravos”. Fala com desenvoltura, mesmo apresentando dificuldades para pronunciar determinadas palavras. Observei que, durante a entrevista, ele fazia questão de olhar dentro de meus olhos. Explicou que tinha essa postura para demonstrar segurança e domínio diante da situação que está vivenciando. Marco Antônio tem o rosto marcado com algumas cicatrizes e já perdeu quase todos os dentes, principalmente os da arcada superior. Também tem o corpo marcado por várias tatuagens e cicatrizes. Segundo ele, a tatuagem predileta é a “do brasão do *São Paulo Futebol Clube*, time do seu coração” -- o que ele sublinha com orgulho. As cicatrizes no pescoço, nas costas, nas pernas e no abdome, segundo ele, são marcas deixadas pelos confrontos e brigas entre os grupos rivais, pelos espancamentos e surras dos agentes da segurança pública do Estado. Marco Antônio é um jovem que carrega no próprio corpo as marcas de sua história de vida. Percebi, ainda, que ele tinha se tornado uma pessoa “bem conhecida” (“figurinha carimbada”) perante os operadores do direito, dos técnicos judiciários, dos educadores das escolas por onde ele estudou, dos moradores do bairro onde nasceu e cresceu, e, principalmente, pelos agentes dos órgãos da segurança pública do Estado.

Ao narrar suas experiências de vida, principalmente as brigas e os confrontos com os “grupos rivais”, faz questão de contar esses fatos de forma fantasiosa e com certo espírito de grandeza. Para ele, participar das brigas e “pegas” é como estar em uma guerra ou participar de um filme de ação. Percebi que nem sempre ele consegue distinguir onde termina a realidade e começa a ficção de suas narrativas. Em nossas entrevistas, ele descrevia com desenvoltura e riquezas de detalhes tudo o que vivera. Dificilmente se esquivava de responder às perguntas, mesmo as mais embaraçosas ou as que lhe traziam lembranças de humilhação,

tristeza e sofrimento. No curso das entrevistas, ele relatou suas primeiras lembranças e brincadeiras de criança; as dificuldades e as carências financeiras enfrentadas por sua família; as dificuldades e as constantes brigas que teve com sua mãe biológica; as lembranças das escolas por onde passou (quase todas, para ele, "desagradáveis"); as inúmeras vezes que tinha mentido para a avó, dizendo que ia para a escola (na realidade ia tomar banho e pescar no Rio Paraguai com os amigos); suas primeiras descobertas da sexualidade; os primeiros encontros amorosos; o envolvimento com o consumo e o tráfico das drogas e outros atos infracionais. Narrou, ainda, quantas vezes foi espancado pelos agentes da segurança pública; a experiência de passar pelos órgãos de proteção e repressão do Estado (conselho tutelar da criança e do adolescente, delegacia da infância e juventude, curadoria do ministério público, centro especializado de assistência da criança e do adolescente); as tentativas de sua avó em ajudá-lo a sair das drogas, inclusive, enviando-o, por duas vezes, a clínicas especializadas; seu primeiro encontro com o pai biológico, aos treze anos de idade.

Quando lhe perguntei o que ele mais gostava de fazer (antes de se envolver com o consumo e tráfico de drogas e outros atos infracionais), após um momento de silêncio e reflexão, com os olhos perdidos no vazio, ele respondeu:

[...] eu sou uma pessoa bem simples. As coisas que mais gostava de fazer era encontrar e conversar com os amigos sobre futebol, principalmente sobre os jogos do *São Paulo Futebol Clube*; assistir filmes de ação na TV; conversar sobre as meninas do bairro onde eu morava; ouvir músicas e dançar, principalmente forró; tomar banho e pescar no Rio Paraguai. [...] mas depois que eu me afundei na "marvada", perdi meus amigos, nunca mais namorei, só ficaram alguns amigos 'noiados', porque "gente do bem" não quer saber de amizade com pessoas envolvidas com as drogas.

Ao pesquisar a vida pregressa de Marco Antônio, soube que ele já havia passado trinta e duas vezes por instituições de apoio aos jovens em conflito com a lei, sem contar as duas vezes em que tinha sido encaminhado para clínicas especializadas. Outro motivo para a escolha da presença de Marco Antônio nesta tese, além das repetidas vezes em que estive em clínicas e instituições de apoio, foi a riqueza de detalhes com que ele narrava suas experiências de vida. Também interessaram-me a estrutura e o funcionamento do seu núcleo familiar. Chamou-me a atenção o número de vezes em que ele tinha mudado de residência: quando nasceu, foi acolhido pelos avós maternos; quando tinha dois anos de idade, foi morar com a mãe biológica; aos cinco anos, voltou a morar na casa dos avós; aos nove, foi morar na casa de uma tia, em outra cidade do Estado; aos onze, retornou à mãe biológica; aos treze,

quando a mãe descobriu que ele estava envolvido com o consumo de drogas – inclusive “furtando” objetos da própria casa para sustentar o vício –, a mãe o expulsou de casa. Dessa vez, como ele não tinha onde morar, acabou sendo acolhido na residência de um casal de traficantes de drogas da cidade.

O fato de Marco Antônio ter sido registrado como filho biológico, aos dois anos de idade, pelo companheiro de sua mãe, também chamou-me a atenção. Após esse senhor ter registrado Marco Antônio como filho, o casal se separou e a mãe entrou com uma ação na justiça, requerendo a pensão alimentícia para sustentar o filho. Diante da ação interposta pela mãe, o citado senhor, por sua vez, entrou com outra ação, pleiteando a desconstituição da paternidade do filho, contudo não obteve sucesso. Acrescente-se que Marco Antônio só conheceu o pai biológico aos treze anos de idade. Em seu relato, conta que questionava sua mãe e sua avó sobre quem era seu pai biológico, e elas sempre desconversavam e diziam que seu pai fazia parte de uma perigosa quadrilha de traficantes de drogas e ladrões de carros e que havia morrido na penitenciária de Cuiabá, logo após seu nascimento.

Talvez o que mais me tenha motivado a selecionar a trajetória desse jovem para compor a análise e a discussão do tema escolhido para a tese foi o fato de havermos, nós dois, construído uma verdadeira relação de confiança -- poderia dizer, de “quase amizade”, com ele e também com alguns membros do seu núcleo familiar, ao longo da pesquisa. Isso permitiu-me ter acesso a aspectos particulares de daquelas histórias – muitos dos quais não são aqui revelados, por razões éticas.

Enquanto eu realizava as entrevistas com Marco Antônio e os demais jovens, procurei manter uma vigilância constante, evitando reduzi-los apenas aos atos infracionais que tinham praticado ou às circunstâncias que estavam vivendo no momento preciso das entrevistas. Segundo me reforçaram as pesquisadoras que participaram de minha banca de qualificação, as vidas desses indivíduos eram muito mais ricas e complexas e também iam além dos atos infracionais de que estavam sendo acusados. Com esses cuidados, à medida que eu ia me aproximando da trajetória de vida de Marco Antônio, passei a percebê-lo para além das circunstâncias que ele estava vivendo. Mais que ouvir a voz de um jovem em conflito com a lei, passei a prestar a atenção em sua rica e complexa trajetória de vida, por inteiro.

Tal posicionamento metodológico e inclusive ético foi um dos fatores decisivos para que eu pudesse me aproximar e conquistar a confiança daquelas pessoas. Aliás, mesmo

com o distanciamento necessário, preciso registrar que, tendo se construído uma relação de confiança entre nós, algumas vezes os membros da família de Marco Antônio solicitaram minha contribuição, seja para ajudá-los quanto a necessidades materiais seja, principalmente, para oferecer minha ajuda como advogado, de modo a orientá-los e acompanhá-los nas dificuldades que estavam enfrentando perante os órgãos da segurança pública e do poder judiciário.

Um esclarecimento faz-se necessário aqui: ao analisar a trajetória de vida desse jovem, procurei não transformá-la em mais uma história semelhante a tantas outras. Pelo contrário, assumi que a trajetória de vida de Marco Antônio foi e continua sendo construída de forma singular, tecida pelas experiências vividas no interior de um núcleo familiar específico, em período de tempo e de espaço determinados. Assim, meu objetivo não é dizer que sua história de vida é um exemplo ou um caso típico de outros jovens que vivem no município de Cáceres, ou em outras cidades do Estado de Mato Grosso ou do País. Nesse sentido, faço minhas as palavras da pesquisadora Fischer (2012), quando ela nos chama a atenção para a impossibilidade de se fazerem transposições diretas de experiências vividas em épocas e localidades diferentes, já que cada período histórico e cada espaço geográfico têm sua formação social e sua ordem discursiva própria.

No entanto, mesmo com as cautelas necessárias, há de se reconhecer que as pesquisas acadêmicas têm demonstrado (e os meios de comunicação têm noticiado e denunciado em suas reportagens e matérias especiais) que, nos últimos anos, uma parcela significativa de nossa juventude tem se envolvido com o uso e o tráfico de drogas e outros atos infracionais. Assim, percebemos que tais situações têm crescido, não apenas no município de Cáceres, mas também em outras cidades do Estado de Mato Grosso e do País. As consequências desse problema têm mobilizado diferentes órgãos do Estado (federal, estaduais e municipais) e também parcela da sociedade civil organizada, considerando que é uma questão envolvida em uma aura de medo e insegurança para a população, especialmente considerando a forma sensacionalista como tem sido apresentada nas diferentes mídias.

d) Um jovem nas malhas das redes discursivas

Depois de apresentar o cenário – o Centro Socioeducativo –, os atores que se movimentam nesse cenário – os jovens que se encontram internados e os técnicos judiciários –, bem como a “fotografia” do jovem Marco Antônio, a partir das ferramentas foucaultianas, passo a fazer aqui uma descrição da trajetória de vida do jovem Marco Antônio. Nessa análise e descrição, as perguntas que me mobilizam são: como ou de que modo se constitui um sujeito drogado? Quais as redes discursivas com *status* de “verdade” que perpassaram a vida desse jovem, constituindo-o com sujeito em conflito com a lei, em consequência de seu envolvimento com as drogas? Quais os efeitos de certas redes discursivas na constituição da trajetória de vida desse jovem? Como ele foi compelido a se amoldar e a se reconhecer como sujeito de certas verdades hegemônicas? Quais as estratégias de resistência (explícitas ou implícitas) desenvolvidas por Marco Antônio, no sentido de se contrapor a essas verdades? Tais questionamentos, reconheço, são bastante abrangentes, e poderiam ser tratados por vários ângulos; conseqüentemente, poderiam receber diferentes respostas e encaminhamentos. No entanto, mesmo com essas ressalvas, sublinho que são questionamentos relevantes, que se constituem como importantes ferramentas para a compreensão da trajetória de vida do jovem Marco Antônio.

Vejo-me aqui instigado pelos trabalhos de Foucault, particularmente pela obra *A Vida dos Homens Infames* (1993). Nesta, o filósofo relata e analisa momentos específicos vividos por determinados indivíduos “considerados infames” (por exemplo, os remendões, os soldados desertores, os vendedores de roupas, os monges e os párocos imorais, os filhos desobedientes e pródigos, os esposos beberrões e violentos, os vizinhos inconvenientes, as mulheres de vidas desregradas, entre outros -- homens e mulheres da Europa do século XVIII); o fato principal é que alguém desejava ver-se livre delas, e para tanto recorria-se às chamadas *lettres de cachet*. Nestas, os acusadores solicitavam ao rei autorização para enviar aqueles “infames” à prisão ou mesmo bani-los para terras distantes. Assim, as *lettres de cachet* passaram a ser instrumentos legais que o regime político da época colocava à disposição da população, particularmente do estrato mais baixo da sociedade, para se proteger das pessoas consideradas “infames, perigosas e inconvenientes”.

Como já sublinhei em outros momentos desta tese, não é conveniente transferir, irresponsavelmente e de forma direta, fatos que ocorreram em tempos e lugares distintos para outros espaços e épocas, pois cada momento histórico tem seus regimes de verdade específicos. Mesmo com as ressalvas que o caso requer, não podemos deixar de reconhecer que *os homens infames* pesquisados e descritos por Foucault continuam ecoando nas histórias de vidas dos “nossos homens e mulheres infames do tempo presente”. Somos levados a admitir que a sociedade brasileira, no momento atual, não se cansa de produzir suas “figuras infames”. Os “infames” do tempo presente têm se apresentado com outros e novos formatos. Poderíamos apontar como “infames” aqueles homens e mulheres assim nomeados na sociedade brasileira contemporânea; por exemplo, os povos indígenas que resistem a entregar suas terras a fazendeiros ávidos para ampliarem suas plantações de soja, milho, algodão, ou para formarem pastagens para a criação de gado³⁹; os “infames” (negros e pardos) que reivindicam o direito de estudar nas universidades públicas, através das chamadas políticas afirmativas; os casais homoafetivos, que reivindicam o direito de constituírem famílias, de forma legal, inclusive de adotarem filhos; os obesos; os moradores de rua; os sujeitos com dificuldades físicas e mentais; os idosos; os jovens em estado de drogadição -- entre tantos outros "diferentes". Esses exemplos mostram que a sociedade, incluindo a brasileira, continua a produzir continuamente aqueles que, sinteticamente, são os seus “indivíduos infames”. À semelhança do poder monárquico francês dos séculos XVI a XVIII, o poder político brasileiro (legislativo, executivo e judiciário) também coloca à disposição da sociedade as “*lettres de cachet*” modernas – os dispositivos jurídicos e as instituições, que têm a “competência” de segregar e isolar, das mais diferentes formas, aqueles considerados “infames” e “indesejados”.

Analisando a forma como os discursos, que circulam no interior das diferentes instituições sociais, capturaram e passaram sobre a trajetória de vida de Marco Antônio, observo que essas redes discursivas são dispositivos que participam decisivamente da constituição da subjetividade desse menino. Veja-se, a propósito, um fragmento da sentença que condenou o jovem à medida de internamento. O magistrado afirma que:

Condena o jovem Marco Antônio à medida socioeducativa de internamento por um período de tempo de seis meses, porque entendendo que, nesse momento, a medida é o melhor remédio e a receita mais adequada a ser aplicado ao jovem; considerando que o mesmo, através de suas reiteradas ações infracionais, tem se mostrado especial audácia e temeridade a sociedade. [...] entendo, ainda, que o jovem precisa receber

³⁹Esse exemplo se refere especificamente à realidade do Estado de Mato Grosso, onde há uma acentuada disputa de terras entre fazendeiros e povos indígenas, com o objetivo de expandir a agricultura e a criação de gado.

cuidados especiais para que ele possa aprender às normas mínimas de saúde e de higiene com o corpo, e, assim, mudar seu comportamento social, de modo a ter condições de viver como indivíduo adaptado e útil a sociedade e a si mesmo.

Percebemos que, ao elaborar a sentença condenatória, o magistrado se apropriou dos discursos de vários campos de saberes (do direito criminal, da pedagogia, da medicina, da psiquiatria, da psicologia, das ciências sociais, etc.). No entendimento do juiz, a sentença não era apenas uma pena, mas também uma medida terapêutica, pois considerava que o jovem era mais do que um criminoso; era uma pessoa doente que precisava receber cuidados especiais; alguém que precisava ser tratado por profissionais de várias áreas dos saberes.

Na visão do juiz, os atos infracionais supostamente praticados por Marco Antônio são equiparados a patologias, com consequências não apenas para ele, mas também para todo o tecido social. O jovem se encontra em estado de drogadição não porque tem uma índole voltada para o crime, mas porque ele é portador de uma patologia. Diante disto, o juiz entende que sua sentença é como um medicamento; a prisão (Centro Socioeducativo) é equiparada ao hospital, para onde os doentes devem ser enviados. Esse medicamento (a medida de internamento) deve ser aplicado e acompanhado por um corpo de profissionais das mais diferentes áreas dos saberes (pedagogia, medicina, enfermagem, psicologia, assistência social, entre outras).

Assim, depreende-se do discurso do magistrado que Marco Antônio é um sujeito que precisa ser avaliado, diagnosticado, medicado e cuidado, até que ele seja ensinado sobre

[...] as normas mínimas de saúde e comece a ter higiene com o corpo e mude seu comportamento social, de modo que possa ter condições de viver como indivíduo adaptado e útil à sociedade e a si mesmo.

Esse exemplo demonstra como os discursos de uma determinada área podem ser deslocados e apropriados por outros campos de saberes. Ressaltamos que, nesses deslocamentos ou dispersões, os discursos não são homogêneos, ora eles estão se alinhando e estabelecendo alianças, ora se contrapõem, ora se complementam, ora subtraem algo, se anulam e podem até apagar uns aos outros.

A argumentação de que as situações de vulnerabilidade e carência vividas por Marco Antônio e seu núcleo familiar contribuíram para a constituição de sua trajetória de vida, dessa forma e não de outra, há que ser analisada com moderação, uma vez que não se pode estabelecer relações diretas de causa e efeito entre juventude/situações de

carências/práticas infracionais. Essa correlação não se sustenta na realidade fática, na qual se verifica que apenas uma pequena parcela da juventude em situação de carência acaba se envolvendo com o consumo e o tráfico de drogas e outras práticas criminais. Contudo, não podemos ignorar que as vulnerabilidades econômicas, sociais, familiares, afetivas, educacionais constituem-se como fatores estimulantes para a entrada dos jovens no caminho das drogas. Essa realidade pode ser percebida na cidade de Cáceres e também em outras cidades do Estado de Mato Grosso e do Brasil.

A partir das teorizações de Foucault, esclareço que, ao descrever a trajetória de vida de Marco Antônio, não descrevo apenas a trajetória de vida de um indivíduo singular; pretendo ir além, problematizando as diferentes formas de os indivíduos se tornarem sujeitos, especificamente no contexto atual. Nesse sentido, o filósofo, ao escrever sobre seu projeto intelectual, afirma que seu objetivo não foi desenvolver uma teoria sobre o fenômeno do poder, mas analisar a história das diferentes maneiras pelas quais, na sociedade ocidental, o indivíduo se constituiu como sujeito:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p. 231)

Ao analisar o relato do jovem Marco Antônio, é possível problematizar e colocar em questionamento uma concepção de sujeito que herdamos da filosofia grega e que chega aos nossos dias através de muitas vertentes, especialmente pelos pensadores iluministas como Francis Bacon, René Descartes, Spinoza, Pascal, John Locke, Rousseau, Kant, Hegel, entre tantos outros. Esses pensadores, cada um a seu modo, concebiam o sujeito basicamente como um ser pensante; nessa condição, fazendo o uso adequado da razão, poderia sair de seu estado de menoridade e atingir a maioridade, ou sair do estágio de selvageria e atingir a civilidade. Na síntese lapidar de Veiga-Neto (2004, p. 131): [...] esses filósofos, cada um a sua maneira, *pensavam um sujeito desde sempre aí* (grifo do autor).

Contrapondo a concepção de sujeito pensada pelos teóricos da chamada sociedade moderna, Foucault e os estudiosos do seu pensamento apresentam outra possibilidade de análise. Segundo essa nova compreensão, o sujeito é gestado e construído pelos fios das redes discursivas e não discursivas, que estão, necessariamente, perpassadas por relações de poderes e de saberes. Nesse sentido, Veiga-Neto, pondera que:

O sujeito de um discurso não é a origem individual e autônoma de um ato que traz à luz os enunciados desse discurso; o sujeito não é o dono de uma intenção comunicativa, como se fosse capaz de se posicionar de fora desse discurso para sobre ele falar. [...] porque as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele. (VEIGA-NETO, 2004, p. 110).

Nessa concepção, só podemos falar de um sujeito pedagógico, a partir da rede discursiva da pedagogia; do sujeito da razão ou de um sujeito desarrazoado, a partir de uma discursividade racional; de um sujeito portador de determinado estado de saúde ou patologia, dentro das redes discursivas dos saberes da saúde (da medicina, da psiquiatria, da psicologia, da enfermagem, da nutrição etc.); de um sujeito infrator ou criminoso, a partir de uma discursividade jurídica. Desse modo, só podemos falar e teorizar sobre a constituição de um tipo de sujeito, no interior de determinadas redes ou campos discursivos que o constituem. No entanto, há que se sublinhar a relevância de que nenhum desses saberes, nenhum desses discursos ou enunciados a eles vinculados existem isoladamente -- ou seja, há lutas permanentes, correlações, enlaces, divergências, entre os discursos dos diferentes campos de saber, como os citados.

Assim, podemos dizer que a história de vida do jovem Marco Antônio é constituída no interior de redes discursivas que o classificam e nomeiam continuamente, apontando que se trata de um jovem usuário e traficante de drogas, perigoso para a sociedade, anormal, “caxangueiro”; “mostro e fera humana”, “noiado”; “porco e cachorro doido”. Para além dessas expressões já popularizadas no meio policial e prisional, trata-se aí da ponta de um *iceberg*, ou melhor, da multiplicação, no cotidiano, de enunciados de discursos gestados em lugares de saber muito específicos. Certamente, a constituição do sujeito não acontece de forma fechada e linear; pelo contrário, a constituição da subjetividade e da identidade de uma pessoa é um processo complexo, envolvendo inúmeros fatores e circunstâncias. Assim, a partir das inspirações teóricas que mobilizo aqui, entendo que analisar as “verdades” postas pelas redes discursivas é um procedimento imprescindível para se compreender a construção da trajetória de vida Marco Antônio dessa forma e não de outra.

A elaboração da biografia desse jovem se faz necessária para colocar em questionamento determinados discursos enraizados e espalhados no tecido social, que procuram estabelecer relações lineares de causas e efeitos entre a população juvenil e as práticas infracionais, particularmente quando se trata de jovens de cor não branca (negros e

pardos), moradores das favelas das nossas cidades, e que não têm acesso a determinados bens e serviços. Dessa maneira, nossas pesquisas acadêmicas podem (e devem ser) instrumentos para problematizar determinadas “verdades” que se tornaram quase inquestionáveis. Diante dessas “verdades,” algumas categorias de indivíduos são colocados sob suspeita e, na maioria das vezes, tratados de forma seletiva e discriminatória, inclusive aos olhos dos agentes da segurança pública do Estado. Nessa concepção, se o indivíduo é negro ou pardo, morador da periferia ou de determinados bairros da cidade, é visto como perigoso ou como detentor de uma índole voltada para a prática de atos infracionais, conseqüentemente, precisa ser visto, analisado e vigiado de forma especial. Do mesmo modo, se uma criança nasceu de uma gravidez não planejada, se foi criada apenas por um parente, a tendência é que seja discriminada e vista como propensa à criminalidade. Essa é a perversa lógica da seletividade e da discriminação, tão presente no senso comum, e que tem pautado as atividades de um número significativo dos agentes que trabalham nos órgãos da segurança pública.

Essa perspectiva de ver a população juvenil não tem sustentação concreta, pois se, por um lado, a maioria dos jovens que se encontram em conflitos com a lei são oriundos das camadas mais desfavorecidas da sociedade, por outro, o número de indivíduos que se encontra em conflito com a lei representa ínfima parcela da juventude que vive em situação de vulnerabilidade. Assim, não é consistente a visão reducionista e mecanicista, uma vez que as causas que podem levar os indivíduos a se envolverem com o consumo e o tráfico das drogas são amplas e complexas. O que percebemos é que a realidade teima em desafiar os “moldes teóricos” construídos para explicar e descrever determinados fatos, particularmente quando essas teorias partem de pressupostos fechados de causa e efeito. Ninguém é portador de uma “essência” de bondade ou de maldade; pelo contrário, as supostas qualidades (boas ou más) são construídas nas diferentes relações sociais, através das redes discursivas que estão, necessariamente, perpassadas por relações de poder e saber.

Fischer (2012) nos desafia a colocar tudo em suspeição, a nos distanciarmos dos objetos e dos materiais que escolhemos para nossas pesquisas. Para a pesquisadora, nossos objetos são formados no interior de redes discursivas, segundo regras históricas e geográficas bem específicas. Por conseguinte, ao analisar e descrever a história da vida de Marco Antônio, meu desafio é olhar, com a devida atenção, as práticas (discursivas e não discursivas) e perceber de que forma essas práticas capturaram a vida desse jovem.

Mesmo tendo consciência de que o poder não foi a questão central no projeto intelectual de Foucault, não podemos desconsiderar que as relações, as circulações e, principalmente, os efeitos do poder sempre estiveram presentes nas pesquisas desenvolvidas pelo filósofo. Assim, à medida que ele desenvolvia pesquisas arqueológicas⁴⁰, sua preocupação estava voltada para analisar e descrever de que forma as relações de poder possibilitaram o aparecimento de saberes; já nos estudos genealógicos a preocupação do pesquisador era no sentido de analisar e descrever as formas como as relações de poder aconteciam no interior das instituições de sequestro e de disciplinamento (família, escola, prisão, quartel, fábrica etc.). Nos últimos escritos, Foucault se voltou para a análise e descrição das questões relacionadas à ética e à estética, descrevendo, assim, os efeitos do poder nas experiências que o indivíduo faz sobre si mesmo. Assim, a preocupação primeira do filósofo foi descrever como o poder circula, a forma como é exercido e como produz seus efeitos no interior das diferentes instituições da sociedade moderna.

Nesse sentido, o pensador entendia as relações de poder como:

[...] o modo de ação sobre as ações das outras pessoas. Ou seja, as relações de poder se encontram profundamente arraigadas no nexos social, e não constituem, por cima da sociedade, uma estrutura suplementar com cujo desaparecimento se possa sonhar. De qualquer forma, viver em sociedade é viver de modo tal que seja possível que uns atuem sobre as ações dos outros. Uma sociedade sem relações de poder é uma abstração. (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Nessa perspectiva, o poder não está concentrado apenas em determinados pontos, como: o Estado, a religião, os sindicatos, as universidades ou outros espaços e instituições. Da mesma forma, o poder não emana apenas de um centro, seja ele político, econômico, ideológico, religioso, porque o poder não é posse ou propriedade de quem quer que seja. As relações de poder, antes de tudo, são dispositivos que trabalham incessantemente, com o objetivo de dividir, nominar, hierarquizar, vigiar; determinando quem é normal e quem é anormal; quem é culpado e quem é inocente, quem goza de saúde e quem está doente, quem está qualificado e quem está desqualificado, quem é santo e quem é profano, quem deve ser preso e quem deve ser colocado em liberdade, e assim por diante. Com esse entendimento, depreendemos que as relações de poder não agem apenas de forma negativa, impeditiva, interditando as ações das pessoas. Pelo contrário, elas são capazes de *produzir* corpos, almas,

⁴⁰As chamadas "fases" da obra de Foucault (arqueológica, genealógica e ética) constituem um recurso didático para melhor estudar suas obras. Nesse sentido, ao analisar a produção intelectual de Michel Foucault, o pesquisador Veiga-Neto, prefere usar o termo *domínios foucaultianos*: primeiro domínio: *ser-saber*; segundo domínio: *ser-poder*; terceiro domínio: *ser-consigo* (Cf. Veiga-Neto, 2004).

ideias, saberes, valores morais, instituições, formas de comportamento e de perceber a realidade, formas de ser e estar no mundo.

Vale ressaltar que, ao analisar as experiências vividas pelo jovem Marco Antônio, e de tantos outros jovens que estão ou já passaram pelo processo de aprisionamento, percebi que esses indivíduos, ao serem submetidos às relações de poderes das instituições prisionais, não são passivos e nem inertes diante dessas mesmas relações. Mesmo sabendo que as relações nesses espaços são extremamente assimétricas entre aqueles que estão presos e aqueles que têm os poderes de decisão, os detentos encontram formas e estratégias para resistirem ao poder. Eles são sujeitos de questionamentos e descumprimentos das ordens emanadas das “autoridades”; de greves (inclusive de fome); tentativas de suborno de funcionários; simulação de doenças graves; sabotagens das atividades da prisão; rebeliões (com destruições do patrimônio público e dos próprios detentos); práticas de atos de violência físicos e psicológicos (espancamentos e ferimentos pessoais e, nos casos extremos, morte dos agentes prisionais e dos próprios detentos).

Foucault nos chama a atenção para o fato de que só é possível falar em *exercício de poder* entre indivíduos *livres*. Isto é, só há exercício de poder quando aqueles que são sujeitos dessas relações, de alguma forma, têm condições de oferecer resistência. Se assim não for, o exercício do poder não se efetiva: o que ocorre, nesses casos, são práticas de violência pura. A título de ilustração, cito um fragmento de uma das entrevistas com Marco Antônio, em que o jovem demonstra resistência, ao contrapor-se a certas “verdades”, manifestando certa revolta e indignação:

[...] a minha mãe, a minha avó, os meus parentes, as professoras, a promotora de justiça, o juiz de direito, os vizinhos, o delegado de polícia, as psicólogas, os conselheiros tutelares e outras pessoas vivem me dizendo que, se eu não mudar de vida, meu fim é o cadeião, a penitenciária ou a morte. [...] mas eu não penso assim, eu não vou para o cadeião ou para a penitenciária e muito menos morrer como acontece com a maioria dos traficantes. Eu quero mudar de vida, quero uma vida diferente para mim. [...] se eu encontrasse alguém que me estendesse a mão, que me encaminhasse para uma boa clínica de tratamento eu poderia mudar de vida, me transformar em uma pessoa de bem, ser como os outros jovens da minha idade: estudar, trabalhar e ter uma vida normal.

Ao analisar esse trecho, percebemos o quanto os discursos que nos constituem nunca são puros, transparentes, límpidos. Ao enunciar um determinado discurso muitos outros discursos emergem e falam através dele. Assim, no testemunho de Marco Antônio estão presentes as falas da mãe e da avó; do delegado de polícia; de uma das promotoras de justiça; da psicóloga e da educadora. O fato é que, mesmo diante de todas as “verdades” dessas redes

discursivas, Marco Antônio não se queda inerte, imobilizado, passivo. O jovem ousa contrapor-se, discordar. Ele não aceita as “verdades” sobre um destino previamente traçado ou mesmo uma sentença de morte, que não se pode modificar. Diante das “profecias” da morte, Marco Antônio não se deixa capturar passivamente, ele se contrapõe, argumenta, debate. O jovem traça outras possibilidades diferentes daquelas de ser enviado ao cadeia ou à penitenciária. Ele pondera trilhar alternativas possíveis, caminhar em outros percursos, mudar sua trajetória de vida.

Nessa perspectiva, um dos desafios -- de que trato a seguir -- foi o de analisar e descrever a estrutura e o funcionamento do núcleo familiar de Marco Antônio; o bairro onde ele nasceu e cresceu; suas experiências escolares; quando e como ele começou a se envolver com o consumo e o tráfico das drogas e outras práticas infracionais; suas experiências ao passar pelo processo de internamento e seus projetos ao deixar a prisão -- sempre tendo em mente a complexidade das vozes e das linhas de força, institucionais, discursivas, pessoais, em jogo naquele relato e naquela vida.

e) Marco Antônio e o núcleo familiar: sustentar-se na esperança

Em nossa família sempre experimentamos muitas privações e carências, porém, sempre procuramos cultivar o amor, a esperança, a honestidade, a disposição para o trabalho, e, acima de tudo, a fé em Deus. (Trecho do depoimento de Dona Maria Aparecida, avó de Marco Antônio).

O núcleo familiar de Marco Antônio é constituído por sua mãe biológica, Dona Madalena, sua avó, Dona Maria Aparecida, três irmãos e dois primos menores. Os primos de Marco Antônio passaram a ser cuidados pela avó depois que seu filho mais velho foi morto e a mãe das crianças passou a conviver com outro companheiro, que não se dispôs a cuidar dos enteados. Dona Maria Aparecida é uma senhora de 57 anos, atenciosa, simpática e com muita facilidade na arte do diálogo. Nossa primeira entrevista, com mais de duas horas duração, foi muito agradável. Nessa ocasião, ela contou parte de sua história de vida e de sua família, principalmente aspectos relacionados com a trajetória de vida de seu neto, Marco Antônio. Ele esclareceu que, quando a filha ficou grávida de Marco Antônio, ainda era adolescente, “era praticamente uma criança, não tinha conhecimento de nada na vida”. Da mesma forma, falou-me das vezes em que o neto tinha sido encaminhado às clínicas e de sua decepção em vê-lo abandonar o tratamento ainda nas primeiras semanas. No entanto, o que mais me

chamou a atenção, no curso das nossas entrevistas, foi a forma carinhosa com que ela sempre se referia a Marco Antônio e, acima de tudo, a esperança que mantinha na recuperação e na mudança de vida do neto.

Dona Maria Aparecida relata que a família sempre enfrentou muitas dificuldades, principalmente na questão financeira. Ela era praticamente analfabeta, e sua filha só teve oportunidade de estudar até a 5ª série do Ensino Fundamental. Diante disto, elas sempre trabalharam em serviços com baixa remuneração e pouca representatividade social (empregadas domésticas e diaristas; cuidadoras de crianças e de idosos; cozinheiras em casas de famílias e em restaurantes). No entanto, ela faz questão de ressaltar que, mesmo sendo pessoas pobres e humildes, sempre trabalharam com honestidade e "com muita fé em Deus". Com certo orgulho, ela relata que:

[...] eu e a minha filha sempre ganhamos o sustento para nossos filhos e netos de forma honesta, somos pessoas pobres, mas aprendi com meus pais que o trabalho e a honestidade são valores sagrados. A honestidade é um princípio que nos acompanhou em todas as nossas atividades, por mais simples que elas sejam.

Atualmente Dona Maria Aparecida se encontra aposentada, por motivo de enfermidades, recebendo um salário mínimo por mês. Na época da pesquisa, a mãe de Marco Antônio não estava trabalhando, porque tinha sofrido um acidente no ambiente de trabalho e estava em processo de convalescência. Como trabalhava sem registro em carteira, não recebia o auxílio-doença. Assim, o sustento financeiro da família vinha da aposentadoria de Dona Maria Aparecida e do programa Bolsa-Família.

Dona Maria Aparecia narra que o pai biológico de Marco Antônio, quando ficou sabendo que a filha estava grávida, simplesmente “desapareceu e não assumiu a paternidade do filho”. Diante dessa atitude, a família achou por bem não revelar para a criança a verdadeira identidade do pai. Começaram a dizer que se tratava de um integrante de quadrilha que roubava carros e fazia tráfico de drogas da Bolívia para o Brasil. Em consequência da vida criminosa que levava, havia sido preso e morto na penitenciária central de Cuiabá, quando Marco Antônio tinha apenas dois anos de vida. Dona Maria Aparecida pondera que, provavelmente, “a causa que levou seu neto a seguir o caminho das 'coisas erradas', seja o fato de ele ter sido concebido quando sua mãe ainda era adolescente e de ter nascido antes da hora”. A avó esclarece ainda que, quando Marco Antônio estava com dois anos de idade, sua mãe biológica passou a conviver maritalmente com um senhor que o adotou, inclusive

registrando-o como se fosse seu filho legítimo. No entanto, após algum tempo de convivência, o casal acabou rompendo o relacionamento. Diante da separação, a mãe de Marco Antônio entrou com uma ação na justiça, requerendo que o pai contribuísse com a pensão alimentícia para sustentar o filho. Diante da atitude da mãe, o senhor ficou “revoltado” e entrou com outra ação na justiça (na qual não obteve sucesso), pleiteando a destituição da paternidade do filho.

Como já apontando anteriormente, a trajetória de vida de Marco Antônio foi marcada por constantes mudanças de residência, como apontado anteriormente, neste capítulo. Nas várias vezes em que entrevistei Dona Maria Aparecida, nossas conversas foram marcadas por fortes sentimentos e expressões (lágrimas, silêncios prolongados, sorrisos, dores, frases interrompidas pela metade, lembranças de sonhos e projetos que não foram possíveis de realizar, arrependimentos, revoltas, perdão etc.). De forma franca e comovente, ela me expunha suas vulnerabilidades e limitações, mas, acima de tudo, sua esperança na recuperação de seu neto. Em um determinado momento, Dona Maria Aparecida fez uma longa pausa e, com a voz embargada, olhando distraidamente para o chão, ela balbucia em voz quase inaudível:

[...] professor, eu vou lhe confessar uma coisa que nunca falei a ninguém: eu sinto muita culpa, carrego muito peso na consciência por tudo que já aconteceu e continua acontecendo na vida de minha filha e também do meu neto. Tenho consciência que sou culpada, em grande parte, pelos sofrimentos que eles passaram e, ainda, continuam passando. [...] minha consciência me atormenta dia e noite e nada me tira da cabeça que a trajetória da vida de meu neto tomou o rumo que tomou, foi porque ele foi concebido fora do tempo e nasceu antes da hora.

Após essa entrevista, passei quatro meses sem conversar com Dona Maria Aparecida. Quando a visitei novamente, encontrei-a mais calma e confiante perante as dificuldades impostas pela vida, especialmente quanto à trajetória de vida do neto. Com certo entusiasmo, ela relatou-me que, nos últimos meses, estava mais confiante, porque passou a frequentar as celebrações dos cultos de uma igreja evangélica. Segundo ela, nessas celebrações, o pastor ensina aos fiéis “a buscar força e a descansar nos propósitos de Deus, porque Ele está no controle de todas as coisas que acontecem em nossas vidas”. Ela relata, ainda, que está fazendo “campanhas de oração e jejum”, juntamente com outras avós e mães que também têm parentes envolvidos com o uso e o tráfico de drogas, “para que Deus possa libertá-los das algemas do diabo”.

Quando pergunto pelo neto, ela conta, com certa resignação, que:

[...] ele tinha saído da prisão, mas tinha aprontado novamente: não cumprindo as determinações impostas pelo juiz e voltou a morar na casa do casal de traficantes, também tinha voltado a se envolver com as drogas, furtos e outros atos infracionais. Diante disto, tinha sido preso novamente, estava internado no Centro Socioeducativo. [...] no entanto, quando ele está internado eu me sinto mais aliviada, porque, assim, eu sei que ele não está aprontando coisas erradas na rua e correndo perigo de ser morto pelos traficantes ou pelos agentes policiais.

Como já tenho demonstrado em outros momentos dessa tese, entendo que os discursos não têm apenas a função de nominar ou designar as pessoas e os fatos. Pelo contrário, esses conjunto de enunciados são capazes de atuar diretamente na constituição dos sujeitos, das coisas, das instituições e também das formas como olhamos e valoramos os fatos e a realidade na qual estamos inseridos. Assim, entendo que as margens das falas de Dona Maria Aparecida estão povoadas por outras falas. Isto significa que elas acionaram e colocaram em circulação enunciados de redes discursivas de diferentes áreas de saberes. Conseqüentemente, na voz dessa senhora, podemos escutar outros discursos reverberando. Esses ecos estão relacionados ao poder de subjetivação dos discursos, no sentido de nos falarem de modos adequados de gerirmos nossas vidas; de como cuidar de nossos filhos; de como praticar nossas crenças religiosas, enfim, de como sermos e de nos conduzirmos.

Quando Dona Maria Aparecida fala que “o neto foi concebido fora do tempo e nasceu antes da hora prevista” – já que a filha ficou grávida com apenas 15 anos –, ela está se apropriando e colocando em circulação uma extensa rede discursiva. Sabemos que a questão da gravidez na adolescência é um assunto que mobiliza redes discursivas das mais diferentes áreas dos saberes (medicina, enfermagem, psicologia, educação, sociologia, economia, assistência social, ciências políticas, entre outras); assim, os depoimentos de Dona Maria Aparecida acionam e colocam em circulação, de forma particular, os discursos da área dos saberes da psicologia que, insistentemente, têm pesquisado e teorizado sobre os possíveis fatores que podem levar os jovens a se envolverem com condutas e comportamentos considerados desviantes; de forma especial, o envolvimento com o consumo e o tráfico das drogas ilícitas.

Nesse sentido, é interessante recorrer à fala de uma das psicólogas que atende jovens recolhidos no Centro Socioeducativo ou que já tinham passado pelo processo de internamento. Segundo essa profissional, praticamente todos têm suas trajetórias de vida marcadas pela chamada síndrome da *ferida do abandono*. Segundo a psicóloga, geralmente a *ferida do abandono* está ligada à estrutura e ao funcionamento do núcleo familiar. Quando a

família, por algum motivo, não consegue suprir as necessidades básicas da criança (alimentação, segurança, valorização, sensação de pertencimento etc.), a psique desse infante pode ficar comprometida para o resto da vida. A psicóloga continua explicando que as principais consequências da chamada *ferida do abandono* são: autoestima baixa; medo de enfrentar os desafios da vida; atitudes de agressividade para esconder a insegurança, dificuldades de se estabelecer relações duradouras, entre outras patologias. Às vezes, ela nos diz, as vítimas de abandono acabam se associando com pessoas supostamente mais fortes do que elas, para se sentirem protegidas e, no limite, até se expõem aos perigosos, para mostrarem a elas mesmas e às outras pessoas que são capazes de enfrentar os desafios impostos pela vida.

Voltemos aos fragmentos de uma das primeiras entrevistas com Marco Antônio. Nessa ocasião ele se encontrava internado no Centro Socioeducativo; em nossa conversa, solicitei que ele me contasse as lembranças mais remotas de sua infância. Após certo silêncio e esforço de memória, ele começou a relatar que as cenas mais antigas de sua infância tinham a ver com as lembranças de sua mãe, Dona Madalena, arrumando as malas e saindo de casa para trabalhar, em outra cidade do Estado. Com os olhos marejados, ele balbucia que todas as vezes em que sua mãe viajava, sofria muito, porque em sua imaginação de criança pensava que a mãe “nunca mais voltaria para vê-lo”. Emocionado ele relata que:

[...] eu era muito pequeno, mas me lembro como se fosse ontem, quando minha mãe estava arrumando as malas para viajar eu começava a chorar e “agarrava” como um “carrapato” nas pernas dela e pedia “pelo amor de Deus”, para que ela não me abandonasse. [...] eu fazia isto, porque tinha muito medo dela ir embora e morrer por lá como aconteceu com meu avô e não voltar mais para me ver. [...] eu tinha muito medo de ficar sozinho, abandonado, sem ninguém para cuidar de mim.

Ainda relembro de sua infância, em outro trecho da mesma entrevista, Marco Antônio relata que, “quando eu era criança eu me sentia muito sozinho, várias vezes cheguei a pensar que as pessoas não gostavam de mim, inclusive, a minha mãe e a minha avó”. Quando pergunto se ele havia sofrido algum tipo de violência, ele desvia o olhar e, com expressão de sofrimento e certa dificuldade, começa a dizer que “sua infância foi muito difícil, um período da vida que eu gostaria de esquecer para sempre”. Olhando para as mãos e, em voz baixa, diz:

[...] as pessoas diziam que eu era uma criança muito problemática e “bagunceira”, tanto em casa como na escola. Na escola eu brigava com os colegas de classe e também respondia às professoras. Diante disto, “apanhava” quase todos os dias quando voltava para casa. [...] apanhava de minha mãe, de minha avó e de meu padrasto. [...] eles me “surravam” porque eu era “briguento e bagunceiro” e não

gostava de estudar e brigava na escola. A única pessoa que nunca me “encostou” a mão foi meu avô, mas, infelizmente, ele morreu quando eu tinha apenas sete anos de idade, tenho boas recordações dele, porque ele era a única pessoa que conversava comigo e me entendia.

Assis e Feijó (2004), em pesquisa realizada com adolescentes em conflito com a lei, nos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, apontam que, possivelmente, um dos fatores que mais contribui para levar os jovens a seguir o caminho da criminalidade, incluindo as drogas ilícitas, sejam as carências vividas nos núcleos familiares. A família tem a função de prover o sustento material e a segurança aos filhos; quando, por algum motivo, eles se sentem desprotegidos nesse sentido, principalmente se essas falhas ocorrem na primeira infância, as consequências (sérias) podem acompanhá-las por toda a vida. As mesmas pesquisadoras afirmam que, nas relações familiares marcadas por atos de violência, as crianças podem aprender, literalmente, que a violência é algo natural e a forma mais adequada para resolver conflitos de qualquer ordem. Assim, a violência acaba sendo naturalizada, podendo acontecer o fenômeno que os estudiosos chamam de *circularidade da violência*, onde as práticas “ensinadas” e assimiladas por uma geração acabam sendo reproduzidas pelas gerações seguintes.

Seguindo as teorizações desenvolvidas por Werner, Block e Coutinho (1993), Oetting e Donnermeyer (1998), Schenker & Minayo (2003), Assis e Feijó (2004) escrevem que o núcleo familiar tem uma função fundamental na socialização primária da criança. De acordo com Assis e Feijó:

Quando as mães são obrigadas a criar os filhos sozinhas, na maioria das vezes, elas são forçadas a trabalhar fora para sustentar a casa. Por isso, têm menos tempo para vigiar o comportamento da prole, ficando os filhos com “más companhias” e, muitas vezes, buscando dinheiro nas ruas. [...] Outra consequência é a “circulação das crianças”. As mães, muitas vezes, mandam os filhos morar em casa de parentes ou em instituições, ou por não terem condições de criar todos os filhos, ou quando passam a conviver com outros companheiros, que não estão dispostos a criarem os enteados (ASSIS E FEIJÓ, 2004, p.159).

Quando analisamos as várias falas de vida de Marco Antônio, percebemos que suas constantes mudanças de endereço marcaram sua trajetória de vida. Em uma das entrevistas, ele verbalizou que:

[...] na verdade eu não sei muito bem onde é minha casa, pois quando eu nasci minha mãe me deixou aos cuidados de meus avós; depois fui morar com minha mãe e meu padrasto; depois voltei a morar com minha avó; depois fui morar com minha tia (irmã de minha mãe); depois voltei a morar com minha avó; depois fui morar novamente com minha mãe. [...] diante de todas essas mudanças não sei bem onde é

a minha casa, confesso que eu me sinto mais a vontade na casa do casal que me acolheu, depois que minha mãe me expulsou de casa, porque eles me tratam como se eu fosse filho legítimo deles.

f) Um jovem e o pai biológico: encontro de sonhos e frustrações

Com já apontei neste capítulo, Marco Antônio não teve oportunidade de conhecer o pai biológico quando criança. O jovem verbaliza que sempre sonhou em ter um “pai de verdade”:

[...] sempre tive muita vontade de ter um pai de verdade, principalmente quando os pais dos meus colegas iam buscá-los na escola e também nas datas especiais (dia dos pais, aniversários, natal e final de ano). [...] muitas vezes eu cheguei até a mentir para as pessoas que meu pai não vinha me buscar na escola porque ele estava viajando ou trabalhando. Na verdade, eu vivia pensando como seria bom ter um pai *de verdade*; no entanto, jamais imaginei que um dia eu poderia encontrá-lo assim, em carne e osso.

Marco Antônio relata que, quando soube que seu pai não estava morto e esperava por ele na casa de sua avó, ficou muito confuso e cheio de questionamentos: quais as razões que levaram a sua mãe e a sua avó a esconder dele a verdadeira identidade de seu pai, inventando a história absurda de que se tratava de um traficante de drogas, que havia morrido na penitenciária, quando ele ainda era criança? Se esse senhor fosse realmente seu pai, por que somente agora, depois de treze anos, ele veio procurá-lo? Marco Antônio conta que, ao chegar à casa da avó, onde o pai esperava por ele, foi tomando por uma sensação de medo, revolta, insegurança e ao mesmo tempo de alegria, diante da experiência que estava vivendo naquele momento:

[...] eu tinha visto essas coisas acontecerem apenas em sonhos ou em filmes: o pai ou a mãe de alguém aparecer “assim, do nada”. [...] enquanto eu caminhava para encontrar meu pai, pensei que eu poderia estar sonhando, ou, ainda, assistindo a um filme. [...] mas depois que cheguei à casa de minha avó, tive certeza que eu não estava sonhando ou assistindo um filme; de fato, aquele senhor que estava, ali, parado em minha frente, poderia ser meu pai de verdade. [...] foi uma das coisas mais estranhas que aconteceu comigo. [...] eu nunca vou esquecer a experiência que vivi naquele dia.

Sem saber o que fazer ou falar, narra o jovem, depois de um tempo criou coragem “e, em sinal de respeito e consideração para com as pessoas mais velhas, pediu a sua bênção, como lhe tinha ensinado seu avó, antes de morrer”. Com certo ar de frustração, Marco Antônio conta que aquele encontro foi marcado por brigas e acusações por parte da mãe e da avó, contra o pai. O jovem relata que:

[...] a minha mãe e a minha avó começaram a brigar “feio” com meu pai, chamando-o de todos os nomes que existem debaixo da terra: irresponsável, “moleque” “sem caráter”, “mulherengo”, “bandido”, “sem-vergonha”, e tantos outros nomes que eu nem gosto de me lembrar. [...] só sei que o tempo fechou em cima do coitado do homem, elas “aprontaram o maior barraco”. [...] eu fiquei com muita vergonha, porque os gritos da minha mãe e de minha avó chamaram a atenção dos vizinhos; nem gosto de me lembrar daquela tarde.

Segundo Marco Antônio, depois que os ânimos se acalmaram, o pai passou a explicar e justificar as razões que o levaram a não assumir a paternidade do filho, mudando da cidade, logo que soube da gravidez da mãe. Ele reconheceu, ainda, que tinha errado ao abandonar o filho, que estava arrependido e queria corrigir as falhas do passado; afirmou também que queria começar uma vida nova com o filho, o qual ele nunca tinha esquecido. Desencantado, Marco Antônio diz que “aquela conversa até parecia coisa de filme de cinema ou de novela; naquele momento eu até cheguei a acreditar nas justificativas de meu pai e sentir certo orgulho de sua atitude”. O jovem relembra que ele e o pai passaram aquele dia juntos. Passearam pela cidade, tomaram sorvete, fizeram algumas compras (roupas, calçados, bonés). No dia seguinte, o senhor explicou ao filho e aos outros membros da família que precisava seguir viagem, mas na volta passaria novamente por Cáceres, para ficar um tempo maior com eles.

Nesse momento da narrativa, após um longo silêncio, com certa mágoa relata que:

[...] nas poucas horas que passei com meu pai, ele falou que estava arrependido e com vergonha do que tinha feito comigo e com minha mãe, abandonando-a logo que ela ficou grávida. [...] agora ele estava de volta para reparar os erros do passado. Prometeu que iria me ajudar no que eu precisasse e ele pudesse. [...] eu e minha família ficamos meio desconfiados, diante de tantas promessas, mas eu queria acreditar que agora eu tinha um pai de verdade. [...] No entanto, descobri que tudo não passou de promessas e mentiras por parte dele, porque depois daquele dia ele foi embora e nunca mais apareceu.

Após essa entrevista com Marco Antônio, tive a oportunidade de pesquisar os prontuários arquivados na secretaria do Centro Socioeducativo, onde encontrei um minucioso relatório, feito pelas técnicas judiciárias (assistente social, enfermeira, educadora, psicóloga), onde elas analisam e descrevem, de forma detalhada, a trajetória de vida do jovem. Em um dos trechos, as profissionais relatam que, ao visitar a residência de Dona Maria Aparecida, ela relatou que o neto estava muito revoltado e tinha piorado o comportamento, depois que descobriu que a família tinha escondido dele a verdadeira identidade de seu pai biológico. Segundo a avó, nos últimos meses, a situação do jovem só tinha se agravado. No relatório, as técnicas registram que “depois que Marco Antônio encontrou com seu pai biológico, ele havia

abandonado, de vez, sua residência e passou a perambular pelas ruas da cidade, usando drogas e praticando todos os tipos de atos infracionais”. Na compreensão das técnicas judiciárias, houve um sentimento de decepção ao encontrar o pai biológico, que surgiu inesperadamente e “encheu a cabeça do jovem com promessas e ilusões fantasiosas e, depois, simplesmente, desapareceu sem dar qualquer assistência e satisfação para o filho e a família”.

g) Marco Antônio e a escola: “experiências para serem esquecidas...”

Marco Antônio relatou-me que sempre teve muita curiosidade em relação aos estudos, e muita vontade de começar a frequentar a escola. Começou estudar aos sete anos de idade, em uma escola municipal, localizada em bairro distante de sua casa. Com riqueza de detalhes, Marco Antônio relembra as primeiras experiências escolares. Ele conta que, antes do início das aulas, seu avô comprou-lhe uniforme e sapatos novos; uma mochila de cor azul, duas caixas de lápis de cor, cadernos coloridos, régua, borracha e duas caixas de biscoito recheado para a hora do recreio. De forma quase dramática, ele conta que, na noite anterior ao primeiro dia de aula, nem conseguiu dormir direito, de tão ansioso para começar a estudar.

Lembra que muitas pessoas lhe contavam que a escola era um lugar maravilhoso, um lugar onde as professoras contavam histórias de fada, de príncipes, de animais que falavam e de lugares encantados. Também lhe diziam que na escola ele podia brincar e conhecer crianças diferentes. Quando lhe pergunto se de fato ele encontrou tudo aquilo que imaginava, após um momento, ele confirma que no início "até era interessante"; no entanto, como o passar do tempo, só teve decepções: começou a perceber que a escola era um lugar “chato”, cheio de regras e proibições. As pessoas sempre estavam vigiando as crianças e elas não tinham liberdade para brincar. Havia horário estabelecido para tudo: para chegar, para o recreio, para sair. Durante as aulas, as professoras eram “bravas”; mas também havia horário para colorir as figurinhas, ouvir as histórias, jogar bola; porém, até para tomar água e ir ao banheiro as crianças tinham que pedir licença para as professoras. Em sua visão, a escola era bem parecida com o Centro Socioeducativo -- a diferença era que as professoras não batiam nos alunos, mesmo que algumas tivessem sido bem rigorosas, colocando os alunos de castigo, deixando-os sem recreio e de pé, virados para a parede, no canto da sala de aula. Quando lhe pergunto quais foram as melhores e as piores recordações que ele guardava do tempo em que passou na escola, ele relata que:

[...] não tenho boas lembranças do tempo que passei na escola. Para mim, a escola é um lugar muito desumano e onde as pessoas cometem muitas injustiças com as crianças, principalmente as professoras e as diretoras. Por causa das dificuldades que eu tinha em aprender e também por causa das “coisas erradas” que eu “aprontava”, as professoras me transformaram “em ovelha negra da escola”. [...] por causa disto, eu sofri muitas injustiças: várias vezes foi humilhado diante dos colegas; fiquei de castigo injustamente. [...] tenho muitas lembranças tristes do tempo em que passei na escola.

Em razão dos constantes atos de indisciplina na escola e das dificuldades para acompanhar o processo ensino/aprendizagem, Marco Antônio foi reprovado uma vez na 2ª e na 3ª e duas vezes na 5ª série. No ano em que cursava a 5ª série, houve o furto de um equipamento; com as investigações, a polícia civil descobriu que o “grupo” de que ele fazia parte estava envolvido com o referido furto. Mesmo não tendo participado do ato infracional, ele foi acusado de cúmplice. Sentindo-se injustiçado pela acusação, resolveu evadir-se “de vez” da escola.

A partir das entrevistas que realizei com Marco Antônio e também com outros jovens, percebi que as experiências vividas por esses alunos na escola eram significativas, negativamente, para eles. Essa realidade pode ser constatada nas experiências de praticamente todos os jovens em situação de conflito com a lei, dentre os que foram entrevistados. Mesmo tendo cursado até a 5ª série do ensino fundamental, Marco Antônio continua praticamente analfabeto: não aprendeu as regras básicas da escrita e da leitura, não consegue dominar as operações elementares da linguagem matemática e tem muitas dificuldades para escrever, inclusive para traçar o próprio nome. Com certo ressentimento, ele reclama que “o tempo em que passei na escola foi um período perdido, um tempo que eu gostaria muito de esquecer, porque a escola me traz muitas lembranças de sofrimentos, tristezas e humilhações”.

Todas as vezes em que procurei sugerir a Marco Antônio que voltasse a estudar, ele sempre me dizia que não queria conversar sobre o assunto naquele momento. Diante dos depoimentos de Marco Antônio, bem como de outros jovens, depreendemos que as experiências vivenciadas por eles ao passarem pelas escolas eram como “machucaduras”, “feridas” que estavam abertas e lhes causavam muitas dores e sofrimentos quando lembradas. Mesmo que esta tese não tenha como objetivo analisar e descrever os possíveis fatores que levam os jovens se evadirem da escola, sou encorajado a levantar a seguinte hipótese: as dificuldades em voltar aos estudos parecem estar diretamente relacionadas com as discriminações de que eles são vítimas no ambiente escolar.

Caminhando para a conclusão deste tópico, analiso mais um fragmento do depoimento de uma das assistentes sociais. Segundo ela, uma das maiores dificuldades que os jovens enfrentam ao deixarem o internamento ou a prisão é dar continuidade à educação formal. Entre outros fatores, essa dificuldade se agrava pelo fato de que, nem sempre, as escolas estão dispostas a recebê-los como alunos, porque já estão “marcados” e carregam o estigma de ter passado pelo processo de aprisionamento. Mesmo estando previsto no ordenamento jurídico do País que a escola é um direito de todos, na maioria das vezes, as escolas ao tomarem conhecimento de que os jovens têm ou tiveram algum envolvimento com as drogas, acabam criando-lhes restrições. Em alguns casos, é necessário recorrer ao ministério público e ao poder judiciário para que as matrículas desses indivíduos sejam efetivadas.

Ainda de acordo com uma das psicólogas que acompanha os jovens nas medidas socioeducativas em meio aberto⁴¹, outra dificuldade é o fato de que a maioria dos profissionais da educação não se encontra preparada para trabalhar com esses jovens. A consequência é que esses alunos acabam assimilando muito pouco do conteúdo que é trabalhado nas salas de aula e, o que é mais preocupante: na maioria dos casos, ocorre a evasão em definitivo.

O que podemos depreender das entrevistas com as educadoras, a promotora de justiça, os técnicos judiciárias, bem com os jovens em estado de drogadição, é que há um descompasso entre a lógica das atividades escolares e a lógica que rege as vidas desses sujeitos. Todos sabemos que a escola trabalha com regras, valores, princípios, horários, currículos, autoridades, hierarquias -- como sucede a diferentes instituições. Ainda mais: as atividades desenvolvidas pela escola são planejadas para que haja resultados em prazo longo. Ora, a lógica que rege as vidas dos jovens é a dos resultados imediatos. Diante da tensão entre essas duas lógicas, o que é agravado pela falta de recursos humanos e materiais no sistema

⁴¹ Além da medida socioeducativa de internamento, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda prevê outras medidas que o juiz de direito pode aplicar ao adolescente que cometeu um ato infracional, tais como: advertências, obrigação de reparar os danos que causou a vítima, prestação de serviço a comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade e outras que o juiz achar oportunas e necessárias. Segundo o ECA, essas medidas são cumpridas em liberdade e devem ser acompanhadas por uma equipe de profissionais múltipla disciplinar. No entanto, a pesquisa demonstrou que por falta de recursos materiais e humanos nas instituições responsáveis para cuidar dos adolescentes, eles não são devidamente acompanhados enquanto cumprem essas medidas. Possivelmente, nessa falta de acompanhamento podemos encontrar uma das causas para o número elevado de jovens que voltam a praticar novos atos infracionais depois que passam pelo processo de internamento.

educacional, “os produtos e serviços” oferecidos pela escola deixam de ser interessantes e atrativos para a população juvenil. As consequências do descompasso entre as atividades desenvolvidas pela escola e a visão dos jovens, adicionadas a outros fatores, têm contribuído para levar alguns deles a serem envolvidos com traficantes -- questão a que fiz referência anteriormente.

h) Um menino, as drogas e o conhecido “caminho sem volta...”

Marco Antônio esclarece que começou a consumir, muito jovem, tabaco e álcool; depois passou para as drogas ilícitas: a maconha, depois a cocaína. As primeiras experiências aconteceram quando ele tinha de onze para doze anos de idade. Com certo pesar, ele esclarece que um dos amigos que o influenciou para ele começar a usar drogas tinha sido morto pelos agentes da segurança pública, e o outro se encontra preso na penitenciária central de Cuiabá, cumprindo pena por tráfico de drogas e roubo de carro. Marco Antônio relembra, ainda, que ele e os amigos mentiam para as mães e as avós, afirmando que iam para a escola; no entanto, o que eles faziam era “matar as aulas para tomar banho e pescar no Rio Paraguai e cheirar cocaína”. Como os amigos já se encontravam dependentes das drogas e não tinham dinheiro, começaram a praticar furtos e roubos. Marco Antônio diz que no início ele até resistiu mas, diante da insistência dos amigos, acabou cedendo “à tentação”. Quando experimentou a “marvada”, logo nas primeiras “cheiradas” se tornou completamente dependente.

Nessa época, ele narra, ainda estava frequentando a escola e morava na casa de sua mãe, Dona Madalena. Como se sentia constrangido ao pedir dinheiro à mãe e à avó, começou a praticar furtos e roubos. À medida que ia se envolvendo com o consumo das drogas, começou a perder peso, a dormir durante o dia e a só sair de casa durante a noite; também passou a ser agressivo com a mãe e a avó. Diante da mudança de comportamento do jovem, a mãe acabou descobrindo tudo o que sucedia. Com certo ressentimento, Marco Antônio relata que a mãe “ficou tão furiosa que me deu uma surra tão violenta, usando um pedaço de madeira que arrancou da cerca do quintal, e em consequência das pancadas fiquei escarrando sangue pela boca e pelo nariz durante uma semana”. Depois da surra, a mãe ainda o expulsou de casa. Como não tinha onde morar, foi acolhido na casa de um casal de traficantes da cidade.

Depois de expulso da casa da mãe, ficou “muito revoltado e desgostoso” e acabou se “afundando de vez, no consumo das drogas e na prática de outros crimes”. Aliou-se a outros jovens, que passaram a “trabalhar” para o casal dono de duas “bocas de fumo”. Marco Antônio explica que começou no tráfico como “olheiro” ou vigia da “boca de fumo”, depois trabalhou como “avião”⁴² e como empacotador do “pó”. Como era dedicado, logo ganhou a confiança dos patrões e passou a recolher o dinheiro dos “clientes” que compravam a “mercadoria” em quantidades maiores.

Como na cidade existem muitas “bocas de fumo” e em virtude das constantes “batidas” dos agentes da segurança pública, às vezes as vendas diminuem sensivelmente. Nos períodos de pouco movimento nas “bocas”, Marco Antônio e os outros jovens eram obrigados a trabalhar em outras atividades ou “carreiras” (furtos e roubos), na cidade e também em outros pontos. Com riqueza de detalhes, ele conta as estratégias para abordar os “clientes”. Relata que, quando saíam para “trabalhar”, “arrochavam” tudo o que encontravam pela frente (bolsas, carteiras, celulares, bicicletas, relógios, correntes de ouro, aparelhos elétricos e eletrônicos, motos, dinheiro etc.). Com certo espírito de grandeza e até com orgulho dos feitos realizados, o jovem conta que em algumas ocasiões, à noite, “a equipe”, só em dinheiro, furtava e roubava até R\$10.000,00, sem contabilizar as outras mercadorias. Todo o dinheiro e as mercadorias que os “operários” “arrochavam” eram repassados para o casal, que se encarregava de comercializar os produtos e pagar os salários aos jovens. Marco Antônio conta:

[...] a equipe tinha que ser produtiva e trabalhar unida e com “honestidade”, não podia fazer “sacanagem” com os donos do negócio, não repassando para eles o dinheiro e as mercadorias que “compravam”, porque se eles descobrissem “qualquer tipo de desonestidade” não tinha perdão. [...] também eu não achava justo sermos desonestos com eles, porque, afinal de contas, nós éramos tratados como se fôssemos filhos deles. Eles nos davam casa, comida e nos ofereciam os “instrumentos de trabalho” (revólveres, motos), ainda pagavam pontualmente “nosso salário”. [...] o trabalho não era feito de qualquer jeito, era tudo muito bem organizado, era como uma empresa. [...] penso que eles tinham o direito de exigirem honestidade e lealdade de nossa parte.

O jovem narra, ainda, que “os parceiros” que eles escolhiam para “arrocharem as mercadorias” eram pessoas idosas, mulheres que andavam sozinhas pelas ruas e que exibiam bolsas e celulares caros; casais de namorados que ficavam sozinhos nas praças da cidade; bem

⁴²A entrega por meio de “avião” é feita em pequenas quantidades para não caracterizar tráfico (até cinco trouxinhas), na maioria das vezes, por adolescentes e mesmo crianças, para não chamar a atenção da polícia.

como pequenos estabelecimentos comerciais localizados nos bairros afastados do centro da cidade, onde o patrulhamento da polícia militar era praticamente inexistente. Marco Antônio explica que as ações da quadrilha eram minuciosamente planejadas; os bairros, as casas e os estabelecimentos comerciais a serem “visitados” eram previamente mapeados por dois jovens especialmente treinados para aquilo. “Todas as ações eram feitas de forma muito bem planejada e organizada, para não dar “merda” e a “casa não cair”; “tínhamos que ser mais espertos do que os 'milicos', porque se fôssemos presos toda a organização cairia”.

Diante do depoimento de Marco Antônio (e de outros jovens entrevistados no curso da pesquisa), depreendemos que se trata de um grupo de pessoas duplamente dependentes e subjugadas: dependentes dos efeitos das substâncias químicas e, o que é mais preocupante: dependentes e subjugados em relação aos chefes das quadrilhas, que os escravizam por meio das ameaças, do medo e do terror, transformando-os em verdadeiros escravos. Em uma das entrevistas, Marco Antônio relatou que estava muito ansioso para sair do Centro Socioeducativo; ao mesmo tempo, estava com medo de ser morto ao deixar o internamento, porque estava “enrolado com muita gente perigosa e também tinha muitas dívidas para acertar”. Quando lhe pergunto quais eram essas dívidas e para quem ele estava devendo, ele desvia o olhar, diz que não podia contar:

[...] porque, se eu revelasse, poderia me considerar um homem morto e também o senhor, professor, correria perigo de ser morto, porque essa gente não perdoa; tanto eu, como o senhor, podemos nos transformar em “presuntos” e sermos jogados em um “beco” qualquer da cidade ou até mesmo queimados vivos.

Quando estive na escola, segundo seu relato, Marco Antônio diz que aquele local existia para ele e seus colegas apenas como fonte de consumo e comercialização de drogas e outros objetos. O jovem esclarece, ainda, que os pátios e os arredores da maioria das escolas da cidade, particularmente aquelas que funcionam no período noturno, nos últimos anos, têm-se transformado em “verdadeiras feiras livres de vendas de drogas e de outros produtos roubados e furtados, como: celulares, bolsas, carteiras, aparelhos eletrônicos, relógios, tênis e outros ‘bagulhos’ de interesses da gurizada”.

Quando lhe pergunto se ele conhecia os fornecedores das drogas e para quem eram vendidos os produtos recolhidos, ele me olha com olhar de reprovação e com certa indignação; e, em tom de ameaça, diz que se eu quisesse continuar conversando com ele não

era mais para tocar nesse assunto, tendo em vista que o casal para quem eles trabalhavam sempre lhe recomendava que:

[...] eles jamais deviam “abrir o bico” e contar qualquer coisa sobre as atividades da organização (quem eram os fornecedores da droga e para quem as mercadorias furtadas e roubadas eram vendidas), tendo em vista que tinha muita gente “importante” envolvida “no negócio”, inclusive, policiais estavam envolvidas na “parada”. [...] e se eles revelassem qualquer detalhe poderiam ser mortos, tendo em vista que “os homens” não perdoam quem atravessassem em seus caminhos para atrapalhar suas atividades. [...] a ordem era para eliminar, “sem dó e nem piedade”, todos os traidores para servir de exemplo para outros “traíras”.

Com o objetivo de conhecer um pouco melhor o envolvimento de Marco Antônio com o consumo e o tráfico das drogas, entrevistei uma das professoras que trabalha na última escola onde ele estudou. Segundo a educadora, no tempo em que o jovem esteve matriculado, ela era coordenadora pedagógica da escola. A educadora lembra perfeitamente do jovem, considerando que sua presença no espaço escolar era uma ameaça constante para toda a comunidade, já que a escola estava constantemente exposta aos perigos das quadrilhas dos traficantes. Segundo a educadora, Marco Antônio foi matriculado na escola, na 5ª série do Ensino Fundamental, por determinação judicial.

Ainda, segundo a mesma professora, mesmo a escola não dispoendo dos meios e dos profissionais especializados para ajudar o jovem, a comunidade escolar fez o que foi possível para ajudá-lo a superar o estado de drogadição, inclusive conversando com sua mãe e sua avó sobre as dificuldades que ele estava atravessando. Da mesma forma, a direção da escola encaminhou-o, algumas vezes, para ser atendido pelos conselheiros do conselho tutelar e também para a curadoria do ministério público. Entretanto, mesmo diante de todo o investimento feito pelos profissionais da escola, estes não alcançaram os resultados desejados. A educadora esclarece, ainda, que os alunos envolvidos com consumo e o tráfico de drogas têm-se transformado em um desafio para os professores e para os gestores das escolas, não apenas para a escola onde ela trabalha, mas para quase todas as escolas da cidade, inclusive as escolas localizadas nas zonas rurais do município.

Para exemplificar a preocupação com o aumento do consumo e do tráfico das drogas nos pátios e nos arredores das escolas, a professora citou o que tinha acontecido, apenas há três semanas, com um dos coordenadores pedagógicos de uma das escolas da cidade. Este havia acionado os agentes da segurança pública, para reprimirem o consumo e o

tráfico de drogas no pátio e nos arredores da escola. Em represália, os traficantes danificaram completamente o carro do referido professor e deixaram uma mensagem anônima, ameaçando-o: “na próxima vez em que os agentes policiais fossem chamados à escola, não teria perdão, o professor e seus familiares poderiam sofrer consequências graves”.

Tanto os educadores como os agentes do sistema de segurança pública entrevistados se mostraram preocupados com a presença das drogas no ambiente escolar. A preocupação desses profissionais se relaciona ao fato de que muitos usuários, e mesmo traficantes, fazem suas matrículas e passaram a frequentar as escolas na condição de “falsos estudantes”, já que praticamente não frequentam as aulas. Quando são presos ou internados, os gestores das escolas são obrigados a expedir seus atestados de matrícula; e se, por algum motivo, os atestados não são expedidos, as autoridades escolares recebem ameaças dos líderes das quadrilhas para os quais esses jovens trabalham.

Em sua trajetória, o jovem Marco Antônio esteve matriculado em quatro escolas da cidade, sendo que, na última, foi matriculado por determinação judicial, pois estar matriculado era uma das exigências da medida socioeducativa de liberdade assistida, imposta pelo magistrado. O diretor da última escola explica que a matrícula não significava que estava no mesmo nível de aprendizagem dos outros alunos (no caso, da 5ª série), ressaltando que o jovem era praticamente analfabeto (não conseguia ler e escrever e também não compreendia os rudimentos da linguagem matemática).

Segundo o educador, quando chegou à escola, Marco Antônio já carregava as marcas e os estigmas de "aluno problemático", porque a comunidade escolar já conhecia sua história anterior. Na visão do educador:

[...] os indivíduos que se encontram em conflito com a lei por envolvimento com as drogas são indivíduos marcados e estigmatizados e essas marcas acabam seguindo essas pessoas por onde elas transitam. [...] Como a cidade de Cáceres é relativamente pequena, a notícia de aluno “problemático e perigoso” acabou chegando à escola mesmo antes da matrícula de Marco Antônio ser efetivada.

Assim, ao chegar à escola, Marco Antônio já era um indivíduo marcado, “carimbado”, julgado e, até certo ponto, condenado pela maioria das pessoas daquela instituição. Só o fato de sua matrícula ser efetuada mediante uma ordem judicial já era motivo suficiente para que lhe atribuíssem o *status* e a pecha de aluno “problemático e perigoso”. O educador entrevistado, em tom de quase resignação, continua ponderando que:

[...] na época em que Marco Antônio passou pela escola que eu era diretor, ele já se encontrava dependente da cocaína e também estava envolvido com outros atos ilícitos. [...] na escola procuramos ajudá-lo, mas como a escola não dispunha de profissionais habilitados para trabalhar a questão, nossas tentativas não deram os resultados esperados. Fiquei sabendo que ele já passou três vezes pelo Centro Socioeducativo. [...] tudo indica que se esse jovem não for enviado para uma clínica especializada, a sua trajetória de vida pode ser um caminho sem volta.

O mesmo educador continua esclarecendo que, no pouco tempo em que Marco Antônio esteve matriculado na escola, demonstrou estar pouco interessado nas aulas. O objetivo era apenas usar o pátio da escola e seus arredores como ponto de vendas de drogas e outros produtos. Diante dessa situação, a direção da escola foi obrigada a notificar suas atitudes à Curadoria da Infância e Juventude do ministério público e também ao juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca. O educador explica que essa foi uma atitude difícil de ser tomada; no entanto, foi necessário, uma vez que:

[...] a presença do aluno e “seus amigos” no espaço escolar, tinha se transformado em fator de constante preocupação e medo para a direção, professores, alunos e funcionários. Porque a escola poderia ser “invadida” a qualquer momento por grupos e *gangues* rivais com o objetivo de “acertos de contas” e outras ações piores, como espancamentos e mesmo assassinato, como já tinha acontecido em outra escola da cidade.

Como o objetivo de conhecer um pouco melhor a trajetória de vida desse jovem, entrevistei também uma das promotoras de justiça. Ela pondera que, nos onze anos em que estava à frente da curadoria, percebia que a maioria daqueles jovens eram pessoas em situação de total vulnerabilidade. Como já vimos anteriormente, a maioria deles foi criada apenas pelas mães ou pelas avós; não tiveram a oportunidade de conhecer e conviver com seus pais biológicos; moram nas periferias e nos bairros afastados do centro da cidade; abandonaram a escola ainda nas primeiras séries do Ensino Fundamental.

A mesma promotora de justiça esclarece, ainda, que geralmente esses jovens são obrigados a estudar no período noturno, tendo em vista que, na maioria dos casos, eles são obrigados a trabalhar ou a fazer os chamados “bicos” para contribuírem com o sustento da família. Diante da situação de vulnerabilidade em que se encontram as famílias desses indivíduos, e ainda a situação de precariedade das escolas do município de Cáceres, as consequências mais visíveis é que estamos diante de um número elevado de jovens, adolescentes e até de crianças, envolvidos com a questão das drogas ilícitas na cidade.

A promotora percebe que os educadores (tanto do Município como do Estado) estão preocupados com chegada das drogas nas escolas; no entanto, esses profissionais não se encontram preparados para trabalhar com a complexidade que envolve a questão. E o que é mais grave: os educadores têm se tornado reféns “daqueles falsos alunos” e dos traficantes que usam as escolas e suas adjacências para “comercializar” as drogas e outros produtos furtados e roubados da comunidade. Diz a promotora que aqueles jovens

[...] não conseguem aproveitar as poucas oportunidades que lhes são oferecidas, tornando-se, assim, pessoas com poucos horizontes ou projetos em relação ao futuro; dessa forma, tornam-se candidatos em potenciais para ocuparem as vagas do nosso sistema prisional, que são verdadeiros depósitos de seres humanos indesejados e sobrantes.

Entrevistei também o defensor público responsável pelo acompanhamento dos procedimentos dos adolescentes. Esse defensor explica que a trajetória de vida de Marco Antônio é muito semelhante à de outros jovens que se encontram em conflito com a lei, na comarca de Cáceres. Na sua experiência como advogado, ele tem observado que esses meninos acabam rompendo os laços com a escola e, nos casos mais graves, com o próprio núcleo familiar. Ao falar das dificuldades enfrentadas por Marco Antônio e também de outros jovens, particularmente em relação à frequência às escolas, o advogado público diz que sua experiência tem mostrado que o fato de esses jovens estarem matriculados, e mesmo frequentando a rede escolar, não significa que eles estejam estudando -- como temos visto ao longo da tese, nos diferentes depoimentos. Muitos deles, por exemplo, fazem questão de continuar matriculados: assim, têm “uma justificativa para conseguir uma diminuição da pena quando são presos pelos agentes dos órgãos de segurança pública e encaminhados ao poder judiciário”.

Na visão desse defensor público, os desafios em relação a esses jovens vão além de matriculá-los e colocá-los nas salas de aulas. Possivelmente, o maior desafio a ser enfrentado seja a capacitação dos educadores e dos profissionais que trabalham nos órgãos da segurança pública, no sentido de desenvolvem práticas mais humanas para com essa população juvenil em estado de acentuada vulnerabilidade. O defensor público continua ponderando que esses indivíduos, mais do que autores dos crimes dos quais eles são acusados, são as maiores vítimas dessa situação. Na conclusão da entrevista, ele pontua que a questão dos jovens envolvidos com as drogas no município de Cáceres, possivelmente, seja um dos maiores desafios a ser enfrentado pela sociedade, tanto da nossa cidade, bem como de todo o

País. A situação se torna ainda mais preocupante, porque a maior parte da verba da segurança pública é destinada aos órgãos de repressão, sobrando, assim, poucos recursos a serem aplicados nas políticas públicas de prevenção e reintegração social daquelas pessoas.

i) As marcas de uma vida encarcerada

Como já registrado, na primeira vez em que entrevistei Marco Antônio, ele estava internado no Centro Socioeducativo, cumprindo medida de internamento por envolvimento com o tráfico de drogas ilícitas e outros atos infracionais. Nessa primeira conversa, ele reclamou que o Centro Socioeducativo, naquele momento, estava superlotado, tendo em vista que:

[...] um novo juiz tinha assumido a vara da infância e juventude e estava “pondo ferro em tudo mundo”: mandando recolher todos os adolescentes que não estavam cumprindo as medidas socioeducativas em regime aberto. O juiz também não estava concedendo alvarás de soltura para aqueles que estavam internados. Diante disto, o centro estava funcionando muito acima de sua capacidade.

Diante da superlotação, Marco Antônio estava dividindo “o barraco” (uma forma pejorativa de os internos se referirem às celas) com mais sete jovens, alguns deles dormindo no cimento ou sobre folhas de papelão. Marco Antônio explica que uma das maiores dificuldades dos internamentos é a sensação de solidão e de abandono, bem como a ociosidade a que os detentos são submetidos. Quanto à sensação de solidão, o jovem reclama que, quando o indivíduo perde a liberdade, na maioria das vezes, ele é completamente esquecido pelos amigos, pelos familiares, pelos advogados; enfim, o preso é esquecido por todos. Em tom de tristeza e desalento, ele relata que:

[...] quando se está em liberdade e, principalmente, quando se tem dinheiro, o jovem é cercado de pessoas, mas quando a “casa cai” e perdemos a liberdade, somos completamente esquecidos pelos amigos e mesmo pelos parentes. [...] as únicas pessoas que têm coragem de passarem pelas humilhações do processo de revista e nos visitar, aqui, na prisão, são nossas mães e avós. No entanto, em alguns casos, mesmo as mães e as avós acabam virando as constas e se esquecendo dos filhos e dos netos quando eles estão no “xilindró”. [...] até a minha mãe e a minha avó deixaram de me visitar, já faz muito tempo que elas não aparecem por aqui, estou morrendo de saudade delas.

Na visão de Marco Antônio e de outros jovens entrevistados, a principal razão que leva as pessoas a deixarem de visitar seus parentes na prisão, principalmente as mulheres, é a vergonha e a humilhação de se submeter ao processo das revistas feito pelos agentes prisionais. As pessoas que ainda suportam passar por esse constrangimento e humilhação são

as mães e as avós. No entanto, como a maioria das avós já são pessoas idosas, muitas delas também não suportam “ficar sem roupa e serem revistadas, em suas partes íntimas, por pessoas estranhas”.

Quanto à ociosidade na prisão, Marco Antônio explica que os internos ficam desocupados quase o dia inteiro, porque não há oportunidade de trabalho ou de desenvolver qualquer atividade produtiva. Mesmo as atividades escolares são constantemente interrompidas, por falta de segurança e por outros fatores, que impedem os professores de ministrarem as aulas.

[...] como não temos praticamente nada para fazer aqui dentro, ficamos todos parados, ociosos, olhando para as grades que nos cercam e para o teto sobre as nossas cabeças, jogando nosso tempo fora. [...] é triste saber que estraguei parte da minha vida envolvido com as drogas e agora estou desperdiçando o resto que ainda me sobra aqui dentro, eu poderia estar lá fora, jogando bola, namorando, tomando banho no rio, pescando, fazendo alguma coisa útil, no entanto, estou aqui, enjaulado como bicho. [...] aqui dentro, uma hora tem a duração de um dia, um dia tem a duração de uma semana, uma semana tem a duração de um mês e um mês tem a duração de uma eternidade.

Como já analisado sob o título *a maquinaria prisional*, a prisão nasceu e se firmou com as funções de reeducar e de ressocializar os criminosos. Para cumprir essas funções, o sistema prisional tem a prerrogativa de se apropriar de todos os aspectos da vida daqueles que se encontram sob sua responsabilidade. Assim, a prisão não apenas suprime a liberdade do detento, mas também controla o tempo, o número e a duração das refeições, as atividades laborais, as celebrações religiosas, o horário do banho de sol, o repouso e o sono, o uso das palavras e, nos casos mais extremos, controla até a hora das necessidades fisiológicas.

Segundo Foucault, o objetivo desse trabalho incessante e minucioso que a maquinaria prisional desenvolve sobre as vidas daqueles que lhes são confiados é construir indivíduos dóceis, treinados, disciplinados e ajustados ao sistema de produção. Na síntese lapidar do pensador francês: “a instituição prisional seria um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mais nada de qualitativamente diferente” (FOUCAULT, 2000, p.196). Analisando a história de Marco Antônio por essa perspectiva, verifica-se que ele, ao passar pelo processo de internamento, não apenas cumpre a medida socioeducativa imposta pelo poder judiciário; em outras palavras, o Centro Socioeducativo se transforma em uma espécie de laboratório, onde esse jovem é orientado, observado, vigiado, hierarquizado, classificado e biografado, de uma forma minuciosa e incessante. Essa

vigilância não ocorre tanto pelos atos que ele cometeu, mas, antes de tudo, para compreender e descrever uma vida pregressa, um comportamento, as possíveis disposições daquele sujeito para cometer novos delitos, seu comportamento durante o tempo em que está internando etc. Assim, a prisão não é apenas um espaço que subtrai a liberdade, mas também é um espaço de confluência das relações de poderes das diferentes áreas dos saberes (ciências jurídicas, medicina, psiquiatria, psicologia, pedagogia, religião, ciências sociais), entre outras.

Após passar por um período de seis meses internado, Marco Antônio foi colocado novamente em liberdade. Com lágrimas nos olhos e ressentimento nas palavras, ele relata que, ao ser colocado em liberdade pela segunda vez, quando chegou a sua casa foi recebido com frieza e indiferença por parte da família. Com certa resignação, ele lembra que apenas sua avó ficou feliz por ele ter saído da prisão. Os outros parentes, inclusive sua mãe, ficaram tristes e se mostraram preocupados, “porque eles tinham quase certeza que eu me envolveria novamente com as drogas e a prática de coisas erradas”. No mesmo dia em que saiu da prisão, teve uma discussão violenta com a mãe, que lhe ameaçou, dizendo que, se ele voltasse a se envolver com as drogas e outras “coisas erradas”, ela o denunciaria para a polícia e o enviaria novamente para a cadeia. Ele reclama que no calor da discussão sua mãe lhe disse que:

[...] até aquele momento eu só tinha sido motivo de vergonha e decepção para a família [...] se eu não mudasse de vida, iria apodrecer na cadeia ou seria morto pelos traficantes ou pelos próprios agentes policiais, como já tinha acontecido com alguns amigos meus.

Diante da indiferença e frieza com que Marco Antônio foi recebido pela família, e diante da briga com a mãe, no mesmo dia em que ele ganhou a liberdade, voltou para a casa do casal de traficantes de drogas. O jovem diz que, ao chegar à casa do casal, foi recebido de braços abertos: a família fez uma bonita festa para comemorar sua liberdade. Relata, ainda, “que comemorou sua liberdade na companhia dos amigos de 'trabalho' com um suculento churrasco, cerveja à vontade, vinho da melhor qualidade e muita cocaína”. “Naquela festa eu me senti a pessoa mais importante do mundo, recebi do casal e dos meus amigos o carinho que não recebi por parte de minha família de sangue”.

Concordando com as ponderações do defensor público, quando este diz que os jovens não são dependentes apenas das drogas, mas também dos líderes das quadrilhas que os aprisionam. Diante dos relatos de Marco Antônio, é fácil perceber que esses, aproveitando-se das vulnerabilidades dos jovens, abrem as portas de suas casas e os acolhem, acenando-lhes com a possibilidade de ganhar dinheiro de forma rápida e abundante. Um dos aspectos que

dificulta uma ruptura com a criminalidade e a adicção é que, ao deixarem a prisão, eles acabam voltando para a mesma estrutura familiar fragilizada; voltam a conviver com os mesmos amigos de antes; transitar pelos mesmos bairros, a maioria, muitas vezes, dominados por quadrilhas de traficantes. Esse círculo vicioso enfrentado pelos jovens envolvidos com a questão das drogas pode ser corroborado com um fragmento de uma das entrevistas de Marco Antônio, que confessou:

[...] ao deixar a prisão eu vou morar novamente na casa do casal de traficantes e continuar “trabalhando” para eles, porque eu não tenho onde morar e também porque sou uma pessoa marcada pelos agentes policiais e pelos outros traficantes. [...] eu preciso de proteção e também tenho altas dívidas para pagar às pessoas do tráfico.

Eu queria saber mais de Marco Antônio, quais seriam as possíveis razões que levaram sua mãe e sua avó a não mais se importarem com ele durante o tempo em que ele passou a morar na casa do casal de traficante. Após um silêncio prolongado, ele respondeu que “possivelmente elas já desistiram de me ajudar por causa de todas as coisas erradas que eu já pratiquei na vida”. No entanto, encontrei registrado nas peças de um dos inquéritos policiais instaurado contra Marco Antônio, que, após quatro meses em que ele estava morando na casa dos traficantes, sua mãe tinha procurado a delegacia da polícia civil e registrado um boletim de ocorrência sobre a situação em que o filho se encontrava. Nesse boletim de ocorrência, a mãe relata ao delegado de polícia que:

O filho havia saído de casa há quatro meses, a partir dessa data não mais compareceu em sua casa; sendo que ninguém informa seu paradeiro; a mãe esclarece, ainda, que o filho esteve internado no Centro Socioeducativo e havia saído recentemente; que o filho é dado ao uso de entorpecente e às práticas de outros atos infracionais, diante disto, a depoente pede que o filho seja encaminhado novamente à prisão, porque se ele permanecer solto pode correr risco de perder a vida e também colocar as vidas de outras pessoas em perigo.

Está registrado também nas peças de um dos processos judiciais que sua avó, Dona Maria Aparecida, compareceu à curadoria da infância e juventude do ministério público e registrou uma reclamação, relatando à promotora de justiça a situação que se encontrava o neto. Nessa referida reclamação está assentado que:

Compareceu perante essa promotoria de justiça, a senhora Maria Aparecia, avó de Marco Antônio, reclamando que o jovem desapareceu de casa já faz quatro meses. A avó relata, ainda, que desde que o neto saiu do Centro Socioeducativo onde cumpria medida de internamento ele não mais apareceu em casa. O jovem também não cumpriu nenhuma das medidas estabelecidas pelo juiz e tem notícias que ele voltou a morar na casa do casal de traficantes de drogas. [...] o jovem passa as noites na rua praticando atos infracionais. [...] o neto é uma pessoa violenta, desobediente aos

membros da família e, por causa de brigas e do consumo de drogas, há muito tempo ele deixou de estudar. Diante das circunstâncias em que ele está vivendo, a reclamante requer que o jovem seja internado novamente, porque ela teme pela vida dele. Da mesma forma, teme que ele venha a fazer algum mal aos membros da família.

Enquanto a mãe e a avó de Marco Antônio procuravam a delegacia e a promotora de justiça, ele e seus amigos continuavam “trabalhando”. O jovem relata que, durante um assalto em uma residência da cidade, eles foram surpreendidos por uma patrulha da polícia militar, e que, após trocas de tiros com os agentes da segurança pública, um dos seus “companheiros de trabalho” foi morto e ele e outros dois foram presos. Ele conta que foram torturados, por dois dias seguidos, para confessar onde estavam escondidas as drogas e as mercadorias roubadas e quem eram os líderes da quadrilha. Diante do relato de Marco Antônio, depreendemos que as torturas e outras formas de violência são práticas rotineiras nos espaços prisionais, seja nas delegacias de polícia, na cadeia pública e, até mesmo, no Centro Socioeducativo.

Por ocasião da última entrevista que realizei com o jovem Marco Antônio, ele estava internado, pela quarta vez, no Centro Socioeducativo. Em um dos momentos da entrevista, ele relatou que havia chegado ao “fundo do poço”, porque se sentia completamente abandonado, “somente Deus pode me socorrer, não tenho mais ninguém para me estender as mãos”. Ele reclamou que durante o tempo de internamento ninguém de sua família tinha lhe visitado. Diante da situação de extrema vulnerabilidade em que Marco Antônio se encontrava, a promotora de justiça, responsável pela curadoria da infância e juventude, entrou com uma ação junto ao poder judiciário, requerendo que a prefeitura municipal o encaminhasse para uma clínica especializada em tratamento de pessoas dependentes de substâncias químicas.

No mês de novembro de 2013, data em que estou concluindo o trabalho da escrita da presente tese, ao encontrar com o diretor do Centro Socioeducativo, ele me informou que Marco Antônio e outros sete jovens tinham sido encaminhados para uma clínica, localizada em outra cidade do Estado. Segundo o diretor, dos jovens enviados ao tratamento, cinco deles acabaram se evadindo, ainda nas primeiras semanas do tratamento. Marco Antônio continua vinculado à clínica, agora não mais como paciente, mas como funcionário. Ele está estudando, abraçou a confissão religiosa evangélica e está cheio de projetos para o futuro: planeja ser pastor evangélico para compartilhar suas experiências de vida com outros jovens que se encontram em situações parecidas com as quais ele passou. Certamente o tempo se encarregará de mostrar os caminhos e os descaminhos do futuro de Marco Antônio. O que posso dizer é que esse jovem quer e teima em viver, apesar da força dos

discursos que não cansa de “profetizar” “que o fim de todo bandido é a prisão, a morte e o caixão e, depois de morto, o sofrimento das penas do inferno”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começo apropriando-me de um fragmento do conhecido poema do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade – *E agora, José?* Nesse belíssimo poema, o autor expõe a angústia e a solidão da existência humana, através do personagem *José*. Sou colocado diante do desafio de escrever as últimas palavras, as considerações finais, não importa muito o nome que se dê para a conclusão de um trabalho acadêmico. O questionamento que se coloca é: *e agora*, o que escrever para sintetizar minhas descobertas?

Ao comentar sobre as dificuldades de se fazer a conclusão de um trabalho, o sociólogo português, José M. Pais, escreve que:

Tarefa penosa é essa, de fazer um balanço, uma síntese, uma conclusão, por mais parcial que venha a ser, de itinerário de investigação onde predomina a múltipla via de abordagem, sobre múltiplos itinerários juvenis, alguns deles descontínuos, sinuosos, fragmentados, imprevisíveis (PAIS, 2003. P. 377).

Sabemos que um trabalho de pesquisa nunca está pronto, finalizado. Nossas pesquisas são como as águas dos rios ou dos mares, estão continuamente em movimento. São como mapas, pistas que podem nos apontar novos lugares, novos portos. Assim, nossas pesquisas estão sempre abertas a novos questionamentos e com possibilidade de nos conduzir a outros trabalhos. No entanto, compelidos pelos prazos que temos de cumprir, chega um determinado momento em que temos de colocar um ponto final; melhor, fazer talvez breves pausas, que se transformam em oportunidades de dividir os achados de nossos trabalhos com os nossos pares.

Nessas considerações finais sou levado a concordar com o que escreveu a pesquisadora Corazza (1996, p.105): ela observa que, ao chegarmos a um determinado momento em nossa caminhada intelectual, somos desafiados ou até mesmo “obrigados” a escrever e a descrever aquilo que somos e pensamos, além de apresentar os achados de nossas pesquisas ao mundo acadêmico. Entendo que a arte da pesquisa tem duas dimensões. A primeira está relacionada com a temática que nos propomos a pesquisar; os conceitos e as ferramentas teóricas e metodológicas que utilizamos para operar o material analítico; os procedimentos que usamos para construir o *corpus* empírico e para analisar e descrever nossos dados. Nessa primeira dimensão, também temos a oportunidade de se estabelecer aproximações com os autores que convidamos para nos acompanhar em nossa caminhada. Já a segunda dimensão está relacionada com a “formação” do próprio pesquisador. Como só se

faz o caminho na caminhada, da mesma forma, só se constitui pesquisador através do trabalho da pesquisa. Assim, vi-me num caminho sinuoso, com idas e vindas, muitas tentativas e alguns acertos. O fato é que, à medida que eu caminhava em meu doutorado, vagarosamente ia me dando conta de que, mais do que desenvolver uma pesquisa empírica e escrever uma tese, na realidade, eu estava me constituindo como sujeito pesquisador.

Ao comentar sobre a arte da pesquisa referente à constituição do pesquisador, o sociólogo Jacques Marre (1991) escreve que, ao desenvolver nossos trabalhos de investigação acadêmica, temos a oportunidade não só de nos interrogarmos a nós mesmos, mas também de fazer as rupturas com o senso comum, com as epistemologias, os conceitos e os modos operacionais de estudo, já envelhecidos e cristalizados. Segundo o autor, a atividade da pesquisa é o momento propício para abandonarmos as concepções lineares fechadas, de causa e efeito, tanto em relação aos objetos quanto aos sujeitos que estamos nos propondo a conhecer e a descrever. O autor conclui o pensamento dizendo que [...] toda e qualquer construção da realidade não é nem definitiva nem dogmática, embora possa e deva ser sistemática e rigorosa (1991, p. 2).

A partir das reflexões de Marre e de tantos outros pensadores que me acompanharam no curso deste trabalho, o que posso dizer é que a pesquisa relatada nesta tese foi um tempo de questionamentos, encontros, de aproximações e também de rupturas, de distanciamentos. Encontros e aproximações com os teóricos, particularmente com o filósofo Michel Foucault e com os estudiosos de seu pensamento. Aproximações com as pesquisas de diferentes estudiosos da temática juventude(s) e seus dilemas na sociedade brasileira contemporânea. Acima de tudo, encontros e aproximações com os sujeitos que mobilizaram o cenário da pesquisa e da presente tese, como, por exemplo, os jovens moradores da cidade de Cáceres e seus parentes (mães, avós, tias, pais, primos etc.); os operadores do direito (delegados de polícia, advogados, defensores públicos, juízes de direito, promotores de justiça, agentes policiais e agentes carcerários, diretores de presídios, entre outros). Da mesma forma, aproximações com os chamados técnicos judiciários (psicólogas, médicos, enfermeiras, assistentes sociais, educadores) e outros profissionais que trabalham com os jovens que se encontram em conflitos com a lei, acusados de envolvimento com as drogas ilícitas, no município de Cáceres.

Como escrevi na justificativa do presente trabalho, os jovens e seus dilemas na sociedade brasileira contemporânea são questões que têm me inquietado tanto existencial

como profissionalmente, nas últimas duas décadas; ocupo-me particularmente daqueles que estão em conflito com a lei, no município de Cáceres.

Como deixei registrado em vários momentos dessa tese, ao me aproximar da temática juventude e seus desafios, no tempo presente, as principais perguntas que me inquietaram e me mobilizaram foram: quem são esses jovens que se encontram em estado de drogadição no município de Cáceres? Como esses indivíduos estão construindo suas trajetórias de vida? Como são constituídos seus núcleos familiares e como acontecem as relações interpessoais entre os membros de suas famílias? Quais foram as experiências vivenciadas por eles, ao passarem pelas escolas onde eles estudaram? Quais foram os possíveis fatores que os levaram a se evadir das escolas, antes mesmo de terem concluído o Ensino Fundamental? Quais as possíveis forças que os levaram a se envolver com as drogas ilícitas e outros atos infracionais? Como as subjetividades e as identidades desses jovens têm sido construídas? De que forma esses indivíduos juvenis foram e continuam sendo nominados e classificados pelos discursos das várias áreas de saber, presentes nas diferentes instituições por onde eles passaram, em consequência dos supostos atos infracionais que praticaram? Finalmente: de que forma as experiências do processo de internamento e de prisão marcaram e continuam acompanhando as trajetórias de vida desses jovens, mesmo após eles ganharem a liberdade?

Ao apresentar as principais questões que me inquietaram e me mobilizaram no curso da pesquisa, meu objetivo não foi fazer um resumo ou apresentar os pontos principais tratados nessa tese. Meu intento, nessas palavras finais, é compartilhar com os leitores alguns achados da pesquisa empírica. Como demonstrei no curso do trabalho, depois de muitos questionamentos e ao longo dos vários encontros de trabalho com minha orientadora, ficava claro que o foco de minha pesquisa seria este: conhecer e descrever as histórias de vidas de alguns jovens, na faixa etária entre quinze a vinte e nove anos de idade, jovens em conflito com a lei, acusados de envolvimento com o consumo e o tráfico de drogas ilícitas e outros crimes correlatos; meninos que se encontravam privados de liberdade ou que já tinham passado pelo Centro Socioeducativo ou pela Cadeia Pública da Comarca de Cáceres. Assim, depois de ter demarcado os sujeitos e a geografia onde a pesquisa seria desenvolvida, meus primeiros questionamentos e inquietações foram: quem são esses jovens que prendendo analisar e cuja história de vida quero narrar? Onde posso encontrá-los? Quais as estratégias e os instrumentos mais apropriados para me aproximar deles?

Eu estava consciente de que essa não seria uma tarefa fácil, não apenas pelas dificuldades de acesso ao sistema prisional, mas também devido às questões envolvendo o consumo e o tráfico das drogas ilícitas, atividades sensíveis, cercadas de silêncio, segredos, desconfiança. Atividades que envolvem perigos reais para aqueles que, de alguma forma, se propõem a desvelar os labirintos do universo do tráfico.

Os objetivos a que eu estava me propondo se tornavam mais desafiadores porque eu não pretendia trabalhar apenas com os dados e as informações já produzidos pelas investigações e os inquéritos das polícias civil e militar, das representações do ministério público e das decisões do poder judiciário, ou com os materiais disponíveis nos arquivos das secretarias da cadeia pública e do Centro Socioeducativo. Meu intento era escutar os próprios jovens sobre suas histórias de vida. Entendia que era imprescindível ouvir dos próprios jovens: quem eles eram; como estavam construindo suas juventudes; como eram constituídos seus núcleos familiares; como foram suas experiências ao passarem pelas escolas onde estudaram; como e quando tinham começado a se envolver com as drogas; quantas vezes já tinham passado pelas instituições de aprisionamento; de que forma as experiências do internamento e da prisão tinham marcado suas vidas e ainda os acompanhavam, mesmo após terem cumprido suas penas.

As estratégias e os instrumentos de que lancei mão para me aproximar dos sujeitos de minha pesquisa foram as observações diretas nas instituições onde estavam internados e presos; entrevistas com os próprios jovens e alguns parentes; entrevistas com os profissionais que trabalhavam ou já tinham trabalhado com eles. As observações, os encontros e as entrevistas com essas pessoas aconteceram em vários locais e momentos diferentes: no Centro Socioeducativo, na cadeia pública, nos lares das famílias, nas escolas, em centros comunitários, na universidade, nas delegacias de polícias, no prédio do ministério público, no fórum da comarca etc. Esses encontros e entrevistas foram momentos singulares, porque mobilizaram e despertaram memórias e recordações já adormecidas. Ao me aproximar daquelas pessoas, algumas prontamente se dispuseram a conversar comigo, mostrando disposição e colaboração; outras ficaram desconfiadas e inseguras e, ainda, outras simplesmente se recusaram a ter qualquer diálogo comigo.

Um dos momentos mais tensos e emblemáticos que experimentei no curso das atividades da pesquisa empírica aconteceu enquanto eu visitava uma família com dois filhos e um neto envolvidos no consumo e no tráfico de drogas, acusados também de outros crimes de

natureza ainda mais grave. Como a mãe e a avó daqueles jovens trabalhavam durante o dia todo, só era possível conversar com aquelas senhoras durante a noite, quando elas retornavam do trabalho. Quando cheguei à residência daquela família, fui recebido de forma educada, porém com muitas reservas e cautela, principalmente pela avó dos jovens. Aquela senhora, mostrando-se muito nervosa e agitada, relatou que estava preocupada com a minha presença em sua casa, porque ela tinha sido “orientada” para não me receber e também para não revelar quaisquer detalhes das atividades desenvolvidas pelos filhos e o neto. Ela me alertou, ainda, que eu estava correndo perigo de vida ao visitar o bairro naquela hora, “porque as pessoas com as quais seus filhos e seu neto estavam envolvidos eram violentas e muito perigosas”.

Enquanto eu conversava com aquela senhora, dois jovens desceram de uma motocicleta e adentraram aquela casa de foram abrupta. Um daqueles jovens se quedou em pé em minha frente, em atitude um tanto ameaçadora. Depois de um tempo (que para mim durou quase uma eternidade), ele tirou uma arma da cintura (julgo ser um revólver calibre trinta e oito) e colocou-a sobre uma pequena mesa, localizada no centro da sala em que conversávamos depois, de forma áspera e em tom de ameaça, falou:

Olha, aqui, professor, “os homens” têm acompanhado de perto os seus passos e estão observando seus movimentos. Eles foram informados que o senhor anda conversando com alguns jovens e suas famílias que fazem parte do “negócio”. [...] os “homens” mandaram lhe perguntar qual é seu objetivo nessas andanças pelos bairros da cidade e de que “lado o senhor está”; porque se o senhor estiver do lado dos “tiras” [policiais], escolheu o lado errado, porque eles não perdoam quem atrapalha seus “negócios”. É melhor tomar cuidado porque “os homens” sabem onde o senhor mora e a sua filha trabalha [...] se suas conversas com esses jovens causarem embaraços para o “negócio”, o senhor e a sua família podem ter problemas...

Diante daquela situação tensa e embaraçosa, procurei explicar para aquele jovem qual era o objetivo da minha pesquisa, esclarecendo-lhe que meu trabalho não tinha qualquer ligação com as atividades das polícias federal, civil e militar. Não posso deixar de registrar que, naquele momento, senti muito medo de morrer. Por mais importantes que fossem as informações levantadas nas conversas, naquela noite entendi que não era prudente continuar com as entrevistas, considerando que estava colocando em risco minha vida e também a de outras pessoas. Diante da minha experiência profissional, bem como dos relatos dos jovens entrevistados, estava consciente de que as pessoas que movimentam o negócio do tráfico não têm muita tolerância para com os que causam quaisquer embaraços as suas atividades.

Vale registrar aqui que, depois das ameaças daqueles dois jovens, agravadas pelas tensões das outras entrevistas que eu já tinha realizado, passei a ter problemas de saúde. Tive

dificuldade de dormir à noite e, nos poucos momentos de sono, tinha fortes pesadelos e acordava sobressaltado, imaginando-me perseguido pelos traficantes e pelos agentes policiais. Outras vezes tinha o pesadelo de que estava sendo “executado”.

Ainda no que se refere às trajetórias de vida dos jovens, sujeitos da pesquisa, o que podemos dizer, em suma, é que a maioria deles nasceu e cresceu em contextos marcados por carências e vulnerabilidades. Vários deles não tiveram a oportunidade de conviver com seus pais biológicos, outros só tiveram suas filiações reconhecidas tardiamente, como foi o caso de Marco Antônio. Alguns dos pais se tornaram alcoólatras; outros se envolveram com o consumo e tráfico de drogas e outras práticas criminosas; em consequência disto, acabaram sendo presos, e encaminhados para a Cadeia Pública da Comarca ou para as penitenciárias de Cuiabá. Da mesma forma, alguns foram mortos por ordem dos líderes das quadrilhas. Diante da ausência da figura paterna, uma das características das famílias desses jovens é serem dirigidas por figuras femininas (mães, avós, tias, irmãs). Como essas senhoras têm que sair de casa para trabalhar, e como o poder público não oferece creches ou escolas adequadas para receberem as crianças, na maioria das vezes, estas são obrigadas a ficarem sozinhas ou na companhia dos irmãos maiores ou ainda na companhia de pessoas que, em determinados casos, acabam encaminhando os pequenos para o caminho das drogas e outras práticas infracionais.

Em consequência do abandono e dos atos de violência a que esses jovens são submetidos, a maioria deles acaba sendo acometidos pela chamada *síndrome do abandono*, que, se não for tratada adequadamente – segundo as psicólogas e as assistentes –, pode trazer graves consequências nas trajetórias de vidas desses indivíduos.

A pesquisa demonstrou, ainda, que o envolvimento desses jovens com o consumo e o tráfico de drogas, particularmente a cocaína e o *crack*, trazem consequências graves, não apenas para eles, mas também para todas as pessoas que convivem com eles, particularmente para as pessoas que fazem parte de seus núcleos familiares. Assim, o depende químico adoece e, com ele, todos os membros de sua família. A questão das drogas também tem se mostrado um desafio para os profissionais da educação, tendo em vista que os educadores não se encontram preparados e também não dispõem de recursos (materiais e humanos) para trabalhar com os alunos que se encontram em estado de drogadição. Mesmo se mostrando preocupados e percebendo a gravidade da questão, não há muito o que ser feito pela escola,

sem pensar em políticas públicas voltadas para atenderem, especificamente, as necessidades desses sujeitos juvenis.

Outra consequência do envolvimento dos jovens com o tráfico é que eles passam a ser duplamente dependentes. Dependentes dos efeitos da cocaína, mas, acima de tudo, “escravos” dos líderes das quadrilhas para os quais eles “trabalham”. Assim, esses jovens se tornam não apenas os “operários” do tráfico, mas também “trabalhadores” das redes criminosas, onde são obrigados a se envolver com outros atos criminais (furtos, roubos, estelionatos, homicídios etc.).

Outro dado a destacar nas trajetórias de vida desses jovens, particularmente aqueles que já passaram várias vezes pelo processo de internamento e de aprisionamento, é a dificuldade que encontram para mudar os cursos de suas trajetórias de vidas. Esses jovens se tornaram dependentes não apenas dos efeitos das drogas, mas de um estado de quase “escravidão” imposto pelos líderes das quadrilhas. Outra dificuldade encontrada pelos jovens para romper com a situação em que eles se encontram está relacionada com a falta de apoio por parte do poder público e até das próprias famílias, quando deixam a prisão. Como sinalizei no curso da pesquisa, quando esses jovens se envolvem com as drogas, principalmente em seu estágio de maior dependência, eles acabam rompendo com os laços familiares. Diante disto, quando são internados ou presos, eles acabam não recebendo o apoio que precisam por parte dos parentes. Alguns deles quando deixam o sistema prisional, são recebidos com frieza e indiferença por parte das famílias; em determinados casos, são até proibidos de voltarem morar em suas casas. Como não têm para onde ir, eles acabam sendo acolhidos novamente pelos traficantes, como foi o caso do jovem Marco Antônio que, ao deixar o internamento, foi recebido com indiferença pelos membros de sua família; como não tinha onde morar acabou voltando para a residência do casal de traficantes.

Como os jovens praticamente não receberam qualquer qualificação no tempo em que passaram internados ou presos, pelo fato de terem baixa escolaridade e não contarem com experiência profissional, situação agravada pelo estigma de ter passado pelo sistema prisional, eles têm muitas dificuldades de se inserir no mercado de trabalho considerado "honesto". Essa realidade foi vivenciada pelo jovem João Batista que, ao deixar o centro de recuperação, “estava decidido a dar uma nova direção no curso de minha vida, no entanto, como não consegui emprego, acabei voltando a ser operário do tráfico e de outros atos infracionais”.

Ao concluir este trabalho, percebo que os jovens que se encontram em conflito com a lei, acusados de consumo e tráfico de drogas e outros crimes correlatos, seguramente não têm uma "essência" ou uma "natureza" voltada para a criminalidade; pelo contrário, eles foram classificados e nominados como “perigosos”, “noiados” “impuros” “sobrantes” “lixo da sociedade” “caxangueiros” “pessoas sem futuro”, “clientes preferenciais do sistema prisional” -- no interior de redes discursivas que perpassam as diferentes instituições em que estão, de diferentes formas, aprisionados esses indivíduos.

Penso que a contribuição do presente trabalho é ter problematizado e colocado em debate uma questão tão presente na sociedade brasileira contemporânea, que é o envolvimento de uma parcela significativa da nossa juventude com o consumo e o tráfico de drogas. Essa situação se torna ainda mais preocupante, considerando que o município de Cáceres é uma região de fronteira e tem se transformado, nos últimos anos, uma das principais entradas de cocaína no Brasil. O relato das histórias de vida dos jovens, exemplarmente na figura de João Batista e de Marco Antônio, mostrou também o quanto existe de esperança, de sonho, ao mesmo tempo de ausências, de sentimento de solidão e humilhação. Consegui, na escuta daqueles jovens, vê-los para além do estigma do erro, da transgressão, da punição e do isolamento, encontrando neles pessoas como qualquer um de nós, que têm uma história de si para contar ao outro, história carregada de medos mas também de desejos de algo melhor -- algo que não morre plenamente, embora toda a situação tão pobre e precária daquelas existências consideradas "infames".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 06, p. 25-35, set/out/nov/dez. 1997.

_____. *Condições juvenis no Brasil contemporâneo*. In. ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.) Retratos de juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005, p. 37-72.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Mortoni. Apresentação. In:_____. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005, p. 9-22.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa* – Brasília: UNESCO, 2006.

_____. *Drogas nas escolas*. Versão Resumida – Brasília: UNESCO, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. et al. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. *Dilemas do controle democrático da violência: Execuções sumárias e grupos de extermínio*. São Paulo In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 66-90.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Antologia poética*: 51ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ASSIS, Simone Gonçalves de. *Traçando Caminho em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ATAÍDE, Iara Dulce Bandeira de. *Decifra-me ou devoro-te: História oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito constitucional*. 18ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BAUMAN, Zygmunt, *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998.

_____. *Modernidade de Ambivalência*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHARLOT, Bernardo. *A violência na América Latina e no Caribe*. Brasília, UNESCO, 1994.

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil* (1988). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

BRASIL. *Código penal*. (Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940). 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. *Código de processo penal* (Decreto-Lei n.º 3.689 de 1941). Brasília: Senado Federal, Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente* (Decreto n.º 99.710 de 21 de novembro de 1990). São Paulo: Malheiros, 1992.

BRASIL. *Lei de execução penal – Lei n.º 7. 210* (1984). Brasília: Senado Federal, Edições Técnicas, 2010.

CARDIA, Nancy. *O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP. V. 9, nº 1, São Paulo: maio, p. 249-269, 1997.

CASTANHO et al. *Reflexões sobre Justiça e Violência: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais*. São Paulo: EDUC, 2002.

CASTRO, Mary García. et al. *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. – Brasília: UNESCO, 2004.304p.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*: Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CEBALHO, Miranda Regina. *A internação como medida socioeducativa, aplicabilidade e eficácia*. Cáceres, 2001 (Monografia de conclusão de Bacharelado em Direito).

CENTRO DE PSIQUIATRIA (EUA). *Dinâmica da adolescência: Aspectos biológicos, culturais e psicológicos*. 3ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

CONTE, Marta. *Desafios na Juventude: drogas, consumismo e violências*. EDUCAÇÃO & REALIDADE. Porto Alegre: UFRES/FACED. Jul/dez. 2008.

CORAZZA, Sandra Mara. *Labirinto da pesquisa, diante dos ferrolhos*. In: Costa Marisa Vorraber (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CRAIDY, Carmem Maria. *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre: Art. Med. 1998.
_____. (Organizadora) *Educação em Prisões: direito e desafio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.

CURY, Nunir et al. *Estatuto da Criança e do Adolescente comentando: comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Milheiros, 1992.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o Rap e o Funk na socialização da juventude Em belo horizonte*. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

DEBARBIEUX, Éric et al. *Desafios e Alternativas: violencias nas escolas*. Brasília: UNESCO, UNDP, 2003.

DÍAZ, Esther. *Michel Foucault los modos de subjetivacion*. Buenos Aires: Ditorial Almagesto, 1993.

DREYFUS, L. Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

EDMUNDO, Oliveira. *Comentário ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

FÁVERO, Osmar et al. *Juventude e Contemporaneidade*. – Brasília: UNESCO, 2006.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves. *O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias* In. Revista Estudo de Psicologia. Rio de Janeiro. p. 157-166, 2004.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Televisão & Educação: fluir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *A paixão de “trabalhar com” Foucault*. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996.

_____. *Corpos e mentes na mídia: A adolescência em discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 1994. (Proposta de Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

_____. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. (Tese Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

_____. *Foucault e o desejável conhecimento do sujeito*. In. Educação & Realidade. Porto Alegre, FAGED/UFRGS, vol. 24, n 1, jan/jun. 1999, p.39-59.

_____. *O Estatuto pedagógico da Mídia*. In: Educação & Realidade. Porto Alegre, FAGED/UFRGS, vol. 22, n. 2, jul./dez. 1997, p. 59-79.

_____. *Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 22. ed. Petrópolis, Vozes, 2000

_____. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

_____. *O que é um autor?* Lisboa: Veja/Passagens, 1992.

_____. (Coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

_____. *Resumo dos cursos do collège de france (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *A vida dos homens infames*. In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.204-222, 2003.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Filipe Baeta Neves – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987.

_____. *Estratégia poder-saber: organização e coleção de textos*, Manoel de Barros da Motta; tradução, Vera Lúcia Avelar Ribeiro; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Os Anormais*. Tradução Eduardo Brandão; São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRETAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa. São Paulo, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. Tradução de Maria Betânia Amoroso; São Paul: Companhia das Letras; 2006.

GOMES, Candido Alberto (Org.) *Juventude: possibilidades e limites*, Brasília, UNESCO: UCB, 2011.

IRENE, Rizzini (Org.). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.

JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito penal*. Vol. I. 10. ed. São Paulo, 1985.

LEITE, Luis-Phippe Pereira. *Vila Maria dos Meus Amores*. Do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1978.

MALDONADO, Maritza Maciel Costrillon. *Espaço Pantaneiro: cenário de subjetivação de crianças ribeirinhas*. Niterói/RJ: UFF, 2009 (Tese Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. *A Ordem do Discurso da Educação Ambiental*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

MARY, Castro et al. *Cultivando Vidas: desarmando Violência. Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza*. Brasília: UNESCO, 2001.

MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. *Fundamento da pena*. São Paulo: ed. Juarez de Oliveira, 2000.

MARRE, Jacques A. L. *A construção do objeto científico na investigação empírica*. Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná, Cascavel (PR), (texto digitado), 1991.

MÊNDEZ, Emílio Garcia. *Infância e cidadania na América Latina*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MNMMR, IBASE, NEV-USP. *Vidas em risco: assassinato de crianças e adolescentes Brasil/Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua*. 3.ed. Rio de Janeiro: 1991.

MIRABETE, Julio Fabrini. *Manual de direito penal*. Parte Geral. São Paulo: Atlas, 1997.

ODÁLIA, Nilo. *O que é violência*. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. *Manual de criminologia*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1992.

PAIS, José Machado. *Cultura Juvenil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PERALVA, Angelina Teixeira. *Juventude como Modelo Cultural*. Revista Brasileira de Educação n 5/06, p. 15-24, maio/dez. 1997. Edição Especial: Juventude e Contemporaneidade.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência, crimes e sistemas policiais em países de novas democracias*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP. V. 9, nº 1, São Paulo: maio, 1997, p. 43-52.

PINTO, Ferreira. *Curso de direito constitucional*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1996

PINTO, Céli Regina Jardim. *Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos*. Educação e Realidade, Porto Alegre, 24(2): p. 33-57, jul./dez. 1999.

QUEIROZ, J. José (Org.). *O Mundo do menor infrator*. 3. ed., São Paulo: Cortez/Aurores Associados, 1987.

RANGEL, HUGO. *Educación contra Corriente en las Cárceles Latinoamericanas: la enseñanza vs el castigo*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 15-32, jan./mar. 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 522-543.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXIERIA Alex Niche; RUSSO Maurício (Organizadores). *Práticas Sociológicas e Compromissos Sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2011.

SARAIVA, João Batista da Costa. *Adolescentes e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas*. Porto Alegre: Libreria do Advogado, 1999.

SILVA, Tomas Tadeu da. (Org.) *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SIMÃO, Ailon do Vale. *Adolescentes na Comarca de Cáceres: discursos e criminalidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

SPÓSITO, Marília Pontes. (coordenadora). – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social* (1999-2006), volume 2. 2009.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, César Rodrigues. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 24, p. 16-39, set/out/nov/dez. 2003.

VARELA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. *A Ordem das disciplinas*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. (Tese Doutorado) - Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

_____. *Foucault & a Educação* ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VOLPI, Mário (Org.). *Adolescentes Privados de Liberdade*. São Paulo: Cortez, 1998.

SARAIVA, João Batista Costa. *Os Adolescentes e a Lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização*. Brasília: ILAUD, 1999.

WALSELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2011: Os jovens do Brasil*: Instituto Sangari – Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan/Ed. UFRJ, 1994.

ZYGRMUNT, Bauman. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998.

_____. *Modernidade de Ambivalência*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.